

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
NÍVEL DOUTORADO

Breno Henrique Ferreira Cypriano

Teoria política feminista e seus “nós”

“a” política e “o” político (re)pensados a partir da construção dos
saberes políticos do Norte/Sul Global

Belo Horizonte

2015

Breno Henrique Ferreira Cypriano

Teoria política feminista e seus “nós”

“a” política e “o” político (re)pensados a partir da construção dos
saberes políticos do Norte/Sul Global

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Dra. Marlise Matos

Belo Horizonte

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Cypriano, Breno Henrique Ferreira.

Teoria política feminista e seus “nós”: “a” política e “o” político (re)pensados a partir da construção dos saberes políticos do Norte/Sul Global/ Breno Henrique Ferreira Cypriano. Belo Horizonte, 2015.
229f.

Orientadora: Marlise Matos

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais.

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

1. Feminismo. 2. Teoria Política Feminista. 3. América Latina. 4. Teoria Pós-colonial. I. Matos, Marlise. II. Universidade Federal de Minas. III. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. IV. Título.

CDU: 396

Dedico esta tese a Patrícia Cypriano e Oliver Cypriano.

*Dedico também a todas mulheres
“perigosas”, marginalizadas e esquecidas
nas páginas da história política.*

AGRADECIMENTOS

Aprender que é possível *transformar-se* (ou melhor, *reinventar-se*), mesmo diante de todas as adversidades colocadas à nossa frente como barreiras, seria, sem dúvida, o principal ensinamento apreendido dos últimos anos que vivi. Sob a pressão de se escrever esta Tese, mas mergulhado em diversas *experiências*, pude crescer, não somente como cientista político, mas como humano e, sobretudo, como feminista. No trilhar deste caminho, os encontros e desencontros me mostraram que a vida é intensa, paradoxal; e, o que pensamos já estar “escrito” (ou trilhado) é um mero acaso. Recolhendo cada ensinamento e buscando aqui conectá-los, através de um minucioso ato de tecer conceitos-ideias-experiências-vivências-sentimentos, enfim, criando e desatando “nós”, procurarei oferecer uma contribuição singela ao campo de estudos que transformou e vem transformando a minha vida a cada dia e que, ainda, possui um potencial de crescimento desmedido nos próximos anos: os *estudos feministas*. Sou e serei grato a todas/todos feministas que abriram espaço para que as gerações seguintes se espelhassem em suas experiências e buscassem romper com as desigualdades que nos incapacitam.

Primeiramente, não posso deixar de agradecer aos dez anos vividos, numa intensa convivência e trabalho com a minha orientadora *Marlise Matos*. Através de uma relação em que a verdadeira admiração sempre existiu, aprendi a ser o que hoje sou. No registro da consciência ou do inconsciente, todas as conquistas profissionais e pessoais que tive nos últimos anos devem-se, em grande parte, a esta exemplar mulher: forte, inovadora e desbravadora de terrenos inférteis na academia brasileira. Da aridez e da falta de receptividade, soube criar, transformar e reinventar um novo modo de se saber/conhecer/poder e compreender o mundo; um mundo que, certamente, será melhor e menos desigual. É o final desse ciclo de orientação; o primeiro bolsista de iniciação científica, orientando na graduação, mestrado e, agora, doutorado. Nesse caminho trilhado aprendi a ser crítico, a buscar sempre a(s) verdade(s) e a construir o meu próprio caminho. Por muitas vezes me vi perdido, mas soube que ali eu teria alguém para me ajudar e me incentivar a crescer e a seguir em frente. A gratidão é e sempre será eterna.

Também *agradezco* a orientação e o acolhimento no período de *pasantía* do doutorado, no *Instituto de Altos Estudios Sociales* da *Universidad Nacional General San Martín* (IDAES/UNAM), na Argentina, que se deve a *Karina Bidaseca*. A generosidade e a disponibilidade me deixaram mais tranquilo, quando o viver longe de minhas raízes parecia ser

uma experiência assustadora. A lição que aprendi é justamente romper com as fronteiras e me dispor sempre em uma condição de abertura aos novos contatos e às novas experiências. Descobrir o quanto é instigante essa nossa comunidade pós(des)colonial e compreender a beleza da *nossa* América Latina me projetou e me lança a buscar ainda mais novas experiências. Reconhecerei sempre essa amizade para-além-das-fronteiras, o que cria mais proximidade dos nossos *países Hermanos*. Devo ainda agradecer ao apoio recebido pela *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, tanto pela bolsa de manutenção no Brasil, como no exterior.

Nessa trajetória acadêmica nas ciências sociais, na ciência política e no campo de estudos feministas pude conquistar e cultivar amizades que me inspiram todos os dias: agradeço o carinho de *Céli Pinto*, *Carlos Ranulfo*, *Cláudia Feres*, *Eduardo Mattio*, *Fernando Filgueiras*, *Flávia Biroli*, do memorável e sempre presente *Flávio Pierucci*, *Hildete Pereira*, *Juarez Guimarães*, *Leonardo Avritzer*, *Luis Felipe Miguel*, *Magna Inácio*, *Neuma Aguiar*, *Newton Bignotto*, *Ricardo Fabrino*, *Silvana Mariano* e *Solange Simões*. A todos/as, fica aqui registrado a minha admiração e gratidão, principalmente daqueles disponíveis e presentes nas minhas bancas de defesas de monografia, dissertação e qualificação. Agradeço imensamente à *Ana Carolina Ogando* por suas valiosas contribuições, que espero estarem todas contempladas nesta Tese, como também a *Nilton Eustáquio* pela revisão. Os tantos encontros e seminários feministas também me possibilitaram entender/ver/escutar autoras/es, que em grande parte já eram importantes para a minha formação teórica, mas que nesses encontros e diálogos se tornaram referências teóricas centrais para esta Tese, por isso não devo deixar de reconhecer a contribuição de cada um/a: *Alison Jaggar*, *Alejandra Ciriza*, *Chantal Mouffe*, *Cláudia Lima Costa*, *Cory Aragon*, *Eduardo Grüner*, *Pierre Ronsavallon*, *Rita Segato* e *Sonia Alvarez*.

Onze anos de amizade; o que posso dizer sobre *Marina Brito*? Construímos juntos essa trajetória e muitas vezes já não sabíamos mais o que era um e o que era o outro. Onze anos não são onze dias. Do primeiro dia de aula, quando éramos ainda jovens, pueris e perdidos, recém-chegados ao mundo da Academia, até o dia da defesa desta Tese, quando mais uma vez, juntos iremos obter mais um título, confirma-se a importância desta longa amizade. Bachareis e mestres juntos e, agora, doutores. Essa trajetória amarrada só nos diz uma coisa: as nossas vidas se tocaram e sempre permanecerão cruzadas. Não seria mero acaso; para mim, é o destino.

Dos anos de ensino fundamental e ensino médio, no *Colégio Santo Agostinho/Contagem*, onde ainda me construía enquanto um sujeito crítico e procurava me entender enquanto um ser capaz

de “transformar o mundo”, ali foram construídas amizades verdadeiras e eternas, presentes constantemente nessa trajetória. Agradeço a *Ana Paula Martins Campos, Eliziane Lara, Marcelle Correia, Poliana Matos e Rafael França* por serem esses/as amigos/as imprescindíveis e únicos/as – também agradeço aos novos membros desse grupo, *Bernardo Greco, Carlos Jauregui, Eduardo Almeida* e, ao novo mascote, *Davi Greco*. Também nos onze anos vivenciados intensamente na *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)* fui presenteado com belas amizades que se formaram no começo da faculdade e foram se amadurecendo nesses anos. Algumas ficaram, outras se foram, mas o carinho sempre será o mesmo. Sem dúvida, a presença de *Raquel Guilherme* foi imprescindível nessa caminhada. Pude contar tantas vezes com a escuta atenta e os conselhos certos que me mudaram de rumo diversas vezes. Vivemos momentos de amizade e companheirismo inesquecíveis – aproveito e estendo meus agradecimentos ao amigo *Jorge Chaloub*. Agradeço também a importância de *Bruno Carvalho, Hugo Andrade, Laura Furbino, Martha Santos, Rogério Barbosa e Thaís Moraes* na construção dessa trajetória. Nesses anos de graduação, mestrado e doutorado amigos/as/interlocutores/as foram centrais: *Ana Carolina Ogando, Ana Paula Salej, André Guimarães, Carolina Marra, Daniela Mateus, Francisco Mata Machado, Frederico Batista, Guilherme Rodrigues, Luciana Ballestrin, Marcelo Sevaybricker, Maria Cristina Aires, Mariah Cassete, Mariana Baccharini, Marjorie Marona, Renata Peixoto, Robert Bonifácio, Ronaldo Teodoro, Viviane Petinelli e Walter Loschi*. Estendo meus agradecimentos aos funcionários do *Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação, Alessandro Magno, José Eustáquio Caldas, Marlene Maciel* e, principalmente, *Adilsa Coelho*.

Há uma década, entrava no *Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM)* e graças a esta inserção acadêmica a minha carreira foi moldada. Das diversas pesquisas, grupos de estudo e tantas atividades/seminários que realizamos, vivi momentos inesquecíveis nesse lugar, que não seria tão importante se não fosse composto por diversos membros imprescindíveis, cada um/a com sua contribuição nesses anos: *Alzirene Ferreira, Amanda Silva, Ana Luiza Aranha, Andréa Reis, Camylla Cotta, Caroline Ferreira, Clara Cazarini, Clarice Paradis, Clarissa Endo, Cynthia Semíramis, Daniela Rezende, Fernanda Ribas, Filipe Recch, Johanna Monagreda, Laura França Martello, Lucas Winter, Luciana Andrade, Márcia Castro, Mariana Dias, Mariana Prandini, Matheus Cherem, Michele Assis, Michele Brito, Paula Soares, Pedro Mendes, Priscila Delgado, Sonia Dias, Thiago Coacci e Taís Sousa*. Agradeço em especial a *Dani Rezende* e *Mari Prandini* pelas colaborações e pela motivação que me deram em diversos trabalhos realizados em parceria.

O período em que fui consultor sobre “Gênero e Usos do Tempo” na *Secretaria de Políticas para as Mulheres* (SPM/PR), em contribuição com a *ONU Mulheres*, foi sem dúvida engratecedor e transformador. Os oitos meses que ali vivi respresentam um marco na minha trajetória profissional. Agradeço a *Hildete Pereira, Lourdes Bandeira, Sonia Malheiros Miguel* e *Tatau Godinho*, principalmente, pela inspiração e à confiança em mim depositada. Agradeço às/aos colegas *Angélica Duarte, Breno Fleury, Clarissa Carvalho, Gilson Carneiro, Glauca Fraccaro, Ivone Gallo, Kátia Marina, Renata Laviola, Renata Petruan, Renata Veiga, Taís Machado, Thiago Cantalice* e *Vera Puga*. Também não poderia me esquecer da participação no *Comitê de Gênero e Uso do Tempo* (CGTU) e das presenças de *Ana Carolina Querino* (OIT), *Lara Gama* (IBGE) e *Natália Guimarães* (IPEA), como também a gentileza de *Kimberly Fisher* (IATUR). E, sem dúvida, não haveria como não citar a querida *Cristina Queiroz*.

A experiência como professor substituto no *Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília* (IPOL/UnB) foi e está sendo decisiva para o apreço e o desejo de lecionar, por isso, agradeço aos amigos e colegas *Carlos Machado* e *Danusa Marques*, como também *Debora Almeida, Flávia Biroli, Luis Felipe Miguel, Marilde Loiola* e *Pablo Holmes*. Tenho uma grande gratidão também com os alunos e as alunas que me incentivaram e que me trouxeram inúmeros ensinamentos nos últimos dois anos. Foram tantas ideias, perguntas e questionamentos que me colocaram em um constante processo de conhecimento. Não posso me esquecer dos/as monitores/as e tutores/as que me auxiliaram e ajudaram tanto: *Agnes Macedo, Beatriz Vilela, Bruna Oliveira, Caíque Borges, Eduarda Zoghbi, Ernesto Lazari, Fernanda Reis, Flausino Santos, Guilherme Carvalho, Ingrid Matos, Isadora Lima, Jacqueline Lopes, Jéssica Freitas, Kimberly Anastácio, Leila Marques, Lucas Baggi, Luísa Lenti, Melissa Nascimento, Nadla Rocha, Natália de La Cruz, Rafael Melo, Vinícius Nascimento, Vinícius Venâncio* e *Vitório Leite*. As discussões na disciplina sobre *Gênero, Estado e Políticas Públicas* também me motivaram a refletir e repensar diversas questões presentes nesta Tese e, por isso, agradeço as contribuições especiais: *Beatriz Ventura, Daniela Dias, Gabriela Sarkis, Isabela Bandeira, Gabriel Barros, Leonardo Mondin, Luis Henrique Vilaça, Mariana Mesquita, Pedro Valente*, e *Tiago Mergulhão*.

Outro lugar que contribui para o meu aprendizado profissional, que me possibilitou a crescer, tanto profissionalmente, quanto pessoalmente, e pelo qual sou extremamente grato, é o *Instituto FSB Pesquisa*. Primeiramente, agradeço a oportunidade e a confiança depositada por *Marcelo Tokarski*, como também aos colegas *Carlos Nepomuceno* e *Leonardo Barreto*. Outra questão ímpar é que aprendi realmente o que é generosidade, espírito de equipe e como saber levar as

tarefas com leveza no dia-a-dia. A este aprendizado devo às queridas *Clarice Arrais, Karina Duailibe e Tayrine Dias*. E, sem dúvida, o apoio nesses últimos momentos foi imprescindível, inclusive agradeço à *Karina* pelas ideias importantes e conselhos estruturais que ajudaram na Tese. E também não me esqueceria daqueles/as que estão presentes, não dentro da equipe, mas que no último ano foram centrais para o nosso trabalho: *Aline Rabelo, Ane Carvalho, Bruno Barbosa, Dulce de Lima, Gabriela Agapito, Hugo Vale, Ivone Gomes, Maria Raimunda, Marla Lacerda, Nicolas Powidayko, Nilda Costa, Orosino Moreira, Rafaella Souza, Taily Terena e Tatiana Moraes*.

Devo agradecer também às/aos amigas/os que estiveram em tantos momentos, felizes e tristes, e que foram incentivadores deste meu trabalho. Para alguns “política” e “feminismo” eram novidades, outras/os souberam entender a necessidade desse esforço: *Adriana Carmona, Aender Ferreira, Celso Cardoso, Christina Montenegro, Débora Vilela, João Francisco Amigo, Luciana Lisboa*, aos incentivos diários nos últimos dias da escrita desta Tese e ao carinho de *Luciano Bachie, Marcelo Raimundo, Miriam Cardoso, Priscilla Hatem, Raul Azevedo e Rodrigo Massucatti*. Nesses momentos finais da escrita pude contar com a escuta atenta, com os incentivos e a força de *Felipe Martins*. Não tenho palavras suficientes em agradecer a sua importância e centralidade nesse momento. Estendo o carinho à *Eliane e Camila Martins*.

Por fim, mas certamente um agradecimento mais que especial, será para todos/as da minha família, que representam as minhas raízes, os meus esteios e me permitem entender o que sou enquanto pertencente a uma unidade de compartilhamento de sentimentos despretensiosos e quase sempre positivos. Agradeço às famílias *Salles, Ferreira, Petersen e Cypriano*. Aos tios, às tias, irmãos, primos e primas (aqueles que foram meus primeiros e grandes amigos/as *Cacá Salles, Daniela Salles, Flávia Salles*, ao amigo e novo primo, *Danilo Mioti e Ubiratan Miranda*). À memória das avós, *Yvonne Cypriano e Zulma Salles*, e de meu avô, *Nides Ferreira*. Minha gratidão à família da Estônia, *Maie Minn e Urmas Minn*, principalmente à *Mari Minn*, por sua amizade e companheirismo sempre. Agradeço ao meu pai, *Annibal Cypriano*, pela ajuda nos momentos difíceis e pelo amor singelo, único.

Chegar ao fim dessa extensa lista de nomes, na tentativa árdua em recordar momentos e rostos – já que me persegue certa mania ao nominalismo e considero importante o “toque humano” em que as relações se constituem – finalizo os agradecimentos com as pessoas que me motivam a viver e me ensinaram e sempre me ensinam o melhor da vida: ao meu filho *Oliver Cypriano*,

que apesar da distância mantem viva essa conexão pai-filho, não só visualmente, mas também na forma como ele enxerga a vida e a vive levemente; e, à minha mãe, *Patrícia Cypriano*, por ser a mulher que me mostrou o mundo como é; aquela que lutou por mim e que se dedicou imensamente pelos filhos, mas, que também me possibilitou ver todas as dificuldades que o mundo colocava a ela enquanto uma mulher, que queria e precisava vencer. Mas das dificuldades diárias, da dupla e tripla jornada de trabalho, as lições sobre o *feminismo* dessas experiências estão refletidas na minha visão teórica, acadêmica e pessoal. Por isso, as carrego e as levo comigo, procurando compartilhar com esse mundo, tão desigual, tão difícil, mas que ainda merece ser transformado.

“Hay entonces, una necesidad de elaborar, o recuperar el saber para sí desde el feminismo. El querer-saber surge cuando se constata las no-correspondencias entre los ‘valores’ postulados por el sistema y las experiencias concretas reales humanas. Para las mujeres, como grupo cultural, los valores de igualdad, fraternidad, democracia, son vividos como desigualdad, opresión y discriminación. El querer saber se parece a la rebeldía.”

Julieta Kirkwood

RESUMO

A proposta da Tese é discutir as possibilidades em se abordar os “nós feministas”, procurando (re)pensá-los através de ferramentas epistêmicas que possibilitariam a amarração e o ato de se desatar tal “emaranhado nodal incomum” dentro do que conhecemos como “teoria política feminista”. Através da noção genealógica foucaultiana busca-se apresentar e resgatar os projetos de produção de conhecimento feminista por uma análise histórico-conceitual, mas também por meio de um desenho analítico pelo qual se entenderá a construção do próprio campo de conhecimento político e feminista. Ou seja: o esforço da Tese se traduz em uma análise detalhada de como as categorias e os eixos analíticos são/serão importantes na compreensão do campo de conhecimento autoreferenciado como “teoria política feminista”.

A Tese recorre por e através três eixos analíticos – (1) o *eixo práxis-conhecimento*; (2) o *eixo discurso-poder*, e; (3) o *eixo histórico-narrativo* – analisando as dimensões pré-teórica, teórica e metateórica da construção do pensamento político feminista, detendo-se sobre a centralidade de conceitos políticos e politizados através e por meio do movimento para a construção desta nova/outra episteme. Assim, procura-se contemplar as seguintes discussões polêmicas no campo teórico do conhecimento político e do feminismo, ressaltando a noção epistêmica da *experiência* evidenciada na comparação do Norte global e do Sul global, especialmente a contribuição latino-americana: do *mainstream* (ou *male-stream*) do campo do conhecimento político para projetos desafiadores e críticos feministas; da relação conturbada entre *práxis* e conhecimento para processos alternativos de conciliação entre estes campos; da política ao político; e, do global e universal ao local e contingente. Por fim, a Tese discutirá as noções de fronteiras estabelecidas nos diversos campos do conhecimento e a possibilidade de se pensar o conceito “a” política, na sua lógica relacional com “o” político, sob um viés crítico-emancipatório feminista, resgatando a importância da experiência da *nossa* América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo; teoria política feminista; América Latina; teoria pós-colonial.

ABSTRACT

The purpose of this Thesis is to discuss possibilities in addressing “feminist knots”, seeking to (re)think them through epistemic tools that would allow the tying and untying of such “uncommon nodal tangle”, within what we know as “feminist political theory”. Through Foucault's notion of genealogy, feminist knowledge production projects are presented and recovered, resorting to historical and conceptual analysis, as well as an analytical design by which the construction of the political and feminist field of knowledge itself will be understood. The Thesis develops a detailed analysis of how the categories and analytical axes are/will be important in understanding the field of knowledge self-referenced as “feminist political theory”.

The Thesis draws on and is developed through three analytical axes – (1) the *praxis-knowledge axis*; (2) the *discourse-power axis*, and; (3) the *historical-narrative axis* – analyzing the pre-theoretical, theoretical and meta-theoretical dimensions of the construction of feminist political thought, focusing on the centrality of political and politicized concepts through the opposing dissident movement aimed at the construction of this new/other episteme. Thus, the thesis will try to address the following controversial discussions in the theoretical field of political knowledge and feminism, highlighting the epistemic notion of *experience* observed in the comparison and distinction between the global North and the global South, especially the Latin American contribution: from the mainstream (or *male-stream*) of the field of political knowledge to challenging and critical feminist projects; from the troubled relationship between *praxis* and knowledge to alternative processes that reconcile these fields; from policy to politics; and from global and universal to local and conditional. Finally, the Thesis will discuss the notions of boundaries established in various fields of knowledge and the possibility of thinking of the concept of “politics” in its relational logic with “the political”, from a feminist critical-emancipatory perspective, recovering the importance of the experience of *our* Latin America.

KEYWORDS: feminism; feminist political theory; Latin America; postcolonial theory.

RESUMEN

La propuesta de la Tesis es discutir las posibilidades de abordar los «nudos feministas», intentando (re)pensarlos a través de herramientas epistémicas que posibilitarían el entrelazamiento y el acto de desatar dicha «maraña nodal fuera de lo común», dentro de lo que conocemos como «teoría política feminista». A través de la noción genealógica foucaultiana se pretenden presentar y rescatar los proyectos de producción de conocimiento feminista utilizando un análisis histórico-conceptual, aunque también por medio de un diseño analítico mediante el que se entenderá la construcción del propio campo de conocimiento político y feminista. El esfuerzo de la Tesis se traduce en un análisis detallado sobre la manera en la que las categorías y los ejes analíticos son/serán importantes para la comprensión del campo de conocimiento autorreferenciado como «teoría política feminista».

La Tesis discurre por y a través de tres ejes analíticos – (1) el *eje praxis-conocimiento*; (2) el *eje discurso-poder, y*; (3) el *eje histórico-narrativo* –, analizando las dimensiones preteórica, teórica y metateórica de la construcción del pensamiento político feminista y deteniéndose en la centralidad de conceptos políticos y politizados a través y por medio del movimiento disidente y contestatario que persigue la construcción de esta nueva/otra episteme. De este modo, se intentan contemplar las siguientes discusiones polémicas en el campo teórico del conocimiento político y el feminismo, resaltando la noción epistémica de la *experiencia* que se percibe en la comparación y distinción entre el Norte global y el Sur global, especialmente en lo que respecta a la contribución latinoamericana: del *mainstream* (o *male-stream*) del campo del conocimiento político para proyectos feministas desafiantes y críticos; de la relación conturbada entre *praxis* y conocimiento para procesos alternativos de conciliación entre estos campos; de la política a lo político; y de lo global y universal a lo local y contingente. Por último, la Tesis discutirá las nociones de las fronteras establecidas en los diversos campos de conocimiento y la posibilidad de pensar el concepto de «la» política, en su lógica relacional con «lo» político, con un sesgo crítico-emancipador feminista y rescatando la importancia de la experiencia de *nuestra* América Latina.

PALABRAS CLAVE: feminismo; teoría política feminista; América Latina; teoría poscolonial.

RÉSUMÉ

Cette Thèse discute les possibilités d'aborder les « nœuds féministes » en cherchant à les (re) penser grâce à des outils épistémiques qui permettraient d'amarrer et de dénouer ce « enchevêtrement nodale inusité » au sein de ce que nous connaissons comme « théorie politique féministe ». En s'appuyant sur la notion de généalogie foucaldienne, elle présente et récupère les projets de production de connaissance féministe au travers d'une analyse historico-conceptuelle et d'un dessin analytique aidant à comprendre la construction de ce champ de connaissance politique et féministe. Pour ce faire, elle déploie une analyse détaillée montrant combien les catégories et axes analytiques sont/seront importants pour comprendre ce champ de connaissance qui se désigne lui-même sous le nom de « théorie politique féministe ».

La Thèse explore trois axes analytiques: (1) l'*axe praxis-connaissance* ; (2) l'*axe discours-pouvoir* ; et (3) l'*axe historico-narratif*, auxquels elle a recours pour analyser les dimensions préthéorique, théorique et métathéorique de la construction de la pensée politique féministe en s'arrêtant tout particulièrement sur la centralité de concepts politiques et politisés au travers et au moyen du mouvement dissident et contestataire visant à construire cette épistémè nouvelle/autre. De ce fait, elle prend en compte les discussions polémiques suivantes dans le champ théorique de la connaissance politique et du féminisme, en mettant en relief la notion épistémique de l'*expérience* perçue dans la comparaison et distinction entre le Nord global et le Sud global et spécialement la contribution latino-américaine : du *mainstream* (ou *male-stream*) du champ de la connaissance politique à des projets féministes critiques et pleins de défis; du rapport tumultueux entre praxis et connaissance aux processus alternatifs de conciliation entre ces champs; de la politique au politique; et, du global et universel au local et contingent. Finalement, le texte discute les notions de frontières établies dans les différents champs de la connaissance et la possibilité de penser le concept de « la » politique, dans sa logique relationnelle avec « le » politique sous un prisme critico-émancipatoire féministe pour récupérer l'importance de l'expérience de *notre* Amérique Latine.

MOTS-CLÉS: féminisme ; théorie politique féministe ; Amérique Latine ; théorie postcoloniale.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Emaranhado nodal feminista.....	38
Figura 2 –	A dispersão entre os campos dos saberes políticos feministas.....	51
Figura 3 –	Esboço esquemático do campo do conhecimento político.....	76
Figura 4 –	Deslocamentos das noções de “a” política e “o” político.....	80
Figura 5 –	Posicionamentos feministas: da equidade à transversalidade.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Referencial analítico do dimensionamento teórico político feminista.....	97
Quadro 2 – Mapa analítico para o conceito feminista de política.....	124

LISTA DE SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero

MLF – *Mouvement de Libération de Femmes*

NOW – *National Organization for Women*

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

SPM/PR – Secretaria de Política para as Mulheres/Presidência da República

SUMÁRIO

PRÓLOGO – REALIDADES LATINAS/E/AMERICANAS: OS ENCONTROS COM OS FEMINISMOS DO NOSSO SUL.....	21
INTRODUÇÃO – ENTENDENDO OS “NÓS”: DIMENSÕES SIGNIFICANTES PARA SE COMPREENDER O SABER FEMINISTA.....	32
O SABER E A GENEALOGIA.....	38
OS SABERES POLÍTICO (OU O CAMPO DO CONHECIMENTO POLÍTICO).....	43
“A” POLÍTICA E “O” POLÍTICO.....	45
O SUL E O NORTE GLOBAL.....	49
1 ESPELHOS DISTORCIDOS SOBRE AS MULHERES NO CONHECIMENTO POLÍTICO: A BUSCA POR “NÓS”.....	54
1.1 DO PENSAMENTO MODERNO AO CONTEMPORÂNEO: AS AUSÊNCIAS DAS MULHERES DO CONHECIMENTO POLÍTICO.....	58
1.2 O CAMPO DO CONHECIMENTO POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE.....	71
1.2.1 “A” política e “o” político no campo do conhecimento político.....	79
2 CONHECIMENTOS POLÍTICOS NA PERSPECTIVA FEMINISTA: ENTRELACANDO OS “NÓS”.....	91
2.1 ANÁLISE FEMINISTA DO CONHECIMENTO POLÍTICO, OU, A “TEORIA POLÍTICA FEMINISTA”.....	94
2.2 A HISTÓRIA DO FEMINISMO CONTADA EM “ONDAS”.....	108
2.1.1 Do sexo ao gênero.....	110
2.3 A DINÂMICA CONCEITUAL DA TEORIA POLÍTICA FEMINISTA.....	120

2.3.1	O patriarcado: conceito central.....	125
2.3.2	O público e o privado: conceitos-fronteira.....	129
2.3.3	Dominação-liberdade: eixo de deslocamento.....	133
2.3.4	Conceitos políticos/politizados: conceitos de interlocução.....	135
3	A “TEORIA POLÍTICA FEMINISTA” ENTENDIDA ATRAVÉS DOS SEUS “NÓS”: AS DIMENSÕES, CONEXÕES E RUPTURAS.....	138
3.1	AS/OS SUJEITAS/OS DO FEMINISMO E A EXPERIÊNCIA DO SUL GLOBAL.....	145
3.2	DA POLÍTICA QUE “ODEIA” AS MULHERES AO NOVO CONCEITO: “A” POLÍTICA PELO FEMINISMO.....	148
	CONSIDERAÇÕES FINAIS – DESATANDO “NÓS”: O CONHECIMENTO FEMINISTA E A BUSCA POR UM CONCEITO NOVO DE “POLÍTICA”.....	160
	ANEXOS.....	179
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	222

PRÓLOGO

**REALIDADES LATINAS/E/AMERICANAS: OS
ENCONTROS COM OS FEMINISMOS DO *NOSSO* SUL**

“Sabían que hay hombres que ponen la mira,
 Y atrapan de un trago la luz de otro ser,
 Sabían que hay hombres que rasgan las ropas
 Del pecho que un día les dio de beber, ay de beber,
 Sabían ustedes que existe un desierto
 De puras mujeres de rabia y dolor,
 Sabían que hay cientos de cuerpos dormidos,
 De puras mujeres de Juárez las hijas del sol, las hijas del sol.”
 (PERROZOMPOPO, 2007, *Las hijas del sol*)¹

O s pés expostos nas areias daquele terreno árido, em uma fronteira Norte/Sul, sinaliza mais uma vez a morbidez de um corpo. Um corpo sem vida, sem política, sem cidadania, sem fronteira, sem língua, quisera, talvez, sem pátria. Porém um corpo sexuado. Talvez, e muito possivelmente, a carnalidade, as pulsões e o desejo levaram aquela mulher ao encontro com o seu perpetrador e assassino. Mais uma vez, uma mulher objetificada pelo seu sexo. Entre tantas mulheres – Marias, Guadalupes, ou Sílvia Elena, ou Lupita (RODRÍGUEZ, 2007) – não haveria e não há como ficar indiferente à tamanha violência e desigualdade de gênero² que tais imagens, cada vez mais recorrentes, nos demonstram. Esta é uma das reconstruções de uma imagem de Juárez, mas poderia ser também uma descrição de outros tantos acontecimentos relatados e vivenciados cotidianamente em vários países da América Latina, hoje reconhecidos como feminicídios – uma tipificação terminológica para designar o genocídio de mulheres em diversos contextos sociais e culturais³.

Diante de imagens como esta surge a urgência de se buscar saídas e transformações para essa realidade, fazendo com que a *teoria* possivelmente pudesse ser uma forma ou um instrumental efetivo de mudança. Como Céli Pinto (2010, p. 15) coloca, o feminismo “[...] é

¹ Passagem da música “*Las hijas del Sol*”, do cantor nicaraguense Perrozompopo, que tem-se destacado no cenário musical latino por suas letras de denúncia e protesto contra as desigualdades sociais e políticas na América Latina.

² A disputa conceitual sobre sexo e gênero será discutida no Capítulo 2 da presente Tese.

³ A noção de feminicídio, ou femicídio, deriva-se da proposta terminológica de Diana Russell (1976) durante o “*International Tribunal on Crimes Against Women*”, realizado em Bruxelas, Bélgica. A autora propôs o termo como forma de politização de uma questão que sistematicamente era evidenciada em diferentes culturas: o assassinato de mulheres por homens em razão delas serem mulheres. Mary Anne Warren (1985), por sua vez, propõe o termo generocídio, evidenciando as diferentes formas de assassinato e mortes em razão do gênero. Esta autora conclui na obra que, em geral, as mulheres teriam probabilisticamente maior chance de serem mutiladas ou assassinadas por homens do que morrerem por outras formas. A importância do termo feminicídio tomou dimensões importantes nas discussões internacionais e foi alvo de disputa política em diversas instâncias. Caberia ressaltar aqui a importância do conceito, já que no caso da Cidade de Juárez (*Ciudad Juarez*), por exemplo, os debates se intensificaram dando o protagonismo ao Estado, por ele se omitir às recorrentes mortes de mulheres e, assim, ser retratado pela justiça como culpado (M. A. WARREN, 1985; RADFORD; RUSSELL, 1992; LAGARDE, 1995; SEGATO, 2005).

um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria.”, mesmo que se possa entender que “[t]eoria’ é um termo altamente contestado dentro do discurso feminista.”⁴ (BUTLER; SCOTT, 1992, p. xiii, tradução nossa). Deste modo, pode-se compreender que a militância e o posicionamento crítico que as reflexões feministas produzem partem da necessidade de se colocar em questão e evidência a *experiência*, principalmente a *experiência das mulheres*. Dessa forma, como afirma Marta Monasterio Martín (2005, p. 3-4, tradução nossa):

“Como teoria política, o feminismo requer sujeitos/atores (ou atrizes) políticos. Sujeitos que, neste caso, são as mulheres. Mas tal afirmação, que a princípio parece óbvia, na verdade, tem de ser entendida como uma estratégia política, porque ‘a mulher’, como ‘o homem’, é uma figura social e culturalmente construída.”⁵

Segundo Amorós Puente (2008a [1997], p. 19, tradução nossa), “[a] questão do sujeito é de importância crucial para um feminismo entendido como projeto emancipatório das mulheres.”⁶. O sujeito social torna-se um problema, de acordo com Silvana Mariano (2005, p. 484), por dois motivos: (i) pelo universalismo, por caracterizar um sujeito masculino; e (ii) pelo essencialismo. Dessa forma, o ato de *teorizar* a partir do feminismo requer a tarefa de definir o sujeito do feminismo e de se romper com tais preceitos epistêmicos, tarefa que tem se mostrado cada vez mais difícil, complexa e disputada. Provavelmente aí estaria um dos grandes “nós” da teoria feminista. A partir do feminismo e do “fazer feminista” esse seria um dos grandes dilemas de negociação do “nó do saber” com o “nó de poder” e o “nó da política” entre militantes, acadêmica/o/s e políticas/o/s (KIRKWOOD, 2010 [1985]). Para Julieta Kirkwood (2010 [1985]), os nós – ou *nudos* em espanhol – poderiam ser compreendidos como fios emaranhados que podem ser desfeitos e desamarrados, cortados, ou mesmo, através de uma compreensão que o conceito em espanhol nos permitiria pensar, seriam caules e troncos, círculos concêntricos que se desenvolvem e se envolvem mutuamente. Por meio desta compreensão, Kirkwood (2010 [1985], p. 184, tradução nossa) pontua: “Através dos

⁴ Versão original em inglês: “‘Theory’ is a highly contested term within feminist discourse.”

⁵ Versão original em espanhol: “Como teoría política, el feminismo necesita sujetos/actores (o actoras) políticos. Sujetos que, en este caso, son las mujeres. Pero tal afirmación, que en principio se presenta como obvia, en realidad tiene que comprenderse como una estrategia política, ya que ‘la mujer’, como ‘el hombre’, es una figura construída social y culturalmente.”

⁶ Versão original em espanhol: “La cuestión del sujeto es de importancia crucial para un feminismo entendido como proyecto emancipatorio de las mujeres.”

nós feministas vamos conformando a política feminista. Os nós, então, são parte de um movimento vivo.”⁷.

Compreendendo, então, os “nós” como tensões quase permanentes, como paradoxos, encontros e desencontros, o conhecimento feminista foi e é constantemente construído por dissidências e disputas. Conhecimento que deve ser compreendido como um conceito que se refere “[...] não somente a ideias, mas a instituições e a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais especializados, todos eles constitutivos das relações sociais.” (SCOTT, 2008 [1999], p. 20, tradução nossa)⁸. E também há que se ter em mente, como Jill Morawski (1993 [1988]) propõe, é que os paradoxos epistemológicos colocados pelo feminismo são necessária e fundamentalmente *sociais*, e que dessa forma “[...] requerem resolução através da reconsideração e alteração das relações sociais de poder existentes.” (MORAWSKI, 1993 [1988], p. 215).

Na tentativa de se entender as desigualdades e opressões, a teoria feminista foi também um lugar de manutenção de algumas delas, como apontou Audrey Lorde (2007 [1981], p. 110, tradução nossa): “[é] uma particular arrogância acadêmica assumir qualquer discussão de teoria feminista sem examinar as nossas várias diferenças, e sem uma participação significativa das mulheres pobres, das mulheres Negras e do Terceiro Mundo, e lésbicas.”⁹. Da mesma forma, Cherríe Moraga e Gloria Anzaldúa (1981, p. 2-3, tradução nossa)¹⁰, partindo das experiência e vozes das “mulheres de cor”, do feminismo *chicano* e do feminismo lésbico, denunciam: “Nós somos as de cor no movimento feminista branco./ Nós somos as feministas entre o povo da nossa cultura./ Nós geralmente somos as lésbicas entre os heterossexuais.”¹¹. Outra importante contribuição e voz para a dissensão, autocrítica e para a

⁷ Versão original em espanhol: “A través de los nudos feministas vamos conformando la política feminista. Los nudos, entonces, son parte de un movimiento vivo.”.

⁸ Versão em espanhol: “[...] no sólo a ideas sino a instituciones y a estructuras, a prácticas cotidianas y a rituales especializados, todos ellos constitutivos de las relaciones sociales.”.

⁹ Versão original em inglês: “It is a particular academic arrogance to assume any discussion of feminist theory without examining our many differences, and without a significant input from poor women, Black and Third World women, and lesbians.”.

¹⁰ A antologia “*This bridge called my back: writings by radical women of color*”, editada por Cherríe Moraga e Gloria Anzaldúa, traduzida para o espanhol como “*Este puente mi espalda*”, é conhecida provavelmente como a obra fundacional do feminismo *chicano*, ou “feminismo de cor”. Segundo Bidaseca (2010, p. 139), o livro pode ser compreendido com o símbolo das feministas *chicanas* por justamente criticar a ideia do sujeito do feminismo da igualdade, muitas vezes caracterizado como um “feminismo branco”. Segundo Rebecca Aenerud (2002, p. 72), através de uma análise bibliográfica da produção feminista, a antologia é um dos livros mais citados e, sem dúvida, é uma obra que não pode ser evitada.

¹¹ Versão original em inglês: “We are the colored in a white feminist movement./We are the feminists among the people of our culture./We are often the lesbians among the straight.”.

ruptura dentro do movimento feminista é da autora Barbara Smith (1979), que busca direcionar novos rumos ao conhecimento feminista:

“O feminismo é teoria política e prática que luta para libertar *todas* as mulheres: as mulheres de cor, as mulheres da classe trabalhadora, mulheres pobres, as mulheres com deficiência, lésbicas, mulheres idosas – bem como as brancas, economicamente privilegiadas, mulheres brancas heterossexuais. Qualquer coisa a menos que esta visão de liberdade total não é feminismo, mas apenas autoengrandecimento feminino.” (SMITH, 1979, p. 48, itálicos da autora, tradução nossa)¹².

Provavelmente, a busca por se compreender o/a/s sujeito/a/s do feminismo¹³ remete a pontos nodais deste conhecimento e, por isso, é imprescindível que as múltiplas diferenças estejam presentes no processo de construção teórico-conceitual feminista. Em especial, nesta Tese, deve-se dar centralidade à configuração produzida pelas tensões entre o Norte e o Sul global, através das quais as diversas autoras e autores feministas vão se deslocar entre quatro eixos, o que permitirá comparações dos pontos de encontro e de ruptura entre esses campos/eixos: (i) a teoria política feminista do Norte/Ocidental hegemônica, conformada em sua maioria por feministas brancas de classe média e alta e por mulheres e homens brancos heterossexuais; (ii) a contra-hegemonia da teoria política feminista do Norte/Ocidental, através da qual se tensiona e critica o campo anterior, incluindo as feministas negras, as latinas (ou *chicana studies*), os estudos literários e pós-coloniais e a teoria *queer*; (iii) a corrente acadêmica do pensamento político feminista do Sul global, o feminismo descolonizador, incluindo autoras e autores da América Latina, África e Ásia; e, (iv) a práxis e o pensamento feminista do Sul global que inclui, por sua vez, os movimentos sociais, as redes e as articulações feministas do Sul global, ou seja, a miríade de atores e atrizes que se articulam e enredam (também) um pensamento fora do ambiente acadêmico nos territórios do Sul.

A realidade, o vivido, ou melhor, a *experiência* dessas mulheres traduz-se em conhecimento, como apontou Sonia Johnson (1987, p. ii, tradução nossa), pois a “[a]nálise feminista, mais

¹² Versão original em inglês: “Feminism is the political theory and practice that struggles to free *all* women: women of color, working class women, poor women, disabled women, lesbians, old women – as well as white, economically privileged, heterosexual white women. Anything less than this vision of total freedom is not feminism, but merely female self-aggrandizement.”

¹³ Acredita-se ser importante propor nesta Tese uma “guerrilha semântica”, compreendida como a utilização politicamente orientada para a importância do uso não sexista da linguagem. As diversas aspas, barras e parênteses sinalizam ausências/presenças marcadas por um apelo à não-hierarquização das posições múltiplas e abertas de gênero.

que qualquer outra análise da situação humana, tem a sua origem na experiência direta. [...] toda teoria feminista resulta da transformação da experiência e da observação em um princípio.”¹⁴. De fato, se o feminismo pode ser considerado como um fenômeno eminentemente moderno, segundo Amorós Puente (2008a [1997]), a teorização e a reflexão sobre a “experiência” na teoria só poderá ser mais bem percebida após os ecos gerados pelo movimento feminista no início da *segunda onda*, marcados principalmente pela radicalidade do ativismo, que poderia ser caracterizada como uma diferenciação e/ou distanciamento da “nova esquerda”; esse posicionamento radical esteve, sem dúvida, relacionado ao slogan “o pessoal é político” (“*the personal is political*”). A ideia presente no artigo de Carol Hanisch (1969) indicava ao movimento feminista a necessidade da tomada de consciência, visando compreender que problemas pessoais eram também problemas políticos (PANTON, 2004)¹⁵. Segundo Ana María Bach (2010), a discussão sobre a experiência pelo feminismo, por atentar que a experiência masculina não é universal, aproxima-se da noção “o pessoal é político” e, com isso, constrói uma face política inerente da experiência. A autora acrescenta que a teoria e a filosofia feminista norte-americana pouco retratou a discussão sobre o conceito de experiência, mesmo sendo ele um conceito vertebrador de tal pensamento e, também, a conformação dos posicionamentos teóricos escolhidos refletem, de certa forma, o embate entre o feminismo hegemônico e a contra-hegemonia das vozes insurgentes dentro dos feminismos¹⁶. Os trabalhos centrais a esta discussão estariam relacionados à corrente filosófica da fenomenologia¹⁷ e do pragmatismo¹⁸, que discutem o conceito de experiência

¹⁴ Versão original em inglês: “Feminist analysis, more than any other analysis of the human situation, has its origins in direct experience. [...] all feminist theory results from the transformation of that experience and observation into principle.”

¹⁵ De acordo com Panton (2004, p. 5), a ideia “o pessoal é político” não seria uma novidade no contexto em que surgiu no movimento radical feminista norte-americano, pois a ideia já havia sido problematizada em um artigo de Claudia Jones (1949), que discutia a problemática das relações inter-raciais, e também colocada por pensadores da “nova esquerda” nas décadas de 50 e 60, como Hebert Marcuse e Wright Mills.

¹⁶ A proposta categórica de Bach (2010) foi de dividir a discussão sobre a experiência em quatro grandes campos de abordagem: (i) a subjetividade, referenciado Barky e De Lauretis; (ii) a política, problematizada por hooks, Anzaldúa, Lugones e Mohanty; (iii) o conhecimento, ou a abordagem epistemológica, por Nelson, D. E. Smith, Harding, as epistemólogas do ponto de vista (*standpoint theory*), Hill Collins, Haraway e Code; e, (iv) a linguagem, problematizada por Scott, Young e Alcoff.

¹⁷ A fenomenologia é de importância sumária nesta Tese, principalmente pela contribuição de Martin Heidegger (2009 [1927]) às noções dos níveis ôntico e ontológico que serão discutidos no Capítulo 1. Cabe destacar que esta corrente do pensamento filosófico deve ao trabalho de Edmund Husserl (2012 [1901]) a sua fundamentação, já que segundo este filósofo “[...] a fenomenologia é uma descrição da estrutura específica do fenômeno (fluxo imanente de vivências que constitui a consciência) e, como estrutura da consciência enquanto consciência, ou seja, como condição de possibilidade do conhecimento, o é na medida em que ela, enquanto consciência transcendental, constitui as significações e na medida em que conhecer é pura e simplesmente apreender (no plano empírico) ou constituir (no plano transcendental) os significados naturais e espirituais.” (ZILES, 2007, p. 218).

¹⁸ O pragmatismo aqui é entendido como uma instância que atribui à abordagem teórica ou a um método de orientação, que segundo Pogrebinschi (2005), seria “[...] uma teoria que nos permite compreender antigas teorias

das mulheres recorrendo a três aspectos, que se uniriam intrinsecamente: o político, o psicológico e/ou o cognitivo (BACH, 2010, p. 24-25).

Joan Scott (1992 [1991]) informa como a proeminência da experiência torna-se central para a construção não de um, mas de uma noção de múltiplos sujeitos, já que, desestabilizando as premissas ideológicas e as categorias de representação, perceber-se-ia a existência do “outro” (das “outras”), possibilitando a emergência da discussão acerca de sua própria construção. De acordo com a autora, seria importante ressaltar que os indivíduos não têm experiência, quem as têm são os sujeitos que são construídos por e através delas. Logo, a evidência da experiência possibilitaria explicar a própria produção do conhecimento através da prática de interpretação – necessitando-se, assim, das teorias ou das ideias discursivas. Desta forma, como bell hooks (1994) nos chama a atenção, a experiência é um aspecto fundamental para se motivar a utilização instrumental e a necessidade de uma teoria:

“Eu vim para teoria, porque eu estava sofrendo – a dor dentro de mim era tão intensa que eu não poderia continuar vivendo. Eu vim para a teoria desesperada, querendo compreender – para entender o que estava acontecendo ao meu redor. Mais importante, eu queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria então um local para a cura.” (hooks, 1994, p. 59, tradução nossa)¹⁹.

Chandra Mohanty (1998 [1992]) se propõe também a problematizar a “política da experiência”, já que, segundo ela, os textos feministas devem ter e valorizar a autoconsciência da sua própria produção em relação às noções de “experiência” e “diferença”. A experiência – entendida como uma noção que pode rearticular a prática política e de conhecimento feminista na produção de diferentes referências e significados – define-se como um método “[...] que deve ser historicamente interpretado e teorizado se é para se tornar a base para a solidariedade e luta feminista e seria neste momento que uma compreensão da política da

e, ao mesmo tempo, criar outras novas; um método para conferir significado a conceitos e concepções; um meio de dar sentido à realidade e à ação através da teoria; um propósito de experimentar incessantemente novas formas de pensar e também de reexperimentar aquelas que já são conhecidas.” (POGREBINSCHI, 2005, p. 15). Basicamente, e em linhas muito gerais, a fonte ou matriz filosófica do pragmatismo referir-se-ia ao antifundacionalismo, que negaria uma fundação estática e imutável da teoria, o consequencialismo, que diz sobre o direcionamento do olhar para o futuro, e o contextualismo, referente à ênfase do papel do contexto nas investigações teóricas e filosóficas.

¹⁹ Versão original em inglês: “I came to theory because I was hurting – the pain within me was so intense that I could not go on living. I came to theory desperate, wanting to comprehend – to grasp what was happening around me. Most importantly, I wanted to make the hurt go away. I saw in theory then a location for healing.”.

localização prova ser crucial.” (MOHANTY, 1998 [1992], p. 269, tradução nossa)²⁰.

Outra autora que busca retratar a importância da experiência é Iris Marion Young (1990b [1980], 2000a) e como estratégia de entendimento do conceito recorre à fenomenologia, principalmente às contribuições de Maurice Merleau-Ponty (1999 [1945]) e Simone de Beauvoir (2009 [1949]). Referenciando a noção de “corpo vivido” de Merleau-Ponty, Iris Young procura descrever os condicionamentos do corpo feminino e a experiência das mulheres no mundo a partir de uma análise do que é o “ser uma garota”. A experiência do corpo vivido de uma mulher, ou de uma garota, é marcada por uma condição paradoxal de *percepção e vivência*: o corpo é uma unidade de performance transcendental por seu condicionamento à noção de humanidade e, ao mesmo tempo, é caracterizado por uma condição de existência objetificada (imane) em razão da existência feminina em uma sociedade patriarcal, como apontado por Beauvoir. Essa condição, ou seja, as modalidades de existência corporificadas das mulheres, segundo Iris Young (1990a [1980], p. 155, itálicos da autora, tradução nossa) refere-se ao:

“[...] fato de que a mulher vive seu corpo como *objeto*, bem como sujeito. A fonte disto é que a sociedade patriarcal define a mulher como objeto, como um mero corpo, e que na sociedade sexista mulheres são de fato frequentemente consideradas por outros como objetos e meros corpos. Uma parte essencial da situação de ser uma mulher é vivenciar a possibilidade sempre presente que alguém vai contemplá-la como um mero corpo, como forma e carne que se apresenta como o objeto potencial das intenções e manipulações de outro sujeito, em vez de como uma manifestação viva de ação e intenção. A fonte desta existência corporificada objetificada está na atitude dos outros em relação a ela, mas a própria mulher, muitas vezes ativamente considera seu corpo como uma mera coisa. Ela olha para ele no espelho, preocupa-se como ele se aparenta para os outros, o ajeita, o conforma, modela e o decora. [...] Esta existência corporificada objetificada explicaria a autoconsciência da relação feminina com seu corpo e resulta na distância que ela toma de seu corpo.”²¹.

²⁰ Versão original em inglês: “[...] must be historically interpreted and theorized if it is to become the basis of feminist solidarity and struggle, and it is at this moment that na understanding of the politics of location proves crucial.”

²¹ Versão original em inglês: “[...] the fact that the woman lives her body as *object* as well as subject. The source of this is that patriarchal society defines woman as object, as a mere body, and that in sexist society women are in fact frequently regarded by others as objects and mere bodies. An essential part of the situation of being a woman is that of living the ever-present possibility that one will be gazed upon as a mere body, as shape and flesh that presents itself as the potential object of another subject’s intentions and manipulations, rather than as a living manifestation of action and intention. The source of this objectified bodily existence is in the attitude of others regarding her, but the woman herself often actively takes up her body as a mere thing. She gazes at it in the mirror, worries about how it looks to others, prunes it, shapes it, molds and decorates it. [...] This objectified bodily existence accounts for the self-consciousness of the feminine relation to her body and resulting distance she takes from her body.”

Essa compreensão sobre o corpo vivido, ou melhor, a existência corporificada como coloca Iris Young trouxe às discussões feministas, bem como à corrente fenomenológica, uma preocupação e defesa de que são necessárias tanto a conceituação como a compreensão sobre a/o/s sujeita/o/s. Isso implicaria dizer, no caso de Iris Young, que a experiência é uma noção imperiosa para nomear os sujeitos que são oprimidos e que, por sua vez, necessitariam dessa consciência para emancipar-se (YOUNG, 2000b [1990]). O enfoque de Young estaria em relacionar essa condição a uma preocupação pragmática com a emancipação, que de acordo com Bach (2010, p. 113, tradução nossa), teria na ideia de experiência:

“[...] uma dupla função política. Em primeiro lugar, nomeia formas e significados de opressão. Descrever os processos de vida social desde o ponto de vista do sujeito aporta à linguagem os danos e as feridas da estrutura opressora e isto só se pode alcançar a partir da descrição da experiência. Em segundo lugar, mantém aberta à possibilidade de resistência. A experiência nomeia um momento de agência criativa nos processos sociais, que não pode ser finalmente completada ou categorizada pelas estruturas opressoras dominantes. Descrever as classes de opressão, a experiência de opressão e a agência criativa dos oprimidos pode ajudar à resistência e ao surgimento de concepções de alternativas.”²².

De acordo com Flávia Biroli (2013a, 2013b), a contribuição feminista de “corpo vivido” de Iris Young corroboraria para a noção de *autonomia* frente ao entendimento sobre as faces da opressão. Segundo a autora, conectando a experiência através do corpo vivido com a noção de “perspectiva social”, presente principalmente na obra “*Inclusion and democracy*” (YOUNG, 2000a), revelaria-se uma orientação normativa, através da qual “[o] conhecimento que encerram e as perspectivas que as singularizam são ao mesmo tempo resultantes dos condicionamentos (e constrangimentos) estruturais e das potencialidades a partir das quais seria possível compreendê-los diferentemente e quiçá redefini-los.” (BIROLI, 2013a, p. 91).

Diante deste enredo, que procurou retrair brevemente as aproximações entre o *feminismo*, as noções de *experiência* e o *campo do conhecimento feminista*, buscar compreender a teoria feminista, como também contribuir para a sua construção, foi uma estratégia que, tanto para

²² Versão original em espanhol: “[...] una doble función política. En primero lugar, nombra formas y significados de opresión. Describir los procesos de vida social desde el punto de vista del sujeto aporta al lenguaje los daños y las heridas de la estructura opresiva y esto sólo se puede lograr a partir de la descripción de la experiencia. En segundo lugar, mantiene abierta la posibilidad de resistencia. La experiencia nombra un momento de agencia creativa en procesos sociales, que no puede ser finamente completada o categorizada por las estructuras opresivas dominantes. Describir las clases de opresión, la experiencia de opresión y la agencia creativa de los oprimidos puede ayudar a la resistencia y al surgimiento de concepciones de alternativas.”

este autor, como para todas/os aquelas/es que encontraram no feminismo o seu ponto de apoio, possibilita a discussão sobre a importância da posicionalidade em ser um/a sujeito/a crítico/a, transgressor/a e buscar através do conhecimento uma dimensão emancipatória (CYPRIANO, 2008). Por isso, além do posicionamento da experiência informada pelo feminismo, acrescenta-se que *ser um homem* e *ser um feminista* significaria compartilhar uma perspectiva crítica, ontologicamente orientada para a re-construção e a re-significação das masculinidades dissidentes, ou “masculinidades contra-hegemônicas” (MATOS, 2001; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013[2005]). Na teoria feminista há a possibilidade de se re-pensar e re-inventar o papel dos homens que, até hoje, contribuem para a construção e institucionalização social e política do modo de dominação patriarcal e para a manutenção de uma noção cristalizada de masculinidade, que, por sua vez, serve e sustenta uma forma instrumental/institucionalizada de perpetuação das relações de desigualdade e opressão entre homens e mulheres. Como coloca Aragon (2006, p. 7, tradução nossa), um pensamento feminista masculino é imprescindível nos estudos feministas porque “[...] permite aos homens reavaliarem sua subjetividade, compreenderem suas experiências dentro dos sistemas patriarcais de opressão e trabalharem para a equidade de gênero, mantendo-se críticos de seu papel individual na reificação e solapando o privilégio masculino.”²³.

Somado à questão da posicionalidade do sujeito, para a pesquisa desta Tese buscou-se uma imersão na realidade da América Latina: essa foi a proposta inicial de, enquanto pesquisador, compreender a realidade e a conjuntura latino-americana. Possivelmente imagens passaram despercebidas, realidades ainda ficaram desconhecidas. Mas, profundamente, a tentativa de se encontrar um entendimento do *ser latino-americano* foi exaustivamente trilhada, principalmente *o ser mulher(es) latino-americana(s)* – em toda a sua diversidade, indígenas, negras, jovens etc. – no campo da produção do conhecimento. Aparentemente, as imagens sobrepostas uma a outra demonstravam distintas culturas, costumes diversos, mas, sobretudo, uma questão se sobressaiu em todos os lugares: as desigualdades, infelizmente, nos unem. Talvez a realidade observada e escancarada quisesse dizer o que José Murilo de Carvalho (2012, p. 229) já havia colocado: as desigualdades são, hoje, o que a escravidão foi para o passado. Certamente, ao se deparar com a herança colonial perceber-se-ia que esta foi um fator vertebrador deste *nosso* contexto de desigualdades e da construção dos Estados em

²³ Versão original em inglês: “[...] allows men to revalue their subjectivity, understand their experiences within patriarchal systems of oppression, and work towards gender equity, while remaining critical of their individual roles in reifying and undermining masculine privilege.”

nosso continente. Cabe ressaltar que a colonialidade impossibilitou muitas vezes a própria construção local de culturas e formas autônomas de sociabilidade. Muitas vezes, ou todas as vezes, contratos sociais foram impostos nesse continente.

Ao trilhar essa busca pela compreensão e entendimento da realidade política e social nos diversos países visitados, somada a um levantamento bibliográfico *in loco*, os esforços estavam concentrados em compreender a *mise en scène* da situação das mulheres nos territórios que conformam a *nostra* América Latina: das pesquisas com autoridades e feministas no Paraguai e Chile²⁴, dos encontros no Equador e Uruguai e da exploração sobre o conhecimento feminista no México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá e Peru, além do período de *pasantía* na Argentina, possibilitaram o descobrimento de uma *outra* América Latina. Somadas a essa bagagem, as experiências acadêmicas e o período vivenciado na Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), ajudaram a configurar o conteúdo e repertório deste baú repleto de experiências e de saberes feministas.

Presenciar a ação de presidentas, de ministras e secretárias, participar de conferências e seminários, levaram a compor e desenhar a proposta dessa Tese e, além do mais, acreditar que ela poderia ser ainda mais valiosa e necessária, principalmente em um momento pelo qual as transformações sociais e políticas enfrentam uma resistência conservadora, remetendo-nos ao medo do retorno, do regresso, a um passado que, até então, parecia estar superado. No fundo, todas as lutas cotidianas vivenciadas mostraram *mulheres plurais*, das mais diversas origens, nacionalidades, raças, orientações sexuais, gerações, que no fundo compartilhavam e lutam pelo mesmo ideal: o fim da opressão contra as mulheres. Talvez, por aí, o *eu* (cientista político-feminista-pesquisador) que está presente em todo o processo da escrita deste trabalho, ora evidente, ora entre-linhas, viu a necessidade de ser possível se pensar em um objetivo único que unisse todo o feminismo, não só o latino-americano, mas o feminismo Global. E esse objetivo possivelmente é uma “outra política” que, sem dúvida, reside num esforço teórico-conceitual de se articular um conceito feminista do que é “a” política.

²⁴ Destaca-se a participação em dois projetos de pesquisa financiados pelo CNPq, coordenados por Marlise Matos: “Mulheres e Políticas Públicas na América Latina: desafios à democracia na região” (2011-2012) e “A representação política feminina na América Latina e Caribe: condicionantes e desafios à democracia na região” (2009-2011).

INTRODUÇÃO

**ENTENDENDO OS “NÓS”: DIMENSÕES
SIGNIFICANTES PARA SE COMPREENDER O
SABER FEMINISTA**

“A política não é uma dimensão fácil do feminismo. Tampouco, os problemas políticos derivados da incorporação formal e concreta das mulheres ao mundo cidadão – com a conseqüente ruptura do espaço interior doméstico e privado – têm sido dimensões contidas nem evidentes na política, considerada em sua expressão científica ou ideológica.” (KIRKWOOD, 2010 [1985], p. 144)²⁵.

Nós/nudos/knots/nœuds. A proposta de se compreender as interações entre o saber, a política e a militância como “nós”, sugerida por Julieta Kirkwood (2010 [1985]), até hoje, permanece viva e atual no pensamento feminista, sobretudo no pensamento feminista latino-americano. A proposta de resgate desta autora é sem dúvida a confirmação de que, desde suas origens contemporâneas nas décadas de 70 e 80, o feminismo do *nosso* continente trouxe contribuições únicas e inestimáveis, não só como fonte de dados empíricos, mas também como fonte de saberes. Resgatar os projetos de produção de conhecimento feminista requer a busca genealógica histórico-conceitual, mas também um desenho analítico pelo qual se entenderá a construção do próprio campo de conhecimento político e feminista. A utilização desse conceito pode ser mais ampla do que foi proposto por Kirkwood (2010 [1985]), já que para a autora os “nós” podem além de conter uma noção de encontros disputados entre atores/atrizes, informar também sobre a direção de crescimento/movimento vivo, referindo-se às ações do próprio movimento feminista. Segundo Alejandra Castillo (2007, p. 59, itálicos da autora, tradução nossa):

“Nó *enquanto* metáfora de metáforas. Metáfora do limite, da separação, do corte. Mas ao mesmo tempo metáfora da rede, da união. E desde que Julieta Kirkwood nos presenteou *Ser política en Chile*, metáfora da política feminista. Extranha metáfora, sem lugar para dúvidas, que de repente nos fala de dureza, tensão e obstáculo, e, por outro lado, nos evoca a laço, a tecido.”²⁶.

Em nosso idioma, na língua portuguesa, permite-se ainda trabalhar a possibilidade da compreensão localizada dessas experiências; o “nós” como os/as sujeitos/as do discurso/ação.

²⁵ Versão original em espanhol: “La política no es una dimensión fácil del feminismo. Tampoco los problemas políticos derivados de la incorporación formal y concreta de las mujeres al mundo ciudadano – con la conseqüente ruptura del espacio interior doméstico y privado – han sido dimensiones contenidas ni evidentes en la política, tomada ésta en su expresión científica o ideológica.”

²⁶ Versão original em espanhol: “Nudo *qua* metáfora de metáforas. Metáfora del límite, de la separación, del corte. Pero a la vez metáfora de la red, de la unión. Y desde que Julieta Kirkwood nos regalara *Ser política en Chile*, metáfora de la política feminista. Extraña metáfora, sin lugar a dudas, que de golpe nos habla de dureza, tensión y obstáculo, y, a la vez, nos evoca a lazo, a tejido.”

Acrescentam-se ainda duas abordagens teóricas, as quais poderiam ser elencadas aqui: a noção lacaniana de “pontos nodais” por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987 [1985]) e a contribuição de Pierre Rosanvallon (1995 [1986], 2010) dos “nós-históricos”. Laclau e Mouffe (1987 [1985]) problematizam o entrelaçamento de identidades na concepção de um nó comum, no qual haveria um compartilhamento de significados. O ponto nodal, dessa forma, pode ser compreendido como uma articulação constituinte de sentidos, dentro de uma relação de intertextualidade conduzida no campo da discursividade, que poderia se dar de maneira parcial por meio dessa construção. Segundo os autores mencionados, a constituição de um ponto nodal e sua fixação refere-se à constituição do imaginário social em determinado momento histórico, o que pode significar a fundamentação necessária para a construção do que se entende por “o” político²⁷. De acordo com Laclau e Mouffe (1987 [1985], p. 191, *itálicos dos autores, tradução nossa*):

“A impossibilidade de fixação última do sentido implica que deve haver fixações parciais. Porque, em caso contrário, o fluxo mesmo das diferenças seria impossível. Inclusive, para diferenciar, para subverter o sentido, deve haver um sentido. Se o social não consegue fixar-se nas formas inteligíveis e instituídas de uma sociedade, o social só existe, no entanto, como o esforço para produzir esse objeto impossível. O discurso se constitui como tentativa para dominar o campo da discursividade, por deter o fluxo das diferenças, por um constituir um centro. Os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial denominaremos de pontos nodais. (Lacan insistiu nas fixações parciais através de seu conceito de *points de capito*, ou seja, de certos significantes privilegiados que fixam o sentido da cadeia significante. Esta limitação da produtividade da cadeia significante é a que estabelece posições que fazem a pregação possível – um discurso incapaz de dar lugar a nenhuma fixação de sentido no discurso do psicótico).”²⁸.

Somada às noções apresentadas, de Kirkwood (2010 [1985]) e de Laclau e Mouffe (1987 [1985]), a contribuição de Pierre Rosanvallon (1995 [1986]) sobre os “nós históricos” evidencia como se articularia em determinado contexto histórico a organização das

²⁷ Tal noção e sua relação com a ideia de “a” política será ainda discutida nesta Introdução.

²⁸ Versão em espanhol: “La imposibilidad de fijación última del sentido implica que tiene que haber fijaciones parciales. Porque, en caso contrario, el flujo mismo de las diferencias sería imposible. Incluso para diferir, para subvertir el sentido, tiene que haber un sentido. Si lo social no consigue fijarse en las formas inteligibles e instituidas de una sociedad, lo social sólo existe, sin embargo, como esfuerzo por producir ese objeto imposible. El discurso se constituye como intento por dominar el campo de la discursividad, por detener el flujo de las diferencias, por constituir un centro. Los puntos discursivos privilegiados de esta fijación parcial los denominaremos puntos nodales. (Lacan ha insistido en las fijaciones parciales a través de su concepto de *de points de capito*, es decir, de ciertos significantes privilegiados que fijan el sentido de la cadena significante. Esta limitación de la productividad de la cadena significante es la que establece posiciones que hacen la predicación posible —un discurso incapaz de dar lugar a ninguna fijación de sentido es el discurso del psicótico).”.

racionalidades políticas e sociais, já que para o autor as representações do que é “o” político se modificariam na medida em que certas transformações se dariam nas instituições e em suas formas de relacionamento social. Assim, a contribuição de Rosanvallon (1995 [1986], p. 16) sobre a “história conceitual do político” é exatamente a compreensão, enquanto objeto de análise, dos “nós históricos”:

“O objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro. Partindo da idéia de que estas representações não são uma globalização exterior à consciência dos atores – como o são por exemplo as mentalidades – mas que elas resultam, ao contrário, do trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma, tem por objetivo: 1) fazer a história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram construir respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema, e 2) fazer a história do trabalho realizado pela interação permanente entre a realidade e sua representação definindo os campos histórico-problemáticos. Seu objeto é assim a identificação dos “nós históricos” em volta dos quais as novas racionalidades políticas e sociais se organizam; as representações do político se modificam em relação às transformações nas instituições; às técnicas de gestão e às formas de relação social. Ela é história política na medida em que a esfera do político é o lugar de articulação do social e de sua representação. Ela é história conceitual porque é ao redor de conceitos – a igualdade, a soberania, a democracia, etc. – que se amarram e se comprovam a inteligibilidade das situações e os princípios de sua avaliação.”.

Compreendendo as noções “nodais” para os autores expostos, a proposta da Tese é a de articular alguns eixos e dimensões que fomentariam a elaboração de uma proposta analítica teórico-conceitual, pela qual se entenderá a evolução das racionalidades, dos saberes e conceitos dentro do que conhecemos como feminismo(s). Além do mais, esse esforço teórico permitirá entender o que é conhecido como “teoria política feminista”. A centralidade de conceitos e de pontos nodais inerentes ao campo em que essas articulações acontecem – seja em espaços institucionais da política, encontros e esferas físicas, como também em ambientes virtuais – direciona ao entendimento das contingências, ou dos momentos históricos, em que o estabelecimento desses emaranhados se dão. Dessa forma, os nós são indicadores de dissidências, conflitos, como também momentos de encontros e convergências, que através das amarrações desenvolvidas e criadas se envolvem mutuamente possibilitando a ampliação do escopo do próprio debate e, também, permitindo a multiplicação das diferenças internas a esse próprio campo.

Linda Alcoff (2001 [1988], p. 65) coloca que o primeiro imperativo de qualquer teoria e política feminista é saber lidar, como ponto de partida, com uma categoria e um conceito sobre o que é a “mulher”. Provavelmente, ao se ter em mente que a compreensão sobre esse conceito passaria pela noção de *experiência*, ou *ponto de vista* epistêmico (HARTSOCK, 1998 [1983]; HARAWAY, 2004 [1991]; HILL COLLINS, 2009 [1990]), a primeira questão nodal é, então, justamente o que se entende por “mulher/es”. Se essa noção será ponto central de uma contenda sobre a possibilidade de sua fragmentação, pluralização, cristalização, essencialização ou homogeneização conceitual, isso será um dos tópicos a ser abordado posteriormente. Mas cabe ressaltar nesta Introdução que é a partir dessa noção que a relação “objeto-sujeito” será desdobrada e, conseqüentemente, múltiplos posicionamentos políticos e teóricos irão se colocar em disputa sobre esse entendimento categórico-conceitual – a partir dessas articulações que se entenderão as primeiras divergências entre as correntes teóricas e posicionamentos epistêmicos dentro do saber e da teoria feminista (JAGGAR, 1983; NYE, 1995 [1988]).

Uma questão colocada por Kirkwood (2010 [1985]), em uma simples frase, considera essa complexidade central aos “nós”: “o feminismo sou eu” (“*el feminismo soy yo*”). Segundo Alejandra Castillo (2004, p. 143-144), a intenção lançada nessa reflexão de Kirkwood é a de denunciar o patriarcado e a sociedade de classes que cria “uma parte não parte” no sentido e sentimento de pertencimento a uma comunidade, por isso, através de uma reflexão de nomeamento e autobiográfica, poderia-se ter um instrumental estratégico e discursivo positivo para a superação das opressões e das ausências, entende-se que, com essa estratégia “[...] poderia aventurar-se que uma política do nomear-se e nomear-se como mulher, possibilitará ao feminismo se constituir como um discurso político capaz de reivindicar e afirmar, no espaço democrático, a igualdade entre os sexos.” (CASTILLO, 2004, p. 144, tradução nossa)²⁹.

Destarte, outra questão relevante para o saber feminista e seus “nós” seria a posicionalidade do/a/s sujeito/a/s. Kirkwood (2010 [1985]) com a compreensão entre os debates e entraves gerados entre políticas/burocratas e ativistas, as quais a autora chama de “feministas” e “políticas”, observou um enredo tramado nos Encontros Feministas Latinoamericanos, em

²⁹ Versão original em espanhol: “[...] podría aventurarse que una política del nombrarse y nombrarse en tanto mujer, posibilitaría al feminismo constituirse como un discurso político capaz de reclamar y afirmar, en el espacio democrático, la igualdad entre los sexos.”

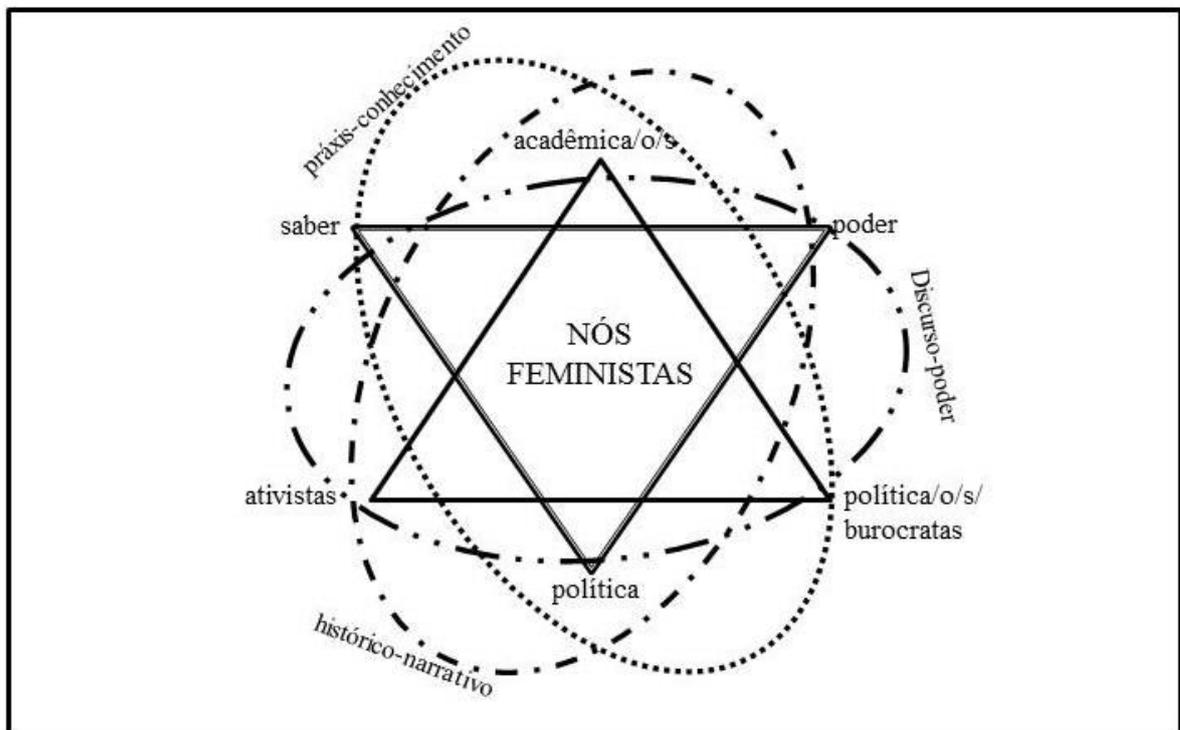
Lima e em Bogotá, pelos quais se disputaria a qualidade de “ser feminista” e a autoridade interna aos próprios Encontros. Por acontecer muitas confusões inerentes aos sujeitos do feminismo, algumas vezes o conceito não teria sido útil à delimitação das fronteiras existentes aos diferentes tipos de ação dentro do movimento. Uma possibilidade de entendimento sobre essas relações é proposta por Alison Woodward (2004), através da ideia de um “triângulo de veludo” (*velvet triangle*). Tal triangulação seria marcada pela relação entre os movimentos organizados de mulheres, as/os feministas acadêmicas e acadêmicos “confiáveis” e as burocratas feministas, aquelas que já estariam dentro do Estado. O que compete à noção de triangulação é enfatizar que a cada ângulo há um ponto de vista e um posicionamento diferenciado sobre uma temática ou um problema, mas que os três se somam. Enfim, o que se deve salientar é que essas relações se entrelaçam e conformam mais um dos “nós” feministas.

Outros “nós” estabelecidos, tendo em vista as demais ligações e relações já apontadas, são: (i) o “nó do saber”; (ii) o “nó do poder”; e, (iii) o “nó da política”. Ambas as noções se emaranham através da ideia de conflitos e dissidências porém salientando que o saber/fazer feminista deveria superar as noções modernas do entendimento sobre “o” político (e as representações do que é “a” política) como conflito antagônico, centrado na visão masculinista de inimigo, força e violência (SCHMITT, 1994 [1927]); WEBER, 2004a [1919]). A conformação desse embate, segundo Castillo (2007), faz com que Kirkwood se utilize de imagens figurativas pelas quais as ideias de “desestabilização”, de “desconstrução” e de “excesso” estejam presentes e possam servir de ilustração e orientação para a ação do “fazer político” feminista. Assim, o “nó” da política diz respeito ao encontro, mesmo que não premeditado entre a/o/s diferente(s) sujeito(o/s) do feminismo, no qual se cria por si só um espaço político e onde a ação é orientada para o “fazer política”. Já o “nó” do poder corresponderia à possibilidade de se exercer o poder, tomá-lo e praticá-lo. Assim, esse “nó” é ação e prática feminista. E o “nó do saber” configuraria, finalmente, e pela visão de Kirkwood, uma singular univocidade que se daria entre a história e a escritura, como também entre o/a/s sujeito(o/s) e a comunidade.

Assim sendo, para os fins pretendidos nesta Tese e ainda conformando a configuração dos “nós feministas”, acrescenta-se os três eixos analíticos – (1) o *eixo práxis-conhecimento*; (2) o *eixo discurso-poder*, e; (3) o *eixo histórico-narrativo* – que, por sua vez, facilitam a compreensão sobre as dinâmicas de ação e transformação que permeiam as relações existentes nos encontros dos “nós”, conformando, como se optou denominar, de um

emaranhado nodal feminista (ver Figura 1). Tais eixos são pensados a partir da noção de “genealogia” conforme esta foi proposta por Michel Foucault (2005, 2008 [1969]), já que a investigação desta Tese está direcionada à busca, através das dimensões históricas, filosófico-conceituais e relacionais, do entendimento da constituição do *campo da teoria feminista* e do *campo do conhecimento político*, procurando nos indícios e na estruturação desse saber um possível entendimento sobre o que seria e como se configuraria o autointitulado *campo da “teoria política feminista”*.

Figura 1: Emaranhado nodal feminista



Fonte: Formatação própria.

Após apresentar a articulação das diversas contribuições sobre a noção de “nós”, tanto internos ao feminismo como também relacionais à teoria *mainstream* e, ainda, as dimensões que transpassam esse entendimento conceitual, deverão ser apresentadas nesta Introdução as discussões fomentadoras da construção desse projeto teórico-analítico: (i) o debate foucaultiano sobre genealogia; (ii) a noção de campo do conhecimento político; (iii) a diferenciação conceitual entre “a” política e “o” político; e, (iv) a proposta epistêmica de divisão entre o Norte e o Sul global.

O SABER E A GENEALOGIA

Através da técnica de análise de fontes secundárias, que se refere a um trabalho exaustivo de levantamento bibliográfico, operacionalizar-se-á a proposta central desta Tese, a qual seria uma mirada clara e atenta aos horizontes do que, até agora, se entende como “teoria política feminista” e por pensamento político feminista, através da retomada dos métodos arqueológico e genealógico (FOUCAULT, 2005, 2008 [1969]) que recorreriam a uma discussão diferenciada da história das ideias sobre “a” política e “o” político³⁰. Dessa forma, a análise envolverá inicialmente uma dimensão histórica que buscará, em camadas sobrepostas, a formatação e a discussão de alguns dos conceitos políticos centrais, principalmente os conceitos-chave de “a” política. Dispondo-se a fazer nesse trabalho um processo de “escavação arqueológica”, não no seu sentido *stricto sensu*, como é utilizado pelos arqueólogos, mas através da ideia foucaultiana de arqueologia. Através do método proposto por Michel Foucault (2008 [1969]), procurar-se-á abandonar de vez a mera análise e o estudo leviano das ideias de um único indivíduo ou autor(a) – como também é criticado por Rosanvallon (1995 [1986], 2010) –, pelo qual se entendia esse estudo leviano como sendo a fonte de todo sentido e significado de um discurso. Por isso, o projeto de arqueologia conflui necessariamente para uma análise das condições fundamentais para a constituição de um discurso, procurando:

“[...] substituir o tesouro enigmático das ‘coisas’ anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; *fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexos das regularidades que regem sua dispersão.*” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 53-54, itálicos nossos).

Tomando o discurso com um objeto significativo da análise no campo do conhecimento, a

³⁰ Marcelo Jasmim (2005) discute outros métodos do “fazer história do pensamento político” que podem ser incorporados e contrastados à abordagem foucaultiana na construção do método de análise: o contextualismo linguístico proposto por Quentin Skinner e a história dos conceitos proposta por Koselleck. Outra compreensão sobre a história dos conceitos no pensamento político é proposta por Rosanvallon, que nesta Tese é uma fonte recorrida em diversas situações.

compreensão da ideia dos conceitos, palavras e dos próprios discursos, não deve se dar de forma isolada, “[...] mas sim no campo em que se manifestam, se cruzam, se emaranham e se especificam as questões do ser humano, da consciência, da origem e do sujeito.” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 18). Por isso, procura-se aqui negar, descartar, de antemão, a “busca do originário”, do mito de fundação, mas, ao invés disso, deseja-se compreender os conceitos, palavras e discursos a partir das suas continuidades e descontinuidades, rupturas, limites e transformações. Deve-se também evitar qualquer aceitação de unidirecionalidade que se inscreva em ideias evolutivas sobre as teorias, a filosofia e a ciência (por isso, deve-se deixar claro que as dimensões que serão trabalhadas na Tese não obedecem nenhuma direção e não devem ser, de nenhuma forma, hierarquizadas). Desta maneira, a apreensão da concepção em que se materializa o conhecimento sobre “a” política e “o” político e a corrente que discute o imaginário feminista, deve se dar através “[...] de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca da unidade que aí se formam” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 30). E apenas isso.

Acredita-se, portanto, que para uma compreensão eficaz sobre a existência, ou não, de um determinado campo de conhecimento científico que se autodenominaria “teoria política feminista”, deve-se, prontamente e esclarecidamente, investigar o seu campo correlato e concorrencial de estudos, o qual convém chamar “campo do conhecimento político”³¹. De forma complementar, Foucault (2000 [1966]) contribui para a compreensão do papel da ciência, já que para ele o surgimento das ciências sociais e humanas acontece quando “[...]o homem se constituiu na cultura Ocidental, ao mesmo tempo como o que é necessário pensar e o que se deve saber.” (FOUCAULT, 2000 [1966], p. 476), e “[o] homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo.” (FOUCAULT, 2000 [1966], p. 536), apontando-nos o caráter eminentemente “construído” das ciências. É importante ressaltar, que através desse método de investigação arqueológica, sabe-se que a constituição e a emergência dos saberes de uma determinada época são marcadas por determinada episteme (conforme definição abaixo), um conjunto de normas que modelam o que pode ser pensado e dito; logo, a cada época e a cada florescimento de uma nova episteme, novos saberes se constituirão.

³¹ Este conceito foi extensivamente trabalhado na dissertação de mestrado, referindo-se às relações entre filosofia, ciência e teoria política (CYPRIANO, 2010). A discussão sobre esse campo será abordada ainda nesta Introdução.

Portanto, “[p]or episteme entende-se, na verdade, o conjunto de relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 215). A ideia central dessa proposta de investigação que pretende se dar através da proposta metodológica de Michel Foucault é levar a ciência à consciência de que seus limites delimitam os seus próprios territórios arqueológicos, os quais seriam solos epistemológicos, epistemes, pelos/as quais se descrevem as positivities e, portanto, formam-se ciências e se dão as próprias práticas discursivas.

Acrescenta-se ainda a essa metodologia analítica, a concepção genealógica também de Foucault (2005), desta vez como um complemento e extensão ao que ele definiu como sendo seu método arqueológico. O método genealógico assume o papel de uma história das condições políticas de possibilidade do discurso, de um tipo determinado de discurso que está intimamente ligado às discussões sobre a “microfísica do poder”:

“Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legítimos, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns [...] Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa.” (FOUCAULT, 2005, p. 171).

A partir dessa noção do que é realmente um campo do conhecimento científico, procura-se assumir, na análise arqueológica, quais seriam aquelas unidades que se formam e como elas se legitimam, o que, para Foucault, se daria através do “[...] domínio que as especifique no espaço e uma unidade que as individualize no tempo; sobre o pano de que acontecimentos discursivos elas se recortam; e, se finalmente, não são em sua individualidade aceita e quase institucional, o efeito de superfície de unidades mais consistentes.” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 29). Destarte, há uma fluidez e abertura para que se possa, por motivos analíticos, virmos a nos desfazer de alguns campos (principalmente os considerados *mainstream*) para recompô-los legitimamente, ou mesmo, constituir outros novos. Nesse sentido, a interação e conexão entre o saber científico, o saber filosófico e o saber teórico (que serão discutidos no próximo Capítulo) contribuem para a formatação desse campo, onde os conceitos centrais

proferidos por estes discursos convergem para a produção de uma linguagem especializada, com um conteúdo significativo próprio, *sui generis*, onde se procura estabelecer a definição precisa dos significados das palavras, estipular as regras de sua sintaxe lógica, com abertura à criação de novas palavras e de novos conceitos, com fins heurísticos, para, enfim, facilitar o raciocínio e ampliar o alcance, em extensão e profundidade, da capacidade cognitiva (SARTORI, 1997 [1979]).

Definidos os métodos analíticos – a arqueologia do saber e a genealogia –, e o objeto da análise, os campos e discurso do conhecimento a respeito da política e o novo campo de uma “teoria política feminista”, cabe ressaltar, que os estudos sobre as mulheres e a categoria gênero, enfatizarão a importância de que “[...] as palavras estão tão deliberadamente ausentes quanto as próprias coisas.” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 54), isto é, o sujeito “mulher(es)” aparecerá nessa análise apenas como um reivindicante por posicionamento e por emancipação, por isso, às vezes, é extremamente necessário acentuar essas ausências. E não como a “coisa” em si, lá. Em sintonia com essa problematização será importante observar que “[...] o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações” (FOUCAULT, 2008 [1969], p. 50). Por isso, o objeto e sujeito/a mulher/mulheres só existirá a partir de uma conscientização feminina da própria condição humana de ser mulher – o “tornar-se mulher” para Simone de Beauvoir (2009 [1949]). O objetivo também será o de apresentar que a escolha do feminismo e a construção possível de uma “teoria política feminista” refletem-se numa afinidade e proximidade, *que acontece contingencialmente, mas se dão, inexoravelmente através de um conjunto de relações determinadas entre a militância, burocracia e a academia.*

Logo, através de uma “escavação arqueológica” e de uma abordagem genealógica do pensamento político e da análise teórico-conceitual das colocações críticas feministas e anti-feministas, como proporia Foucault (2000 [1966], 2005, 2008 [1969]), é que se poderia atingir o objetivo máximo dessa Tese, qual seja: *o de tentar responder se há ou não sentido em afirmar a existência contemporânea de uma teoria política feminista e apresentar as fronteiras existentes entre essa proposta de produção de conhecimento entre o Norte e o Sul Global.* Pretende-se, então, construir minuciosamente um mapa teórico-bibliográfico que possa apresentar, de forma sistemática, aquelas fronteiras e também os horizontes feministas

na e da política. Este esforço deverá: (i) elucidar as diferenças entre os campos da filosofia política, teoria política e ciência política; (ii) traçar as origens da discussão entre teoria feminista e o pensamento político ocidental; (iii) identificar e analisar as diferentes correntes internas ao feminismo e à teoria política, com vistas a se colocar a possibilidade da existência de um campo a ser designado como “teoria política feminista”; (iv) apresentar a trama de conceitos políticos e aqueles que foram politizados pelo feminismo; e, (v) identificar os principais argumentos que contradizem, refutam ou criticam este campo.

OS SABERES POLÍTICOS (OU O CAMPO DO CONHECIMENTO POLÍTICO)

Para entender o conhecimento político pode-se lançar mão, ou de uma compreensão aristotélica mais apurada e (re)conhecimento de que o homem (mas também a mulher) é, inerentemente e essencialmente, por sua condição enquanto sujeito no mundo, um *Zoon Politikon*, ou, por outro lado, por uma tese de que a política está fora do indivíduo e que ela se concretiza a partir e através das relações humanas (ARENDDT, 2007a [1950]); ou ainda, se homens e mulheres seriam, possivelmente, *Homo Politicus* e/ou *Homo Psychologicus* desde a inovação da teoria freudiana (ELSHTAIN, 1986). De fato, as diversas demandas se derivam no campo do conhecimento e dos saberes para mitigar as dúvidas e incertezas acerca do que é “a” política e o que é “o” político.

Ao se delimitar o discurso sobre esse conhecimento particular, deve-se de antemão discutir sobre a ideia de *campo*. Pode-se dizer que a noção de “campo” fornece uma compreensão específica sobre a dinâmica estabelecida pelo pesquisador, enquanto tal, numa relação com o mundo, e também nas suas relações com o real que está imbricado nas práticas institucionais. Uma reconhecida investigação genealógica da noção de campo é proposta por Pierre Bourdieu (2007 [1984]), na qual é apresentada como um conceito que serve para indicar a direção à pesquisa e a um determinado modo de pensamento, como também condicionar o posicionamento dos atores sociais neste espaço. Como colocado por Loïq Wacquant (2002), Pierre Bourdieu “[...] forjou a nova ferramenta analítica do campo, designando espaços relativamente autônomos de forças objetivas e lutas padronizadas sobre formas específicas de

autoridade, para dar força à estática e reificada noção de estrutura e dotá-la de dinamismo histórico.” (WACQUANT, 2002, p. 98).

Pode-se dizer que o conceito de campo complementaria o conceito de *habitus*, que constituiria numa matriz que é geradora de visões de mundo, comportamentos e classificações da realidade, consistindo numa rotina que é construída socialmente e que é incorporada pelos indivíduos (BOURDIEU, 2001 [1997]). Complementar a esta noção de *habitus*, o campo se constituiria num espaço dinâmico que obedece a leis próprias, onde ocorreriam as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais, movido também pelas disputas ocorridas em seu interior. Segundo Bourdieu (1983 [1980], p. 89, itálicos do autor): “*Há leis gerais dos campos*: campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião possuem leis de funcionamento invariantes.”. Através desta noção de campo, Bourdieu constata que a gênese deste próprio conceito revela que há um modo de pensamento relacional na ciência moderna, onde é possível descobrir a mesma ideia, com poucas diferenças no formato, em autores diferentes. Por isso, para o autor, a importância da epistemologia é que ela não pode ser separada, nem de fato nem de direito, da história social da própria ciência. Nesse sentido, é importante ressaltar que o objeto central desta análise seria, segundo Marlise Matos (2008), o campo do conhecimento, ou “[...] *campo científico [que]* é entendido como o espaço de jogo de uma luta concorrencial pela busca do monopólio da autoridade científica, sendo esta o resultado da soma da capacidade técnica e do poder social.” (MATOS, 2008, p. 340-341, itálicos da autora).

Para desenvolver uma abordagem do campo do conhecimento político, deve-se primeiramente levar em consideração que as dissensões e o esquecimento marcaram, por muito tempo, a abordagem e o diálogo da ciência política com a teoria política, como também com a filosofia política. Logo, é indispensável desde já ressaltar a emergência das cinzas e dos escombros intelectuais, mesmo após as declaradas “mortes” da filosofia e teoria políticas – tão frequentemente colocada por metafísicos, pós-modernos e neopragmáticos (WITTGENSTEIN, 1999 [1953]; HEIDEGGER, 2007 [1961]; RORTY, 1995 [1979]). Ressaltam-se as extremidades e desarticulações de uma época, onde há a convivência simultânea e local de heróis e de uma ortodoxia do pensamento, enquanto ao mesmo tempo, há angústias que não mais podem ser explicadas pelo conhecimento produzido: hoje, onde há a crise epistemológica, sem dúvida tem-se um discurso que se flexiona para a práxis e para o ativismo social e político, pelo qual se questiona e reflete-se a realidade social e política

desigual, injusta e discriminatória. Como serão tratadas mais a frente, a imersão e reflexão do próprio campo foi o que possibilitou a emergência de novas questões e temáticas para a discussão teórica acerca do que é “a” política e “o” político e é nesse cenário que o movimento feminista é um dos protagonistas. Deve-se ao engessamento teórico e à rigidez disciplinar a possibilidade de uma abertura insurgente para os devaneios que se lançam além da posição incômoda e intransigente que a ortodoxa corrente dominante impõe aos aprendizes e mestres do “seu” campo de conhecimento (SOARES, 1998).

“A” POLÍTICA E “O” POLÍTICO

Pode-se ressaltar que a discussão que distingue o enquadramento e a diversidade conceitual entre “a” política e “o” político se desdobra desde as colocações marxianas (ver POGREBINSCHI, 2009) às teóricas feministas. A difusão e a ubiquidade da política hoje na contemporaneidade, segundo Giovanni Sartori (1997 [1979]), levariam à pluralização das formas possíveis de interpretação sobre a questão relativa ao que é “a” política³². Por um lado, haveria o perigo do “reducionismo sociológico”, provocado pelo movimento em direção à sociologização da política e a redução desta às forças econômicas, que contribuiria para o adensamento de críticas heteronímicas, assim como também para a própria negação da política. Por outro lado, posicionamentos não tão radicais como o anterior, acreditam na importância da política, já que alguns creem “[...] que o mundo nunca esteve tão ‘politizado’ como hoje.” (SARTORI, 1997 [1979], p. 173). Esses analistas, ou sustentariam a tese sobre a reivindicação da autonomia da política, ou do “eclipse de politicidade” – isto é, uma diluição da própria política.

A referência que é feita sistematicamente aqui nesta Tese aos conceitos do que é “a” política e do que é “o” político retoma a distinção entre o nível ôntico e o ontológico (Cf. MOUFFE, 2005a). Tal discernimento refere-se às seguintes categorias heideggerianas: (a) *ontologia*

³² Segundo Frey (2000, p. 216), no estudo de *policy analysis* haveria uma distinção entre os conceitos de *politics*, *polity* and *policy*: “[...] a dimensão institucional *polity* se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo; • no quadro da dimensão processual ‘*politics*’ tem-se em vista o processo político, freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; • a dimensão material ‘*policy*’ refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.”.

utilizada quando é colocado em questão a natureza, a estrutura ou o significado da existência, preocupando-se com a compreensão e investigação de Ser, as bases e fundamentações do Ser, ou mesmo, o conceito do próprio Ser; e, (b) *ôntica*, que em contraste com o termo ontológico, fornece as características descritivas de um ente particular, em adição aos fatos “simples” de sua existência. Enquanto a primeira refere-se ao Ser, a segunda refere-se aos entes e sua variedade de formas. Nas palavras do próprio Heidegger (2009 [1927], p. 49, itálicos do autor): “O primeiro é um primado *ôntico*: a presença [*Dasein*] é um ente determinado em seu ser pela existência. O segundo é um primado *ontológico*: com base em sua determinação de existência, a presença é em si mesma ontológica.”. A ancoragem de todas as ciências, neste caso a ciência política em especial, estaria na sua fixação no âmbito dos objetos, dos entes, ou seja, o entendimento que “a” política seria um fato social específico (SCHMITTER, 1981 [1965]).

Desta forma, é por isso que para Heidegger a ciência deter-se-ia sobre a discussão ôntica e a filosofia trataria das discussões ontológicas. A diferenciação entre “a” política e “o” político é amplamente discutida por Claude Lefort (1991 [1986]). Para ele “a” política é um objeto de estudo da ciência política e da sociologia política, que é definido e constituído delimitando-o a partir de um fato político, ou seja, um fato particular que é distinto dos demais fatos sociais. Para este autor, a definição do conceito de “a” política deriva-se de uma observação ou construção epistêmica que não provem necessariamente de uma experiência da vida social. Por outro lado, a concepção de “o” político refere-se à constituição da sociedade, pois se torna visível o processo crítico através do qual uma sociedade será ordenada e unificada. “O” político seria, então, um modelo de instituição social que diz sobre um “lugar de poder”. Desta forma, como diz Claude Lefort (1991 [1986], p. 26) “[p]ensar o político exige uma ruptura com o ponto de vista da ciência política porque esta nasce suprimindo tal questão.”.

A distinção entre a teoria política, a ciência política e a sociologia política se deu principalmente na preocupação destas distintas áreas em buscarem definições objetivas do que seria “a” política e “o” político. “Ciência e sociologia políticas vinculam-se a um domínio que se organizou em função dos imperativos do conhecimento positivo – imperativos de objetividade e de neutralidade – e, enquanto tal, circunscrito à distância de outros domínios definidos, por exemplo, como econômico, social [...]” (LEFORT, 1991 [1986], p. 10). Desta forma, ainda que se procure um maior diálogo entre essas áreas, pensando a idéia de campo bourdiana, no Primeiro Capítulo serão apontadas as principais distinções conceituais no

campo do conhecimento político e, em seguida, serão discutidas as tentativas feministas de se trabalhar com esta distinção conceitual, apontando também para a debilidade e para a falta de iniciativas que articulem estes conceitos, que deveriam ser referenciais e estruturantes para o que é chamado de “teoria política feminista”.

Como Anne Phillips (1991, p. 92) argumenta a teoria feminista ao deter-se sobre as questões relativas à democracia, procurou contornar e debater os significados do que é “a” política e o que é “o” político. Segundo a autora, as fronteiras e limites, bem como a distinção do que é “público” e do que é “privado” devem ser problematizados, a fim de se estabelecer uma compreensão mais ampla e benéfica dos próprios conceitos políticos. As demandas femininas no mercado de trabalho, interagindo com a dinâmica de classes, e ainda com a dinâmica da distribuição sexual de poder em negociações com o Estado, devem ser tratadas como fenômenos e relações políticas, como também, da mesma forma que “[...] o que se passa na cozinha e no quarto clama por mudanças políticas.” (PHILLIPS, 1991, p. 92, tradução nossa)³³.

A centralidade do patriarcado enquanto um princípio civilizatório e político (PATEMAN, 1993 [1988]; WALBY, 1990), a politização do privado e a sua tensa relação com a esfera pública (PATEMAN, 1996 [1989]; OKIN, 2008 [1998]; PHILLIPS, 1991) e a questão do corpo e da sexualidade, são tratadas aqui como aquelas questões centrais que visam transformar as concepções sobre a política, recusando-se de uma noção estática de política (BUTLER, 2003 [1990]; BUTLER; LACLAU; ŽIŽEK, 2000; S. A. CHAMBERS; CARVER, 2008; CIRIZA, 2009). Como será apresentado, desconhece-se alguma tentativa feminista que, com êxito, tenha discutido a fundo “a” política (EVANS *et al.*, 1987; MCCLURE, 1992).

A questão sobre se entender e significar “a” política como um espaço masculino e detentor do poder político passa a ser para o feminismo, diante dessas questões, um ponto chave para se pensar na importância desse conceito para o que se pretende ser o papel desestruturante, emancipatório e inovador desse movimento. Como poderá ser visto, o feminismo, em toda a complexidade de suas relações e posicionamentos, deteve-se numa estratégia de conhecimento pautada, sobretudo, no esforço de ontologizar as questões relativas à política

³³ Versão original em inglês: “[...] what goes on in kitchen and bedroom cries out for political change.”.

sob um ponto de vista no qual o afastamento da esfera formal da política seria a melhor e a mais adequada opção. Pode-se ressaltar que a ideia de experiência traduzida em um dos *slogans* do feminismo de segunda onda, que é “o pessoal é político” (em inglês, *the personal is political*), abrangeria quase que exclusivamente a dimensão ontológica, aquela associada ao *devoir*, porém, as intenções atreladas a essas escolhas teórico-filosóficas não se detiveram apenas nas discussões sobre o Ser, ou *Daisen* – como em Heidegger (2009 [1927]) –, que corresponderia ao nível ôntico, ao conceito de “a” política.

De acordo com Ericka Tucker (2012), a ideia de uma teoria política feminista estaria fundamentalmente em questionar a questão do que seja “o” político, especialmente a dimensão ontológica da questão e, portanto, não haveria dedicação à discussão conceitual sobre “a” política. Esta Tese tem a intenção de demonstrar que a questão exclusivamente discutida sobre a ontologia não desconstrói, de uma só vez, a força dominante e opressora da política, isto é, falar, mais uma vez das margens, não desconstrói o modo de compreensão anti-feminista e anti-emancipatório do lugar marginalizado da política, aquele que é tradicionalmente ocupado por mulheres e por outras minorias políticas. Talvez a questão ou a intenção inicial que se possa colocar em foco é que o questionamento ontológico levaria a se pensar o nível ôntico desta vez de outra forma, mas esse projeto ainda seria algo a ser alcançado a longo prazo. Já o contrário, repensar e repor o conceito de “a” política pelo feminismo pode ser uma grande questão desestabilizadora do *mainstream* – através da superação de discursos centrados nas lógicas da desigualdade e da opressão, visto em todas as suas formas – principalmente, de acordo com Mary O’Brien (1981), da reprodução patriarcal da visão masculina nas teorias social e política ou o *male-stream*.

As discussões metateóricas feitas até hoje sobre a teoria política feminista detêm-se quase sempre sobre a dinâmica histórica do feminismo acadêmico e não avançam e nem sequer problematizam o que seria, exatamente, a teoria política feminista (um exemplo disso está em DI STEFANO, 2000). Por isso, o esforço de originalidade desse trabalho reside na tentativa de se verificar e de se confirmar a hipótese de que a “teoria política feminista” refere-se a um campo acadêmico realmente novo que repõe, de modo crítico e emancipatório, a filosofia, a teoria e a ciência políticas, ou então ela teria seu foco em recusá-las o que, por sua vez, nos levaria a aceitar duas hipóteses rivais, quais sejam: (i) não haveria nenhum sentido em se pensar na proposta de uma “teoria política feminista”; e (ii) as teorias da dominação, dos

movimentos sociais e da democracia existentes já seriam suficientes para o tratamento das questões que são colocadas pelo feminismo acadêmico.

Especificando e destrinchando a hipótese central, teríamos três premissas: (i) se é verdade que os movimentos feministas e os movimentos de mulheres contribuíram e construíram relações (demandas e respostas) para os espaços acadêmicos e outros espaços institucionais (a exemplo do Estado), então é razoável supor que essas demandas e respostas (re)criem campos novos de interlocução teórica (além de práticas diferenciadas), a exemplo do novo “campo feminista de gênero” (MATOS, 2008); (ii) se os movimentos feministas e os movimentos de mulheres são capazes, na interlocução com o feminismo acadêmico, da construção desse novo campo, então é importante supor que seja necessário (e mesmo urgente) a delimitação de uma “teoria política feminista” que possa reposicionar e recolocar os grandes temas/demandas numa nova episteme política, ao se questionar conceitos políticos (democracia, justiça, cidadania e Estado) e demandar legitimidade para conceitos que urgem por serem politizados (cuidado, o pessoal, o corpo, o privado etc.); e (iii) se a teoria política feminista existe, então é necessária a explicitação de um referencial analítico capaz de oferecer o (re)dimensionamento possível dessa nova teoria também entre nós e mesmo, especificamente entre nós, latino-americanas/os.

O SUL E O NORTE GLOBAL

A última dimensão importante para a articulação inicial desta Tese, e que será utilizada como um divisor estratégico dentro do campo do saber, especialmente do feminista, servindo como um marcador dinâmico das fronteiras sobre a produção do conhecimento e dos saberes globais, seria a diferenciação entre Sul global e Norte global. Primeiramente, a contribuição de Boaventura de Sousa Santos (1995) demonstra a própria constituição das diferenças e desigualdades entre as relações entre o Norte/Sul, muitas vezes marcadas pela reposição de estruturas opressivas como a Colonialidade, o Imperialismo e o Capitalismo. De acordo com Maria Paula Meneses (2008, p. 5-6, *itálicos da autora*):

“A constituição mútua do Norte e do Sul e a natureza hierárquica das relações Norte-Sul permanecem cativas da persistência das relações capitalistas e imperiais. No Norte global, os ‘outros’ saberes, para além da ciência e da técnica, têm sido produzidos como não existentes e, por isso, radicalmente excluídos da racionalidade moderna. A relação colonial de exploração e dominação persiste nos dias de hoje, sendo talvez o eixo da colonização epistémica o mais difícil de criticar abertamente. A relação global etno-racial do projecto imperial do Norte Global vis à vis o Sul Global – metáfora da exploração e exclusão social – é parte da relação global capitalista. Esta hierarquização de saberes, juntamente com a hierarquia de sistemas económicos e políticos, assim como com a predominância de culturas de raiz eurocêntrica, tem sido apelidada por vários investigadores de ‘colonialidade do poder’. Uma das expressões mais claras da colonialidade das relações de poder acontece com a persistência da colonização epistémica, da reprodução de estereótipos e formas de discriminação.”

Nessa cartografia do saber percebemos ainda a possibilidade de algumas transposições que configuram quatro posicionamentos distintos: o Norte do Norte; o Sul do Norte; o Norte do Sul; e, por fim, o Sul do Sul (SANTOS, 1995). Dessa forma, aqui a importância de mirar-se sobre a teorização produzida a partir do que era conhecido como o “Terceiro Mundo”, de um país (ou um conjunto de países) do Sul global, abriria potencial espaço para a interlocução com a produção no campo *mainstream* do conhecimento político, como também com as várias perspectivas inclusas no que se pode designar como uma “teoria política feminista” ocidental. Da mesma forma, em que dentro do escopo do próprio Norte global abriu-se para as contestações internas, denunciando as próprias opressões dentro do pensamento feminista (LORDE, 2007 [1981]; MORAGA; ANZALDÚA, 1981; SMITH, 1979; HOOKS, 1984, RICH, 1986), criando o “Sul do Norte”, ao mesmo tempo em que, por outro lado, para além das fronteiras, o feminismo do Sul surge no cenário com a busca por novas ferramentas para se positivar uma possibilidade de epistemologia dissidente e buscar a centralidade às/aos sujeitas/os subalternos do Sul (SPIVAK, 1985; MOHANTY, 1984; LUGONES, 2014 [2010]; BIDASECA, 2014). De acordo com Cláudia Lima Costa (2014, p. 277):

“As teorias feministas latino-americanas, articuladas por sujeitos subalternos/racializados, operam dentro de uma referência epistemológica distinta do modelo que estrutura as relações entre centro e periferia, tradição e modernidade. Produto da transculturação e da diáspora que criam disjunturas entre tempo e espaço, o cronotopo destes feminismos é o interstício e sua prática, a tradução, buscando abertura para outras formas de conhecimento e humanidade.”

O que se deve ter em mente é que as relações entre esses posicionamentos cartográficos dentro do(s) campo(s) do saber ainda são tensos e conflituosos. Entre cada um desses espaços/campos de pertencimento e produção de saberes haveria zonas marcadas tanto por conexões como por rupturas. Como é apontado por Jane Jaquette (1989, p. 1, tradução nossa), a visão do Sul, em especial da América Latina, é marginalizada pelas acadêmicas do Norte global:

“As feministas norte-americanas estão cada vez mais conscientes do trabalho das feministas canadenses e europeias, especialmente escritoras francesas e britânicas, mas elas ainda tendem a ver as mulheres do Terceiro Mundo como vítimas da opressão e não como criadoras da teoria feminista ou como agentes de mudança.”³⁴.

Utilizando a ideia gramsciana de “hegemonia”, como proposta por Laclau e Mouffe (1987 [1985]), haveria o entendimento que este conceito possibilita a compreensão sobre a articulação necessária entre sujeitos e identidades em um campo discursivo que constituem, após uma relação antagônica, a delimitação de fronteiras e a fixação categórica de um ponto nodal hegemônico. Assim, as relações coloniais, principalmente a relação Norte/Sul, contribuíram para a manutenção de relações hegemônicas e contra-hegemônicas que se constituíram também internamente ao próprio feminismo. Com essa visão sobre o campo, entenderemos a divisão da seguinte forma: (i) a teoria política feminista do Norte/Ocidental hegemônica; (ii) a contra-hegemonia da teoria política feminista do Norte/Ocidental; (iii) a corrente acadêmica do pensamento político feminista do Sul global, o feminismo descolonizador; e, (iv) a práxis e o pensamento feminista do Sul global (cf. Figura 2).

³⁴ Versão original em inglês: “U.S. feminists are increasingly aware of the work of Canadian and European feminists, particularly French and British writers, but they still tend to view women in Third World as victims of oppression rather than as creators of feminist theory or as agents of change.”.

Figura 2: A dispersão entre os campos dos saberes políticos feministas



Fonte: Formatação própria.

Por fim, nesta Introdução, como salientado com o entendimento sobre os “nós” e as dimensões para compreensão do conhecimento e saber, cabe ressaltar, então, que o presente trabalho vai contemplar as seguintes discussões polêmicas no campo teórico do conhecimento político e do feminismo, ressaltando a noção epistêmica da *experiência* evidenciada na comparação do Norte global e do Sul global, especialmente a contribuição latino-americana: do *mainstream* (ou *male-stream*) do campo do conhecimento político para projetos desafiadores e críticos feministas; da relação conturbada entre *práxis* e conhecimento para processos alternativos de conciliação entre estes campos; da política ao político; e, do global e universal ao local e contingente. Por fim, a Tese discutirá as noções de fronteiras estabelecidas nos diversos campos do conhecimento e a possibilidade de se pensar o conceito “a” política, na sua lógica relacional com “o” político, sob um viés crítico-emancipatório feminista, resgatando a importância da experiência da *nossa* América Latina.

A busca por esse (re)dimensionamento está dado, inicialmente, através da proposição de três dimensões: uma pré-teórica, uma teórica e uma metateórica, onde seria possível antever

metas, contribuições em cada dimensão, assim como formas de operacionalização e de consolidação dessa proposta relativa à existência (ou não) da “teoria política feminista”. Por fim, a Tese aqui sustentada pretende ambiciosamente *é ir além do que já se pode entender como teoria política feminista, argumentando que qualquer teoria política deve/deveria possuir uma apropriação distinta e crítica do termo “a” política, e que mesmo que por razões estratégicas se procure ontologizar a dimensão subjetiva de “o” político* haveria a necessidade de um dimensionamento conceitual e teórico sobre o nível ôntico, ou seja, do que é “a” política.

Para avançar as discussões sobre essa temática, deve-se tratar do importante papel feminista na contribuição epistemológica, ontológica e metodológica para a (re)construção do campo do conhecimento político, na formatação de uma rede tramada de conceitos, na importância e emergência de novos modelos teórico-analíticos e destacar a sua posição proeminente em alguns dos principais eixos de debates contemporâneos da atual teoria política. Por fim, caberia ressaltar que a presente Tese estará dividida em três Capítulos: o Primeiro Capítulo resgatará as principais contribuições da teoria política moderna para se compreender a formação da modernidade e dos seus aspectos políticos, bem como apresentará as primeiras e vertebradoras contribuições feministas para o campo do conhecimento político; no Segundo abordar-se-á o desenho analítico adotado para se compreender a configuração e formação do que entendemos como “teoria política feminista”; e, por último, o Terceiro Capítulo retratará as principais contribuições da teoria feminista para a conformação do campo do conhecimento, bem como as principais divergências entre o pensamento do Norte global com o do Sul global, buscando assim resolver, através das experiências do Sul, a necessidade de outro conceito de “a” política para e pelo feminismo.

CAPÍTULO 1

**ESPELHOS DISTORCIDOS SOBRE AS MULHERES NO
CONHECIMENTO POLÍTICO: A BUSCA POR “NÓS”**

“As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural.” (WOOLF, 2014 [1928], p. 54).

1514. Cabe-nos voltar ao tempo, aos primeiros momentos da eclosão de uma revolução social, política, intelectual e econômica na História da Humanidade, ao alvorecer da Era Moderna, para compreendermos a gênese de uma novidade para a ciência política, ou melhor, talvez o momento crucial para a formação deste campo do conhecimento, pelo qual se entrelaçam as contribuições do pensamento político, da teoria política, da filosofia política juntamente com a empreitada científica desta área de produção do saber. A publicação de *O Príncipe* por Nicolau Maquiavel (2000 [1513]), ou *Niccolò Machiavelli*, certamente impactou em uma nova imagem e concepção relativa à dinâmica de entendimento sobre o que é “a” política e “o” político (LEFORT, 1972). Através de uma obra que resgata a imagem mimética do bom comportamento da figura de um príncipe, busca-se dar uma lição ao povo sobre a configuração de uma renovada e estável “República” (MIGUEL, 2007). Ao fascínio sobre este trabalho se misturam também as críticas ao modo misógino que o autor conduziria sua compreensão sobre a mulher (PITKIN, 1984). Se por herança dos antigos e predecessores pensadores políticos, ou mesmo por um espelhamento contingencial da realidade do momento vivido, desde os primeiros textos modernos do pensamento político, as marcas patriarcais se estendem até os dias de hoje.

Destarte, resgatar a contribuição do pensamento maquiaveliano é, sem dúvida, um importante marcador da noção dicotômica do pensamento moderno entre masculino/feminino, já que ao retrair ideais sobre o Príncipe, se assestando na dimensão sobre a *virtù*, o autor desvaloriza e hierarquiza a ideia de *Fortuna*, a qual entendendo enquanto sendo uma “mulher”, deveria ser dominada e contida (PITKIN, 1984, 2013 [1984]; MIGUEL, 2007). O *ser vir*, ou o *ser viril*, contendo essa noção latente sobre virilidade na gênese do conceito de *virtù* contraposta à feminilidade, traduz a imagem dicotômica sobre as relações de gênero e a imagem especular que essa relação imprime nos escritos políticos modernos. Essa mesma construção dissidente reforçará, já na configuração do imaginário político e social moderno, a compreensão posterior do papel das mulheres na Revolução Francesa (momento crucial para o ativamento

crítico do pensamento feminista pré-moderno ou protofeminista³⁵), no qual se categorizou as mulheres ou como “virtuosas” – aquelas que desempenhavam exclusivamente os papéis femininos no âmbito da esfera doméstica/privada e resgatam o “mito do amor materno” – e as “perigosas”, as ativistas, aquelas que contribuiriam decisivamente para as rupturas surgidas nos fatos políticos da Revolução Francesa (BADINTER, 1985 [1980], 1991 [1989]; MORIN, 2013). As “perigosas” deveriam ser banidas da sociedade por desafiarem os papéis tradicionais e muitas foram condenadas à guilhotina ou queimadas nas fogueiras (ressaltando, inclusive, que este foi o destino de Olympe de Gouges).

O modo representacional e figurativo que alude ao uso da imagem especular foi uma forma presente em diversos autores medievos, e também de ainda alguns autores da atualidade, em se possibilitar a busca de uma forma instrumental para a compreensão do conhecimento através da mediação entre o pensamento ideal e a realidade política. Se voltarmos à noção agostiana presente na obra *Cidade de Deus* (1991 [426], 1993 [426]) pode-se perceber que a ideia da realidade terrena seria uma réplica mais ou menos bem empregada de certo tipo ideal, ou seja, conformar-se-ia como uma representação figurativa criada através de um espelho e que seria, de fato, aquela imagem ideal da realidade terrena (HAHN, 2006). Deve-se ressaltar que a imagem especular foi e é utilizada muitas vezes não só para realizar a transição do ideal para a realidade, mas também para se criar uma imagem distorcida e falsa desta mesma realidade. Como apontado por Woolf (2014 [1928]) o espelho foi utilizado e instrumentalizado para se refletir aquilo que era desejo de um sistema de dominação, neste caso o patriarcado, criando imagens cristalizadas da relação entre os sexos; quer dizer, criando nestes próprios espelhos uma visão aprisionada para a compreensão e entendimento das mulheres (GILBERT; GUBAR, 2001 [1989]).

As rupturas da Era Moderna com os medievos foram unilaterais e conformaram uma noção monossexual de cidadania política centrada na figura do homem que, por sua vez, foi refletida no espelhamento de imagens distorcidas sobre as relações sociais/familiares através das quais corroboraram uma representação institucional, social e política, através da qual se cristalizou a falta de autonomia, criatividade e ação para as mulheres (DE MIGUEL, 2011, p. 5). Diante

³⁵ De acordo com Ana de Miguel (2011, p. 4-5), considerando o feminismo como um movimento marcado pelos ideais da Ilustração, o período anterior a ele é considerado como feminismo pré-moderno. Para a autora, ainda que a contribuição do Renascimento para a configuração de um novo paradigma humano centrado na concepção de autonomia este não era extensivo às mulheres. Mas, ainda assim, algumas contribuições pontuais são relevantes para o pensamento orientado às ideias feministas: a obra “A cidade das damas” de Christine de Pizan (1405) e o tratado “*De nobilitate et praecellentia foeminei sexus*” de Agripa de Nettesheim (1529).

disto, a partir da subversão de um pensamento feminista viu-se surgir uma proposta crítica e emancipatória de se buscar novos espelhos, ou mesmo de se quebrar esses espelhos distorcidos. Esse ato é sem dúvida a busca pela superação, ou o *ir além*, da lógica patriarcal. Esse esforço feminista, que aos poucos foi surgindo em meio à construção da Era Moderna, foi uma forma das mulheres, ou das “esquecidas” da História, de se firmarem e afirmarem em meio aos discursos e de se construírem enquanto sujeitos/as. Como Veronica Gago (2009, p. 10, tradução) aponta:

“Há vários anos as filosofias e militâncias feministas têm se apropriado da teratologia: a narrativa do monstruoso como um saber do anômalo de que se parte, porque se o tem à mão, porque é próprio. Como materialidade de uma experiência vivida da qual destilar premissas teóricas, fazer projeções experienciais, e predizer novos modos de vida. Fazendo das exclusões parecidas uma condição epistemológica privilegiada e aproveitando as deformidades, o raro (o *queer*), para afilar uma hermenêutica da suspeita. Procedimento estritamente maquiaveliano: fazer da debilidade, virtude. E apostar assim em uma dramatização libidinal do conceito. [...] a ‘criação de um terceiro sexo’ é o nome preciso que se utiliza, décadas depois, para a fuga dos binarismos simétricos, o excesso frente a preliminares entre natureza e cultura e as grades de uma estreita dialética entre feminino e masculino.” (GAGO, 2009, p. 10, tradução nossa)³⁶.

Diante destas questões, o presente Capítulo buscará retrazar o entrelaçamento entre os momentos iniciais do pensamento político feminista na Era moderna com a constituição e formatação do próprio campo do conhecimento político. Diante disso, buscar-se-á entender como, a partir do surgimento da ideia relacional entre dois conceitos, “a” política e “o” político, o campo do conhecimento foi se constituindo e delimitando os parâmetros de inclusão/exclusão sobre a cidadania e dentro do Estado Moderno, bem como é que a “ausência” das mulheres no pensamento político possibilitou a gênese dos “nós feministas” e o ato de amarrar foi e é um processo de constante *devoir*. Quer dizer, então, que os “nós”

³⁶ Versão original em espanhol: “Desde hace varios años las filosofías y militancias feministas se han apropiado de la teratología: la narrativa de lo monstruoso como un saber de lo anómalo del que partir, porque se lo tiene a mano, porque es propio. Como materialidad de una experiencia vivida de la cual destilar premisas teóricas, hacer proyecciones experienciales y vaticinar nuevos modos de vida. Haciendo de las exclusiones padecidas una condición epistemológica privilegiada y aprovechando las deformidades, lo raro (lo *queer*), para afilar una hermenéutica de la sospecha. Procedimiento estrictamente maquiaveliano: hacer de la debilidad, virtud. Y apostar así a una dramatización libidinal del concepto. [...] la ‘creación monstruosa de un tercer sexo’ –como ya vimos: invocada fantasmáticamente a principios del siglo pasado en esta tesis– es el nombre preciso que ha tomado, décadas después, la fuga de los binarismos simétricos, el hartazgo frente a los pendulares escauceos entre naturaleza y cultura y las grillas de una dialéctica estrecha entre femenino y masculino.”

poder/saber/política e sujeita/o/s são exigências básicas e necessárias para a constituição do próprio feminismo e do saber feminista.

1.1 DO PENSAMENTO MODERNO AO CONTEMPORÂNEO: AS AUSÊNCIAS DAS MULHERES DO CONHECIMENTO POLÍTICO

Como já enfatizado, não há como evitar reconhecer a centralidade de Nicolau Maquiavel (2000 [1513], 2006 [1519]) para a teoria política moderna; todo o pensamento político moderno se relaciona *a partir e para além* dele. Assim, como ponto crucial e referencial na história do pensamento, provavelmente é com Maquiavel que se articulariam as primeiras e mais básicas noções de “o” político/“a” política, como argumenta Claude Lefort (1978, 1991 [1986]). A noção moderna de “o” político projetaria no humano a agência e decisão, por isso, seriam evitados quaisquer tipos de concepções e inferências teológicas, aquelas que explicariam a ocorrência de “o” político por representações e ideias extraterrenas ou Sagradas. De acordo com Eduardo Grüner (2004, p. 23-24, itálicos do autor), Maquiavel e a sua contribuição axial para o pensamento moderno poderiam ser assim definidos:

“[...] verdadeiro fundador da teoria política ocidental moderna – ou melhor: das *condições de possibilidade* da teoria política moderna, já que lhe falta, porque ainda lhe é desnecessário, um conceito que a consolidação burguesa será indispensável: o conceito de *contrato* – sua ideia de Estado é a que rege até os dias de hoje: a reivindicação do monopólio legítimo da força sobre um território delimitado, uma reivindicação a qual estão unidas outras duas noções contemporâneas: a de *soberania* e a de *razão de Estado* (que pertencem a Jean Bodin, ou Bodino, e não a Maquiavel, como se costuma crer). Mas que o nome desse ‘pai fundador’ da modernidade tenha ficado associado a certos objetivos – ‘maquiavélico’, ‘florentino’ –, que remetem àquelas ‘perversões’ – o estatismo autônomo, o segredo do Poder, a política como prática de conspiração – é um fato que deve ser tomado como um *sintoma* agudo: sintoma de separação entre o político (entendido como instância antropológica originária e socialmente fundacional, como espaço de uma *ontologia prática* do conjunto de cidadãos, como ainda se pode encontrar na noção aristotélica de *zoon politikón*) e a política (entendida como exercício de uma ‘profissão’ específica nos limites institucionais definidos pelo espaço ‘estático’ do Estado jurídico), separação que é o rasgo central da modernidade e que alcançará seu estatuto mais elaborado e paradoxal, claro, em Hegel, quando essa política-Estado – que a filosofia ‘burguesa’, desde o contratualismo imaginário de Hobbes, começou por *diferenciar* como ‘momento particular’ da *práxis* moderna – reclame *legitimamente* seu *status* de guardião do Universal, do Espírito Objetivo encarnado na História.”

Tomando inicialmente as concepções presentes em “*O Príncipe*” (MAQUIAVEL, 2000 [1513]), compete ressaltar que a ideia relacionada à força e violência ainda que estivesse presente na obra, relacionando-se à dimensão de “a” política, por outro lado, há também uma compreensão deste conceito que se desdobra *para além*, atingindo o campo das aparências. Com isso, Claude Lefort (1978) destaca a “dimensão simbólica do poder”, dimensão esta importante para a instauração de toda ideia relacionada à noção de “o” político e o conflito. Esse entendimento lefortiano, assim, é uma compreensão de “a” política e “o” político, segundo Gleyton Trindade (2013, p. 165, *itálicos do autor*), através da qual:

“Compreender a complexidade da vida social implicaria, portanto, levar em consideração o real e o simbólico sem pretender reduzir um ao outro. Esse é o sentido da ênfase em examinar os princípios geradores (*principes générateurs*) de uma sociedade, ou seja, sua ordem simbólica ou aquilo que Lefort designará como o político, como algo diferente da esfera particular da política. Entre a dimensão simbólica da sociedade e a política se estabeleceria, na verdade, uma complexa relação de identidade e afastamento. Se uma sociedade se organiza em função de determinados princípios simbólicos, torna-se necessário que um determinado agente represente tais princípios invisíveis à sociedade. A resposta lefortiana a esse dilema é o de que a política constitui a instância em que o poder é representado e legitimado, indicando o modo como a sociedade compreende e organiza a si mesma. A política e o poder, portanto, não são algo que se possa simplesmente determinar empiricamente, já que estão desde sempre conectados à representação desses princípios que os legitimam. Daí a ênfase lefortiana de que a essência do poder é tornar visível um modelo de organização na cena política.”

De acordo com Newton Bignotto (2014), deve-se atentar para o fato de que nas obras do pensador florentino não haveria a tentativa ontologizante, nem normativa, de se buscar a compreensão da natureza humana, pois segundo o autor, ela deve ser vista como ela é, ou seja, a compreensão das relações humanas e dos próprios atores políticos, seja na política, ou na vida privada, deve ser compreendida pela “verdade efetiva das coisas” (*verità effettuale*). Bignotto (2014, p. 19) recorre à obra “*A Mandrágora*” (MAQUIAVEL, 1976 [1518]) para demonstrar indícios importantes sobre os efeitos da separação entre esfera pública e esfera privada na constituição de uma noção diferenciada do que seria esta esfera, lembrando que “[...] os homens escondem desejos que as máscaras sociais não podem suprimir”. De acordo com Bignotto (2014, p. 19):

“Ao modificar o lugar que a ética ocupa no mundo da política, em particular a ética das virtudes, é de se esperar que também a compreensão do que constitui a vida privada fosse alterada. A *Mandrágora* é uma resposta a essa questão. Somem os problemas referentes aos escravos e às mulheres. Os servos permanecem servos, mas partilham a amoralidade de seus patrões. No lugar de um debate sobre as virtudes privadas e sua relação com o público, Maquiavel abre as portas para a consideração do caráter desejante da natureza humana. As virtudes continuam a contar na esfera da vida em comum, mas são apenas uma camada superficial das convenções que escamoteiam os desejos humanos e seu impacto no comportamento dos homens. Livre das divisões sociais estanques que presidiam a vida na polis grega e do império das virtudes cristãs, a vida privada se mostra como o outro da política, pensada a partir dos novos parâmetros criados pelo pensador.”.

E, dessa forma, haveria que se destacar a compreensão sobre o masculino e o feminino na obra maquiaveliana, já que segundo Hannah Pitkin (2013 [1984], p. 219), “[o] feminino constitui ‘o outro’ de Maquiavel, em oposição à masculinidade e à autonomia em todos os sentidos: às condições de homem, de adulto, de humano, bem como à política.”. A construção das figuras femininas nas obras estaria marcada por dualidades e inconsistências, o que faz com que Pitkin (2013 [1984], p. 219) entenda que o autor deixa evidente “[...] o seu desprezo pelo ‘sexo frágil’”. Outro viés, de Arlene Saxonhouse (1985), assinala que em Maquiavel há abertura ao duplo entendimento, já que o fluxo dos acontecimentos pode se alterar. Dessa forma, segundo Saxonhouse, não se poderia definir papéis muito estritos e bem definidos – um exemplo estaria em “*A Mandrágora*”, notado através de uma mudança de papéis no desenvolvimento do enredo narrativo, que acontece na transferência de poder do papel masculino para o feminino.

Se o século XVI é marcado pela revolução da Política (GAUCHET, 2007), com Maquiavel (2000 [1518], 2006 [1519]) e a noção de *Estado* e com Jean Bodin (1576) através do conceito de *Soberania*, depreende-se que a necessidade da articulação de um poder central e duradouro seria necessário para se assegurar, afinal, a estabilidade política desejada, bem como o controle sobre um território unificado. Ainda que alguns indícios presentes nas obras demonstrassem a permanência de traços absolutistas, no caso de Bodin principalmente, cabe destacar que o desenvolvimento intelectual do período e a construção de um saber político indicaria o nascimento e a construção do pensamento científico, que focado no desejo de autonomia, encarnava no *devoir bourgeois* a busca para a efetivação de um projeto liberal. Somada a essas contribuições, a visão reformista religiosa retrçou o aspecto fundamental para a necessidade de separação da moral religiosa de uma moral própria da política, ainda

que, de acordo com Elshtain (1986), tomando-se como base uma visão limitada de liberdade presente em Lutero (1995 [1523]), perceber-se-ia uma consequência desfavorável às mulheres, principalmente, porque haveria uma limitação moral presente na esfera privada. Tanto em Lutero (1995 [1523]) quanto em Calvino (2002 [1536]), ainda que esteja evidenciada a separação entre dois mundos – o Secular e o Religioso –, a dimensão política ainda permaneceria em uma posição de menor revelância e centralidade em relação à autoridade religiosa³⁷.

A partir da construção desse enredo do pensamento político moderno possibilita-se o emaranhamento de conceitos e valores que se tornarão adiante efetivamente centrais à teoria política e que, por sua localização histórica e contingencial, retomam a importância e centralidade dos fatores políticos, sociais, econômicos referentes ao contexto europeu – destacando-se o “eurocentrismo” do saber –, entre os séculos XVI e XIX. Caberia aqui resgatar a ideia de “revolução moderna” proposta por Marcel Gauchet (2007), que aponta para um possível descolamento entre a prática política e o pensamento religioso – relação central para esse período. Como colocado por Lynch (2010, p. 28): “Os três novos pilares do regime democrático moderno teriam se destacado da velha forma religiosa por meio de três revoluções sucessivas: a da política, no século XVI; a do direito, no século XVIII e da história, no século XIX.”. A visão de Gauchet demonstraria a passagem da heteronomia à autonomia, já que as dimensões centrais ao processo de transformação social e política – a Política, o Direito e a História – tornaram-se centrais na produção intelectual e passaram a ocupar o lugar que antes era reservado quase exclusivamente à religião. Outra contribuição, a “história conceitual do político” de Rosanvallon (1995), apontaria para a necessidade de se traçar uma análise histórico-conceitual que implica na compreensão dos sistemas de representação pelo qual uma determinada época, país ou grupo social irá conduzir as suas ações e encarar o futuro, amarrando assim as histórias conceituais com os fatos políticos e históricos.

³⁷ De acordo com Sonia Mota (2011), a construção da imagem das mulheres na Reforma Protestante pode ser entendida pelos ideais conferidos aos papéis femininos de mãe e esposa. A autora destaca o posicionamento de três reformadores: (i) Lutero, que percebe o papel das mulheres ajudantes e companheiras dos homens, permanecendo sujeitas aos maridos e sem a possibilidade de exercerem papéis de liderança, pois não haveria permissão divina para isso; (ii) Calvino, que teria um papel ambivalente, porque por um lado reconhecia o silêncio da mulher, nesse caso interno à Religião, como uma lei humana e não divina, propondo também outro entendimento sobre o *Gênesis*, por afirmar que Eva não foi “dada” a Adão para ter filhos, mas para ser sua companheira, porém, ainda com essas colocações Calvino não rompe com a ideia de sujeição feminina; e, (iii) Knox, autor do tratado “*O primeiro clangor da trombeta contra o monstruoso regimento das mulheres*” (1558), utiliza-o para expor seu posicionamento contra qualquer tipo de governo de mulheres, o que para ele significava contrariar a natureza da Escritura e usurpação da autoridade masculina.

Como já citado, se o início do pensamento político pode ser caracterizado por uma revolução da Política, os séculos XVII e XVIII espelham a constituição de uma revolução do Direito, percebida pelas contribuições intelectuais ao direito natural (na base do contratualismo moderno) e constitucional. Tomando como ponto de partida as relações entre estado de natureza, o conflito (ou estado de guerra) e a pactuação que dá origem ao contrato social e as instituições políticas, pode-se entender, indo além de Maquiavel, que através dessa construção se permitiu a confirmação de que “[a] experiência *do* político (como a do trágico e do poético) é anterior à *da* política. Quero dizer, é anterior a todo *contrato*, de qualquer maneira que o entenda.” (GRÜNER, 2002, p. 335, itálicos do autor, tradução nossa)³⁸.

As distinções entre os três principais contratualistas, a saber, Thomas Hobbes (1976 [1651]), John Locke (2005 [1681]) e Jean-Jacques Rousseau (1997 [1871]), podem ser compreendidas desde as diferenças na visão ontológica sobre o estado de natureza, na dimensão conflitiva e no estado guerra, bem como nas formas de contratos sociais e as instituições políticas que estes gerariam. Brevemente, sobre a dimensão ontológica do *estado de natureza* pode-se entendê-lo através da representação figurativa do “homem como lobo do homem”, ou pela racionalidade incipiente, ou pelo “bom selvagem”; a compreensão do *estado de guerra* seria dada como inevitável, ou constante, ou então produzida pela competição ou inveja, ou ainda pelo egoísmo, criado através das desigualdades; e, a noção pós-contratual e a constituição de um *governo civil e suas instituições políticas e jurídicas*, ou criaria um Estado soberano e controlador; ou um Estado mínimo; ou, ainda, confluiria com a participação ativa cidadã, através da Soberania popular. O que se pretende aqui, não é especificar cada autor, mas chamar a atenção para o fato de que compreensões ontológicas sobre “o” político distintas, gerariam também pactos diferentes (de submissão ou de associação) e, conseqüentemente, “a” política pode ser ou será representada também e a partir de diferentes formatos.

A visão sobre as mulheres na elaboração teórico-conceitual dos contratualistas, bem como a dos pensadores políticos anteriores a estes, indicava uma quase permanente “ausência”, que ao se transformar em presença estaria caracterizada pela indicação de uma distinção natural do mundo masculino, ou seja, justificou-se através da diferença biológica aquelas diferenças existentes – entre os papéis femininos e a autoridade masculina (OKIN, 1981). Algumas contribuições feministas demonstram que a concepção de natureza humana hobbesiana

³⁸ Versão original em espanhol: “La experiencia de *lo* político (como la de lo trágico y lo poético) es anterior a *la* política. Quiero decir, es anterior a todo lo *contrato*, de cualquier manera que se lo entienda.”.

colocaria, tanto as mulheres como os homens em uma posição similar, por isso as desigualdades não seriam naturais, mas só existiram pelo consentimento das mulheres por meio das relações contratuais (MITCHELL, 2010).

De acordo com Carole Pateman (1993 [1988]), a partir da visão dos contratualistas, a ideia original que se concretiza através de um contrato reflete-se na própria constituição desse contrato, que garante tanto a liberdade quanto a dominação. Isto porque através do contrato os homens garantem a liberdade civil, ao mesmo tempo em que as mulheres ficam submissas e sujeitas aos homens, à dominação masculina. Como a autora revela, essa forma é o que garantirá a perpetuação do direito patriarcal, que se estabelece numa relação contratual, o que passou a ser conhecido e designado como “contrato sexual”.

Deve-se ressaltar que, diferente do posicionamento hobbesiano, as visões do estado de natureza de John Locke (2005 [1681]) e Jean-Jacques Rousseau (1997 [1871]) seriam marcadas por uma relação de desigualdade natural entre os sexos. Na visão de Locke, como salienta Lorenne Clarck (1979, p. 36, tradução nossa):

“A teoria de Locke é fundamentalmente sexista porque ele trata como diferença biológica, ‘natural’, entre os sexos como uma fonte de desigualdade ‘natural’ da qual se permitindo a consagração desta como uma desvantagem econômica e social. Com a teoria de Locke as mulheres devem necessariamente ser consideradas como naturalmente desvantajadas.”³⁹.

Na obra de Rousseau, Lynda Lange (1979) aponta que ainda que “*O contrato social*” seja uma contribuição imprescindível para se justificar a igualdade entre os homens, o autor reforçaria e justificaria a desigualdade entre os sexos, ou seja, ele criaria um tratado das diferentes “naturezas” de homens e de mulheres. De acordo com autora, Jean-Jacques Rousseau teria uma visão romantizada do casamento, da infância e do papel devoto da mãe biológica, por isso, justificam-se os papéis sexuais tratados como distintos porque as mulheres teriam características/qualidades naturalmente importantes para o desempenho de

³⁹ Versão original em inglês: “Locke’s theory is fundamentally sexist because it must treat a biological, ‘natural’, difference between the sexes as a source of ‘natural’ inequality wich licenses enshrining it as an economic and social disadvantage. With Locke’s theory women must necessarily be regarded as naturally disadvantaged.”.

suas respectivas funções: a timidez, a passividade, a fraqueza. Dessa forma e a partir desse tipo de raciocínio, conclui-se que a divisão sexual do trabalho seria uma condição pré-política. Ainda, acrescenta-se que na obra rousseauiana “*Emílio, ou da educação*” (ROUSSEAU, 1973 [1762]) haveria uma defesa pelo autor de que as mulheres deveriam ser educadas fora dos preceitos da razão, voltadas exclusivamente para o agrado e a atenção voltada para os homens e como seres que devem servir à maternidade (NYE, 1995 [1988]). Destarte, diante das obras do contratualismo, cabe ressaltar que a contribuição desses autores para o pensamento político moderno gerou uma reação às suas colocações e foram ativadas buscas por respostas às incompreensões ou às visões distorcidas que tais construções teóricas produziram sobre as mulheres, ainda que as contribuições sobre os direitos liberais individuais e políticos tenham sido apoiadas e o acesso a eles tenha se tornando “a bandeira” dos movimentos de mulheres dos séculos XVIII e XIX (MIGUEL, 2000).

Um desses posicionamentos bastante críticos é o de Marquês de Condorcet (1989 [1789]), ou *Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat*, que perante as concepções misóginas dos intelectuais e revolucionários franceses no final do século XVIII procurou, a partir da definição de humanidade, proclamar a igualdade entre os sexos, já que para ele “[...] ou nenhum indivíduo da espécie humana tem verdadeiros direitos, ou todos têm os mesmos; e aquele que vota contra o direito do outro, seja qual for sua religião, cor ou sexo, desde logo abjurou os seus.” (CONDORCET, 1991 [1789], p. 48). Objeções quanto à “incapacidade” das mulheres exercerem os direitos cívicos foram inúmeras nos contextos da Revolução, mas como nos diz Elisabeth Badinter (1991 [1989], p. 15): “Condorcet respondeu a todas essas objeções com uma sutileza e um bom senso que deveria ter desarmado os mais hostis. Tudo fora dito, mas nada foi entendido. O que prova que a razão é por vezes inoperante nos homens também.”. De acordo com a autora, a contribuição deste pensador para a busca pela igualdade entre os sexos foi imprescindível ainda que:

“O pensamento de Condorcet, de uma audácia excepcional por seu feminismo radical, quase não teve adeptos. Nem mesmo opositores sérios. Seu pedido: ‘que se dignem refutar essas razões de outra maneira que não através de gracejos e discursos injuriosos’ não foi atendido. Seus únicos herdeiros, Gilbert Romme e Pierre Guyomar, dois deputados na Convenção, não puderam penetrar no muro de incompreensão que acolhia suas proposições. A tese da semelhança dos sexos parecia uma heresia, até mesmo um absurdo que não merecia refutação. As próprias mulheres não estavam prontas para receber tal discurso. As mais intelectuais só rezavam pela cartilha de Rousseau, e Condorcet dera sobre elas esta declaração desiludida, ao final de sua primeira exposição feminista: ‘Tenho medo de me

indispor com elas... Falo de seus direitos à igualdade, e não de seu império; podem suspeitar de minha vontade secreta de diminuí-lo. E depois que Rousseau mereceu a aprovação delas, dizendo que só eram feitas para cuidar de nós, e para nos atormentar, não devo esperar que elas se declarem a meu favor” (BADINTER, 1991 [1989], p. 18-19) .

Outras contribuições à crítica dessa “condição feminina” são destacáveis no final do século XVIII, mas, dessa vez, elas foram expressas autoralmente *através das vozes das mulheres*: Olympe de Gouges (1995 [1791]) e Mary Wollstonecraft (2010 [1792]). A primeira, uma voz interna à Revolução Francesa, e a segunda, uma voz inglesa que vislumbrava a extensão dos ideais da Revolução Francesa às próprias mulheres. A denúncia do esquecimento de metade da população na “*Declaração dos Direitos Universais do Homem e do Cidadão*”, texto aprovado na Assembleia Constituinte Francesa em 1789, foi feita em “*Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*” por Olympe de Gouges através de uma estratégia em seu texto de exaltar a diferença das mulheres, ao mesmo tempo em que buscava demonstrar e expor a presença da parcialidade através das categorias políticas predominantes, que por sua vez representavam e instrumentalizavam a dominação dos homens sobre as mulheres – estratégia que Eleni Varikas (1996) chamou de “apoliticismo”. De acordo com a autora, essa seria a forma adotada por esse movimento inicial do feminismo, porque:

“[...] ‘apoliticismo’ não é necessariamente uma fuga do político; ele pode constituir – e constituiu muitas vezes – o ponto de partida para o enriquecimento e até mesmo para a redefinição do político e de suas fronteiras, das oposições e dos princípios sobre os quais repousa. A rejeição da política, nesta tradição, visa primeiramente a separação sexuada e topográfica entre privado e público, uma separação que coloca a dominação exercida sobre as mulheres ao abrigo da crítica da autoridade arbitrária, fazendo da heteronomia de umas a condição da autonomia das outras.” (VARIKAS, 1996, p. 59-60).

Para Wollstonecraft (2010 [1792]), através de “*Vindicação dos direitos da mulher*”, alguns dos temas centrais tratados na obra, como a luta pelo acesso à educação, o casamento, a igualdade de direitos e a cidadania, demonstravam a necessidade da garantia às mulheres dos mesmos direitos individuais que estavam sendo assegurados aos homens. A autora apresenta uma crítica à obra rousseauiana “*Emílio, ou da educação*” apresentando a importância de se romper em definitivo com a ideia do não acesso feminino à educação, uma vez que, segundo Nye (1995 [1988], p. 25), “[...] as mulheres fossem educadas, como os homens, para serem

cidadãs, a lógica da Revolução devia aplicar-se também a elas.”. Assim, o racionalismo masculinista presente na “religião da razão”, ou seja, na Ilustração moderna, deveria deixar de operar por uma lógica diferenciada em relação aos sexos pela qual as mulheres não teriam acesso à condição de “humanas” e não poderiam gozar de autonomia, fazendo-as afinal e efetivamente as donas de sua razão e de sua própria vontade.

Esses movimentos e contribuições para a evolução da história das ideias, principalmente ao final do Século XVIII, representaram um avanço na conquista de direitos, principalmente no avanço às garantias institucionais para a cidadania, esta que ainda era incompleta para as mulheres. Retomando a divisão de Gauchet (2007) sobre as eras revolucionárias para a democracia, o período posterior às conhecidas revoluções liberais, a saber, a Revolução (Norte)Americana e a Revolução Francesa, seria conhecido como a revolução da História, caracterizada por trazer um questionamento às desigualdades sociais e a busca pela garantia do princípio da igualdade. De acordo com Eduardo Grüner (2002), a visão contratualista e o avanço da consolidação capitalista na Modernidade demonstram os problemas relativos a aspectos que dizem sobre “o” político, uma vez que a noção de fundamento contida no conceito após as contribuições modernas do pensamento político indicariam a constituição e institucionalidade uma forma de poder Uno que se consolidava através da noção de Estado. Também se evidenciava, através das significações sobre o entendimento do indivíduo, ou do “eu” social: a partir da noção de expropriação que o poder constituído faz do poder constituinte das massas. De acordo com Grüner (2002, p. 335-336, itálicos do autor, tradução nossa):

“O contrato é em *efeito*, a consequência, desta violência da expropriação, e não sua *eliminação*. Não vem a *corrigi-la*, se não a *sancioná-la*, em um momento histórico em que o capitalismo (o *Manifiesto* segue sendo a melhor descrição condensada deste processo) tem destruído sem remédio toda forma de *legitimação externa* para a ‘coação econômica’. A expropriação via mais-valia, que se ‘despersonaliza’ na própria lógica interna de funcionamento de novas formas de produção, exige dessa maneira uma nova legitimidade, baseada na – justamente – ‘eleição racional’ de sujeitos supostamente livres e autônomos, capazes de calcular adequadamente o *value-for-money* de suas transações de qualquer ordem (‘contrato’, significativamente, é um termo por vez político, econômico e ‘civil’, como o contrato do matrimônio); tem soado à vez do sujeito cartesiano, do cidadão universal, do indivíduo consumidor.”⁴⁰

⁴⁰ Versão original em espanhol: “El contrato es el *efecto*, la consecuencia, de esa violencia de la expropiación, y no su *eliminación*. No viene a *corregirla*, sino más bien a *sancionarla*, en un momento histórico en que el capitalismo (el *Manifiesto* sigue siendo la mejor descripción condensada de este proceso) ha destruido sin remedio toda forma de *legitimación externa* para la ‘coacción extraeconómica’. La expropiación vía plusvalía,

A partir desse entendimento, cabe ainda ressaltar a importância do pensamento socialista na reflexão a respeito das condições desiguais e opressoras em que parte significativa da humanidade se encontrava, principalmente, através das contribuições teóricas de Charles Fourier (1996 [1808]), Flora Tristán (1838, 1846), Karl Marx e Friedrich Engels. De acordo com Nye (1995 [1988]), a contribuição de Fourier (1996 [1808]) foi, principalmente, a de assumir uma postura de completa ruptura do papel das mulheres na família e na criação das crianças, a serem assumidos pelo Estado, valorizando-se que homens e mulheres receberiam educação equivalente. Ainda que no mercado de trabalho as mulheres tivessem tanto acesso quanto os homens haveria uma diferenciação: “[...] lugares ‘respeitáveis’ e ‘apropriados’ para as mulheres na indústria. Estava implícito que não fariam o trabalho duro dos homens.” (NYE, 1995 [1988], p. 50).

Outra concepção socialista foi a de Flora Tristán (2010 [1844]), que trouxe, mais uma vez, a voz das mulheres, especialmente daquelas trabalhadoras, para a reflexão sobre a exclusão feminina da e na educação. A contribuição da pensadora (ainda muito desconhecida e silenciada) é ampla e instigante, articulando em seus escritos conceitos como “raça” e “pária”, através dos quais buscava expressar as condições de sua própria experiência. Cabe destacar que o feminismo de Tristán faria um giro na percepção sobre a classe social pois, até então, tal questionamento não havia sido colocado por outra pensadora. Sabendo que o discurso ideológico propagado através da Lei, da Ciência e da Igreja referir-se-ia a um falso princípio sobre a inferioridade da natureza da mulher em relação aos homens, Flora Tristán se dirige aos homens trabalhadores (por eles serem detentores de poder e de razão) para que se concretizasse a sua estratégia de se alcançar, através da própria Lei, a autonomia e a educação das mulheres. Através desta estratégia, ela antecipa a ideia de “união operária” e da máxima “Operários/Proletários do mundo, uni-vos”, muitas vezes relacionada a Karl Marx e Friedrich Engels (2007 [1848]). Nas palavras da própria Tristán (2010 [1844], p. 232-233, *itálicos e destaques da autora, tradução nossa*):

“Enquanto reclamam a justiça para vocês, demonstrem que vocês são justos, equitativos; proclmem vocês, homens fortes, homens de braços descobertos, que

que se ‘despersonaliza’ en la propia lógica interna del funcionamiento de las nuevas relaciones de producción, exige asimismo una nueva legitimidad, basada en la -justamente- ‘elección racional’ de sujetos supuestamente libres y autónomos, capaces de ‘calcular’ adecuadamente el value-for-money de sus transacciones de cualquier orden (‘contrato’, significativamente, es un término a la vez político, económico y ‘civil’, como en el contrato de matrimonio): ha sonado la hora del sujeto cartesiano, del ciudadano universal, del individuo consumidor.”

reconhecem à mulher como a sua igual, e por esta razão, a reconhece um direito igual aos benefícios da UNIÃO UNIVERSAL DOS OPERÁRIOS E OPERÁRIAS.”⁴¹.

Somando-se às noções supracitadas sobre as questões políticas e, nesse caso, em especial sobre “o” político, outra abordagem ainda a ser brevemente mencionada aqui é a de Karl Marx que trás a contribuição importante de se esquematizar a noção e o escopo do que é “o” político, desta vez através da retomada da ideia de emancipação. No livro de Thamy Pogrebinschi (2009) procurou-se através da sua releitura a respeito do pensamento marxiano, pistas sobre o que “o” político deve e pode ser, através de uma reconstrução desta noção diante do pressuposto “fim da política”, sendo esta alusiva à superação da sua dimensão estatal. Desta forma, como afirma Pogrebinschi (2009, p. 291):

“O escopo do político é a emancipação humana. Tomar a emancipação humana como o escopo do político implica tomar o homem como o responsável por sua própria emancipação. Falar em emancipação humana significa, assim, falar em autoemancipação. Para que a emancipação possa ser entendida nesse sentido reflexivo é preciso, antes, entender o modo pelo qual ela se relaciona com aquele que se emancipa: o sujeito. Este, por sua vez, adquire a consciência de si mesmo necessária à emancipação por meio de um processo de autoconstituição de sua subjetividade a um só tempo social e individual – o que faz dos homens sujeitos políticos.”.

Mary O’Brien (1979) também ressaltou a importância do pensamento marxiano para o entendimento das opressões, porém a opressão às mulheres era, como muitas socialistas percebiam, diferente das formas de dominação de classe. Segundo esta autora, na obra marxiana haveria uma concepção inadequada sobre a reprodução. Ao discutir a questão da experiência da *reprodução humana*, a autora denuncia a aparente disparidade de poder entre homens e mulheres especialmente em relação a tal prática. Ao politizar esta questão, O’Brien (1981) acredita que, assim, seria possível uma teoria com base marxista que não só se detivesse e se reduzisse na problematização sobre a *produção*, mas e também sobre as consequentes e possíveis “saídas” para a emancipação humana. Para esta autora a questão dialética histórica e materialista ofereceria os melhores referencias para se pensar uma práxis

⁴¹ Versão em espanhol: “Mientras reclaman la justicia para ustedes, demuestren que ustedes son justos, equitativos; proclamen ustedes, hombres fuertes, hombres de brazos desnudos, que reconocen a la mujer como a su igual, y que por esta razón, le reconocen un derecho igual a los beneficios de la UNIÓN UNIVERSAL DE LOS OBREROS Y OBRERAS.”.

feminista. Assim, ao contrário, através de uma teoria feminista que estivesse comprometida com a *práxis* encontrar-se-ia um modelo que reperia este viés num paradigma, que por sua vez, convergiria tanto na questão produtiva quanto na reprodução, como sendo ambos elementos inerentemente políticos. A igualdade no processo de produção não libertaria as mulheres, sem que antes houvesse a igualdade no âmbito do processo reprodutivo, por isso a autora analisa o papel dos homens na reprodução humana, especialmente em relação à questão da paternidade.

Na obra “*A origem da família, da propriedade privada e da família*”, de Engels (2002 [1884]), desenvolve uma análise das três temáticas contidas no seu próprio título, relacionado-as a um fator histórico decisivo, que de acordo com Engels seriam as dimensões e impactos da produção e da reprodução na vida imediata e cotidiana. O reflexo dessa lógica na constituição da família, do Estado e da propriedade privada é a dinamicidade, ou o progresso, através do qual tais instituições teriam passado através de sua evolução histórica. Dentro desta análise ressalta-se a compreensão da instauração do poder patriarcal como uma ou como “a” estratégia masculina de se controlar a reprodução e a descendência através da prole. Engels insiste em ressaltar que foi por meio da instauração do modelo patriarcal de família que surgiu a primeira divisão do trabalho e o primeiro antagonismo de classe, através da sujeição de um sexo ao outro.

Acrescenta-se aqui ainda a contribuição ao liberalismo estabelecida por John Stuart Mill (2005 [1869]), principalmente em “*A sujeição das mulheres*”, que nessa obra apresenta fragmentos de um trabalho em coautoria com sua esposa Harriet Taylor, na qual o autor adere ao movimento em prol da igualdade de direitos entre os sexos, desmascarando e evidenciando as relações assimétricas de poder travadas pelos homens sobre e contra as mulheres. Um dos aspectos relevantes nessa obra é a luta pelo sufrágio feminino e a reivindicação por participação das mulheres no mercado de trabalho e também na política.

Por fim, há que se lembrar da importância da “*Declaração de Sêneca Falls*”, realizada em Nova York, em 1848, tanto pelo ineditismo de suas reivindicações, quanto pela ideia absolutamente inovadora de se tentar colocar a visão das mulheres sobre a “*Declaração de Independência dos Estados Unidos*”. Os moldes utilizados lembram o formato adotado por Olympe de Gouges (1995 [1791]), e a Declaração assumia um caráter de denúncia pelas restrições impostas às mulheres, principalmente, na esfera política, especialmente pelos fatos

delas não poderem votar, ocupar cargos públicos ou estarem presentes em organizações políticas/partidárias. Deve-se destacar a liderança desse movimento sufragista por Elizabeth Cady Staton, responsável pelas primeiras versões da Declaração (DONOVAN, 2006 [1985]).

Outra contribuição não menos importante merece destaque também aqui: caberia ainda ressaltar a união do movimento sufragista com a luta abolicionista, após a prisão de algumas militantes negras. A voz de Sojourner Truth (1851), uma militante negra que passou a ser escutada em uma intervenção feita por ela, durante a “*Women’s Rights Convention*”, em Akron, Ohio. Ressalta-se a importância simbólica desse discurso para o movimento feminista negro, principalmente nos Estados Unidos. Essa voz foi resgatada por bell hooks (1981) em seu livro “*Ain’t I a woman?*”, pergunta presente na declaração de Truth (2015 [1951], s/p):

“Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?”.

A breve exposição das contribuições do pensamento político e da teoria política moderna possibilitou entender uma importante distinção de alinhamentos teóricos já que, ao focar-se na construção da visão sobre as mulheres pelo conhecimento produzido na Modernidade, foi possível notar a efetiva emergência de problemas a serem abordados e também corrigidos, ou seja, os primeiros “nós” (conferir a cronologia das principais obras do pensamento Moderno no Anexo 1).

Ainda nesse período abriram-se as possibilidades para que as primeiras vozes de mulheres pudessem expressar as suas próprias experiências e posições no campo do conhecimento político. Deve-se atentar que a divisão entre duas correntes de pensamento político, o Liberalismo e o Socialismo, foram centrais também para a construção do saber feminista, percebendo o alinhamento liberal de Olympe de Gouges (1995 [1791]) e Mary

Wollstonecraft (2010 [1792]) e, em contrapartida, o alinhamento socialista de Flora Tristán (2010 [1844]).

Finalmente, destaca-se que a passagem histórica da Modernidade para a Contemporaneidade e das reflexões teóricas políticas referentes a cada um desses períodos, dessa vez, podem ser caracterizadas tanto pelas continuidades, pelo avanço da ciência e pelo aperfeiçoamento técnico e disciplinar, colocado por Weber (2004a [1919]), bem como, podem ser pensadas a partir de crises, críticas e dissensos, entendendo que essa passagem representaria uma nova revolução que, dessa vez não seria nem da Política, nem do Direito e nem da História como propostas por Gauchet (2007), mas uma revolução do e sobre o Sujeito. A contribuição de Sigmund Freud (2006 [1913]), bem como a gênese de toda a teoria psicanalítica, indicam a capacidade transformativa presentes nessa noção de sujeito e na composição dinâmica do discurso sobre ele/ela, do pensamento aqui reconstruído e nas próprias formas de ser. Há que se destacar também a crítica ao sujeito cartesiano, no questionamento do cogito cartesiano (ideia que indicaria a certeza do ser e existir), repondo-o na ideia do inconsciente psicanalítico expresso no fato “*do existir onde não me penso*” e a abertura à complexidade das incertezas. Essa contribuição, sem dúvida, é inerente à própria composição do pensamento político feminista, como será discutido nos próximos Capítulos.

1.2 O CAMPO DO CONHECIMENTO POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE

A visão do que foi apresentada anteriormente, que é a da construção de um pensamento político moderno, que por sua vez, esforçou para silenciar a voz das mulheres, o lugar delas na definição e constituição do poder e da política e as representou de uma forma distorcida, engendrou, afinal, a necessidade de se repensar o próprio *ponto de vista* do/a sujeito/a que produz o conhecimento. Os “nós” do saber/poder/política foram, inicialmente, questões relativamente tranquilas para a construção do saber sob o viés masculino, por isso, o olhar feminino incluído nessa empreitada de também fazer conhecimento (e, conseqüentemente, nas formas de pensamento, filosofia, teoria ou ciência), conforme salienta Silvana Mariano (2008, p 368, itálicos da autora), correrá “[...] o risco de ficar sob suspeita de praticar um olhar *generificado* e não objetivo.”. A criação desse abismo sobre a prática do interlocutor, da

busca por legitimidade acadêmica, da aceitação às regras do campo, fez com que as/os pensadoras/es feministas deslizassem por e através de eixos de Saber/Poder (a serem discutidos no próximo Capítulo) para que pudessem alcançar inclusão efetiva na construção do saber e do conhecimento e promovessem, talvez, novos câmbios paradigmáticos.

Ainda que o campo do conhecimento político tenha sido marcado por um dissenso latente entre suas áreas, atualmente, se pensar na estabilidade e na formatação desse campo favorece o entendimento da ciência política com uma área maior que se definiria como uma prática discursiva mais ampliada, na qual é dada a devida importância às contribuições de politólogos, filósofos e outros cientistas na sua formatação. Este avanço disciplinar pode ser notado através da história interna dessa própria disciplina (CANSINO, 2008).

Sob o prisma da investigação da história da ciência e da filosofia, consegue-se idealizar, então, algumas matrizes: a ciência, a filosofia política, a ciência política, o pensamento político e a teoria política. De acordo com Giovanni Sartori a noção de “ciência” seria de difícil definição, mas um parâmetro adequado é a sua completa distinção da filosofia, que não pressupõe nenhum tipo de método, ao contrário da ciência que pressupõe o método científico (SARTORI, 1997 [1979]). Para Leo Strauss (1959), o termo “ciência política” seria ambíguo porque “[...] designa aquelas investigações sobre as coisas políticas estando orientadas pelo modelo da ciência natural, e também designa o trabalho que é feito por membros dos departamentos de ciência política”. (STRAUSS, 1959, p. 13, tradução nossa). Christian Delacampagne (2001 [2000]) compartilha de um entendimento próximo a Strauss sobre a ciência política, já que esta deveria ser uma pura descrição, mas que os próprios cientistas políticos não se contentariam com só esta atribuição, por isso se “[...] faz uso constantemente, como as ‘ideologias políticas’, de noções filosóficas mais ou menos bem compreendidas. Aliás, a recíproca é verdadeira: muitas vezes a filosofia política, sem saber ou confessar, também toma empréstimos à ‘ciência’ e às ‘ideologias’ políticas.” (DELACAMPAGNE, 2001 [2000], p. 182). A dificuldade para a consolidação da ciência política, pretendida, principalmente, pelos métodos da ciência natural, se deveria ao fato da sua não-desvinculação da filosofia política e pelo seu recorrente intermédio com as ideologias conflitantes (SARTORI, 1997 [1979]). Por isso, a legitimidade de indicar a maneira para o conhecimento genuíno das coisas políticas só poderia acontecer quando a filosofia se “entregasse” de vez por todas à ciência (STRAUSS, 1959).

O outro componente, a filosofia política, tem como meta principal articular uma visão sobre a “boa” sociedade e, por isso, se constitui como um projeto intimamente relacionado aos objetos e aos fatos da política. Para Delacampagne (2001 [2000], p. 10), não seria possível “[...] imaginar uma filosofia que não fosse ligada à política por dupla relação: sem as condições criadas pela emergência da democracia, não há filosofia possível; sem a prática filosófica do espírito crítico, não há filosofia duradoura.”. Portanto, a “[...] filosofia política pode ser definida pela reflexão filosófica sobre como organizar melhor nossa vida coletiva – nossas instituições políticas e nossas práticas sociais, como nosso sistema econômico e o nosso padrão de vida familiar.” (MILLER, 1998, p. 815, tradução nossa)⁴². Pode-se dizer que todos os projetos políticos foram ou estão enraizados numa longa história filosófica e que alguns conceitos e valores, como os de justiça e de liberdade, foram e são centrais para a conformação do que é hoje conhecida como a filosofia política que, além do mais, serviu como a principal fonte para a teoria política. Por um lado, legados da filosofia política clássica, como as discussões referendadas sobre a democracia e o republicanismo proporcionam projeções contemporâneas, procurando nas contingências cotidianas explicações cabíveis às imperfeições ora decorrentes da prática dos projetos vinculados a estes tópicos. Por outro lado, através das visões da justiça, da democracia e do mercado – temas centrais da filosofia política contemporânea –, é plenamente possível confrontar as concepções e (re)analisar estes conceitos como eles estão apresentados para os liberais e socialistas, por exemplo (VITA; BORON, 2004).

A compreensão de teoria política pautar-se-ia fortemente nas relações que esta tem tanto com a filosofia quanto com a ciência política. Por teoria política, se entenderiam as “[...] reflexões detalhadas na situação política que conduzem à sugestão de uma política ampla. Tais reflexões apelam no último recurso aos princípios aceitados pela opinião pública ou uma parte considerável dela; i.e., elas dogmaticamente supõem os princípios que podem ser bem questionados.” (STRAUSS, 1959, p. 12, tradução nossa)⁴³. Para saber sobre sua adequação, a teoria política deve estar comprometida tanto com os meios quanto com os fins e também precisaria ser praticável como prática, o que se quer dizer que caberia a ela cumprir o papel de traduzir os seus ideais na prática (JAGGAR, 1983). Tanto para a teoria social, quanto para

⁴² Texto original em inglês: “Political Philosophy can be defined as philosophical reflection on how best to arrange our collective life – our political institutions and our social practices, such as our economic system and our pattern of family life.”.

⁴³ Texto original em inglês: “[...] reflections on the political situation which lead up to the suggestion of a broad policy. Such reflections appeal in the last resort to principles accepted by public opinion or a considerable part of it; i.e., they dogmatically assume principles which can well be questioned.”.

a teoria política, os marcadores intitulados “descrição” e “normatividade” criaram lacunas e abismos para a compreensão do que seria uma teoria, visto que, de um lado ter-se-ia uma teoria teórica correspondendo a um “[...] discurso profético ou programático que tem em si mesmo o seu próprio fim e que nasce e vive da defrontação com outras teorias [...]” e, por outro lado, uma “[...] teoria científica [*que*] apresenta-se como um programa de percepção e de ação só revelado no trabalho empírico em que se realiza.” (BOURDIEU, 2007 [1983], p. 59). Estes apontamentos levam aos questionamentos que surgiram especialmente através da representação da ordem em reflexões relacionadas ao pluralismo moral e à linguagem, visto que os discernimentos sobre o *dever ser* e o *ser empírico* implicam a necessidade de se repensar questões como a neutralidade axiológica e o paradigma neutro dentro das ciências (JASMIN, 1998).

Diante de tais considerações, caberia ainda enfatizar mais algumas outras importantes distinções neste campo, a saber: a noção de *logos* – ressaltando aí o papel da *ideologia política* – e, destacando-se destas duas categorizações, a noção de pensamento político. Compreende-se por ideologias políticas, pseudoteorias formatadas a serviço de movimentos determinados (DELACAMPAGNE, 2001 [2000]). Elas seriam um ponto de apoio para uma transformativa exposição do pensamento social e da prática, ou uma marca classificatória de sistemas de crenças e tradições históricas (FREEDEN, 1998). A partir das colocações de Michael Freeden, entende-se que as ideologias são formas de pensamento político que oferecem um acesso direto à compreensão da formação e da natureza da teoria política e de sua riqueza e variedade. Desta forma, a diversidade de correntes na teoria política – liberal, socialista, marxista, comunitarista, republicana, feminista, só para citar algumas – conflui positivamente com a formatação das atuais e pregressas agendas das ideologias políticas. Pode-se dizer, por outro lado, que o *logos* da política — a filosofia política, a ciência política, as ideologias — se expressa em proposições enunciativas que compõe um determinado *saber formulado*.

De forma distinta, mas complementar, o conhecimento político é acompanhado pela opinião política, pelo pensamento político, um *saber*, por sua vez, *informulado* e expresso através da *práxis* (STRAUSS, 1959). Segundo Raymundo Faoro (1987) “[...] política que não é filosofia, nem ciência, nem ideologia, que não se extrema na ação, nem se racionaliza na teoria, ocupa, na verdade, o espaço do que se chama pensamento político, não necessariamente formulável, não correntemente racionalizado em fórmulas.” (FAORO, 1987,

p. 13). O pensamento político e sua história devem ser valorizados para o campo do conhecimento político aqui discutido, já que o seu cânone e os seus principais pensadores oferecem-se “[...] como exemplares da interdependência entre filosofia, teoria e explicação, de forma que possamos entender os poderes e limites das diferentes possibilidades, e ganhar uma consciência crítica própria.” (WARREN, 1989, p. 612, tradução nossa)⁴⁴.

Ainda, deve-se destacar que o campo do conhecimento é dinâmico e transdisciplinar e que várias noções e conceitos até então vigentes nele, bem como as categorias de análise centrais – até mesmo em decorrência da divisão entre as (sub)disciplinas –, hoje são vistas como insuficientes. As práticas políticas e sociais têm-se complexificado e exigido cada vez mais rediscussões sobre conceitos até então cristalizados, bem como, uma recorrente necessidade de se repor alguns modelos teóricos engessados. Um claro exemplo destas dinâmicas é apontado por Sérgio Costa (2001): haveria o acionamento, através as constelações pós-nacionais, de reformulações categóricas nas ciências sociais. Outra contribuição sobre esta complexificação dos modelos teóricos é feita por Marlise Matos (2002), que aponta para deslocamentos existentes entre três modelos teóricos distintos ao analisar a transição e reposição de cunho conceitual e epistemológico: o primeiro modelo monista/unitário, que se alimentou do debate entre as correntes liberal e socialista; o segundo modelo de caráter duplo/dual, referido principalmente à teoria funcionalista parsoniana que operava com a teoria dos papéis; e, por último, o terceiro modelo que é complexo/múltiplo, nutrido pelos debates pós-modernos e pós-estruturalistas.

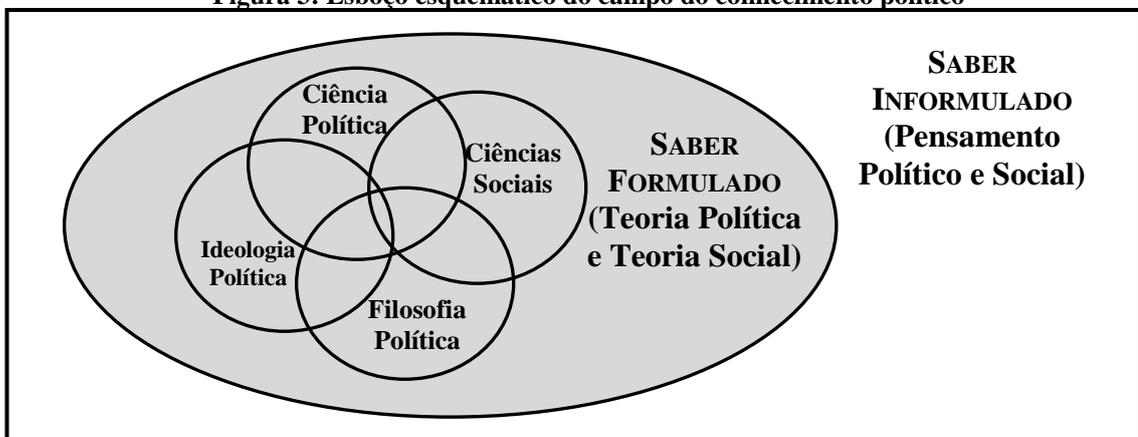
Mesmo que haja hoje uma tendência explícita da profissionalização dos cientistas políticos, que é mundial (Cf. GOODIN; KLINGEMANN, 1998), ainda é possível observar as raízes interdisciplinares na disciplina. Tomando essa especialização e divisão da ciência política e lançando mão de ideia que refere-se a teoria política como uma subdisciplina que se especializou nas questões normativas relacionadas à vida política, Helliwell e Hindess (2006) procuram esclarecer sobre o lugar da teoria social neste campo. Os autores partem da compreensão que a teoria social “[...] foca-se na natureza da sociedade e/ou na sociabilidade humana.” (HELLIWELL; HINDESS, 2006, p. 811, tradução nossa)⁴⁵ e que ela não é só uma atividade explanatória (diferente da noção que a refere como um guarda chuva de várias

⁴⁴ Texto original em inglês: “[...] one of seeing them as exemplars of the interdependence of philosophy, theory, and explanation, such that we might understand the powers and limits of different possibilities, and gain a critical awareness of our own.”

⁴⁵ Texto original em inglês: “[...] focus on the nature of society and/or human sociability.”

teorias sociológicas e antropológicas voltadas para as ciências sociais empíricas), mas é uma abordagem teórica que tem intenções normativas. Haveria nesta compreensão de teoria social a diferença mais significativa entre teoria política e a teoria social: ainda que haja muitas semelhanças e raízes em comum, e ainda por ambas estarem pautadas pela noção e figura do “homem”, “[...] a maioria (mas nem todos) teóricos políticos focam sobre [*as questões normativas*], enquanto os teóricos sociais geralmente acreditam que [*as questões normativas e as questões descritivas e explanórias*] não podem ser separadas.” (HELLIWELL; HINDESS, 2006, p. 821, tradução nossa)⁴⁶. Destarte, há que se levar em consideração a influência exercida pela teoria social e por todas as ciências sociais no campo do conhecimento político, forjando uma compreensão ainda mais diversificada, transdisciplinar e plural deste campo (ver Figura 3). Cabe destacar que optou-se por salientar a teoria social e o pensamento social e por incluir, como um todo, nas ciências sociais e todas as outras teorias, como a teoria econômica, a teoria jurídica, a teoria psicológica, a teoria psicanalítica etc.

Figura 3: Esboço esquemático do campo do conhecimento político



Fonte: Formatação própria

Segundo César Cansino (2008, p. 246, tradução nossa), ao se analisar a teoria política⁴⁷ como um “[...] corpo de literatura mais geral e interdisciplinar, como atividade e comunidade

⁴⁶ Texto original em inglês: “[...] most (but not all) political theorists focus on the first set of issues, while social theorists generally believe that the two cannot be separated.”

⁴⁷ Cansino (2008, p. 246) refere-se a John Gunnell (1981 [1979]) quanto à distinção entre teoria política: (a) como um setor da ciência política; ou, (b) como corpo de literatura mais geral e interdisciplinar.

intelectual.”⁴⁸, percebe-se que há uma demasiada complexificação das discussões em torno do conceito do político, o que levaria, por sua vez, ao autor se referir a esta área como *metapolítica*. Assim, tal área significaria, para alguns teóricos, o “esgotamento dos enfoques tradicionais para se analisar o político”; para outros haveria uma “excessiva teorização do político”, onde se perceberia uma demasiada atividade e discurso autorreferencial; também haveria aqueles que advogam para que o estudo do político seja associado a uma teoria social de ampla abrangência; e mesmo há aqueles que advogam a existência de um novo campo disciplinar, onde se faria necessário o estudo do pluralismo paradigmático e a investidura de novos problemas e temáticas (CANSINO, 2008, p. 247, tradução nossa)⁴⁹.

A obra de John Gunnell (1986), como uma crítica à alienação da teoria política contemporânea, tem uma noção completamente distinta de campo do conhecimento político daquela que foi discutida aqui. Para o autor, a dependência da teoria política dar-se-ia através das várias formas de discursos filosóficos e metateórico e a sua relativa incapacidade de entender por quais percalços passa a sua verdadeira relação à política, onde as reivindicações sobre a política são desconjuntadas alusões, muitas vezes espúrias, à própria política. Esses seriam claros indícios de alienação. Não seria possível, também e assim, a manutenção de relações saudáveis e proveitosas entre a teoria política, a filosofia e a política, já que essas áreas têm sido muitas vezes mal compreendidas e a distinção entre elas tem sido sistematicamente ludibriada, pois nem o caráter dos objetos reais da política, nem o caráter dos objetos ontológicos ou teóricos, foram tematizados e discutidos pela teoria política contemporânea. A alienação pode ser compreendida através de três fatores, a saber: (i) a perda de autonomia teórica resultante da dependência da teoria política em e com outros campos; (ii) a literatura da teoria política teriar-se-ia tornado uma repetição de argumentos derivados de outros campos e disciplinas; e (iii) a alienação de si mesma, resultando na perda de identidade e no afastamento das atividades que aspira – por exemplo, a teorização tornou-se independente das práticas reais de conhecimento e teria dado lugar às metateorizações sobre objetos que seriam invenções, em grande parte, filosóficas.

Mesmo que as considerações de Gunnell pareçam ácidas e possam fornecer um atestado do “fim” próximo da teoria política, o autor buscou algumas promessas para repor e recompor

⁴⁸ Texto original em espanhol: “[...] cuerpo de literatura más general e interdisciplinario, como actividad y comunidad intelectual.”

⁴⁹ Texto original em espanhol: “[...] agotamiento de los enfoques tradicionales para analizar lo político [...] uma excessiva teorización de lo político [...]”.

essa teoria em outras e novas roupagens. O autor propõe a “teoria convencional dos objetos”, na qual sugere formas de análise simbólicas ou interpretativas, buscando no pragmatismo a ideia do antifundacionalismo como a possibilidade de libertação da teoria política, uma vez que “[...] a alienação não pode ser superada até podermos aceitar a ideia da teoria política sem alicerces.” (GUNNELL, 1986, p. 222, tradução nossa)⁵⁰. Estimulado pelos desafios pragmáticos, o autor ainda pontua e discorre sobre a inserção feminista na teoria política, que estaria, em sua exclusiva concepção, limitada ao feminismo acadêmico norte-americano, no posicionamento crítico de Gunnell (1986, p. 222, *itálicos nossos*, tradução nossa):

“Gostaria de destacar, como exemplo, o que poderia ser chamada de *teoria política feminista* como um caso em questão. Este é um modo de discurso que é sobre algo, que é definido por um problema existencial e não por uma categoria filosófica, e que fala com e para uma audiência real. No entanto, aqui também, os perigos da alienação já são aparentes. Grande parte da literatura está sendo elaborada dentro da órbita das autoridades acadêmicas de costume, e os problemas abordados são cada vez mais definidos dentro dos modos do discurso filosófico, que os afasta teoricamente e retoricamente do mundo sobre o qual eles pretendem falar. Os problemas estão sendo transformados em objetos conceituais e a questão prática do relacionamento do acadêmico para o discurso público é relegado a um problema metateórico. Este parece ser o destino de toda a teoria política acadêmica e, apesar de que o destino não pode ser justificável, tenho a preocupação de demonstrar que isto tem uma causa.”⁵¹.

Entre o real e o abstrato, com Gunnell opta-se pela primeira opinião: dedicar à necessidade de se pensar pragmaticamente, mas não rejeitando inteiramente os conceitos abstratos e metafísicos. Seria necessário interessar-se pela experiência e pensar o futuro, conjugando o nível ôntico com o ontológico. Ainda que o campo do conhecimento político não seja ainda assim, seria necessário recompor os seus pontos principais devido à importância da temática em questão para um impulso e um reavivamento da própria teoria política, reposta por novos paradigmas e novos problemas. Antes, caberia uma discussão sobre dois conceitos centrais e

⁵⁰ Texto original em inglês: “[...] the alienation cannot be overcome until we can accept the idea of political theory without foundations.”.

⁵¹ Texto original em inglês: “I would single out, as an example, what might be called feminist political theory as a case in point. This is a mode of discourse that is about something, that is defined by an existential problem rather than by a philosophical category, and that speaks to and for an actual audience. Yet here also, already, the dangers of alienation are apparent. Much of the literature is being drawn within the orbit of the usual academic authorities, and the problems addressed are increasingly defined within the modes of philosophical discourse, which distance them both theoretically and rhetorically from the world about which they purport to speak. The problems are being transformed into conceptual objects, and the practical questions of the relationship of academic to public discourse is relegated to a metatheoretical issue. This seems to be the fate of all academical political theory, and although that fate might not be justifiable, I have been concerned to demonstrate that it has a cause.”.

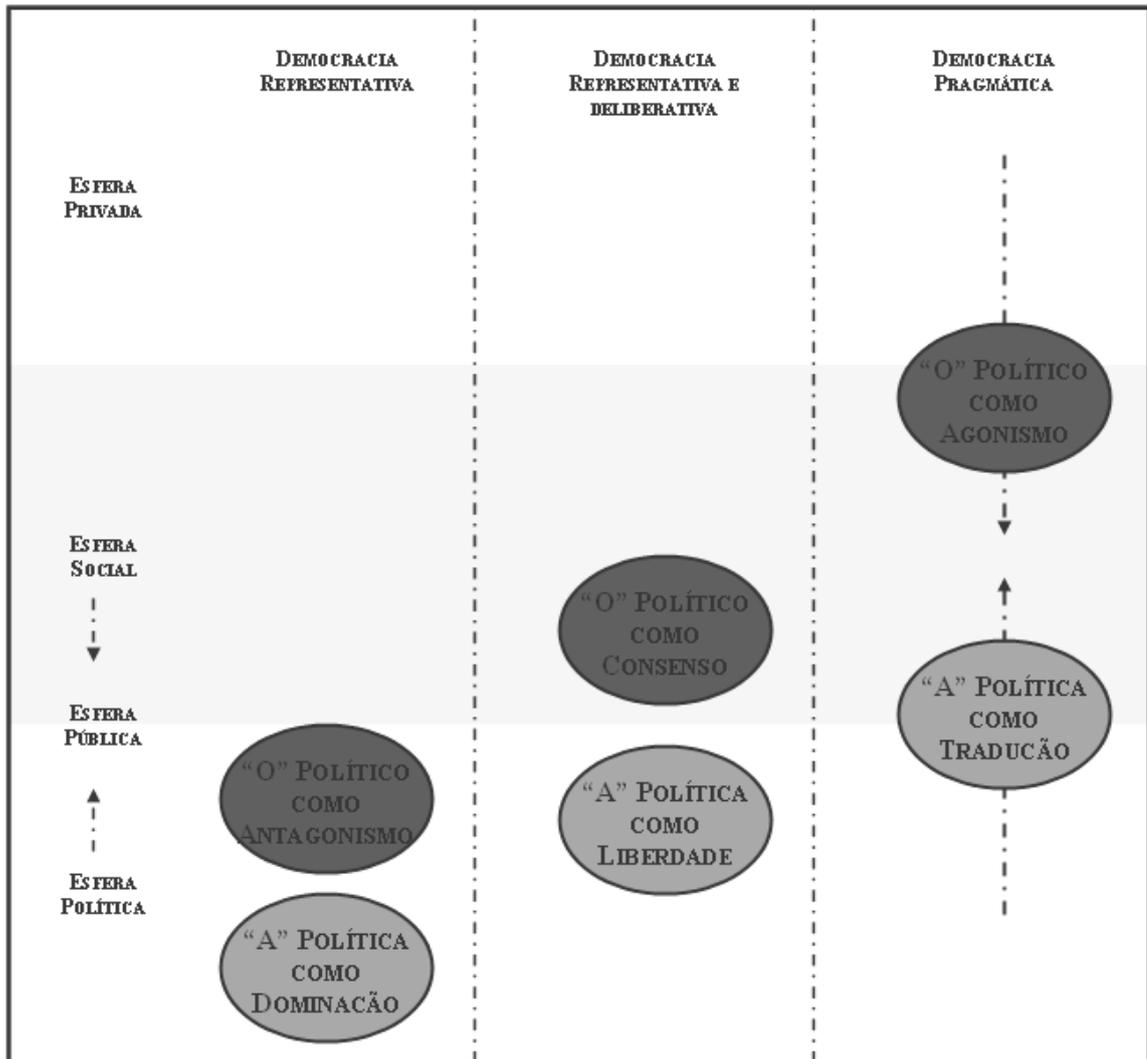
vertebradores para este campo: “a” política e “o” político, que são verdadeiros focos de conflito no campo do conhecimento político para esta Tese e sinalizariam as tendências e novidades conceituais no referido campo.

1.2.1 “A” política e “o” político no campo do conhecimento político

Paulo Ravecca (2006) aponta algumas ponderações fundacionais que deveriam ser observadas: (i) que a abordagem das diferentes noções sobre “a” política e “o” político teriam comprometimentos estratégicos, ao passo que a intenção do trabalho reflexivo de resoluções sobre as contendas conceituais envolvem também, efetivamente, um impacto sobre os parâmetros conceituais dentro dos quais os indivíduos e as massas humanas pensam, dizem e agem; e, (ii) que o reconhecimento da área da qual partem essas considerações reflexivas, o de “onde se fala”, não estaria alheio aos interesses específicos da teoria política, pois dessa forma diz sobre como refletir acerca das formas pelas quais são colocados os problemas conceituais e teóricos, como os objetos de estudo, partindo de uma análise específica da própria matriz dessa área ou campo. Isto é, segundo essas considerações poder-se-iam conjugar debates ônticos (científicos), ontológicos (metafísicos) e políticos com uma análise propriamente epistemológica.

Deste modo, o conceito relativo ao entendimento sobre “a” política, por ser central para o campo do conhecimento político e condicionante da própria existência desse campo, possivelmente foi e ainda é o principal objeto de debates de apropriação nesse espaço, o que, por consequência, o torna suscetível de deslocamentos e de novas interpretações. Como é colocado por Deleuze e Guatarri (2007 [1997], p. 30) “Num conceito, há, no mais das vezes, pedaços ou componentes vindos de outros conceitos, que respondiam a outros problemas e supunham outros planos”. De tal forma, o conceito de política (e suas várias significações) pode ser retraçado através da influência de outros conceitos que, contigencialmente, foram também importantes para as discussões sobre a política (ver Figura 4).

Figura 4: Deslocamentos das noções de “a” política e “o” político



Fonte: Formatação própria

As condutas, daqueles que vivem para a política, estão fortemente distintas de condutas religiosas, por exemplo, porque se dá valor à “ética da responsabilidade” (WEBER, 2004a [1919]), aquela que dirige os atores políticos a assumirem as consequências de seus atos. De tal forma, Weber aproxima-se do pensamento de Maquiavel, especialmente naquilo que tange às ideias sobre a separação entre política e religião, e também, entre o espaço público e a esfera privada. Neste ponto, a convergência dos pensamentos de Max Weber e Hannah Arendt, desta vez, é clara: “[...] os dois autores têm a mesma compreensão da política como uma vocação específica, e o mesmo entendimento acerca da incomunicabilidade entre a ética da política e a ética do evangelho.”, como também ambos têm uma visão muito próxima acerca da vocação, a partir de Maquiavel, porque “[...] de acordo com os autores, para o

homem que tem ‘vocalção política’ as questões do mundo são mais importantes do que as do seu mundo privado.” (COELHO, 2000, p. 189). Deve-se ainda lembrar a concepção e negação no pensamento marxiano da noção de política identifica-se à esfera estatal (ver POGREBINSCHI, 2009), que se assemelha à concepção weberiana relativa ao Estado moderno burocratizado.

Percebe-se que, ao longo da discussão trazida sobre o conceito de política, o eixo básico sob o qual essa discussão ocorre é o de *poder*: da dominação weberiana à libertação arendtiana – ou, do poder de se dominar para o poder de se libertar. Para a discussão do político, segundo Chantal Mouffe (2005a), a lógica deveria ser invertida: enquanto para Arendt política significaria liberdade e deliberação pública, para ela, como para outros autores, a política seria um espaço de poder, conflito e antagonismo (MOUFFE, 2005a, p. 9). Além do mais, como a autora pontua que haveria uma distinção estruturadora das (sub)disciplinas do campo do conhecimento político ao lidarem com os conceitos supracitados. Segundo Mouffe (2005a, p. 8-9, tradução nossa)⁵²:

A ciência política lida com o campo empírico da ‘política’, e a teoria política, que é o domínio de filósofos, não busca informações sobre fatos da ‘política’, mas sobre a essência do ‘político’. Se quiséssemos expressar essa distinção de uma forma filosófica, poderíamos, tomando emprestado o vocabulário de Heidegger, dizer que a política se refere ao ‘nível ôntico’, enquanto ‘o político’ tem a ver com o ‘ontológico’. Isto significa que o ôntico tem a ver com as múltiplas práticas da política convencional, embora as preocupações ontológicas digam respeito à forma em que a sociedade é instituída.

A noção sobre a política, ou o nível ôntico, poderia ser sumarizada em: se para Weber a questão sobre a política se satisfaz na dimensão Estatal, em contrapartida, uma dimensão focada sob a ação e a ideia de “esfera política” em Arendt (que poderia ser traduzida na participação, ainda que para a autora os movimentos sociais pudessem ser uma “ameaça” à política). Ademais, uma das discussões que tem procurado dar conta da confluência entre estas posições é a de alguns teóricos deliberativos. As propostas subjacentes às concepções de razão comunicativa e da dinâmica da esfera pública demonstram um entendimento

⁵² Texto original em inglês: “[...] political science wich deals with the empirical field of ‘politics’, and political theory which is the domain of philosophers who enquire not about facts of ‘politics’, but about the essence of ‘the political’. If we wanted to express such a distinction in a philosophical way, we could , borrowing the vocabulary of Heidegger , say that politics refers to the ‘ontic level’, while ‘the political’ has to do with the ‘ontological’ one . This means that the ontic has to do with the manifold practices of conventional politics, while the ontological concerns the very way in which the society is instituted.”.

procedimentalista sobre o político que convergiria, tanto com os aspectos burocráticos do Estado, quanto com a questão da ação na esfera política. De tal forma, passar-se-á a discutir a compreensão do que é “o” político.

Um dos trabalhos norteadores para a discussão do que é o político é o de Carl Schmitt (1994 [1927]), que apresenta como básica e elementar a redução do político à relação entre amigos e inimigos, já que a verdade é única e exclusivamente alcançada pela confrontação de opiniões que fará originar “o” político. O eixo de disputas entre amigo e inimigo criaria um “nós” que se oporia a “eles” e formar-se-iam, a partir daí, identificações coletivas. Segundo Mouffe (1996 [1993]), Schmitt foi um ferrenho adversário do liberalismo, cujas críticas à democracia moderna lançam um olhar sob o princípio da identidade, que coexistiria com o princípio da representatividade, levando-o a relevar que a lógica parlamentarista não seria própria do pensamento democrático, mas sim do pensamento liberal. O elemento representativo seria o não democrático das democracias parlamentares – porque seria impossível estabelecer-se a identidade entre governantes e governados, o que é evidenciado nas contínuas “crises de representação”. O autor ainda aponta que há uma limitação da moralidade e de outras questões relevantes à ordem privada, o que levaria à recorrente despolitização de várias relações sociais. Por isso, faz-se necessário separar da política o que não lhe é próprio, distinguir o campo próprio da política dos demais campos do agir humano, tais como o estético, o econômico, o moral ou o religioso. Por fim, Schmitt denuncia que sob a ótica liberal, a democracia se reduziria a uma competição entre elites, por tanto, seria imprescindível tanto na teoria, quanto na prática política, retomar a dimensão do antagonismo.

A corrente deliberativa seria uma visão alternativa da questão do político por, justamente, tentar inflexionar as discrepâncias da concepção da política. Porém, também é altamente questionada pela compreensão do que é “o” político. Brevemente, a democracia deliberativa é “[...] tanto um cálculo normativo das bases de legitimidade democrática, quanto uma prescrição para como os cidadãos deveriam se engajar politicamente. O melhor e mais apropriado modo para conduzir a ação política, influenciar e tornar decisões públicas, é através da deliberação pública.” (YOUNG, 2001a, p. 672, tradução nossa)⁵³. Para Iris Young, um democrata deliberativo deve propor soluções para os problemas coletivos e oferecer

⁵³ Texto original em inglês: “[...] as both a normative account of the bases of democratic legitimacy and a prescription for how citizens ought to be politically engaged. The best and most appropriate way to conduct political action, to influence and make public decisions, is through public deliberation.”

razões para eles, ao mesmo tempo em que deve criticar as propostas dos outros e estar aberto a críticas. Por isso, a “boa cidadania” estaria relacionada à promoção de justiça social através do debate com pessoas com quem se discorda e/ou tem interesses que conflitam com o seu, mas nos espaços de deliberação pública ele tentaria persuadir os outros de que alguns interesses e políticas que teriam aspectos ou consequências injustas e prejudiciais deveriam ser substituídos por outros.

Na academia, tal corrente teria se organizado a partir de duas grandes escolas: a primeira amplamente influenciada por John Rawls, tendo Joshua Cohen como um dos seguidores, e, a segunda influenciada por Jürgen Habermas, tendo como interlocutora Seyla Benhabib⁵⁴. O que se destacaria para efeitos de nossa análise na obra de John Rawls (2000 [1995], 2001 [1971]), é que ele procurou conciliar o desacordo no pensamento democrático entre o que era chamado de “liberdades dos modernos” e “liberdades dos antigos”. Já Habermas (1987 [1981]), em sua teoria procedimental da democracia, pretendeu demonstrar a cooriginalidade dos direitos individuais fundamentais e da soberania popular, percebendo-se, assim e então, a cooriginalidade das autonomias cívica e privada (MOUFFE, 2005b [2000], p. 13).

Para Chantal Mouffe (2005b [2000]), de forma geral, nessas perspectivas deliberativas, pode-se dizer que: (i) há a afirmação da possibilidade de se alcançar um consenso mais profundo que o “mero acordo sobre procedimentos” – um consenso que poderia sim ser qualificado como “moral”; (ii) a abordagem deliberativa especifica-se na promoção de uma forma de racionalidade dita *normativa* (entenda-se: o “razoável” para Rawls e a “racionalidade comunicativa” para Habermas) e que se poderia encontrar o conteúdo idealizado da racionalidade prática nas instituições da democracia liberal; (iii) mesmo que critiquem certo *modus vivendi* liberal, os teóricos deliberativos, em sua maioria, não são considerados antiliberais; (iv) no processo deliberativo deve-se lançar a atenção na direção de formas de acordo que satisfaçam tanto a racionalidade (entendida como defesa de direitos individuais liberais), quanto a legitimidade democrática (tomada como soberania popular); (v) propõe-se reinterpretar a soberania popular em termos intersubjetivos e redefini-la como “poder gerado comunicativamente”; e, (vi) procura-se assegurar uma ligação forte entre democracia e liberalismo, combatendo todos os críticos – de direita e esquerda – que proclamaram a natureza contraditória da democracia liberal.

⁵⁴ No debate entre Habermas (1996 [1995]) e Rawls (1996 [1995]), os autores discutem as diferenças principais entre as suas concepções e cada um aponta aspectos criticáveis na teoria do outro.

Procurando o que seria “o” político do “liberalismo político” de John Rawls (2000 [1995]), Cicero Araujo (1996) assinala que a busca desse autor por este esclarecimento advinha do que ele chamou de “o fato do pluralismo” já que, ou poderia esbarrar na “[...] homogeneização completa e forçada do social pelo Estado [...]”, ou então, em “[...] algum tipo de regime democrático e constitucional, o caminho de uma convergência entre a heterogeneidade social e a unidade estatal”. Por isso, para conjugar com a sua concepção de justiça, Rawls optou pela segunda opção (ARAÚJO, 1995). Já Habermas, por sua escassa problematização sobre a justiça social, e por tentar “[...] transcender ‘o político’, o qual é definido (pelos pós-modernistas) como essencialmente contestatório e agonístico.” (S. CHAMBERS, 2008 [2004], p. 280), sinaliza as suas insuficiências teóricas e concede espaço para novas perspectivas que avançam na discussão do conceito do político na teoria crítica, como é feito principalmente por Chantal Mouffe⁵⁵.

Tanto o viés que recorrentemente recoloca a questão democrática através do consenso e da reconciliação, como é para Habermas e Rawls, quanto o viés schmittiano das relações entre amigos e inimigos, para Mouffe, estariam enganados, já que lhes faltaria a corrente capacidade de se pensar de forma política – isto para a autora deveria à incontestável hegemonia do liberalismo. Uma discussão aprofundada é feita por Chantal Mouffe (2005b), que propõe, por sua vez, um projeto que reflete a sua afiliação radical à “nova esquerda” e que procura, desta vez, não transformar a ordem política vigente, mas criticamente apontar para importantes parâmetros das democracias, como é o caso do pluralismo. Assim, a autora propõe sua perspectiva alternativa do pluralismo agonístico, que é:

Vislumbrada a partir da óptica do “pluralismo agonístico”, o propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão. (MOUFFE, 2005b, p. 20).

A abordagem do pluralismo agonístico superaria os entraves apresentados pela corrente da

⁵⁵ Outros autores e autoras que também procuram desenvolver uma abordagem agonística da política democrática, além de Mouffe, seriam Connolly (1991), Brown (1995) e Honig (1993). Segundo Young (2000a, p. 51, tradução nossa) o problema da abordagem destes autores é que eles “[...] se recusam a endossar as normas da justiça ou da legitimidade, e certamente, alguns argumentam que o apelo à justiça ou à retidão funcionariam como meras ideologias.”.

democracia deliberativa, principalmente da concepção habermasiana e rawlsiana, já que, para Mouffe, ao recusar a dimensão da “indecisibilidade” e da indefectibilidade do antagonismo, a democracia deliberativa nega, então, uma dimensão constitutiva do político. Rawls enfatizaria a importância do papel dos princípios de justiça alcançados por meio do artifício da “posição original”, que força os participantes a deixar de lado todas as suas particularidades e interesses, resultando na prática do exercício da “razão pública livre”. Por outro lado, Habermas detém-se sobre a importância de uma abordagem estritamente procedimental, em que nenhum limite é estabelecido para a amplitude e o conteúdo da deliberação e estabelece que serão os constrangimentos procedimentais da “situação ideal de fala” que eliminarão, por sua vez, as posições que não podem ser aceitas pelos participantes do “discurso” moral.

Para Chantal Mouffe (2005b, p. 16), a tentativa dos dois autores faz notar que “[...] o domínio da política – mesmo quando questões básicas como justiça ou princípios fundamentais estão envolvidos – não é um terreno neutro que poderia ser isolado do pluralismo de valores ou em que soluções racionais e universais poderiam ser formuladas”. Por isso, a abordagem agonística coloca em seu próprio centro a questão do poder e do antagonismo, reconhecendo e legitimando o conflito e recusando-se a suprimi-lo pela imposição de uma ordem autoritária. Outro ponto de superação da democracia deliberativa é que, para esta, “[...] quanto mais democrática uma sociedade, menos o poder será constitutivo das relações sociais [...]” (MOUFFE, 2005b, p. 19) e, já para o pluralismo agonístico, “[...] a objetividade social é constituída por meio de atos de poder [...] e que ela tem de mostrar os traços de exclusão que governam a sua constituição diferente” (MOUFFE, 2005b, p. 19).

Outro fator importante da noção do político refere-se ao entrelaçamento e rediscussão desse conceito sob a chave de uma dimensão cultural. Segundo Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2000 [1998], p. 24), a expressão “política cultural” é utilizada para se referir ao “[...] processo pelo qual o cultural se torna fato político.”, chamando a atenção para que o fato de que este conceito emergiu a partir de um diálogo interdisciplinar intenso, como também em consequência da diluição de fronteiras decorrentes do impacto pós-estruturalista. Conciliando tal conceito com o ativismo político dos movimentos sociais, eles apostam que “[...] as contestações culturais não são meros ‘sub-produtos’ da luta política, mas ao contrário, são constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o sentido e os limites do próprio sistema político.” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 24). Ademais, para justificar a politização da dimensão cultural, os autores concluem que:

A cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social. Isto é, quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 25).

Divergente dessa última concepção sobre “o” político apresentada, Fernando Filgueiras (2009) aponta as observações adversas da corrente do liberalismo igualitário, já que “[s]endo a cultura um conceito naturalmente sociológico, ele implica o fato de o grupo ter precedência ontológica sobre o indivíduo, o que representa uma premissa inadmissível para o liberalismo político.” (FILGUEIRAS, 2009, p. 4).

A ideia que provavelmente mais se aproximaria à compreensão feminista sobre “a” política e “o” político seria a de Jacques Rancière (1996 [1995]). O autor propõe, primeiramente, uma distinção conceitual entre o que entendemos hoje como “a” política, que para ele refere-se ao conceito de “polícia”, e por outro lado, o que seria realmente “a” política por uma visão realmente emancipadora, pois esta deveria ser orientada pelos princípios de igualdade e de inclusão das “não-partes”. Ao entender a política atual, ou “polícia”, pela lógica da técnica e da burocratização, bem como através das relações hierárquicas de sujeição, Rancière busca redefinir a noção de *demos* por uma noção de vazio, esse lugar da não obediência e falta de relações adversariais, pois para ele “a” política seria um assunto de sujeitos, ou seja, de modos de subjetivação. E, como Rancière (1996 [1995], p. 59, tradução nosta) coloca, “[...] subjetivação política é uma capacidade de produzir esses cenários polêmicos, esses cenários paradoxais que fazem ver a contradição de duas lógicas, ao postular existências que são ao mesmo tempo inexistências e inexistências que são algumas vezes existências.”⁵⁶. Rancière complementa tal ideia com a importância das mulheres nesses cenários (1996 [1995], p. 59-61, itálicos do autor, tradução nossa):

“O mesmo acontece de forma exemplar com Jeanne Deroin quando, em 1849, se candidata em uma eleição legislativa à qual não pode candidatar, ou seja, demonstra uma contradição de um sufrágio universal, que exclui o seu sexo desta universalidade. Ela mostra a si mesma e ao sujeito ‘as mulheres’ como

⁵⁶ Versão em espanhol: “subjetivación política es una capacidad de producir esos escenarios polémicos, esos escenarios paradójicos que hacen ver la contradicción de dos lógicas, al postular existencias que son al mismo tiempo inexistencias o inexistencias que son a la vez existencias.”.

necessariamente incluídos no povo francês soberano que desfruta do sufrágio universal e da igualdade de todos perante a lei, e ao mesmo tempo, como radicalmente excluídos. Esta demonstração não é meramente a denúncia de uma inconsistência ou uma mentira do universal. É também a encenação da mesma contradição da lógica policial e lógica política que está no cerne da definição republicana da comunidade. A demonstração de Jeanne Deroin não é política no mesmo sentido de que se eu dissesse que o lar e a família são também coisa ‘política’. Em si mesmos, casa e família não são mais políticos do que a rua, a fábrica ou da administração. A demonstração é política porque demonstra o extraordinário imbróglio que marca a relação republicana entre a parte das mulheres e a própria definição do comum da comunidade. A república é tanto o regime fundado sobre uma declaração igualitária que não conhece a diferença entre os sexos e uma idéia de uma complementaridade entre as leis e os costumes. De acordo com essa complementaridade, a participação das mulheres é a dos costumes e educação através da qual as mentes e os corações dos cidadãos são formados. A mulher é mãe e educadora, não só de futuros cidadãos que são seus filhos, mas também, mais notavelmente no caso da mulher pobre, de seu marido. O espaço doméstico por isso, enquanto espaço privado, separado do espaço público, e um espaço compreendido pela complementaridade das leis e costumes que definem o cumprimento da cidadania. A aparição imprópria de uma mulher no cenário eleitoral transforma em modo de exposição de uma distorção, no sentido lógico, esse *topos* republicano das leis e costumes que envolvem a lógica policial na definição de o político. Ao construir a universalidade singular, polêmica, de uma demonstração, ela traz à tona o universal da república como um universal particularizado, incorporado nessa mesma definição pela lógica policial das funções e das partes. Isto significa, por outro lado, que ela transforma em argumento do *nos sumus, nos existimus* feminino, todas essas funções, ‘privilégios’ e capacidade que a lógica policial, politizada, atribuí às mulheres mães, educadoras, protetoras e civilizadoras da classe de cidadãos legisladores.

É assim realcionando duas coisas sem relação converte-se na medida do imensurável entre duas ordens: o da distribuição desigual dos corpos sociais em uma partição do sensível e o da capacidade igual de serem falantes em geral. Verdadeiramente trata-se de imensuráveis. Mas estes imensuráveis medem bem um ao outro. E esta medida volta a representar a relação das partes e dos seus componentes, objetos capazes de dar origem ao litígio, que são capazes de articulá-lo. Ele produz tanto novas inscrições de igualdade e liberdade e uma esfera de nova visibilidade para outras manifestações. A política não é feita de relações de poder, mas de relações de mundos.⁵⁷

⁵⁷ Versão em espanhol: “Así lo hace de manera ejemplar Jeanne Deroin cuando, en 1849, se presenta a una elección legislativa a la cual no puede presentarse, es decir que demuestra la contradicción de un sufragio universal que excluye a su sexo de esta universalidad. Ella se muestra a sí misma y al sujeto “las mujeres” como necesariamente incluidos en el pueblo francés soberano que disfruta del sufragio universal y de la igualdad de todos ante la ley, y al mismo tiempo como radicalmente excluidos. Esta demostración no es meramente la denuncia de una inconsecuencia o una mentira de lo universal. Es también la puesta en escena de la contradicción misma de la lógica policial y de la lógica política que está en el corazón de la definición republicana de la comunidad. La demostración de Jeanne Deroin no es política en el mismo sentido que si dijera que el hogar y la familia son también cosa “política”. En sí mismos, el hogar y la familia no son más políticos que la calle, la fábrica o la administración. La demostración es política porque pone en evidencia el extraordinario embrollo que señala la relación republicana entre la parte de las mujeres y la definición misma de lo común de la comunidad. La república es a la vez el régimen fundado sobre una declaración igualitaria que no sabe de diferencia entre los sexos y la idea de una complementariedad de las leyes y las costumbres. Según esta complementariedad, la parte de las mujeres es la de las costumbres y la educación a través de las cuales se forman los espíritus y los corazones de los ciudadanos. La mujer es madre y educadora, no sólo de los futuros ciudadanos que son sus hijos sino también, muy en particular en el caso de la mujer pobre, de su marido. El espacio doméstico es así a la vez espacio privado, separado del espacio de la ciudadanía, y un espacio comprendido en la complementariedad de las leyes y las costumbres que define el cumplimiento de la ciudadanía. La aparición indebida de una mujer en el escenario electoral transforma en modo de exposición de una distorsión, en el sentido lógico, ese *topos* republicano de las leyes y las costumbres que envuelve a la lógica policial en la definición de lo político. Al construir la universalidad singular, polémica, de una demostración,

Por fim, ainda que preliminarmente, sob a égide do feminismo, ou melhor, dos diversos feminismos, como diz Maffia (2006, p. 191), “[n]ós, mulheres, convidamos a repensar a linguagem, a investir com novas energias termos como rebelião, resistência, insubmissão, utopia, liberdade, independência, soberania, emancipação.”. E acrescenta, “[...] temos algo mais para motivar estas mudanças plurais, uma intransigência semântica: chamaremos somente de ‘democracia’ a um sistema capaz de desnaturalizar todas as formas de hegemonia e subordinação.”.

Desta forma a contribuição feminista é para se pensar não na política simplesmente no Estado, ou então na esfera política, mas a política como inclusão nas mais variadas esferas da vida, nos espaços mais ampliados possíveis. Boaventura Santos (2007b) coloca que o trabalho de tradução incidiria tanto sobre os saberes como nas práticas dos sujeitos políticos, o que por sua vez possibilitaria uma possível inteligibilidade recíproca entre os entes. Sonia Alvarez (2009) pontua que sendo a tradução um processo de abertura à/ao outra/o ela seria “[...] política e teoricamente indispensável para forjar epistemologias e alianças políticas feministas, antirracistas e pós-coloniais/pós-ocidentais [...]” (ALVAREZ, 2009, p. 743). Para esta noção de “política como tradução”, confluindo com a experimentação atual dos movimentos e ativismo feministas, deve-se atentar para duas possíveis direções do processo de tradução: do movimento à academia e do movimento/academia ao Estado, possibilitando uma agenda pública em interesses mínimos compartilhados. Desta forma, acredita-se que esta seria uma norma invocada para aqueles e aquelas que procuram aprofundar e ampliar as práticas democráticas, admitindo que as experiências de exclusão, de opressão e marginalização levam às demandas por inclusão (YOUNG, 2000a). Poder-se-ia dizer que o redimensionamento da noção de justiça, incluindo agora uma dimensão propriamente política (FRASER, 2005), faz com que se reivindiquem tanto reinvenções das parcerias de gênero na esfera doméstica (a divisão do trabalho doméstico, isto é, a inclusão dos homens nestas

ella hace aparecer lo universal de la república como universal particularizado, torcido en su definición misma por la lógica policial de las funciones y las partes. Esto quiere decir, a la inversa, que ella transforma en argumentos del *nos sumus, nos existimus* femenino todas esas funciones, “privilegios” y capacidades que la lógica policial, así politizada, atribuye a las mujeres madres, educadoras, protectoras y civilizadoras de la clase de los ciudadanos legisladores.

Es así como la puesta en relación de dos cosas sin relación se convierte en la medida de lo inconmensurable entre dos órdenes: el de la distribución desigualitaria de los cuerpos sociales en una partición de lo sensible y el de la capacidad igual de los seres parlantes en general. Verdaderamente se trata de inconmensurables. Pero estos inconmensurables se miden bien uno a otro. Y esta medida vuelve a representar las relaciones de las partes y sus partes, los objetos susceptibles de dar lugar al litigio, los sujetos capaces de articularlo. Produce a la vez nuevas inscripciones de la igualdad como libertad y una esfera de nueva visibilidad para otras demostraciones. La política no está hecha de relaciones de poder, sino de relaciones de mundos.”.

atividades), como nas outras relações de trabalho na esfera privada e também na esfera pública estatal e não-estatal. Sob a noção de re-presentação, simbólica e na política ordinária, as práticas políticas convencionais devem agora se responsabilizar pelas práticas excludentes internas a elas próprias.

Ainda que, possivelmente, a necessidade de um conceito sobre “a” política seja uma necessidade hegemônica, o papel teórico feminista recorrido para este caso seria estritamente o de desestabilização. A busca por politização de vários conceitos, inflexionando o que seria “o” político, foi e é uma estratégia contra-hegemônica, além de que a multiplicidade de sentidos para “a” política seria o que caracterizaria a radicalidade do feminismo. Porém, a movimentação política na academia e na militância política, ao adentrar dentro dos espaços estatais e ao exigir que “o pessoal é político”, tem demonstrado a necessidade de se pensar em um parâmetro comum sobre o que seria “a política” através da estabilização teórica que seja crítica, emancipatória e pragmática. Se por um lado a teoria feminista se deteve quase exclusivamente nas discussões sobre a justiça social, pôde-se notar a retomada da discussão sobre a democracia, já que, para superar a opressão e a dominação generificadas há a necessidade de instrumentos democráticos que deem conta da inclusão. “A” política como inclusão não nega completamente a noção arendtiana de “política como liberdade”, mas pretende-se ir além dela.

A desestabilização paradigmática no nível ôntico – principalmente o impacto do conceito de política arendtiano – na questão sobre “o” político provocou tanta instabilidade teórica, que a abordagem feminista viu-se solicitada a incrementar os paradigmas ontológicos. Diferente da noção de Laclau e Mouffe (2004 [1985]), a teoria feminista caminhou contra a corrente: ao propor novos paradigmas ontológicos agora há a da redefinição do conceito de política – que incluiria uma visão que contempla os micropoderes, a pulverização institucional, o *locus* anti-patriarcal, anti-maculinista, considerações anti-dicotômicas e anti-binárias, bem como ainda considera a dinâmica da transnacionalização e do agonismo.

A partir dessas considerações importantes ao entendimento para a teoria política da dinâmica conceitual a ser desenvolvida, bem como a compreensão das principais contribuições contemporâneas ao conhecimento político no que diz respeito às ideias “a” política e “o” político, ressalta-se que os próximos Capítulos buscarão articular a compreensão sobre o feminismo, enquanto uma contribuição teórica e como um movimento histórico articulado, a

apresentação de debates conceituais que são centrais ao campo, para depois, ao analisar a compreensão das dissensões e conexões internas ao campo, entender o que poderia ser proposto ou articulado como um conceito feminista de “a” política – podendo ser este entendido como o “elo” perdido no ato de tecer os próprios “nós” do feminismo.

CAPÍTULO 2

**CONHECIMENTOS POLÍTICOS NA PERSPECTIVA
FEMINISTA: ENTRELACANDO OS “NÓS”**

“Mas onde estão, hoje, as novas feministas? Quem são os novos tuberculosos e as novas sufragistas? Faz-nos falta liberar o feminismo da tirania das políticas identitárias e abri-lo às alianças com os novos sujeitos que resistem à normalização e à exclusão, aos efeminados da história; aos cidadãos de segunda classe, aos expatriados e aos migrantes ensanguentados pelas cercas de arame farpado de Melilla⁵⁸.” (PRECIADO, 2014, s/p, tradução nossa)⁵⁹.

Patologia. Essa provavelmente é a melhor descrição que se pode aferir sobre as origens do conceito de feminismo. *Feminisme*, em sua origem no idioma francês, seria uma ideia, historicamente datada, que, como muitos outros conceitos da teoria feminista contemporânea, tem o seu nascedouro nas discussões da Medicina (FRAISSE, 1989; PRECIADO, 2014)⁶⁰. De acordo com Preciado (2014), o conceito de feminismo foi inventado em 1871 pelo médico francês Ferdinand-Valerè Fanneau de La Cour, que em sua intitulada tese de doutorado “*Do feminismo e do infantilismo nos tuberculosos*”⁶¹ aponta o conceito de “feminismo” como uma patologia que afetava aos homens tuberculosos, produzindo, como sintoma secundário, uma “feminização” do corpo masculino. Porém, foi em 1872 que o conceito tomou uma dimensão política: Alexandre Dumas, filho, o retoma, em um dos seus panfletos e utiliza-se da noção médica de feminismo para qualificar os homens solidários à causa das mulheres “sufragistas” que lutavam pelo direito ao voto e pela igualdade política. Portanto, para Preciado (2014, s/p, tradução nossa), “[os] primeiros feministas foram homens: homens que o discurso médico considerou anormais por haver perdido seus ‘atributos viris’: mas, também, homens acusados de feminizar-se em razão de sua proximidade com o movimento político das sufragistas.”⁶².

Hoje, 143 anos depois, ainda nos perguntamos quem são *essas* ou *esses* feministas e o que

⁵⁸ A referência à Melilla refere-se a um território espanhol que fica em um enclave da Espanha com Marrocos e nele as autoridades espanholas ergueram uma cerca fronteiriça para se evitar a entrada de imigrantes, principalmente os africanos do norte subsaariano.

⁵⁹ Texto original em francês: “Mais où sont aujourd’hui les nouveaux féministes? Qui sont les nouveaux tuberculeux et les nouvelles suffragistes? Il nous faut libérer le féminisme de la tyrannie des politiques identitaires et l’ouvrir aux alliances avec les nouveaux sujets qui résistent à la normalisation et à l’exclusion, aux efféminés de l’histoire; aux citoyens de seconde zone, aux apatrides et aux franchisseurs ensanglantés des murs de barbelés de Melilla.”

⁶⁰ O debate etimológico do conceito de feminismo é controverso. Como Goldstein (1982) aponta, o conceito estaria vinculado a Charles Fourier e provavelmente teria o seu “nascimento” em 1832. Já para Fraisse (1989), discordando desta popularização da origem do conceito, disseminado inclusive pelo próprio dicionário da Língua Francesa que remetia a sua origem a Fourier, demonstra que o conceito deve-se a utilização de Dumas com o empréstimo feito por este do conceito utilizado por La Cour em seu doutoramento.

⁶¹ No francês: “Du féminisme et de l’infantilisme chez les tuberculeux.”

⁶² Texto original em francês: “Les premières féministes ont donc été des hommes: des hommes que le discours médical a considérés comme anormaux pour avoir perdu leurs «attributs virils»; mais aussi, des hommes accusés de se féminiser en raison de leur proximité avec le mouvement politique des citoyennes.”

possivelmente caracteriza esse grande e complexo movimento feminista. Aparentemente um questionamento simples e direto, mas que carece de uma análise detida e minuciosa para fazer-nos buscar uma resposta satisfatória, aquela que consiga contemplar toda a sua multidimensionalidade: efetivamente, devem-se saber quais são as *ideias* e *quem é/são* o/a/s sujeito/a/s do feminismo. Como se pode entender, seriam esses os “nós” do(s) feminismo(s), que no entrelaçamento de um emaranhamento nodal possibilitam o entendimento do que se caracterizaria como um campo e, dentro deste, o que seria a teoria política feminista. São tratadas como “nós” aquelas formas com que se compreenderá a dinâmica constante e permanente, presente nestes espaços através das relações de conexões e de rupturas que se dão originadas pelas diferenças internas a eles.

Caberia aqui retrazar as principais características de cada etapa vivenciada nestes últimos 143 anos, pois a relevância da própria construção histórica do movimento e a sua conformação em períodos muito distintos, conhecidos como “ondas”, traz por si só elementos caracterizadores de seu desenvolvimento enquanto um campo do conhecimento (MATOS, 2008), inclusive nos evidencia alinhamentos teóricos com momentos muito distintos da história dos conceitos. E à história soma-se a importância do lugar/território: o lugar de onde se fala importa, principalmente quando há uma hierarquização sobre esse lugar de fala. Somando-se a essa noção territorializada, acrescentar-se-ia a “política do lugar”, que, segundo Sonia Alvarez (2005, p. 26, itálicos da autora, tradução nossa), “[...] *devolve ao lugar o lugar que lhe corresponde*, em quanto à maneira em que teorizamos a mudança social, econômica, política, cultural e ecológica nesta assim chamada ‘era global’.”⁶³. Essa noção permite ir além das noções globalocêntricas e, assim, dar a devida importância às práticas políticas locais assumidas pelas mulheres e, também, pelas/os feministas.

Por isso, o esforço deste Capítulo se traduz em uma análise detalhada de como as categorias e os eixos analíticos são/serão importantes na compreensão do que conhecemos como “teoria política feminista”, a saber: (i) a construção do referencial analítico; (ii) a discussão sobre a história do feminismo e a sua evolução; (iii) e as discussões conceituais que proporcionarão o debate sobre o conceito de “a” política: o patriarcado e a dominação masculina; as questões referentes aos conceitos de sexo e gênero; a divisão público e privado; as lógicas de poder sobre o viés de gênero; e, os conceitos políticos e politizados.

⁶³ Versão original em espanhol: “[...] *devuelve al lugar el lugar que le corresponde*, en cuanto a la manera en que teorizamos el cambio social, económico, político, cultural y ecológico en esta así llamada ‘era global’.”

2.1 ANÁLISE FEMINISTA DO CONHECIMENTO POLÍTICO, OU, A “TEORIA POLÍTICA FEMINISTA”

De acordo com Puleo (2001, p. 14), a relação entre o pensamento feminista e a filosofia se daria de quatro formas: “1) genealogia e desconstrução, 2) constituição de um corpus filosófico não-sexista, 3) reconhecimento das filósofas, 4) debates internos que mostram a força do pensamento feminista no âmbito da filosofia, um pensamento que já gera teorias próprias que debatem entre si.” Pode-se dizer que haveria aí uma correlação destas formas com a questão histórica, visto que a aproximação com os métodos da desconstrução e da genealogia é anterior ao amadurecimento teórico e aos debates internos a uma determinada teoria. Ressalta-se, portanto, a relação entre os saberes, a configuração do campo e de sua estrutura interna, no caso do feminismo, correlato também à configuração das “ondas” do movimento, como será exposto no decorrer da Tese.

Patrice DiQuinzio (1993) buscando compreender o que seria uma “filosofia feminista” depara-se com duas possibilidades de compreensão sobre o termo: (i) ao considerar o que a filosofia feminista pode ser, para a autora, ela pode significar um lugar oferecido pelo campo da própria filosofia ao feminismo, ou mesmo ter sido um lugar forjado por ele, mas que dentro do campo ela é uma disciplina interna na qual a filosofia, como área principal, melhoraria as práticas de uma determinada área, nesse caso o feminismo (seria como a filosofia política, filosofia moral, etc.); ou, (ii) por outro lado, o termo pode sugerir a “domesticação” do feminismo pela filosofia, tornando-se um auxiliar às disciplinas já estabelecidas, como uma forma de crítica ou de se buscar uma melhor compreensão daquelas disciplinas interna à própria filosofia (disciplinas como história das mulheres, psicologia das mulheres, etc.). Diante dessas duas noções, a contribuição da autora é alertar para o fato de que, de uma forma ou de outra, o problema é como se estabelecem as relações e se, de fato, haveria um reconhecimento da perspectiva dentro do campo. A relevante contribuição de DiQuinzio (1993, p. 18, tradução nossa) seria de que:

“[...] o feminismo não é nem uma disciplina, tal como é tradicionalmente entendido em ambientes acadêmicos, nem um movimento político tradicional no sentido de uma visão distinta e coerente no campo social e político, que motiva a ação coletiva

por parte de um número significativo de pessoas. A ‘filosofia feminista’, portanto, parece-me referir a uma posição que é acomodada e domesticada pela filosofia, bem como uma posição que é rejeitada pela filosofia, uma posição a partir da qual se resiste à filosofia e uma posição a partir da qual demanda inclusão na filosofia.”⁶⁴.

Em contrapartida às preocupações de DiQuinzio, Sharon Krause (2011) assinala a importância do feminismo como crítica e transformação ao *mainstream* da teoria política, sinalizando que é um movimento que já faz parte da própria teoria política, logo, este já não seria mais um campo isolado. Por isso, não faria sentido mais dizer, segundo a autora, em “feminismo e teoria política”. A autora também ressalta que o isolamento da academia norte-americana tem mudado recentemente e que, com as produções de conhecimento *além-fronteira*, haveria uma tendência à transformação nos estudos sobre “a” própria política, com o incremento em pesquisas empíricas que estão acontecendo atualmente em outros territórios, não somente nos Estados Unidos.

Haveria controvérsias em torno do surgimento do que seria a teoria política feminista. Hirschman e Di Stefano (1996) apontam o livro de Shulamith Firestone (1976 [1970]), “*The dialectics of sex*”, como a obra efetiva para a crítica à orientação patriarcal da teoria política. Diferentemente, para Christine Di Stefano (2000) haveria a indicação de que no final da década de 70 e durante as décadas de 80 e 90, seria realmente a gênese e a consolidação da área referente à teoria política feminista, com as seguintes produções – obras completas e coletâneas – ordenadas cronologicamente (cf. Anexo 3): Clark e Lange (1979), Okin (1979), O’Brien (1981), Elshtain (1981), Jaggar (1983), Pitkin (1984), Lloyd (1984), Saxonhouse (1985), Elshtain (1986), Kennedy e Mendus (1987), Benhabib e Cornell (1995 [1987]), Brown (1988), Pateman (1993 [1988]), Nye (1995 [1988]), Okin (1989), Pateman (1989), Fraser (1989a), Young (1990a, 2000b [1990]), Pateman e Shanley (1991), Di Stefano (1991), Phillips (1991), Bryson (2003 [1992]), Benhabib (1992), Butler e Scott (1992), Flammang (1992), Zerilli (1994), Phillips (1995), Hirschman e Di Stefano (1996), Fraser (1997a), Shanley and Narayan (1997), Phillips (1999) e Squires (1999). Outras obras se somam a este

⁶⁴ Versão original em inglês: “[...] feminism is neither a discipline, as these are traditionally understood in academic settings, nor a traditional political movement in the sense of a distinct, coherent view of the social and political field that motivates collective action on the part of a significant number of people. ‘Feminist philosophy’ therefore seems to me to name a position that is accommodated and domesticated by philosophy as well as a position that is resisted by philosophy, a position from which to resist philosophy and a position from which to demand inclusion in philosophy.”

levanto realizado por Di Stefano (2000), principalmente das autoras que estariam fora do campo acadêmico anglo-saxão. Essas “ausências” sintomaticamente revelam um problema, um “nó”, na configuração do campo da teoria política feminista.

De acordo com Susan Moler Okin (1992), que ao refletir sobre o desenvolvimento da “teoria política feminista”, este teria se movido, de certa forma, através da publicação de sua obra “*Women in western political thought*” (OKIN, 1979). A autora acrescenta que a presença (ainda tímida) de teóricas e teóricos políticos feministas pode ser notada através de um marcador pelo qual se poderia medir o impacto que a área teve efetivamente nos diversos livros e coletâneas sobre teoria política, pois, segundo Okin tem sido dedicado pelo menos um capítulo sobre a teoria política feminista nestas obras. Diante desta constatação, Okin (1992, p. 340, tradução nossa) conclui que a “[...] teoria política feminista está aqui para ficar e seu impacto sobre o resto da teoria política é muito provável que venha a crescer.”⁶⁵.

Frente a estes debates preliminares, o mapeamento teórico-conceitual que será apresentado nesta Tese obedece a um referencial analítico alusivo ao dimensionamento da “teoria política feminista” no campo do conhecimento político. Implica dizer que a nossa discussão remonta a, pelo menos, três dimensões, que são: a pré-teórica; a teórica, e; a metateórica (Quadro 1). Deve-se ter em mente que a passagem de um nível a outro remete à construção teórica política feminista (da primeira à segunda dimensão) e ao questionamento do *mainstream* da teoria política, como também importaria salientar que esses três eixos atuariam de forma simultânea nessa proposta de análise: discurso-poder; práxis-conhecimento; e, história-narrativa. Vejamos o Quadro que faz essa síntese:

⁶⁵ Versão original em inglês: “Feminist political theory is here to stay, and its impact on the rest of political theory is very likely to grow.”.

Quadro 1: Referencial analítico do dimensionamento teórico político feminista

Dimensões do campo conhecimento político	Metas da teoria política feminista	Contribuições e transformações no campo	Operacionalização conceitual	Consolidação dimensional do feminismo
Eixo Discurso-Poder				
Dimensão METATEÓRICA	Teoria Política “pós-masculinista”; Um novo paradigma científico para a política	Nova dimensão epistemológica – crítica aos binarismos e ao modelo cartesiano	Rede e trama de conceitos rediscutidos	<i>Novo</i> conceito de política
Mudança de dimensão: <i>Questionamento do mainstream da teoria</i>				
Dimensão TEÓRICA	Subcampo da teoria política	Nova metodologia e discussão ontológica	Formatação de conceitos	Redimensionamento do conceito de política
Mudança de dimensão: <i>Construção teórica</i>				
Dimensão PRÉ-TEÓRICA (Pensamento Político)	Saber informulado	Novas demandas políticas (práxis) e novas agendas para o conhecimento político, além de uma nova estética discursiva	Direcionamento para novos conceitos ou novas abordagens de conceitos já definidos	Politização de novos conceitos (privado, reprodução e cuidado, por exemplo)

Fonte: Formatação própria.

Abaixo será apresentada uma breve discussão a respeito de cada dimensão daquilo que neste esforço poder-se-ia ser entendido por teoria política feminista e também sobre o seu relacionamento com e em cada eixo. Vale lembrar que: (1) sobre o *eixo práxis-conhecimento* é necessário ter em mente a relação entre militância, feminismo “político” e academia, com a inserção feminista no campo do conhecimento; (2) sobre o *eixo discurso-poder*, que o mesmo deverá ser trabalhado através do método foucaultiano genealógico, e; (3) sobre o *eixo histórico-narrativo* que aqui se tem um tipo de enquadramento que se dá análogo à própria história do feminismo. E, caberia ainda dar a devida saliência de que os três eixos referem-se afinal a que está se designando por “nós feministas”.

A *primeira dimensão* da teoria política feminista é a **pré-teórica** (aquela relativa ao pensamento político). Essa dimensão estaria vinculada à primeira “onda” do feminismo, às lutas políticas do movimento sufragista e do feminismo “bem comportado” (PINTO, 2002, 2010), em que os esforços feministas questionavam a legislação até então vigente e buscavam a inserção da mulher no espaço da política e, com isso, a efetivação da cidadania política feminina. Porém, é possível afirmar, que os esforços desses movimentos não desafiaram os

papéis privados das mulheres, muitas vezes aceitando (ou não se opondo) à domesticidade, ao lugar tradicionalmente subalterno da mulher na família e, até mesmo, às formas estereotipadas de feminilidade. Nesse momento, as primeiras indagações e posicionamentos feministas ao conhecimento político foram acompanhadas pela opinião política, pelo pensamento político, formas de saber, por sua vez, informadas e expressas sobretudo através da práxis. Segundo Raymundo Faoro (1987) “[...] política que não é filosofia, nem ciência, nem ideologia, que não se extrema na ação, nem se racionaliza na teoria, ocupa, na verdade, o espaço do que se chama pensamento político, não necessariamente formulável, não correntemente racionalizado em fórmulas.” (FAORO, 1987, p. 13). Sem dúvida, a obra de Mary Wollstonecraft (2010 [1792]) – *A vindication of women’s rights* – é central para esse período do feminismo, visto o debate que procura estabelecer com o pensamento político liberal contemporâneo a ela. A visão feminista desse período convergia com a dimensão eleitoral e representativa da democracia, a formação de um Estado Liberal Democrático de Direito e com a tentativa de superação dos Estados autoritários e soberanos precedentes, além de estar intimamente orientada pela base igualitária da cidadania.

A **dimensão teórica** da teoria política feminista vincular-se-ia ao período dos projetos radicalizados do feminismo, à sua segunda “onda”, conhecida principalmente pelo feminismo radical que compreende os movimentos das décadas de 70 e 80, onde se retomam as críticas ainda não feitas pela primeira onda, onde se incorporam ao discurso do movimento aquelas reclamações sobre o quadro geral da opressão sofrida pelas mulheres (agora no plural) e no reconhecimento da diferença sexual na cena pública. A democracia participativa, a cidadania centrada na(s) diferença(s), um debate sobre moralidade, justiça e ética feministas e a crítica ao Estado do Bem-Estar eram temas recorrentes dos discursos desse período. Por isso, a teoria feminista dessa época exaltava fortemente o viés da(s) diferença(s) e da autonomia através da corrente do feminismo ginocêntrico⁶⁶ que, por sua vez, enfatizava a heterogeneidade entre as mulheres e seus corpos sexuados, “as diferenças na diferença”, valorizando-se as experiências femininas corporais, sobretudo, e definindo a “[...] opressão das mulheres como a desvalorização e repressão de suas experiências por uma cultura masculinista que exalta a violência e o individualismo”⁶⁷ (YOUNG, 1990d [1985], p. 73,

⁶⁶ De acordo com Descarries (2000, p. 28), “O feminismo Ginocêntrico, em suas expressões mais excessivas, sugere uma hipotética supremacia dos valores femininos ou, mais prosaicamente, a substituição dos valores masculinos pelos valores femininos.”

⁶⁷ Versão original em inglês: “[...] women’s oppression as the devaluation and repression of women’s experience by a masculinist culture that exalts violence and individualism.”

tradução nossa). Nessa corrente é que encontraremos um conjunto muito significativo de trabalhos sob a égide da “ética do cuidado” (GILLIGAN, 1991 [1982]; CHODOROW, 1990 [1978]) e suas implicações à prática política, que podem ser reconhecidas, sobretudo, a partir da noção recém-retomada de “política de desvelo” (ver MIGUEL, 2001).

As questões relativas à passagem da “sensibilidade” feminista da afirmação da igualdade para a afirmação da diferença são notadas nas mudanças internas ao próprio pensamento feminista e indicam um abandono do ideário relativo ao feminismo igualitário e humanista na direção da adoção de uma posição analítica do feminismo ginocêntrico. Ao mesmo tempo, para o entendimento feminista da justiça, da democracia e do Estado, foram correspondentes os deslocamentos das lutas por redistribuição (material e econômica), com base nos movimentos operários e no surgimento e consolidação das lutas por reconhecimento (simbólico e cultural), visto a ascensão dos “novos movimentos sociais” (TOURRAINE, 1978; HABERMAS, 1981; DOIMO, 1996). Por produzirem uma “pluralidade de centros”, os “novos movimentos sociais” deslocaram os processos de identidades sociais do determinismo classista para novas “bandeiras”, relacionadas principalmente às questões de gênero, raça/etnia, sexualidade, ambientalistas, questões enfim relegadas a um segundo plano, ou até então não tratadas como significativas politicamente, que de vez asseguraram, assim, um novo espaço no cenário político.

A última dimensão, a **dimensão metateórica** da teoria política feminista, confluiria com o momento da atuação e da formatação de novas agendas dos movimentos feministas, numa fase de tentativas de reforma e promoção mais radicais de transformações nas instituições democráticas, no Estado, como também a reformatação dos espaços públicos, pela qual se sobressaem as divergências intra-gêneros – nomeado de “feminismo difuso” por Céli Pinto (2003), ou “terceira onda” –, além da fase mais recente, “quarta onda” (SIMÕES; MATOS, 2008; MATOS, 2010, 2014, 2015), na qual o movimento consegue se institucionalizar mais fortemente, adentrando os espaços estatais e garantindo a formulação de políticas públicas com o enfoque de gênero. Já a efetiva consolidação da teoria política feminista está estreitamente ligada ao centramento desse campo em projetos pós-estruturalistas (com referências a Deleuze, Foucault e Guatarri), pragmáticos, pós-modernos, cosmopolitas críticos e pós-socialistas e tal concretização teria acontecido frente ao estágio liberal da teoria política, no qual as/os teóricas/os da política viram-se na necessidade de confrontar os problemas modernos da democracia (a exemplo das disputas contemporâneas travadas,

sobretudo, nas questões da igualdade, da liberdade, da fraternidade e da paz) para os quais não existiam ainda efetivas soluções modernas.

A aposta que se tem feito, mesmo às resistências positivistas e tradicionais no interior da teoria, filosofia e ciência política, é a da *possibilidade renovadora da aliança desse campo com um novo projeto epistemológico*. Linda Nicholson (1990) enfatiza que o feminismo, como uma das correntes que influenciou mudanças estruturais na academia, contestou a suposta neutralidade e objetividade da ciência, deflagrando que aquilo que era supostamente universal correspondia (denunciando isso) ao que era válido aos homens de determinada cultura, raça, cor e classe, particulares. A aliança entre feminismo e pós-modernismo contribuiu para o surgimento de novos princípios do conhecimento, isto é, observou-se a emergência de uma *nova epistemologia*. A crítica feminista às dicotomias e binarismos (aos “sistemas duais”, FRASER, 1997b) pode ser alcançada em formas não-dicotômicas do pensamento, visto que “[...] Jane Flax (1992: 196) refere-se como ‘pensar nas relações’, Sonia Kruks (1995: 16) averigua ‘relações de reciprocidade’, e que Carol Gould (1993: 411) chama de ‘indivíduos-em-relação’ juntamente com a ideia de uma distinção em aberto, ou o reconhecimento (mais que dual) da diferença, ao invés de dicotomia fechadas.” (PROKHOVNIK, 1999, p. 38). Outra opção possível na continuidade dessas críticas tem sido o direcionamento teórico no sentido da afirmação de relações paradoxais. Um paradoxo apresenta-se como uma declaração aparentemente verdadeira que levaria a uma contradição lógica, ou a uma situação que contradiz a intuição comum. Por isso, “[...] é próprio da natureza do paradoxo ser insolúvel, portanto, as feministas não resolveram os paradoxos de suas épocas, como também não podem resolvê-los atualmente, nem mesmo torná-los mais fáceis de resolver.” (MELO, 2008, p. 563). Essa direção, como é trabalhada por uma relação lógica paradoxal entre os termos igualdade e diferença, identidade individual e identidade coletiva (SCOTT, 2005), confluiu para os anseios e desejos de conformação do novo campo feminista de gênero (MATOS, 2008) e para a formatação de um modelo teórico crítico-emancipatório das diferenças (MATOS, 2009, 2012). É importante pontuar, mesmo que os projetos pós-modernos e pós-estruturalistas tenham destaque na discussão teórica feminista, no escopo desta se procura evitar o relativismo exagerado, um campo do “vale tudo”; ao contrário, é desejável e preferível um “[...] campo de uma modernidade radicalizada na busca da emancipação social responsável que, inclusive, deve ser vista como um objetivo científico fundamental.” (MATOS, 2008, p. 350).

De maneira muito ampla, pode-se já definir a teoria política feminista como “[...] qualquer teoria ou teórico que vê a relação entre os sexos como uma das desigualdades, subordinação e opressão, que vê isso como um problema de poder político em vez de um fato da natureza, e vê este problema como sendo importante para a teoria e prática política.”⁶⁸ (BRYSON, 2003 [1992], p. 1, tradução nossa). Os muitos questionamentos a respeito da existência desta forma de reflexão sobre o conhecimento político, ou seja, uma “teoria política” propriamente “feminista” – se seria correto afirmar a existência e o *status* de seu “corpo teórico”, de sua sistematização teórica e, mesmo, da sua institucionalização – fazem com que sempre se coloque entre aspas tal referência à corrente/tradição disciplinar. E isso aderindo à importante sugestão dada pelo instrumental crítico de Judith Butler (1998 [1990]), p. 29), já que “[a]s aspas mostram que [os conceitos e expressões] estão sob crítica, disponíveis para iniciar a disputa, questionar sua disposição tradicional.”, mesmo que nesta Tese, de alguma forma, se procure afirmar a existência e concretude da teorização política feminista, que teria suas raízes mais fixadas na academia norte-americana, principalmente, e em países europeus – o que aqui se designa como o *locus* específico “do ocidental”.

Diante deste desafiador tratamento dado ao problema do feminismo no campo da filosofia, teoria e ciência políticas, caberia, já de antemão, apresentar duas defesas espontâneas ao campo teórico propriamente feminista da política, visto que estes argumentos indicam uma possível direção a se tomar para responder concretamente a esta indagação: (i) diante da invisibilidade histórica do tratamento das mulheres no cenário político pelo pensamento e conhecimento político, o feminismo acadêmico reclama a existência de um sujeito “mulher” ou “mulheres” (BUTLER, 1998 [1990]; PINTO, 1994; MASSON, 2007) que, de forma analítica, esteja vinculado aos movimentos feministas e de mulheres, e por isso, este se constitui como um “ator político” importante nas análises políticas, da mesma forma e grau de importância que são tratados outros atores, como são os militares, os partidos políticos, o empresariado, os movimentos sindicais, os intelectuais e a Igreja, por exemplo. Portanto, as mulheres, através das suas continuadas lutas nos movimentos feministas e de mulheres, demandam o suprimento desta lacuna na “nossa” disciplina; e, (ii) questionando e criticando o *mainstream* (ou *male-stream*) do estudo da política – e aqui também se encaixariam as próprias teorias democráticas – coube à teoria feminista repor uma nova dimensão

⁶⁸ Versão original em inglês: “[...] any theory or theorist that sees the relationship between the sexes as one of inequality, subordination or oppression, that sees this as a problem of political power rather than a fact of nature, and that sees this problem as important for political theory and practice.”

epistemológica, uma nova dimensão metodológica e, por último, uma nova dimensão para e do campo da política, que acabou por associar à teoria política um cunho eminentemente feminista (O'BRIEN, 1981; ARRUDA, 2002; HIRSCHMAN; DI STEFANO, 1996).

Deste modo, pode-se dizer que o primeiro argumento de defesa, exposto anteriormente, atenderia a exigência de que qualquer teoria da política demande e localize um “sujeito”, nesse caso, para que se crie uma teoria política feminista *para e sobre* o sujeito feminino (ELSHTAIN, 1981, p. 303). A demanda de que se tenha um/a “sujeito/a” é importante para que a teorização se fundamente a partir dele/a, detendo-se sobre a linguagem que ele/a emana, do que ele/a proporcionaria em suas análises e nas descrições institucionais, ao passo que, a infalibilidade da política dependeria de tais fundamentações e premissas básicas (BUTLER, 1998 [1990], p. 13).

Acrescenta-se neste ponto, a segunda defesa exposta, a de um deslocamento produzido pelo feminismo no pensamento político em três dimensões: a epistemológica, a metodológica e aquela relativa ao próprio campo do saber. É sabido que a teoria, como o movimento, é plural e que as apropriações teóricas são sempre diversificadas. Mas, de um modo geral, é possível afirmar que na dimensão epistemológica destacam-se: (i) a crítica aos binarismos e essencialismos; (ii) a afirmação da importância da dimensão subjetiva; e, (iii) a proposição de teorias relacionais (como o próprio conceito de gênero afirma decididamente). Na dimensão metodológica se destacam: (i) o tratamento da mulher como um “objeto”, que até então era sub-valorizado nas ciências; e, (ii) uma abordagem mais dinâmica, onde tal “objeto” é tratado simultaneamente como processo e como produto. Na dimensão do campo do conhecimento é ressaltado: (i) a forma como se vincula a teoria a uma realidade concreta, à experiência e ao vivido atrelados ao movimento feminista; (ii) o deparar-se com uma latência entre o surgimento das ideias inaugurais e o desenvolvimento da sua aplicação; e (iii) o advento da consequente visibilidade das demandas feministas no campo acadêmico. De tal forma, o cânone do estudo da política é, pois, totalmente flexionado sobre próprio conceito de política, sobre a dicotomia estabelecida historicamente entre público/privado, sobre o patriarcado, sobre a questão das identidades e das diferenças, de tal forma que parte significativa das obras dos pré-Socráticos a Rawls, e as teorias contemporâneas, foram intensamente discutidas sob a perspectiva crítica de gênero e feminista.

Outra questão de fundamentação da teoria feminista contemporânea é a envergadura de três

modelos teórico-conceituais diferenciados (MATOS, 2002) que dão ao feminismo um caráter eminentemente plural. Por via do surgimento do feminismo acadêmico e sua interlocução com as fases teóricas vigentes num certo período temporal, percebeu-se o deslocamento do monismo para o dualismo e ainda para um pluralismo perspectivo. Matos (2002) distingue a perspectiva analítica feminista nesses três momentos, ou seja, em três modelos: (i) o *primeiro modelo*, que confluiria com as tradições liberal e marxista, onde existiria exclusivamente “[...] o sexo masculino, superior em sua posição de autoridade, de mando.” (MATOS, 2002, p. 165); (ii) o *segundo modelo*, que se referiria principalmente ao funcionalismo de Talcott Parsons, abordagem pela qual “[...] os homens deveriam se comportar de modo racional/instrumental, e as mulheres, de modo afetivo/expressivo, vivenciando os atributos da teoria dos papéis sexuais que redundou na acepção igualmente tradicional de mundo público/masculino e mundo privado/feminino.” (MATOS, 2002, p. 166); e, (iii) o *terceiro modelo*, concernindo com a contemporaneidade e os projetos pós-modernos, refere-se à multiplicidade de dimensões, configurando a fase do “multissexualismo” e a ênfase nos “[...] performativos, as ações: uma espécie de pragmatismo de gênero que se baseia em experiências que são, ao mesmo tempo, subjetivas e sociais.” (MATOS, 2002, p. 167).

Já a efetiva consolidação da “teoria política feminista” está estreitamente ligada ao centramento deste campo em projetos pós-estruturalistas (com referências a Deleuze, Foucault e Guatari), pragmáticos, pós-modernos e pós-socialistas (*terceiro modelo*) e tal concretização teria acontecido frente ao estágio liberal da teoria política, no qual as/os teóricas/os da política viram-se na necessidade de confrontar os problemas modernos da democracia (a exemplo das disputas contemporâneas travadas, sobretudo, nas questões da igualdade, da liberdade, da fraternidade, da justiça e da paz) para os quais não existiam ainda efetivas soluções modernas. Isto aconteceria porque o primeiro modelo teórico-conceitual, hegemônico até agora, teria sido assimilado e refletido a partir de sua construção e estruturação, ao invés de ser totalmente escrutinado e/ou ignorado pelo segundo modelo. Logo, o terceiro modelo e corrente da teoria política feminista, por sua vez, opta por pensar em uma relação lógica paradoxal entre os termos igualdade e diferença, identidade individual e identidade coletiva (SCOTT, 2005 [1999]; MATOS, 2008).

Além destas diferenças de modelos, Judith Squires (1999a) apresenta-nos uma tipologia sobre a abordagem de gênero na teoria política que converge com as discussões diferenciadas em cada modelo, a ver: (i) a problematização da exclusão das mulheres, feita geralmente pelas

feministas liberais; (ii) a problematização da questão masculina na política, sustentando a política da diferença, utilizada em geral pelas feministas radicais, maternalistas ou culturalistas; e (iii) a abordagem que coloca o mundo dividido em gênero(s) como um problema, logo, tende a enfatizar a posição dos sujeitos e o gendramento como uma ação, não como um nome, sustentando a política da diversidade, comumente empregada pelas feministas pós-modernas ou pós-estruturalistas. Além disto, a autora salienta os três arquétipos de compreensão da teoria política, entre os quais essas abordagens podem estar dispersas: (i) o objetivo, que propõe valores universais abstratos; (ii) o interpretativo, que propõe expor e interpretar os valores já existentes em comunidades e sociedades estabilizadas; e (iii) o genealógico, que procura substituir os valores já existentes, através do questionamento de suas demandas por uma condição evidente. A autora enfatiza que é possível encontrar teorias que utilizem mais de um arquétipo, até mesmo os três, por meio de uma negociação complexa ou por uma fusão pragmática da combinação entre essas estruturas.

Outro aspecto fundamental para a teoria feminista seria o alinhamento (que nem sempre é tão certo e estanque) às correntes clássicas das teorias vigentes. Alison Jaggar (1983) aponta-nos para dimensões filosóficas e epistemológicas, que estão além da política, onde situa as quatro principais correntes do feminismo clássico – o feminismo liberal, o feminismo tradicional marxista, o radical e o socialista. Atualmente, sabe-se que estas quatro linhas não abrangem todo o espectro de filiações às correntes teóricas do feminismo: caberia ainda lembrar o feminismo pós-estruturalista, o pós-moderno e o desconstrucionista, por exemplo. Desdobra-se deste fundamento um subfundamento relevante: o elemento de subjetivação e de estruturação ideológica. A cada corrente coube ressaltar seus próprios elementos críticos, nestes dois sentidos. Por isso, entende-se que o feminismo liberal pautou-se no indivíduo de direitos liberal (OKIN, 1989; NUSSBAUM, 1999, 2000), o marxista baseou-se na estrutura de classes e o papel da mulher nestas (O'BRIEN, 1979, 1981; HARTMAN, 1997 [1979]; NICHOLSON, 1990), o feminismo socialista difundiu a questão do *standpoint* (HARTSOCK, 1998 [1983]; HARAWAY, 2004 [1991]), as radicais e as pós-modernas, por sua vez, lançaram mão da ideia corpórea e de uma discussão a respeito do pós-gênero (BUTLER, 2003 [1990]; BRAIDOTTI, 2004 [1993]), assim como as pós-estruturalistas (em um diálogo com o desconstrucionismo) trabalharam com a ideia de *différance* e de perspectiva social (YOUNG, 2000a; MOUFFE, 2005b [2000]).

Deve-se destacar também, como aponta Céli Pinto (2002), o papel central das contribuições da teoria feminista, principalmente da teoria política feminista contemporânea, por seu considerável impacto num amplo espectro de problemas que não se limita somente às questões de gênero (incluem-se nessa pauta também as relações étnico-raciais, geracionais e a diversidade sexual, por exemplo). Por isso, seja pela vertente do questionamento de aspectos epistemológicos, seja pela apresentação das reivindicações ativistas sob o enfoque (ou não) de gênero, parece inegável a importância das contribuições teóricas feministas, que sejam críticas e emancipatórias, por terem um peso significativo para o avanço dos horizontes da “teoria política feminista”, da teoria social e política como um todo. Aponta-se para a importância dos horizontes, não sendo eles interpretados como limites restritivos e demarcações impostas, mas percebidos através das ideias “[...] do fluxo, do trânsito e, inclusive quem sabe, a superação das injustiças que corroem o nosso mundo modernamente tardio.” (MATOS; CYPRIANO; BRITO, 2008, p. 22).

Desta forma, as agendas contemporâneas do próprio movimento feminista contribuíram decisivamente para o tratamento teórico, através da confluência entre a *práxis* e o conhecimento. E não é somente isso. A discussão levada a cabo pelas teóricas políticas feministas endereça questionamentos e alternativas aos temas centrais da discussão do conhecimento político. O que se quer dizer é que a reflexão feminista não se situa na “periferia” e/ou “adjacências” do conhecimento político, mas que, ao contrário, ela converge com a discussão que está no cerne, no ponto central e nodal da teoria política contemporânea. Em consequência disto, faz-se necessário demonstrar, como será brevemente exposto na seção a seguir, o que as teóricas feministas propõem e como elas constroem uma (contra)argumentação neste âmbito, como também, sinalizar a proposta de pavimentação de um caminho outro que não seja o tradicional, o *mainstream* (ou *male-stream*), uma outra *démarche*.

Ainda que essas rápidas defesas sejam aparentemente satisfatórias, elas precisariam de um esforço ainda maior para uma argumentação que justifique o que hoje é conhecido como “teoria política feminista”. Mesmo porque será recorrente deparar-se com este paradoxo, sobre a existência (ou não) deste campo de saber no conhecimento político, e por isso, seria e é preciso também recuperar as bases antifeministas de tal discussão (BARD, 2000). Ainda porque uma noção recente de teoria política feminista compreende uma atuação ampliada, mas pulverizada, como é colocado por Mary Dietz (2007, p. 3, tradução nossa):

“[...] a força da teoria política feminista acadêmica não reside tanto no esforço de articular ‘a’ teoria (da política, democracia, globalização, cidadania, ou qualquer outra coisa), mas sim nas suas capacidades em desajustar visões convencionais e pressupostos não examinados, divulgando as ‘escondidas’ estruturas da dominação, ordem de classificação, injustiça, discriminação, sujeição, e subordinação, desafiando as influências corruptoras dos poderes hegemônicos, identificando venenos e abandalhamentos (incluindo aqueles que impõem um sistema de moralidade ‘igual para todos’) no corpo político e assim por diante.”⁶⁹.

Desse modo, a teoria política feminista se consolidou e nos apresentou novas perspectivas para se pensar a política, justiça, igualdade, diferença, cidadania e representação. Assim, essa teoria deve ser entendida não como uma teoria homogênea, mas como um “guarda-chuva” teórico heterogêneo e plural que contempla diversas perspectivas metodológicas e epistemológicas no campo dos estudos políticos e da ciência política. Porém, em contraposição à visão de Dietz, uma das críticas mais centrais ao feminismo, que resvala sobre a discussão da relevância *teórica* do feminismo, foi elaborada por Richard Rorty (1991, 2007 [1993]), que ao se indagar sobre as metas políticas do movimento, notou que é este o mais promissor movimento radical de esquerda (tal como era o comunismo) na atualidade, mas que, em contrapartida, se limitou com propostas políticas reformistas e não àquelas efetivamente revolucionárias. O que restaria das revoluções perseguidas pelo feminismo (o norte-americano, especificamente) só operaria no nível da consciência e seriam revoluções, por sua vez, de caráter filosófico. Segundo Rorty (2007 [1993], p. 232):

[...] inúmeras feministas acham que somente enfrentando algum enorme mal intelectual, do tipo que os filósofos se especializam em localizar (algo da escala do logocentrismo, ou do ‘binarismo’, ou do ‘pensamento tecnológico’) – interpretando esse mal como intrinsecamente machista, e o machismo, como apoiando-o ou aquiescendo nele –, é que eles poderão atingir a radicalidade e o alcance que sua tarefa parece exigir.

Poderia se dizer que o argumento de Rorty tem validade, principalmente ao notar que as três características básicas do feminismo – um compromisso normativo com a emancipação das

⁶⁹ Versão original em inglês: “[...] the strength of academic feminist political theory lies not so much in the effort to articulate ‘a’ theory (of politics, democracy, globalization, citizenship, or anything else), but rather in its capacities for discomfiting conventional views and unexamined assumptions, disclosing ‘hidden’ structures of domination, order of rank, injustice, discrimination, subjection, and subordination, challenging the corrupting influences of hegemonic powers, identifying poisons and debasements (including those that impose a system of morality ‘the same for all’) in the body politic, and so on.”

mulheres, um compromisso científico com a explicação da opressão das mulheres e um compromisso prático com a transformação social –, como colocado por McClure (1992), estariam ainda longe de serem atingidas. Porém, um argumento oposto, que direciona uma crítica a todos os anti-feministas e aqueles “politicamente corretos” (pois já reconhecem embrionariamente a força da teoria política feminista) do meio acadêmico, é feito por Susan Bordo (2000 [1999]), ao expor que reiteradamente as feministas são tratadas como o “Outro” na academia, já que é notável o vestígio de sexismo que procura manter os estudos feministas invariavelmente na periferia. Isto se dá porque os homens seriam aqueles que se preocupam com o universal, o “essencial”, sendo as mulheres aquelas que se ateriam “às diferenças”, às particularidades. Como argumenta Susan Bordo, a regra seria: “[...] ou se trabalha com gênero ou se desenvolve um crítica de amplo escopo – escolha uma.” (BORDO, 2000 [1999], p. 11). A evidência deste tratamento e “destino” é notada nas coletâneas específicas, já que, sucessivamente os homens são convidados para compor o cerne “neutro” da publicação e as mulheres seriam acrescentadas (geralmente uma só, quando isso ocorre) para representar a “diferença” – a Outra. O que é lido e escutado das feministas não é uma crítica, mas uma “simples defesa dos ‘direitos’ do Outro”. Mais um exemplo é que “[um artigo] defendendo modelos de pessoa e Estado mais relacionais e menos dominado por noções de ‘direito’, nem a própria Gilligan, nem Carole Pateman, Susan Moller Okin, Virginia Held, Iris Young, Nancy Fraser, Drucilla Cornell ou Seyla Benhabib foram mencionadas.” (BORDO, 2000 [1999], p. 22). O que a autora pretende nos chamar atenção é que, muitas vezes, o mérito e a importância de autoras feministas não são reconhecidos, ao menos que elas provem a “sua masculinidade” para serem ouvidas (o que faz perceber onde e como se configura o “poder acadêmico”).

Outra área da ciência política que é o estudo da política externa e das relações internacionais também tardiamente incluiu a discussão feminista em sua agenda, tendo os trabalhos de publicação da obra “*Women and War*” de Jean Bethke Elshtain (1987) e do livro “*Bananas, Beaches, and Bases*” de Cynthia Enloe (1989), e ainda no começo da década de noventa, com o livro “*Gender in International Relations*” de Ann Tickner (1992). Tais autoras travaram importantes debates com autores como Keohane (1989) e Fukuyama (1998) sobre a situação das mulheres no escopo dessa disciplina, já que foi somente na década 90, quando o “terror” gerado pelas guerras étnicas escancarou aos olhos do mundo e da mídia os inúmeros estupros, as inúmeras violências sexuais e mortes causadas por essas consequências que não só ocorriam nesses conflitos e necessitavam atenção, mas já era sistematicamente uma prática

dos opressores e “conquistadores” de Nações potencialmente e hegemonicamente superiores que a disciplina e os teóricos das Relações Internacionais começaram afinal a se mobilizar para as questões de gênero (NOGUEIRA, MESSARI, 2005). Sob os olhos do/a “oprimido/a”, a teoria feminista criticamente tornou-se alvo de intensos debates e de importantes publicações na área, o que gerou (e ainda gera) a movimentação para se repensar nas tradições teóricas, nos conceitos, modelos e nos silêncios. Como diria Christine Sylvester (1996), os autores das Relações Internacionais trataram as questões de gênero na disciplina de três formas: (i) há aqueles que ignoram; (ii) há aqueles autores que reconhecem as autoras feministas em alguma nota de rodapé e (iii) há os que não são feministas mas usam e citam os seus trabalhos. No próprio trabalho de Nogueira e Messari (2005, p. 230), apesar de dedicarem um capítulo à questão feminista e pós-colonial, os autores colocam que possivelmente uma das possibilidades é que a marginalização dessas discussões dar-se-ia porque tais teorias/perspectivas “[...] levantam assuntos que são irrelevantes.”

2.2 A HISTÓRIA DO FEMINISMO CONTADA EM “ONDAS”

Como qualquer narrativa/história, a forma de contá-la pode variar. Dos riscos latentes do esquecimento de fatos e personagens, ou mesmo de se perder no próprio enredo, a variação também depende muito do narrador e de seu ponto de vista. A história do feminismo não é diferente. Porém, o que é importante e relevante na história do feminismo é o ponto de partida: na grande maioria das vezes, a história sempre foi contada pela experiência dos homens, por isso coube à perspectiva feminista denunciar o olhar excludente da *HIStory* (como o vocábulo em inglês diz, “a história deles”) e buscou-se uma maneira inclusiva de se pensar na *HERstory* (MORGAN, 1970). Dessa forma, a perspectiva feminista é crucial para dar o protagonismo das mulheres na compreensão de “história”. De acordo com Joan Wallach Scott (2008 [1999], p. 36, tradução nossa):

“Um enfoque do problema da constituição das mulheres em sujeitos históricos – o primeiro que se faz cronologicamente – consistiu em buscar informação sobre elas e em escrever ‘a história delas’ (como chamaram algumas feministas). Ao jogar com a palavra ‘história’, a intenção era dar valor a uma experiência que foi ignorada – e em consequência desvalorizada – e dar ao mesmo tempo agência feminina no fazer

da história. Os homens podiam se ver como um grupo mais de atores históricos; e a disciplina devia levar em conta explicitamente as mulheres, tanto se suas experiências foram similares ou diferentes às dos homens.”⁷⁰.

Para Walter Benjamin (2005 [1940]) seria necessária e urgente a busca por um novo conceito de história, que, para o autor, estaria baseado no “estado de exceção”, um momento revolucionário pelo qual os vencidos e oprimidos pudessem tomar o poder e, assim, o ponto de vista deles pudesse finalmente ser conhecido. A crítica deste autor, sem dúvida, traz aos estudos da história uma compreensão diferente de grande parte da historiografia, que deu voz exclusivamente aos vencedores, ou seja, à classe dominante (homens, capitalistas, heterossexuais etc.). Somada às novas e diferentes concepções sobre a história, acrescentaria-se a noção de “ondas”, que é um conceito originário das discussões internas à corrente marxista, que correlacionaria este conceito à ideia de revolução. Desta forma, a ideia de ondas estaria ligada ao conceito de “ondas revolucionárias”, que como nos diz Beck (2009, p. 9, tradução nossa):

“Uma definição de ondas revolucionárias deve levar em conta uma possível variação em um episódio temporal e ideológico, e deve incluir qualquer evento de mobilização revolucionária, do inefetivo ao com sucesso transformativo. Ainda, em termos mais amplos, eu defino ondas revolucionárias como conjunto transnacional, ideologicamente vinculado de eventos contenciosos, situações revolucionárias, e revoluções que ocorrem dentro de um período de tempo perceptível. Ondas de revolução são identificáveis, então, considerando tanto o aumento da taxa de contenção em um determinado período de tempo e inspiração ideológica comum e entre os eventos de um sistema de estados inteiro de reivindicação.”⁷¹

⁷⁰ Versão original em espanhol: “Un enfoque del problema de la constitución de las mujeres en sujetos históricos – el primero se hace cronológicamente camente – consistió em recoger información sobre ellas y em escribir ‘la historia de ellas’ (como la llamaron algunas feministas). Al jugar con la palabra ‘historia’, la intención era dar valor a una experiencia que ha sido ignorada – y em consecuencia devaluada – y dar al mismo tiempo agencia femenina en el quehacer de la historia. Los hombres podían verse como un grupo más de actores históricos; y la disciplina debía tomar explicitamente em cuenta a las mujeres, tanto si sus experiencias fueron similares o diferentes a las de los hombres.”

⁷¹ Versão original em inglês: “A definition of revolutionary waves must thus account for possible variation in one temporal and ideological episode, and should include any event of revolutionary mobilization, from the ineffective to the successfully transformative. Therefore, in broadest terms, I define revolutionary waves as transnational, ideologically linked set of contentious events, revolutionary situations, and revolutions occurring within a discernible time period. Waves of revolution are identifiable then by considering both a increased rate of contention in a given time period and common ideological inspiration and claim-making across the events of an entire states system.”

Dessa forma, a compreensão proposta sobre as ondas do feminismo deve levar em conta os processos de definição de interesses, estratégias e também as diferenças que permeiam o posicionamento político frente aos pontos articulados nas distintas agendas políticas – sem esquecer-se da centralidade dos princípios filosóficos e epistêmicos que as moldam. Sobretudo, ondas indicam rupturas e descontinuidades, como também permanências reinventadas vistas sob a ótica da historicidade, refletindo as gerações de pensadoras/es e ativistas que as articulam. Segundo Cathryn Bailey (1997), um indicativo da composição geracional de ondas seria evidenciado pelo simples fato de que na passagem de uma onda para a outra – nesse caso da segunda para a terceira onda – haveria uma sobreposição e convivência/conflito geracional; um fato é que ainda hoje as feministas da segunda onda estão presentes e atuantes em espaços importantes para o feminismo.

Para compreender a dinâmica da história do feminismo, há primeiramente que se resgatar a importância da (pré)história das mulheres, principalmente nos primeiros séculos da Modernidade, como aponta Lúcia de Haya (2008), pois esse período é marcado pelo surgimento do pensamento feminino e “não feminista”. Cabe evidenciar que duas características na Idade Moderna favoreceram o surgimento desse pensamento feminino, ou das reflexões de mulheres: a formação Humanista e o trabalho de tradução de textos religiosos – sendo este serviço uma consequência da Reforma Protestante (HAYA, 2008, p. 9). De fato, como argumentado por Karen Offen (1987), e já várias vezes salientado aqui ao longo desta Tese, o feminismo seria originário do período da Ilustração francesa e dos movimentos sufragistas. Sem dúvida o surgimento de questionamentos aos grandes pensadores políticos, atingindo principalmente o cerne de suas questões filosóficas, foi alimentado pela gradual formação intelectual de mulheres como Mary Astell (2008 [1694]), Olympe de Gouges (1995[1791]), Mary Wollstonecraft (2010 [1792]), Mary Ann Radcliffe (2008 [1792]) e Mary Hays (2008 [1798]). A partir de um questionamento ao fato de ser “mulher” e, principalmente, à consequente exclusão destas da condição de cidadãs e a luta por direitos políticos, foi se modelando o pensamento propriamente feminista. Mas, de acordo com Amorós Puente (2008^a [1997]), tanto as reflexões feministas como a abordagem sobre a questão do surgimento do sujeito do feminismo seriam anacrônicas à história das ideias nesse período principalmente. A reflexão sobre a subjetividade feminina se origina, quando, na filosofia *mainstream*, começa uma série de questionamentos, instaurando uma crise quanto à noção de sujeitos – desencadeado principalmente por uma visão sobre o descentramento

através da teoria psicanalítica⁷².

Caberia ressaltar que há uma miríade de proposições sobre as ondas do feminismo, que refletem as diversidades das agendas do feminismo, como também as variações locais/regionais (PINTO, 2003; NAVARRO; KORROL, 2004; FRASER, 2009). Um importante marcador histórico dessa noção sobre as “ondas feministas” é o artigo de Martha Lear (1968) que pela primeira vez, nos Estados Unidos, referia-se ao movimento feminista da década de 60 como um movimento de “segunda onda”. No artigo há uma referência à recém-criada organização *National Organization for Women* (NOW), em 1966, sob a liderança de Beth Friedan. Lear (1968) apontava a importância de organizações feministas, como a NOW, diante da reivindicação pelos Direitos Civis nos Estados e pela constituição de uma agenda que reivindicava questões de igualdade no mundo do trabalho, benefícios para a maternidade, a discussão sobre o aborto, como outras tantas questões que surgiam no contexto político norte-americano. A obra e a visão de “*A mística feminina*” marcaram os anos iniciais da segunda onda do feminismo nos Estados Unidos, na qual Friedan (1992 [1963]) denuncia um sentimento de incompletude, de deslocamento, uma reflexão ontológica sobre um problema que caracterizava a mulher que vivia dividida entre casa, casamento, filhos e a comunidade; um problema, segundo a autora, “que não teria nome”. Enquanto a obra de Friedan ganhava críticas e visibilidade na América, já a obra “*O segundo sexo*”, de Simone de Beauvoir (2009 [1949]) foi considerada pioneira dessa nova onda do feminismo no velho continente (cf. Anexo 2).

Destarte, cabe salientar que a atuação de movimento e a formatação de agendas dos movimentos feministas compreendidas a partir das duas ondas (ou fases) distintas, como nos coloca Susan Besse (1999 [1996]), deveria ser entendida como: a primeira “onda” é relativa ao feminismo sufragista e “bem comportado”, na qual os esforços feministas questionavam a

⁷² Muitas abordagens feministas acreditariam na importância da psicanálise, justamente, para a constituição das noções e compreensões sobre o que é ser mulher e, talvez, o anacronismo possa ser entendido como uma sincronia – um encontro de projetos compartilhados. Marlise Matos (1993), buscando nos textos clássicos freudianos e lacanianos as distinções conceituais entre o feminino, a feminilidade e a sexualidade feminina, demonstra que através dessa análise aprofundada pode-se construir, na teoria psicanalítica, uma subjetividade positiva da mulher. Também para a psicanálise e o feminismo há que ressaltar a importância da corrente francesa da *écriture féminine*, presente também no ativismo do Movimento de Liberação das Mulheres na França (*Mouvement de Libération de Femmes*, MLF). Esse movimento teve como principais ícones as escritoras Julia Kristeva, Hélène Cixous, Luce Irigaray e Monique Wittig. Tais autoras feministas produziram assertivamente contra o “falocentrismo” e o pesamento masculinista, buscando nos *textes féminins* a “*joissance*”, a expressão do prazer feminino (ou o orgasmo), uma forma de expressão que foi reprimida pela “Lei Patriarcal” (JONES, 2001 [1981], p. 25).

legislação até então vigente e buscavam a inserção da mulher na política e, com isso, a efetivação da cidadania feminina; e a segunda “onda”, conhecida pelo feminismo radical, compreende os movimentos nas décadas de 60 e 70, quando se retomam as críticas ainda não realizadas pela primeira onda, incorporando ao discurso do movimento demandas vinculadas ao quadro geral da opressão sofrida pelas mulheres e o reconhecimento das diferenças sexuais na cena pública. Como exposto, a segunda onda centrou sua luta em assuntos de particular interesse das mulheres, como a violência doméstica, as creches, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos (ALVAREZ, 2000 [1998]). Em confluência com a segunda onda, a inserção das mulheres no âmbito da masculina academia, assim como a emergência da teoria feminista nesse espaço, retomaram os pontos centrais da agenda do ativismo feminista que denunciava a opressão das mulheres. O entendimento sobre as “ondas” demonstram, dessa forma, um movimento vivo, “nós” que se articulam para o “fazer política” e para se configurar a sabedoria feminista, como proposto por Kirkwood (2010 [1984]).

Sobre o feminismo acadêmico, cabe destacar que ele ocuparia, atualmente, espaços em várias matrizes disciplinares, porém, com o efeito da institucionalização, também surgiram os *Estudos de Mulheres*, *Estudos de Gênero* e *Estudos Feministas*, que envolveram tanto razões acadêmicas, como razões políticas (JAGGAR, 2008, p. 191). Segundo Wendy Brown (1997, p. 81, tradução nossa), “[o] desejo pelo *status* disciplinar foi significado pela pretensão de uma teoria e método distintos (assim como os estudos sobre as mulheres necessariamente desafiaram a disciplinaridade) e o desejo de vencer o desafio radicalizado dos primeiros objetos dos estudos das mulheres em institucionalizar esse desafio no currículo.”⁷³. A partir da década de 60, o feminismo acadêmico ocidental definiu metas para estas disciplinas, que passaram por disputas internas, apontando a fragmentação e as fraturas dos *Estudos da Mulher* porque essa disciplina não seria uma conversação única, mas estaria engajada em vários domínios do conhecimento e em diversas correntes teóricas. Também esta institucionalização foi politicamente e teoricamente incoerente, ao passo que seria implicitamente conservadora por circunscrever as discussões unicamente às “mulheres” como objetos de estudo.

Através de um posicionamento que indicava uma ruptura a este movimento, o papel de

⁷³ Versão original em inglês: “[...]the desire for disciplinary status signified by the claim to a distinct theory and method (even as women's studies necessarily challenges disciplinarity) and the desire to conquer the racialized challenge to women's studies' early objects of study by institutionalizing that challenge in the curriculum.”.

algumas teorias, como as teorias pós-coloniais, teorias *queer* e raciais foi de desestabilizar a categoria mulheres, além de denunciarem o determinismo biológico, atribuíram questionamentos sobre as questões raciais, coloniais e as sexualidades menosprezadas. Na década de 70, principalmente, devido à “[...] questão da divisão entre os ‘estudos das mulheres’ e da teoria feminista, a insídia política da divisão institucional entre ‘estudos étnicos’ e ‘estudos das mulheres’, [e] uma divisão da mesma forma preocupante entre *queer* e teoria feminista [...]”⁷⁴ (BROWN, 1997, p. 82, tradução nossa), algumas estratégias foram tomadas renegociando teorias, metodologias e os conceitos centrais.

Dessa forma, deve-se destacar que a institucionalização acadêmica e as disputas internas ao próprio feminismo promoveram a busca por um conceito que consiga articular as diversas demandas internas ao feminismo, um conceito que se configurassem como um “ponto nodal”, em pelo menos no ambiente acadêmico: “gênero”. As diversas disputas e formas de abordagem conceituais sobre sexo e gênero representam esse projeto, uma articulação que foi necessária a partir da década de 70 (essa discussão será apresentada no próximo tópico). Cabe ressaltar que a dinâmica adotada por e através esses debates conceituais procuraram colocar em evidência as relações de poder, de dominação masculina, e que o conceito de sexo não conseguia dar conta.

Após a instauração em 1975 do Ano da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), e visto que a demanda pelo debate internacional sobre as opressões e desigualdades entre os sexos permaneciam latentes e pouco problematizadas, a ONU promoveu a Década da Mulher (1975-1985) e realizou quatro grandes Conferências Mundiais sobre a Mulher entre os anos de 1975 e 1995. O que se deve destacar aqui é que, pragmaticamente, a intervenção sobre as desigualdades e opressões sofridas pelas mulheres no âmbito internacional, em certa medida, deveriam ser assuntos de Estado e que a formulação de políticas públicas voltadas para demandas específicas corroborariam com a promoção da igualdade de gênero. Soma-se a importância a partir desse período da internacionalização e articulação feminista.

Desta forma, passou-se a utilizar a partir da Terceira Conferência Mundial da Mulher a noção de “transversalidade de gênero” (*gender mainstreaming*) tanto como um conceito, como

⁷⁴ Versão original em inglês: “[...] divide between ‘women's studies’ and Feminist theory, the political insidiousness of the institutional division between ‘ethnic studies’ and ‘women's studies’, a similarly disturbing division between *queer* and feminist theory [...]”

também uma prática das políticas públicas e sociais, fortemente contestada por analistas e teóricas. De acordo com Woodward (2008), as contestações surgem porque a transversalidade de gênero é uma novidade tanto por ser uma técnica, como também ser uma prática advinda da governança global, como também pela própria popularidade desta ideia, já que o termo “transversalidade” tem sobrevivido enquanto gênero tem se perdido. Segunda Sylvia Walby (2005), um ponto importante na discussão seria o da definição de agendas, pois ao incluir a perspectiva de gênero na agenda governamental tal noção faz com que se reoriente e transforme os paradigmas antes vigentes das políticas públicas (que geralmente são patriarcais, brancos, heterossexuais).

Por isso, acrescentar-se-ia ainda às duas ondas já apresentadas uma terceira fase, caracterizada pelas tentativas de reforma nas instituições democráticas, no próprio Estado, como também na busca pela reformatação dos espaços públicos, pela qual se sobressaem as divergências intragêneros – o que é nomeado de “feminismo difuso” por Céli Pinto (2003). Segundo Barbara Arneil (1999), o entendimento relativo às três ondas do feminismo apontam para uma evolução própria e uma negociação e articulação com as diferentes correntes do pensamento político, bem como a possibilidade de transversalização das agendas. Para a autora:

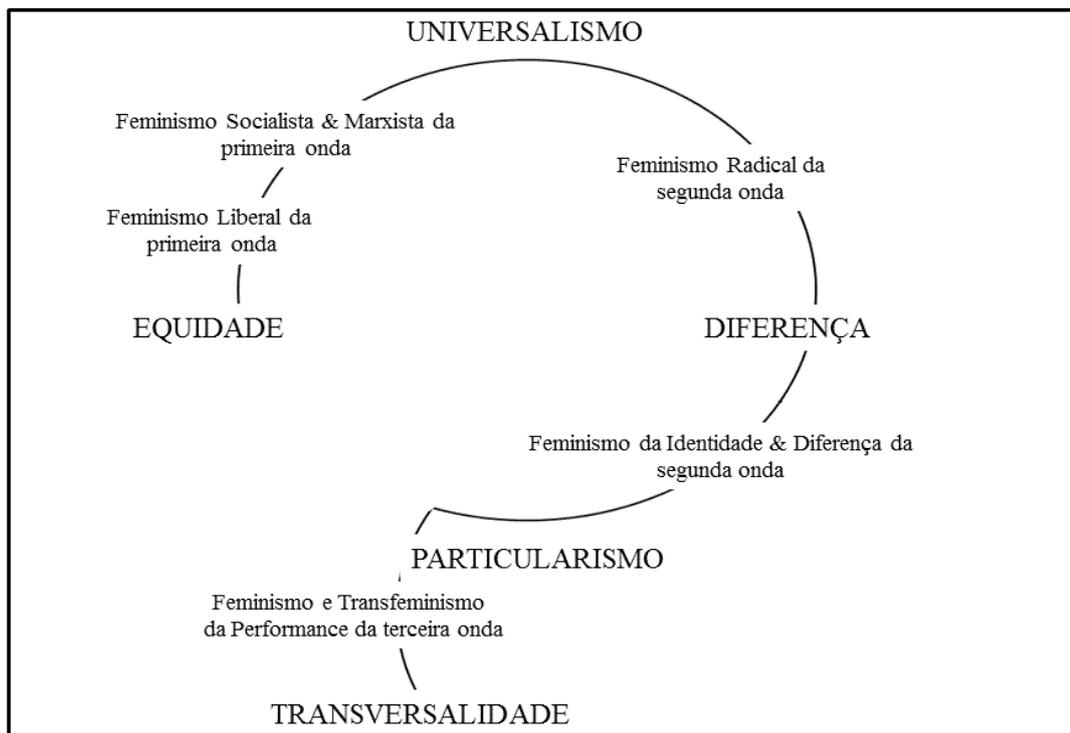
“O desenvolvimento histórico do feminismo é uma evolução de se tornar em grande parte subsumido dentro de outro enquadramento, ou seja, o liberalismo (feminismo de primeira onda), para um casamento com referenciais teóricos tradicionais, que envolveu inserir as mulheres em uma modificação do contrato conjugal (feminismo de segunda onda), para uma posição independente, ou melhor, um conjunto de posições (feminismo(s) de terceira onda) que tenta definir a política através de uma sobreposição de, ou até um contraditório, conjunto de perspectiva(s) das mulheres.”⁷⁵

A contribuição de Krollokke e Sorensen (2006) sobre o entendimento das três primeiras ondas do feminismo indica que: (i) a *primeira onda feminista* ocorre no contexto da sociedade industrial e das políticas liberais, sendo caracterizada pelos movimentos de mulheres por direitos liberais e pelo feminismo socialista no Século XIX e no começo do Século XX, tendo

⁷⁵ Versão original em inglês: “The historical development of feminism is an evolution from being largely subsumed within another framework, namely liberalism (first wave feminism), to a marriage with traditional theoretical frameworks, which involved inserting women into a modified of the marital contract (second wave feminism), to an independent position or rather set of positions (third wave feminism(s)) which try to define politics from an overlapping and even contradictory set of women’s perspective(s).”.

como característica a reivindicação de direitos igualitários; (ii) a *segunda onda*, que se desdobra nas décadas de 60 e 80 do Século XX, é caracterizada pelo contexto social do pós-guerra, no qual um feminismo radical se articula a outros movimentos de minorias que surgiram nesse contexto histórico, principalmente o Movimento Negro e o Movimento LGBT, e também a Nova Esquerda, marcado pelas dissidências internas das mulheres de cor e do terceiro mundo, que lançaram à agenda do movimento a reivindicação de direitos da diferença e o empoderamento; e, por fim, (iii) a *terceira onda*, a partir da década de 90 do Século XX e nos primeiros anos do Século XXI, diante de transformações sociais marcadas pela nova ordem mundial pós-colonial e pós-socialista, pela emergência do neoliberalismo e pela sociedade da informação e global, seria um feminismo, para as autoras que se manifesta através da retórica “grrl”⁷⁶, o projeto de superação da universalidade feminina, buscando na ambiguidade, diversidade e multiplicidade a transversalidade política e teórica (ver Figura 5).

Figura 5: Posicionamentos feministas: da equidade à transversalidade



Fonte: Krolokke e Sorensen (2006, p. 22, tradução nossa).

⁷⁶ A referência à “grrrl”, como diz Schilt (2003), remete ao movimento de mulheres criado em 1991, em Washington, em uma reunião em que se constatou o machismo dentro da cena punk. Segundo a autora, “*Riot grrrl*” ficou conhecido como “as mulheres bravas do rock” e a utilização da palavra “grrrl” buscava referir-se às garotas na infância, por ser uma fase em que elas têm uma alta autoestima e apresentam confiança nelas mesmas. Cabe ressaltar aqui que a importância desse movimento foi a de se massificar através das músicas voltadas à empoderar as garotas, chamando a atenção para a raiva presentes nas músicas de Alanis Morissette ou o “girl power” das Spice Girls. Seria uma aproximação da inicial da juventude às ideias feministas, porém como Schilt coloca, faltaria nesse movimento o incentivo de levar as garotas a saírem de seus próprios quartos.

Acrescenta-se ainda a proposta de uma fase mais recente, a “quarta onda” (MATOS, 2010, 2014, 2015; SIMÕES; MATOS, 2008), na qual poderia se perceber um movimento de estreitamento das relações dos diversos movimentos feministas com o Estado, através da institucionalização, na criação de Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) e a garantia da formulação de políticas públicas com o enfoque de gênero, como também chama a atenção para as relações com os atores políticos internacionais, principalmente aqueles voltados para os direitos humanos. De acordo com Marlise Matos (2014, p. 9):

“O feminismo, em parte significativa dos países da região latino-americana na atualidade não só foi transversalizado – estendendo-se verticalmente (numa arranjo mainstreaming) por meio de diferentes níveis do governo, atravessando a maior parte do espectro político e engajando-se em uma variedade de arenas políticas aos níveis nacionais e internacionais –, mas também se estendeu horizontalmente, fluiu horizontalmente ao longo de uma larga gama de classes sociais, de outros movimentos que se mobilizavam pela livre expressão de experiências sexuais diversas e também no meio de comunidades étnico-raciais e rurais, bem como de múltiplos espaços sociais e culturais, inclusive em movimentos sociais paralelos. Essa conformação expressa aquilo que estamos definindo como ‘quarta’ onda feminista. (MATOS, 2014, p. 9).

Outra questão a ser apontada é a localização da “quarta onda”, que de acordo com Matos (2014, 2015) vem acontecendo num contexto latino-americano, através do qual a chegada de governos com propostas inclusivas e democráticas seriam caracterizados por uma “onda rosa” no continente. Ainda uma questão importante no campo da política seria a dinâmica das relações estabelecidas no campo político que se dão entre os diferentes atores/atrizes. A autora nota que a cada onda haveria uma forma diferenciada de se entender o feminismo como um desses atores/atrizes políticos/as: da luta por direitos políticos na primeira onda, passando pelo confronto e negação do Estado, na segunda onda, pelo conflito da terceira onda, e, finalmente, na quarta onda, a contestação acirrada com a aproximação criada.

Finalmente, acreditando que o estabelecimento das relações é um aspecto central para desenvolvimento histórico do feminismo, isto confirmaria a importância do entendimento das “relações nodais”, ou o próprio “emaranhado nodal feminista” como proposto, já que em determinados momentos seriam criadas agendas, demandas, tensões, mas estas permaneceriam ainda atadas a certos fios condutores, que vão tecendo esse enredo teórico-histórico, ou seja, essa história feminista. Na próxima seção será abordada a lógica conceitual

que envolveu a passagem das discussões sobre sexo para o conceito de gênero.

2.2.1 Do sexo ao gênero

Eric Hobsbawm (1995 [1994], p. 533) apontou: a revivescência do movimento feminista contribuiu para os questionamentos diante da ciência, ao forçarem a substituição do termo “sexo” por “gênero”, de forma que as pesquisas que envolviam a discussão sobre a diferença sexual tornaram-se um verdadeiro campo minado político. Diante desta verdadeira transformação, cabe aqui entender que parte do debate esteve voltada para a dinâmica contida no dualismo natureza/cultura, que como se sabe, ainda que já estivesse presente no pensamento político clássico através da distinção entre a racionalidade e a irracionalidade, este binarismo foi recuperado pelo pensamento político moderno, entendendo a distinção entre a natureza humana (ou estado de natureza), anterior a qualquer contrato social, da sociedade civil. A partir dessa lógica de enquadramento, o entendimento sobre a condição das mulheres esteve relacionado à lógica desse entendimento de inferioridade centrado nas suas condições de incapacidade relacionadas à natureza.

Como Rosaldo (1979) descreve, as questões entre natureza e cultura podem ser notadas no trabalho de campo antropológico de Margareth Mead (2012 [1935], 1949) realizado em três diferentes sociedades da Nova Guiné, no qual se evidenciou que em uma específica sociedade os homens tinham temperamentos considerados “femininos” pois esses estariam relacionados à passividade e ao cuidado com as crianças. Essa interpretação colaborou com a concepção da teoria funcionalista, principalmente para os trabalhos de Talcott Parsons (1940) que apresentou a diferenciação dos papéis sexuais, que marcaram a compreensão de uma lógica relacional socialmente construída das relações entre homens e mulheres.

Sabe-se que, como Matos (1999) descreve, a discussão sobre a temática no âmbito das ciências humanas promoveram algumas transformações teóricas desde este debate fervoroso até a incorporação definitiva do conceito de “gênero” pelo feminismo: partiu-se da questão conceitual sobre “papéis de gênero” por John Money (1973 [1955]), passando pela constatação por Robert Stoller (1968) da experiência do gênero como diferenciada dos sexos biológicos, a constituição teórica do conceito de “gênero” por Oakley (1972), passando pela

distinção dos "sistema sexo/gênero" por Rubin (1993 [1975]), até chegar a noção de gênero com "uma categoria útil para a análise histórica" feita por Scott (1990 [1986]).

Gênero, então, seria uma forma de organização social que definiria a diferença sexual a fim de ser um conhecimento que estabelece significados para as diferenças corpóreas, além de ser uma categoria que entrelaça quatro elementos substantivos: (i) símbolos culturais; (ii) conceitos normativos; (iii) instituições sociais; e, (iv) subjetividade (SAFFIOTI, 2004; SCOTT, 1990 [1986]). Uma forma mais "institucional" pela qual o conceito pode ser entendido hoje, através das palavras de Alison Jaggar (2008a, p. 127, tradução nossa), seria:

"Gênero é um complexo conjunto de instituições sociais, formais e informais, que organizam a maioria dos aspectos de grande parte da vida das pessoas, tanto homens quanto mulheres, de acordo com seus/suas alocações sociais do sexo. Gênero simultaneamente modela e é modelado por outras categorias sociais incluindo raça, etnicidade, idade, religião, nacionalidade, etc."

Rosi Braidotti (2004 [1993]) aponta as causas daquilo que passou a ser designado como a "crise do gênero", que corresponderia ao reordenamento no feminismo acadêmico e na teoria feminista destacando-se, de um lado, as *teóricas de gênero*, principalmente as de tradição anglo-norte-americana, e de outro, as *teóricas da diferença sexual*, centradas na tradição francesa e continental. Uma das reclamações das feministas europeias é que a noção de "gênero" seria uma "[...] vicissitude da língua inglesa, que tem pouca ou nenhuma relevância para as tradições teóricas em línguas românicas."⁷⁷ (BRAIDOTTI, 2004 [1993], p. 132, tradução nossa). As feministas francesas ainda hoje não utilizam gênero e mantêm o conceito *divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*, muito influenciado pelo estruturalismo da *L'École des Haute Études* e da força produtiva ou mesmo as estruturas elementares do parentesco (KERGOAT, 2009). Outra questão que confirma a diferença entre essas duas correntes teóricas do feminismo contemporâneo é que, enquanto as feministas anglófilas destacariam a distinção entre sexo e gênero, as da tradição europeia detêm-se sobre a diferença entre sexualidade e diversidade sexual (BRAIDOTTI, 2004 [1993]; PRECIADO, 2007).

⁷⁷ Versão em espanhol: "La noción de género es una vicisitud de la lengua inglesa, que tiene poca o ninguna relevancia para las tradiciones teóricas en lenguas românicas."

Em “*Problemas de gênero*”, Judith Butler (2003 [1990]), por exemplo, toma como base o principal embate na teoria feminista na qual se origina a distinção sexo/gênero, qual seja: sexo é natural e gênero é construído, ou seja, retornaria à já clássica questão natureza ou cultura. A crítica da autora é que a adoção do conceito de gênero teria levado ao que se temia: “[...] nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino.” (BUTLER, 2003 [1990], p.26). Partindo da emblemática afirmação “A gente não nasce mulher, torna-se mulher”, Butler aponta para o fato de que “não há nada em sua explicação [de Beauvoir] que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea.” (BUTLER, 2003 [1990], p. 27). Ademais, para Butler (2003 [1990]), ao analisar a representação política e linguística, ela constata que o viés recorrente agarra-se, de modo tradicional, a uma concepção dualista/binária – já que apresenta duas opções: o homem e a mulher, sujeitos que se conformariam com as normas e instituições sociais. Somente esses sujeitos poderiam ser representados politicamente. Questionar essas visões rígidas e engessadas demandaria o esforço das mulheres em ingressarem na categoria de sujeito corrente e hegemônica para, a partir dela, transgredir os critérios dessa regulação política e de representação, fazendo com que “[...] paradoxalmente, a ideia de ‘representação’ só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito ‘mulheres’ não for presumido em parte alguma.” (BUTLER, 2003 [1990], p. 23-24). Outro autor, Terrell Carver (1998), coloca que além da questão centrada na questão da mulher, gênero como uma questão relacional, seria um conceito que ressaltaria as:

“‘formas em que sexo e sexualidade tornam-se políticos’ não é suposto para legislar o que o gênero é [...] Em minha opinião, usando de gênero para significar M / F é uma tentativa de apagar ou silenciar as complexidades da sexualidade em alguma ideia essencialista ou reducionista do que é suposto ser o certo, culturalmente validado, natural, desejável ou o que se quer.”⁷⁸ (CARVER, 1998, p. 17, tradução nossa).

Por fim, tanto em Enloe (1989) como em Tickner (1992), o uso do conceito gênero pelas teóricas feministas nas relações internacionais reporta-se ao campo feminista e às questões relacionais e sociológicas e de poder local, mas desta vez num nível internacional. Referem-se também ao conceito de masculinidade hegemônica relacionando-o às questões belicistas e

⁷⁸ Versão original em inglês: “[...] ‘ways in which sex and sexuality become political’ is not supposed to legislate that gender is [...] In my opinion, using gender to mean M / F is an attempt to erase or silence the complexities of sexuality in some essentialist or reductionist idea what is supposed to be right, culturally validated, natural, desirable or what you want.”

à cultura fálica/tradicional de gênero (CONNEL, 1995).

Enfim, resgatando todos os possíveis instrumentais epistêmicos supracitados, poder-se-ia dizer que o papel ativo do feminismo na construção de espaços de interlocução acadêmica acabou por instituir um novo campo do conhecimento, aqui, nesse caso, enraizado na experiência latino-americana, na experiência do Brasil principalmente, que teria como carro-chefe o próprio pensamento feminista: o campo de gênero (MATOS, 2008). Ao discutir este conceito e a dinâmica deste campo, Marlise Matos (2008, p. 352, itálicos da autora) coloca que:

“Numa proposta de conhecimento, de ciência em que o que se valoriza é o modo de pensar e as suas consequências e não a descrição do mundo, que não vê o conhecimento como uma representação neutra do mundo ontológico externo, é que poderia estar inserida a proposta de ação de um *novo campo de gênero e feminista*. Ou seja: sabendo e reconhecendo que o conhecimento (científico) é capaz de intervir e agir sobre o mundo, que ele possui consequências sobre o mundo, que ele é ação sobre o mundo, é que proponho a sustentação teórica, epistemológica e política do *campo de gênero e feminista* como sendo da ordem de um *universal histórico e contingente* que opera dinâmica e paradoxalmente na busca constante e responsável de um *dever gênero que por sua vez se desdobra na afirmação radicalizada de um dever ciência*.”.

2.3 A DINÂMICA CONCEITUAL DA TEORIA POLÍTICA FEMINISTA

Até agora se pôde notar que entre essas dimensões há fronteiras muito fluídas e que também a proposta dinâmica da consolidação institucional desse novo campo da teoria política feminista, através da discussão sobre os conceitos “a” política e “o” político, ainda não foi cumprida. McClure (1992, p. 347, tradução nossa) apontou que: “[...] deve-se aceitar a infusão de uma nova consideração substantiva como um suficiente marcador da diferença entre o relato feminista e o ‘tradicional’; como um critério suficiente, em outras palavras, designando fundamentalmente um novo conceito de ‘política’.”⁷⁹. Como é colocado por Deleuze e Guatarri (2007, p. 30): “Num conceito, há, no mais das vezes, pedaços ou

⁷⁹ Texto original em inglês: “one must accept the infusion of new substantive considerations as a sufficient marker of the difference between feminist and ‘traditional’ accounts; as a sufficient criterion, in other words, for designating a fundamentally new conception of ‘the political’.”.

componentes vindos de outros conceitos, que respondiam a outros problemas e supunham outros planos”. De tal forma, o conceito de política e suas várias significações podem ser retraçados através da influência de outros conceitos que, contingencialmente, foram centrais para as discussões sobre a política. Para essa Tese (algo já previamente discutido em CYPRIANO, 2010) não há dúvida da importância central do conceito de patriarcado, já que o mesmo possibilitou ao feminismo uma reflexão e uma apropriação específica do conceito de “a” política. Enquanto o patriarcado se mantiver como aquele conceito que significa uma forma de poder político que, por sua vez, reforça o direito patriarcal – aquele que singulariza uma forma específica de direito político que todos os homens exerceriam pelo simples fato de serem homens –, a teoria política feminista deve lançar as luzes necessárias sobre a sua gênese no pensamento moderno, principalmente quando este princípio civilizatório se conforma como um dos componentes estruturantes das formas contratuais da modernidade (PATEMAN, 1993 [1988]).

Uma das principais preocupações de Carole Pateman (1993 [1988]) é que seria “[...] urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada.” (PATEMAN, 1993 [1988], p. 40). A teoria feminista, mesmo estando ancorada na discussão sobre o patriarcado, fugiu ou se esquivou dessa tarefa crucial, necessária principalmente para a criação de uma identidade teórica própria. No entanto, quando se viu demandada a realizar esta tarefa apostou numa trama de conceitos (como esfera pública, esfera privada, reprodução, gênero) que procurou retrair os seus percursos na aproximação com a teoria política, como também demandar uma abordagem diferenciada do conceito de “a” política.

A apropriação feminista da política é um projeto que vem se consolidando, mas que, no entanto, não estabilizou ainda um conceito próprio do que seria “a” política (EVANS et al., 1986; HARTSOCK, 1997). Como já discutido anteriormente, o conceito que justapõe a tentativa feminista é o de patriarcado, que provê um eixo transversalizador próprio para se constituir uma hermenêutica da modernidade, estabilizando e repensando as hierarquias existentes entre os sexos nas relações propriamente políticas.

Como se tem notado e mesmo como já afirmado anteriormente aqui, a assimilação conceitual feminista do patriarcado procura raramente manter uma relação com o construto mental weberiano, por considerá-lo intransferível às atuais conjunturas políticas e, principalmente,

porque o poder político como hoje é apresentado já estaria organizado independentemente do Estado (SAFFIOTI, 2004, p. 95-100). De tal forma, pode ser observado, no deslocamento da concepção de Weber para a centralidade e atualidade da noção de política de Hannah Arendt, o relativo abandono do primeiro para uma apreciação feminista às ideias arendtianas.

Na obra “*Entre o passado e o futuro*”, Hannah Arendt (2007c [1961]) argumenta que, da mesma forma que os trabalhadores poderiam estar ocultos na esfera privada, as mulheres estariam vivenciando essa mesma condição, por isso deveriam procurar um espaço “[...] onde possam intervir para serem vistas e ouvidas, é dizer, fazer política, posto que são pessoas e neste sentido têm o direito de expressar a sua mais alta qualidade humana, a liberdade, dando origem a atos e palavras no seio da pluralidade.” (SANTALICES, 2001, p. 138, tradução nossa)⁸⁰. Em contrapartida, ainda que em alguns fragmentos Arendt prestasse alguma atenção à condição das mulheres, parte das feministas criticou a sua concepção rígida e fechada sobre a esfera privada, visto que o lema feminista “o pessoal é político” denunciava a invisibilização e opressão das mulheres, relegadas à esfera do privado, e que, portanto, seria realmente necessária uma politização desta esfera (ASSIS, 2006). Vale ressaltar que mesmo com a existência destes e de alguns pontos conflitantes, algumas feministas fazem o uso e reinterpretam a noção arendtiana de política, visto que ele consiste num conceito disponível que melhor atenderia e se aproximaria aos anseios e projetos feministas, ainda que se discuta e se critique a efetiva presença de uma posição feminista em Hannah Arendt.

Segundo Bonnie Honig (1992), Arendt por proteger o “[...] caráter *sui generis* de sua política e a pureza de sua esfera pública proibindo a politização de temas de justiça social e gênero.”, marginaliza as mulheres, já que “[...] o ‘Problema da Mulher’, como ela o chama, não era como Arendt pensava apropriado para se colocar, politicamente.” (HONIG, 1992, p. 215, tradução nossa)⁸¹. Ainda que essas limitações apontadas indiquem, principalmente, para a necessidade do abandono do conceito arendtiano da política, principalmente porque tanto as questões de gênero quanto as da justiça social seriam despolitizadas, Honig (1992, p. 215,

⁸⁰ Texto original em espanhol: “[...] en el cual pueden intervenir para ser vistos y oídos, es decir, hacer política, puesto que son personas, y en este sentido tienen derecho a expresar su más alta cualidad humana, la libertad, dando origen a actos y palabras en el seno de la pluralidad.”

⁸¹ Texto original em inglês: “[...] Arendt protects the *sui generis* character of her politics and the purity of her public realm by prohibiting the politicization of issues of social justice and gender. [...] the ‘Woman Problem’, as she called it, was not one that Arendt thought it appropriate to pose, politically.”

tradução nossa)⁸² diz que Hannah Arendt “[...] como teórica de uma política que é potencialmente uma política de ativista, potencialmente dinâmica, uma política performativa executiva e ativa, agonística [...] talvez possa ser muito útil à política feminista.”. Uma importante utilização feminista da concepção arendtiana da “esfera do social” (ARENDR, 2005 [1958]), onde é demarcada a sua não coincidência com a família, a economia oficial e o Estado, é feita por Nancy Fraser (1989b), numa discussão que essa nova e específica arena tornar-se-ia o espaço onde ocorreria a politização das necessidades “fugitivas” que, por sua vez, seriam traduzidas em reclamações para a atuação e a formatação de políticas de bem-estar pelo Estado.

De acordo com Samuel Chambers e Terrell Carver (2008), outra teórica feminista bastante importante e atual – Judith Butler – não teria desenvolvido uma teoria sistemática e singular da política. Porém, especialmente influenciada pela obra de Foucault (1977 [1976], 2005), algumas de suas problematizações poderiam ser retratadas como tentativas de reposição do conceito da política e, com isso, cunhar-se um conceito eminentemente feminista da política. Os autores referem-se à “política problematizada” (*troubling politics*) com a variedade de encontros da autora com a política, o político e a teoria política, que seria compreendido através de três dimensões vertebradoras: (i) a noção de que nunca poderá haver um sujeito prontamente fabricado, já que este deve desafiar as perturbações e questionar, de forma consistente, as suas condições; (ii) a noção e motivação transformativas acerca das concepções sobre a política, como também a recusa à noção estática de política, já que através de uma visão radical deve-se estar sempre aberta a procura para o futuro da democracia; e, (iii) a noção de que é necessária a problematização pulverizada de uma teoria, isto é, devem-se problematizar as questões de dentro, de fora etc., correspondendo a uma teoria não-linear.

Apresentando uma abordagem ontológica da política, invertendo a noção heideggeriana, Butler (2003 [1990]) desenvolve sua ontologia como se fosse teoria política, na qual a noção de política emerge sempre atrelada a considerações ontológicas. Utiliza-se também da ética para falar da política. Diante disto, sua concepção de “a” política deve evitar que se priorize a teoria ou a prática, mas que, de modo concomitante, ambas interajam para que haja uma

⁸² Texto original em inglês: “[...] as a theorist of a politics that is potentially activist, certainly dynamics, an agonal and performative politics might stand a feminist politics in good stead.”.

importante contribuição para este conceito. No caso da democracia, a “futuridade”⁸³ nunca deve ser deixada de lado, já que a ela é assegurada através da resistência a sua plena realização (BUTLER; LACLAU; ŽIŽEK, 2000). A teoria não pode ser um empecilho, um constrangimento ou uma barreira para esse projeto de luta e de futuridade, por isso, o papel do teórico seria o de aderir a esta luta para moldar a política, como também “o” político.

Destarte, percebe-se que uma verdadeira reposição conceitual acontece no campo do conhecimento político, por isso, os entrelaçamentos conceituais singularizados pelas posições disputadas sinalizam o que Quentin Skinner (2009 [1978], p. 10) já havia dito: “O mais claro indício de que uma sociedade tenha ingressado na posse de um novo conceito, suponho eu, está na geração de um novo vocabulário, em termos do qual o conceito passa a ser debatido”. Para debater sobre esta trama de conceitos, no Quadro 2 apresenta-se um mapa analítico voltado para a *discussão de um conceito feminista de “a” política* que é intensamente debatido nessa Tese, apontando para a centralidade do conceito de patriarcado e colocando os conceito de público e o de privado como conceitos-fronteira.

Quadro 2: Mapa analítico para o conceito feminista de política

Por um conceito feminista da “política”		
Conceito central	Patriarcado	
Conceitos-fronteira	Público e Privado	
Eixo de deslocamento	Dominação-liberdade	
Conceitos de interlocução	Conceitos políticos	Democracia, justiça, cidadania e Estado
	Conceitos politizados	Cuidado, pessoal e corpo

Fonte: Formatação própria.

Nas próximas seções do presente Capítulo serão apresentadas as discussões referentes a cada dinâmica e debate teórico sobre os conceitos que, como se está defendendo aqui, serviriam à possibilidade de um conceito feminista de “a” política. Por isso, primeiro será discutido o

⁸³ A ideia de futuridade em Butler (2004, p. 180) é assim apresentada: “The desire to foreclose an open future can be a strong one, threatening one with loss, loss of a sense of certainty about how things are (and must be). It is important, however, not to underestimate the force of the desire to foreclose futurity and the political potential of anxiety. This is one reason that asking certain questions is considered dangerous. Imagine the situation of reading a book and thinking, I cannot ask the questions that are posed here because to ask them is to introduce doubt into my political convictions, and to introduce doubt into my political convictions could lead to the dissolution of those convictions. At such a moment, the fear of thinking, indeed, the fear of the question, becomes moralized as the defense of politics. And politics becomes that which requires a certain anti-intellectualism. To remain unwilling to rethink one’s politics on the basis of questions posed is to opt for a dogmatic stand at the cost of both life and thought.”.

patriarcado como um conceito centrípeta, ou seja, central a essa proposta; em seguida serão apresentados os conceitos-fronteira, entendidos como as noções que se organizam sobre o binômio público e privado; depois apresentar-se-á a noção de poder relacionada aos conceitos do eixo de deslocamento (dominação-liberdade); e, por fim, serão brevemente apresentados os principais conceitos de interlocução, ressaltando-se aqui a divisão entre conceitos propriamente políticos e conceitos politizados.

2.3.1 O patriarcado: conceito central

Desde a publicação de “*Sexual politics*”, da autora Kate Millett (1974 [1970]), que para algumas das teóricas relacionadas à “teoria política feminista” seria um dos ou “o” texto-base deste “campo” ou área (TOBIAS, 1997; DI STEFANO, 2000), pois nessa obra haveria claros indícios do debate que ainda hoje poderíamos considerar centrais dentre as principais discussões que foram travadas entre teóricas e teóricos feministas. Nessa obra, a autora já pressagiava e resumia parte significativa do debate teórico político feminista através de uma única passagem e num único conceito estruturante, o conceito do patriarcado – que poderia ser considerada como ideia norteadora e centrípeta (até hoje) do campo feminista do conhecimento político. Anos mais tarde também este foi um conceito muito trabalhado por autoras como Pateman (1993 [1988]) e Walby (1990), sinalizando que o patriarcado possa significar uma forma de poder político que reforça o direito patriarcal como uma forma específica de direito político, singular, em que todos os homens exercem pelo fato de serem homens, não só na esfera privada como na esfera pública.

Millett (1974 [1970]) sinalizou as mudanças de padrões políticos e sociais e os paradoxos da modernidade ao notar que os deslocamentos paradigmáticos propiciaram a apreciação, na teoria política, não somente da igualdade, como era marcante na década de 70, mas também do enfoque sobre a perspectiva da diferença. De acordo com Millett (1974 [1970]), p. 13-14, grifos nossos):

“Desde o Iluminismo, o Ocidente sofreu várias modificações radicais no plano industrial, econômico e político. Mas cada uma, em certa medida, afectava apenas uma parte da humanidade. É particularmente desconcertante observar que as

grandes modificações provocadas pela extensão do direito de voto e pelos progressos da democracia nos séculos XVIII e XIX, a redistribuição da riqueza, que era o objectivo do socialismo (e que teve até repercussões nos países capitalistas), e, finalmente, as grandes alterações efectuadas pela Revolução Industrial e pelo surto da tecnologia, não tiveram, e até certo ponto não têm hoje, senão um efeito marginal e contingente na vida daquela maioria da população constituída por mulheres. O conhecimento deste caso deve chamar-nos a atenção para o facto de que **as distinções sociais e políticas não estão baseadas na riqueza ou na posição social, mas no sexo**. Porque é evidente que a base da nossa civilização é o **patriarcado**.”.

O resgate da teoria política moderna para o entendimento sobre o patriarcado revelaria o alinhamento das discussões sobre o tema referentes à lógica tradicional e teológica. Como exemplo, cabe ressaltar a relevância de Sir Robert Filmer (1996 [1680]), em sua obra “*Patriarcha*”, propõe uma doutrina patriarcalista e do direito divino dos reis, justificando a manutenção absolutista no poder (SCHOCHET, 1975). Cabe ressaltar que as críticas à obra de Filmer fundamentaram a proposta teórica de Jonh Locke (2005 [1681]), já que o autor rejeitou a proposta tradicional centrada na figura deste patriarca por acreditar que a vontade divina não constituía o poder político, o que o constituiria seria uma pactuação civil que evoluísse consenso e uma base legal. A análise sobre o “*Contrato sexual*” de Carole Pateman (1993 [1988]) resgata dentro da gênese do pensamento liberal as relações entre patriarcado e os contratos sociais, principalmente no estabelecimento entre a separação de duas esferas e no entendimento naturalizado da condição das mulheres em cada uma dessas esferas, a saber: a esfera privada e a esfera pública.

Já a concepção de Max Weber (2004b [1960]) sobre o poder patriarcal, amplamente difundida nas ciências sociais, relaciona-se com um sistema de normas baseado na tradição, sendo essa utilizada instrumentalizada como um modo de dominação (AGUIAR, 2000). De acordo com essa noção weberiana, a partir das regras de hereditariedade, uma figura exerceria a dominação dentro de uma estrutura familiar ou econômica. Caberia ressaltar que, de acordo com Machado (2000, p. 3, negritos da autora), “[p]ara Weber, a referência é sempre histórica. O patriarcado é só um sentido ‘ahistórico’ porque não está limitado a um só momento histórico, isto é, porque pode e **deve** ser referido a **qualquer momento histórico onde se encontre tal sentido de ação típico-ideal**.”.

Outra contribuição bastante significativa ao debate sobre o patriarcado, desta vez literária, é proposta na obra “*Um teto todo seu*”, por Virginia Woolf (2014 [1928], p. 54), por ser possível acreditar que as imagens construídas sobre as mulheres, pensadas como espelhos distorcidos,

colaborariam para entender que “[a] enorme importancia para o patriarcado de ter de conquistar, ter de governar, de achar que um grande número de pessoas, metade da raça humana, na verdade é por natureza inferior.”. Essa ideia sobre o patriarcado, também foi repensada pela autora no livro “*Three guineas*” (WOOLF, 2001 [1938]), mas a composição desta última obra possibilitou Woolf demonstrar a extensão desse sistema a outras esferas (inclusive na Guerra) e retratar também questões relativas à própria oposição identitária entre feminino e masculino – acreditando ser necessária a desconstrução dessa oposição binária e defendendo a androginia (MOI, 1985). De acordo com Woolf (2001 [1938]):

“[...] nós, filhas de homens educados, estamos entre o diabo e o mar profundo. Atrás de nós, encontra-se o sistema patriarcal; a casa privada, com a sua nulidade, sua imoralidade, sua hipocrisia, o seu servilismo. Diante de nós está o mundo público, o sistema profissional, com sua possessividade, a sua inveja, a sua combatividade, a sua ganância. O primeiro tranca-nos como escravas em um harém; o outro nos obriga a girar, como lagartas da cabeça à cauda, rodando em volta da amoreira, a árvore sagrada, da propriedade. É uma escolha entre males. Cada um é ruim. Não seria melhor mergulhar ao saltar da ponte no rio; desistir do jogo; declarar que toda a vida humana é um erro e assim acabar com ela?”⁸⁴.

Cabe destacar ainda a importante contribuição aqui de Silvyia Walby (1990). A partir de sua análise, pode-se entender que patriarcado seria um conceito central para o entendimento das relações pautadas nas desigualdades de gênero, isso porque ele envolveria seis estruturas-chaves de que sujeitariam as mulheres e perpetuariam a dominação masculina: (i) no trabalho remunerado, através da distinção salarial entre homens e mulheres; (ii) a divisão sexual do trabalho doméstico, concentrado nas mulheres a responsabilidade pelas tarefas da casa e do cuidado dos filhos; (iii) as desvantagens culturais, que em geral objetificam as mulheres nas representações simbólicas e culturais; (iv) nas relações afetivas heterossexuais; (v) através da violência masculina e na concepção de força relacionada aos homens; e, (vi) no Estado, que segundo ela, é Patriarcal, Capitalista e Racista. Uma contribuição da autora é enfatizar a importância da passagem entre o Século XIX e XX, haveria uma alteração da lógica patriarcal: o patriarcado deixa de ser exclusivamente privado e passa a ser público,

⁸⁴ Versão original em inglês: “[...] we, daughters of educated men, are between the devil and the deep sea. Behind us lies the patriarchal system; the private house, with its nullity, its immorality, its hypocrisy, its servility. Before us lies the public world, the professional system, with its possessiveness, its jealousy, its pugnacity, its greed. The one shuts us up like slaves in a harem; the other forces us to circle, like caterpillars head to tail, round and round the mulberry tree, the sacred tree, of property. It is a choice of evils. Each is bad. Had we not better plunge off the bridge into the river; give up the game; declare that the whole of human life is a mistake and so end it?”.

representado através e nas estruturas-chave que a autora coloca.

Ainda que a contribuição para o entendimento sobre o patriarcado pareça ser satisfatória, de acordo com Gayle Rubin (1993 [1975], p. 12) ele pode ser problemático e limitado, já que “[utiliza-se] o termo ‘patriarcado’ para distinguir as forças que mantêm o sexismo de outras forças sociais, como o capitalismo. Mas o uso do termo ‘patriarcado’ esconde outras distinções.”. Diferente de Rubin, Maria Galindo (2013, p. 91-92, tradução nossa) propõe pensar o patriarcado através da sua complexidade e importância no campo, assim, ela propõe o entendimento que:

“[...] ele não é a discriminação das mulheres, se não a construção das hierarquias sociais, sobrepostas umas sobre as outras e fundadas nos privilégios masculinos sobre as formas de organização social. Quando falamos de patriarcado, estamos falando da base onde se sustentam todas as opressões [...] O patriarcado não é uma questão a parte, se não, um eixo da construção econômica, cultural e política da sociedade; não é uma discussão periférica, nem específica, nem particular, mas, é uma discussão central e inevitável.”⁸⁵.

Diante das discussões sobre a centralidade e importância do patriarcado, acredita-se que este conceito traz recorte importantes à noção de política por evidenciar as relações de desigualdade e dominação entre os sexos, podendo, de acordo com Matos e Paradis (2014, p. 64), “[...] afirmar que o patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: (1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens, e (2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos.”. Outro elemento importante que o conceito nos traz é a sua dinamicidade, podendo deslizar e atuar tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Por fim, ressalta-se que a dinâmica das esferas significará compreender o que estamos chamando de conceitos-fronteira, ou seja, marcadores de diferenças imediatamente relacionais à noção de patriarcado, como também, do que poderá se entender como “a” política a partir da visão da teoria política feminista.

⁸⁵ Versão original em espanhol: “[...] este no es la discriminación de las mujeres, sino la construcción de las jerarquías sociales, superpuestas unas sobre otras y fundadas en privilegios masculinos sobre las formas de organización social. Cuando hablamos de patriarcado, estamos hablando de la base donde se sustentan todas las opresiones [...] El patriarcado no es una cuestión aparte sino un eje de la construcción económica, cultural y política de la sociedad; no es una discusión periférica, ni específica, ni particular, sino que es una discusión central e ineludible.”.

2.3.2 O público e o privado: conceitos-fronteira

“O pessoal é político” tornou-se a afirmação que amparou grande parte dos projetos teóricos da maioria das pensadoras feministas. A problematização da discussão entre a dicotomia conceitual público/privado unifica o feminismo, já que todas as correntes possuiriam uma discussão específica sobre o conceito de público e o de privado, desde o feminismo liberal, o feminismo tradicional marxista, o radical, o socialista, o psicanalítico, o pós-moderno e até o pós-estruturalista, que se aproximam, também, no compartilhamento do conceito de patriarcado, tomando-o como central para a discussão teórica (ELSHTAIN, 1981).

A partir desses esforços, a família (nuclear e patriarcal, principalmente) se tornou, e vem se mantendo desde então, central à política do feminismo e um foco prioritário da teoria feminista⁸⁶. O que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não seria imune em relação à dinâmica de poder, que recorrentemente tem sido notada como a face distintiva do político. Para Okin (2008 [1998]), o domínio da vida doméstica e do pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro, por isso, as feministas afirmam que a separação das esferas público/privada legitima a estrutura de gênero da sociedade, e protege uma esfera significativa da vida humana (e especialmente da vida das mulheres) do exame atento ao qual o político é submetido. Isso é relevante perceber como as esferas “públicas” são generificadas, já que foram construídas sob a dominação masculina e pressupõem a responsabilidade feminina pela esfera doméstica. E é importante notar que esses conceitos foram construídos historicamente (OKIN, 2008 [1998]).

Segundo Susan Okin (2008 [1998]) a noção do que é “o privado”, referir-se-ia à esfera ou às esferas da vida social nas quais a intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial, enquanto que “o público” indica uma esfera ou esferas vistas como,

⁸⁶ Algumas críticas à concepção nuclear e patriarcal da família seriam: para Iris Young (1996) ao se analisar as questões de gênero e sexualidade como questões de justiça nota-se que a tradicional concepção de família limitaria consideravelmente o alcance da justiça, já que o acesso à justiça seria constringido às “formas ilegítimas” de família, como os casais homossexuais; para Bette Tallen (2008 [1990]) ao negar a centralidade de famílias homoparentais, principalmente às famílias conformadas por lésbicas, algumas teóricas feministas ignorariam a questão lésbica, e, por isso, levaria ao separatismo teórico das lésbicas, que, por sua vez, desafiam os papéis tradicionais na família, como também a noção de maternidade como uma metáfora política dominante; sobre as reinvenções dos vínculos amorosos, que se envolveriam em redes também sociais e políticas, centrando-se nas relações amorosas homoeróticas e heteroeróticas alternativas e nas configurações da família moderna, a discussão de Marlise Matos (2000) contempla as diversidade e multiplicação das relações familiares e amorosas na cena contemporânea, ou modernamente tardia.

geralmente ou justificadamente, mais acessíveis. Com isso, na teoria política faz-se o uso do conceito de público e privado para se referir à dicotomia entre Estado e sociedade e também à dicotomia entre vida não doméstica e vida doméstica, ou íntima.

A primeira forma de distinção, referente ao liberalismo clássico, seria entre o Estado e a sociedade civil, enquanto que numa outra chave teórica, os “românticos” (KYMLICKA, 2006 [1990], p. 331), propõem a separação entre o pessoal ou íntimo da noção de público que abrangeria o Estado e a sociedade civil. Esse deslocamento, até mesmo já incorporado pelo próprio liberalismo, significou um avanço para o feminismo já que nas disputas sobre a primeira dicotomia (Estado *versus* sociedade civil) as teóricas feministas dariam maior prioridade à vida social do que a política e, através da segunda dicotomia, a noção do político seria mais presente para as lutas feministas e suas teorizações – “a politização do social” (Cf. FRASER, 1989b). De acordo com Anne Phillips (1991, p. 95, tradução nossa):

“[...] novos tópicos estão sendo colocados na agenda política, e em vários casos [a] redefinição sobre o quê conta como preocupações públicas tem transformado as oportunidades para as mulheres se tornarem politicamente ativas. A política que antes parecia definida por abstrações exóticas tem sido remodelada para incluir a textura da vida diária, oferecendo para alguns o que era a primeira abertura para o ‘debate político’.”⁸⁷

A subordinação das mulheres na esfera privada, dentro de casa, se relacionaria à esfera pública, na medida em que a “[...] igualdade na família seria a condição para a democracia no Estado.” (PHILLIPS, 1991, p. 102, tradução nossa). Ampliar, então, as concepções sobre poder e dominação, focando em diversos espaços, é uma das maiores contribuições teóricas do feminismo, que segundo a autora, teria sido notada por Bowles e Gintis (1986) ao demonstrar que dominação não diz respeito a um único lugar. “A” política deveria ser vista como uma questão “[...] do ‘dever’, como algo que não pode ser reduzida a uma oferta de recursos, mas que envolve transformar os interesses que são perseguidos.” (PHILLIPS, 1991, p. 102, tradução nossa) e os principais locais da democracia ou da necessidade da democratização seriam: o Estado liberal democrático, a economia capitalista e a família

⁸⁷ Versão original em inglês: “[...] new topics are being placed on the political agenda, and in many cases this redefinition of what counts as public concerns has transformed the opportunities for women to become politically active. The politics that once seemed defined by alien abstractions has been reshaped to include the texture of daily life, offering what was to many a first opening into ‘political’ debate.”

patriarcal. De outra forma, esse dimensionamento pode ser repostado na compreensão politizada da família através das relações entre mulheres e homens e pais/mães e filhos que seriam estruturadas pela regulação estatal, pelas condições econômicas e pelo poder patriarcal. Diante dessa questão, para Elshtain (1983), a relação conflitual entre o “externo” e o “interno” à família geraria tensões que seriam causadas pela excessiva politização provocada pela vigência de uma esfera pública excessivamente forte, o que, então, causaria a seguinte enfermidade: “[pais e mães] que estão frustrados e humilhados, tornados dependentes e indefesos na vida do trabalho e na cidadania, terão dificuldade em inculcar crenças como alicerces e maneiras de ser em suas famílias.”⁸⁸ (ELSHTAIN, 1981, p. 337, tradução nossa).

Carole Pateman (1998 [1989]) diz que seria, justamente, na discussão que as teóricas feministas liberais fazem sobre a dicotomia público/privado, que os questionamentos referentes à busca pela universalização dos princípios e direitos insurgiriam e motivariam críticas. O que converge para que toda a “teoria política feminista” trate a questão sobre “o” político, referindo-se a esta problemática: aqui se trataria então da “denúncia” e crítica ao caráter patriarcal do liberalismo (e das demais teorias hegemônicas). Existem ainda, divergências sobre esse tema dentro da própria teoria feminista, quais sejam: a variação do sentido e o alcance das críticas feministas ao conceito de público e privado (oriundo das diversas fases do feminismo e nas diferentes vertentes do movimento) e a discussão do movimento feminista contemporâneo sobre a própria necessidade de existência dessa distinção. É preciso ressaltar também, que o próprio liberalismo é impreciso, ambíguo ao definir o que é público e privado, complexificando ainda mais a questão.

Jean Bethke Elshtain (1981) cunha uma própria distinção entre o público e privado que se baseia na noção de que as “atividades” seriam diferentes – isto é, há coisas que são políticas e outras que não são. Com isso, segundo Phillips (1991), ela chamaria a atenção para evitar o problema de se pensar “[...] que [se] tudo em nossas vidas é um problema político, então nós estaremos abertos a pensar que tudo tem uma solução política.” (PHILLIPS, 1991, p. 105, tradução nossa). A associação entre o pessoal e o político não deveria se exaurir em toda e qualquer forma de democratização. Para Phillips, haveria distinções entre estes dois conceitos, o “pessoal” e “o” político, em que se sobrepõem um ao outro: é recorrente haver interpretações enganadas e enganosas quanto “ao que seria um problema político”, pois

⁸⁸ Versão original em inglês: “[...] frustrated and humiliated, rendered helpless and dependent on work life and citizenship, will have difficulty instilling beliefs as foundations and ways of being in their families.”.

poderiam referir-se aos locais onde há a atividade de estender o controle sobre decisões que todos e todas estão envolvidos, como é no trabalho, ou referir-se também aos espaços tradicionalmente que seriam definidos como pertencentes “a” política. Haveria um sério problema aí: o “[f]eminismo requer justamente a ênfase exclusiva na ‘política’ como convencionalmente definida e tem salientado muitas vezes as questões mais imediatas de tomar o controle onde vivemos e trabalhamos.”⁸⁹, e como a autora alerta, “[e]ssa insistência positiva sobre a democratização da vida cotidiana não deve se tornar um substituto para uma vida política mais vivaz e vital.”⁹⁰ (PHILLIPS, 1991, p. 119, tradução nossa). De maneira geral, as contribuições feministas para politizar e democratizar as relações do privado incidiram nas seguintes ações detalhadas:

“Feministas têm criticado a ortodoxa divisão entre o público e o privado, apresentando um desafio poderoso e radical às noções existentes de democracia. Elas têm ampliado o nosso entendimento das precondições para a igualdade democrática, e trazido para a discussão a divisão sexual do trabalho em casa e no trabalho. Elas têm desafiado (ainda que com algumas importantes reservas) a noção de que o que acontece no privado é um interesse privado, e faz que pareça ser um caso sem resposta para a democratização das relações e decisões em casa. Elas alargaram a nossa concepção sobre as práticas que são relevantes, colocando na órbita da democracia a forma como falamos com o outro, a forma como nós nos organizamos, a forma como escrevemos. Elas se apegaram a uma visão de democracia como algo que importa em cada detalhe e onde estivermos. Com todas essas extensões maravilhosas, o feminismo permanece preso no que Sheldon Wolin (1982: 28)⁹¹ considera como política do seu próprio quintal?”⁹² (PHILLIPS, 1991, p. 115-116, tradução nossa).

⁸⁹ Versão original em inglês: “Feminism rightly quieres the exclusive emphasis on ‘politics’ as conventionally defined and has stressed the often more immediate issues of taking control where we work and live.”

⁹⁰ Versão original em inglês: “This positive insistence on the democratization of everyday life should not become a substitutive for a more lively and vital political life.”

⁹¹ O teórico político Sheldon Wolin possuiu uma visão demasiadamente realista (para não dizer pessimista) sobre os movimentos populares, já que mesmo com a surpreendente variedade e abrangência desses movimentos, ele salienta que é necessário reconhecer que a sua vitalidade e importância democrática têm limitações políticas, devido ao localismo e limitações. A política deve deter-se com problemas abrangentes, e não com questões paroquiais levantadas por esse tipo de movimento, evitando-se assim uma “política de quintal” (PHILLIPS, 1991, p. 48-49).

⁹² Versão original em inglês: “Feminists have criticized the orthodox division between public and private, presenting a powerful and radical challenge to existing notions of democracy. They have broadened our understanding of the preconditions for democratic equality, and brought into the discussion the sexual division of labour at home and at work. They have challenged (thought with some important reservations) the notion that what goes on in private is a private concern, and made what seems an unanswerable case for democratizing relations and decisions in the home. They have enlarged our conception of the practices that are relevant, pulling into the orbit of democracy the way we talk to another, the way we organize, the way we write. They have attached themselves to a vision of democracy as something that matters in every detail and wherever we are. With all these wonderful extensions, do feminists remain stuck in what Sheldon Wolin (1982:28) considers the politics of their own backyard?”

Diante da apresentação deste debate, entendendo aqui os conceitos de público e de privado como conceitos-fronteira. Significaria dizer que, as relações de desigualdade e opressão marcadas na dicotomia entre essas esferas desprendem um desejo de deslocamento (o tema que nos levará ao tópico seguinte desta proposta de enquadramento analítico), principalmente nos/as sujeitos/as oprimidos/as por ela, um deslocamento que leve a uma transformação e pela efetiva superação da forma desse conflito inicial primordial, que é entendido de acordo com Matos (2000), como o da realização do “princípio do prazer/desprazer”, através da experimentação do desejo e da pulsão de, afinal, seguir em frente, da busca por condições igualitárias e emancipatórias. Segundo Matos (2000, p. 257), “[...] a noção das ‘fronteiras’ parece-me particularmente interessante já que remete para ideias nômades, móveis e cambiantes de exploração e invenção, assim como aponta para algo desconhecido, não atingido, não alcançado ou ainda por alcançar.” A ação política, então, passaria a ser entendida como um desejo latente de se deslocar de uma esfera a outra buscando-se a transformação, a mudança e a subversão.

2.3.3 Dominação-liberdade: eixo de deslocamento

Sobre o *eixo de deslocamento*, o distanciamento do conceito de política weberiano para o arendtiano, em nosso entender, representa uma passagem da concepção sobre “a” política tratada como dominação para a política afirmada como libertação, amparada por uma discussão sobre o poder político. Cabe destacar que a concepção weberiana de “política como dominação” pautou, de forma hegemônica, várias das discussões acadêmicas sobre a política. Segundo Max Weber (2004 [1919]), a política poderia ser entendida como “[...] o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” e, “[...] o Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, com base no instrumento da violência legítima.” (WEBER, 2004 [1919], p. 56-57). De tal maneira, o poder político persiste nesse autor fundamental como o exercício legítimo de persuasão e coerção nas sociedades. O envolvimento do indivíduo com a política, segundo Weber, ou se dá pelo momento eleitoral (como o político ocasional), ou através daqueles que fazem da política uma vocação (que se dividiram entre os que vivem *para* ou *da* política). Por isso, procura-se estabelecer a ideia de

vocação, como um princípio norteador da prática política, distinguindo aqueles que são políticos por paixão daqueles que são políticos por profissão.

Em contrapartida, Hannah Arendt, com o já vimos no Capítulo anterior, entende diferentemente a noção de política. Ela vai discordar da definição de política (a) como uma competição entre elites por votos e influência, sendo os cidadãos meramente consumidores primários e expectadores, e é (b) contrária à política percebida como a dominação legítima do Estado, como afirmado por Weber. A política para a autora é entendida como a ação participativa na vida pública. Arendt confere grande importância ao fato político e à ação humana, como sendo, ambas, fundamentais para a realidade do indivíduo e para sua “condição humana” (ARENDR, 2005 [1958]). Segundo a filósofa, é a partir da ação e da atividade política que se pode alcançar o poder diferente da força (violência), porque sempre é algo positivo e enriquecedor, dependendo da vontade do indivíduo de agir em uma pluralidade de indivíduos. Com isso, “o sentido da política é a liberdade” (ARENDR, 2007b [195?], p. 201).

María de la Fuente Vázquez (2013) se informa na teoria política feminista, destacando as contribuições de Judith Squires (1999), Martha Nussbaum (1999, 2000) e Iris Young (2000b [1990]), para destacar, com a contribuição dessas autoras, quais seriam as possibilidades para se entender o binômio *poder para/poder sobre*. De acordo com a autora, pode-se entender o poder sobre: (i) no nível marco, referindo-se aos constrangimentos institucionais que criam disparidades e desigualdades, restringindo as possibilidades do autodesenvolvimento de umas pessoas e facilitando o de outras; (ii) no nível micro, relaciona-se aos constrangimentos de uns alguns grupos sobre outros. Por outro lado, para a autora, poder para referir-se-ia: (i) no nível macro, à possibilidade de ruptura, no qual a instabilidade institucional permite as que não estão no poder em transformá-lo; (ii) no nível micro relaciona-se às possibilidades de um grupo ou indivíduo de autodesenvolver-se, mesmo estando em condições de subordinação (VÁZQUEZ, 2013, p. 224).

Diante dessas discussões, a lógica de dominação e opressão presentes na concepção sobre o patriarcado e, somado a esta a compreensão proposta por Vázquez (2013), as relações de desigualdade e opressão entre os sexos devem ser repensadas a partir do reflexo que elas têm sobre as instituições políticas, sociais, econômicas e culturais/simbólicas. A compreensão sobre o binômio poder sobre/poder para permitir entender a dinâmica de poder através do

deslocamento entre a lógica da dominação/opressão pela busca por liberdade, como também de igualdade e autonomia. Este deslocamento é um operador fundamental, no meu entender, ao campo da teoria política feminista.

2.2.4 Conceitos políticos/politizados: conceitos de interlocução

Nessa proposta esquemática, por último, somam-se a todos os outros eixos os *conceitos de interlocução* que, por sua vez, contemplariam tanto conceitos *políticos* (centrais para o *mainstream* da teoria política), destacando cidadania, justiça, democracia e Estado, quanto os conceitos que foram *politizados* pelo feminismo, principalmente a ideia sobre o cuidado, a inclusão de um debate sistemático sobre o corpo e o pessoal. Como já apresentado algumas vezes nesta Tese, o feminismo de segunda onda, principalmente a sua corrente radical, utilizou a estratégia discursiva de politizar questões referentes ao domínio da esfera pública, como também as questões referentes ao privado (VARIKAS, 1995). Judith Butler apresenta uma compreensão desse movimento (1998 [1990], p. 13-14, negritos da autora):

“O domínio da política se constitui por meio da produção e naturalização do ‘pré’ ou ‘não’ político. [*Dever-se-ia distinguir*] entre a constituição de um campo político que produz e **naturaliza** esse exterior constitutivo e um campo político que produz e **torna contingente** os parâmetros específicos desse exterior constitutivo [*Dessa forma*] as bases da política (‘universalidade’, ‘igualdade’, ‘o sujeito dos direitos’) foram construídas mediante exclusões raciais e de gênero e por uma fusão da política com a vida pública que torna o privado (reprodução, domínios da ‘feminilidade’) pré-político.”

Sobre os conceitos políticos, o percurso da militância feminista e de sua agenda produziu intensos reflexos na discussão central do *mainstream* da teoria política, já que as feministas reivindicaram e retraduziram os conceitos de forma que estes: reportassem a uma noção mais ampliada e inclusiva de **cidadania**, que não demandasse somente das mulheres deveres a serem cumpridos, mas, afirmasse também a necessidade de unir aos deveres uma base formal e real de usufruto dos direitos; reconduzisse a uma nova ideia de **justiça**, que procurou ser revista através de novas dimensões; ampliasse o conceito de **democracia**, através da garantia

da pluralidade nos espaços formais, como também em espaços informais, capazes de proporcionar a inclusão política de todas as minorias; e, propusesse uma nova visão do **Estado**.

É justamente a sensibilidade sobre as discussões silenciadas e a percepção feministas sobre “o” político que também fizeram convergir elementos desta transição de conceituações centradas estritamente no *mainstream* para aquelas que tomam a experiência e o vivido como fonte de informação e de produção de saber. Nesse caso, a partir da contribuição do feminismo pautado em uma nova compreensão e noção de “público”, desta vez ampliada e renovada, assim como a percepção do privado e do pessoal já interpelados como conceitos inerentemente politizados (incluindo-se aqui a família, a reprodução, o cuidado, o corpo), contribuem para se superar e ultrapassar as relações desiguais de poder generificadas. De forma complementar, alguns conceitos foram politizados principalmente a partir de uma visão que inclui o viés da diferença, o cultural, aquela que enfatizava a centralidade do cuidado, do pessoal e do corpo, de forma que:

Se relacionamento, conexão e cuidado são de importância central para a visão das mulheres sobre o que significa ser uma pessoa, então, autonomia não pode ser independência radical; liberdade não pode ser somente a ausência da interferência dos outros; obrigação não pode ser puramente contratual; poder não pode ser simplesmente dominação; autoridade não pode ser impessoal e desapaixonada; igualdade não pode ser baseada exclusivamente na semelhança, mas deve reconhecer a particularidade; justiça não pode ser baseada na simples igual alocação de recursos, mas deve referir-se a especificidade da necessidade; privacidade não pode ser oposta à política e à publicidade; democracia como uma forma política não pode ser somente adversarial e baseada no poder, como também comunidade que não pode ignorar as diferenças e a individualidade das pessoas que dão e recebem cuidado; e ainda cuidado deve ser visto como político. (HIRSCHMANN; DI STEFANO, 1996, p. 15, tradução nossa).⁹³

A proposta feminista de interpelar os debates centrais ao campo do conhecimento político, permitindo o a elaboração de importantes reconsiderações internas ao próprio campo,

⁹³ Texto original em inglês: “If relationship, connection, and care are of central importance to women’s visions of what it means to be a person, then autonomy cannot be radical independence; freedom cannot be just the absence of the interference from others; obligation cannot be purely contractual; power cannot be simply domination; authority cannot be impersonal and dispassionate; equality cannot be based exclusively on sameness but must recognize particularity; justice cannot be based on the simple equal allocation of resources but must refer to specificity of need; privacy cannot be opposed to politics and publicity; democracy as a political form cannot be solely adversarial and based on power any more than community can ignore the differences and individuality of persons giving and receiving care; and indeed care itself must be seen as political.”.

demonstraria o cumprimento de sua própria razão de existência e caminharía, a passos largos, para o resultado da consolidação de sua dimensão efetivamente teórica. O caminho percorrido até aqui demonstra um possível reconhecimento pretendido pelas feministas de como seria possível estabelecerem-se como um subcampo dentro da teoria política, sendo este entendido como uma disciplina que informa sobre um determinado objeto, ou seja, “a” política. Principalmente, posso afirmar então que a teoria política feminista propõe uma amplitude de propostas e de conceitos que poderiam, de fato, informar sobre um conceito feminista *de e para* “a” política. Mas, deve-se entender e destacar aqui que existe ainda um entrave, que é interno: esse esforço só pode ser realizado se a restrição dentro do próprio não afetar a construção teórico-conceitual, pois muitas vozes não foram escutadas e refletidas nesses esforços.

Sabendo que a *experiência* tem centralidade dentro das elaborações teóricas e metodológicas do feminismo, o trabalho de exposição sobre a teoria política feminista até aqui permitiria me inferir que a sua própria construção foi marcada por um privilégio epistêmico daquelas/es que se localizam em uma determinada fronteira, não percebendo internamente como a diversidade das vivências e das demais experiências existentes poderiam ser/estar representadas dentro desta abordagem teórica-conceitual. A ação transformadora se torna limitada, quando “certa arrogância acadêmica” contamina a produção desse conhecimento, como colocou Lorde (2007 [1981]), pois a emancipação e a verdadeira crítica às desigualdades de gênero e à dominação patriarcal dependem do atamento de todas as possíveis visões e contribuições real e temporalmente existentes dentro de um determinado campo discursivo feminista, isto é, da presença e do diálogo entre todas as vozes possíveis, as das partes e as das não-partes, portanto, que constituem as lutas feministas.

Para além dessas fronteiras, buscando superar esses entraves e também a operacionalidade permanente de instituições opressoras, há que se pensar a ideia efetiva de uma teoria política feminista a partir de um projeto epistêmico que tem se desenvolvido criativamente no Sul global, um campo aberto às porosidades e às diversidades feministas aqui existentes. Essa é a proposta do próximo Capítulo: realizar a articulação desse novo projeto do Sul com o da teoria política feminista discutida em sua forma e estrutura até aqui delineadas, dando destaque aos/as sujeitos/as, ao posicionamento teórico e político através das localizações destes/as dentro desse campo discursivo. Por fim, propõe-se articular também aqui as contribuições do feminismo do Norte global com as inovações do pensamento feminista

nuestroamericano (GARGALLO, 2010), visando-se entender da forma a mais ampliada possível “a” política também para esses feminismos.

CAPÍTULO 3

**A “TEORIA POLÍTICA FEMINISTA” ENTENDIDA
ATRAVÉS DOS SEUS “NÓS”: AS DIMENSÕES,
CONEXÕES E RUPTURAS**

“Enfim. Esses são os cenários de emprego doméstico, de servidão e escravidão que se perpetuam e ainda que mudem de denominação seguem se desenvolvendo ali. Nestas cozinhas onde são tecidas e teceram as cenas de dominação patriarcal que entrecruzam classe, gênero e raça para as mulheres negras, nos faz pensar o que temos chamado ‘**A cozinha como um teatro de dominação patriarcal**’. E acreditamos que os testemunhos de mulheres dão pistas de ações libertárias, solidárias, de **caminhos possíveis que atrevemos a propor**. Uma organização gremial das trabalhadoras domésticas, a partir da criação de redes, não só para resistir, mas para procurar o desaparecimento das condições desumanas deste teatro ou deste teatro em si, bem como a capacidade de agir em outros cenários mais dignos e equitativos, a partir da necessidade de **reconhecimento social e ação transformadora** ante ao nocivo sistema patriarcal e que isso possa levar à reivindicação do **lugar das mulheres negras na sociedade**, que é essencial para que se possa realmente vivenciar o pós-colonialismo para a grande variedade de mulheres racializadas na América e no mundo. Esse é o nosso sonho, por ele **re-existimos** com o nosso trabalho de organização de Cali, Colômbia”⁹⁴(MORENO; MUÑOZ, 2014, p. 12, negritos das autoras, tradução nossa).

Uma voz que antes era subalterna. Enquanto subalterna não poderia falar, como já havia colocado Gayatri Spivak (1985). Porém, hoje uma voz escutada, através das palavras que se registram em um artigo acadêmico. As palavras de Cristina Moreno, uma das autoras do artigo, representavam o abismo, as fendas que o “nó do poder” articulado ao “nó do saber” criaram e impossibilitaram, por muito tempo, de serem escutadas. Na apresentação do seu trabalho no “*II Congreso de Estudios Poscoloniales y III Jornadas de Feminismo Poscolonial*”, em dezembro de 2014, na cidade de Buenos Aires, a plateia formada por estudiosos de diversas áreas se calou diante desta voz; todas e todos ali presentes queriam realmente escutá-la. O limite de tempo e o corte de sua fala não poderiam ser aplicados, quando os pedidos por mais explicações ou relatos da visão de sua *experiência* expunham o aprofundamento sobre a vivência que na articulação de suas palavras conseguia contar para os outros os seus saberes enquanto subalterna. Ali teoria feminista afluía como uma forma de luta política, articulando-se por fim os “nós feministas”. Aquela pesquisadora-subalterna, falando do Sul do Sul, para aquela audiência atenta, mas em sua maioria ainda

⁹⁴ Versão original em espanhol: “En fin. Son esos escenarios de empleo doméstico, de servidumbre y esclavitud que se perpetúan y que aunque cambien de denominación siguen desarrollándose allí. En esas cocinas donde se tejen y han tejido las escenas de dominación patriarcal que entrecruza clase, género y raza para las mujeres negras, lo que nos hace pensar en esto que hemos llamado ‘**La cocina como un teatro de dominación patriarcal**’. Y creemos que los testimonios de las mujeres dan pistas desde acciones libertarias, solidarias, de **caminos posibles que nos atrevemos a proponer**. Uno desde la organización gremial de las trabajadoras domésticas, desde las conformación de redes no solo para resistir, sino para la búsqueda de la desaparición de las indignas condiciones de este teatro o de este teatro en si y otros, y de la posibilidad de actuar en otros escenarios más dignos y equitativos, desde la necesidad de **reconocimiento social y acción transformadora** ante lo nocivo del sistema patriarcal y que esto conlleve a la **reivindicación del lugar de las mujeres negras en la sociedad**, que es fundamental para que se pueda vivenciar realmente el pos-colonialismo para la gran variedad de mujeres racializadas en América y en el mundo. Ese es nuestro sueño, por el **re-existimos** con nuestro trabajo organizativo desde Cali, Colombia.”

formada por feministas brancas e brancos, demonstrou, mais uma vez, a necessidade da abertura para mais diálogos nesse campo do conhecimento. O que é necessário e urgente seria, no ato de tecer o saber feminista, a possibilidade de um “emaranhado nodal” em que as partes e as não-partes fizessem, conjuntamente, tanto em conexões como em rupturas, o trabalho de amarrações e desatamentos dentro desse campo do conhecimento.

Deve ser ressaltado que, muitas vezes o que teria sido autointitulado como “teoria política feminista” foi um campo de autocitações centrado na produção quase exclusiva da academia anglo-saxã, que indiretamente Susan Okin (1992) acabou expondo, já que este seria um campo disciplinar dentro da teoria política que necessitou em certo momento da mobilização de um restrito grupo inicial de autoras que se reuniam periodicamente e fizeram o campo crescer. A partir disto percebeu-se a endogenia e a prática recorrente de autocitações internas a esse campo. Ainda que esta fosse uma estratégia de consolidação disciplinar dentro da teoria política e da filosofia política, o centramento da produção do conhecimento e do saber feministas em um lócus específico aboliria a importância, relevância e, principalmente, a utilidade de uma “teoria política feminista”. Acabaria esta se tornando, mais uma vez, uma hegemonia dentro do campo disciplinar, fazendo-se, de novo, o uso arduo das ferramentas do opressor e dominador, ou seja, do *male-stream* da teoria política.

Hoje, então, pelo trabalho desenvolvido nesta Tese, depois da exposição de uma miríade de elementos que informam sobre esse campo do conhecimento, faria sentido entender e definir a *teoria política feminista* como *uma estratégia discursiva e de produção de conhecimento, que informa e é informada pela práxis do ativismo político e das múltiplas e diferentes experiências e relações entre as/os atrizes/atores dentro desse campo, que busca, ainda que na sua acomodação disciplinar dos campos que faz parte, a saber, a filosofia e a teoria política, o reconhecimento definitivo destas áreas por poder informar outra visão e entendimento sobre “a” política*. Esse esforço deve ser ampliado, inclusivo e informado, já que esse tipo específico de saber é consequência de articulações locais e globais, envolvendo permanentes disputas de poder, como também abrangendo uma multiplicidade política de atrizes/atores em esferas variadas.

Essa compreensão sobre teoria política feminista corresponderia, então, ao que Elizabeth Frazer (2008) argumentou, referindo-se às fronteiras do político (*political*) no entendimento de como se poderia compreender esta teoria, apresentando a seguinte distinção: a *teoria da*

política para referir-se à distância teórica entre o teórico/a e sua atividade de teorização e o objeto de sua teoria; e, a *teoria política*, que tem o político como predicado da teoria, uma teoria que tem efeitos políticos, ou então que se inscreve em um contexto político, ou ainda um conhecimento que poderia reverter-se em uma intervenção política definitiva. No entendimento de teoria política feminista, esta é, ao mesmo tempo, *teoria política* e visa se estabelecer como *teoria da política*. Essa ideia aproxima-se às colocações de Marta Lamas (2011, p. 125-126, itálicos da autora, tradução nossa), entendendo que “[...] teoria *per se* é valiosa, ela se torna uma ferramenta para aquelas de nós no movimento político para nos moldarmos como participantes, e não como adversários, numa conversação.”⁹⁵.

Dessa forma, há que se entender e explorar as fendas, os “nós” e as fronteiras nas mais variadas concepções feministas, principalmente através do entendimento sobre as relações de aproximação e apropriação dos diversos saberes feministas. O que aqui se quer chamar a atenção e colocar em evidência é a abertura para o surgimento de vozes que (a)o tecer das relações foi criando e costurando, principalmente com a apropriação de um discurso sobre as diferenças dentro da diferença. Diante disto, abriu-se a possibilidade da afirmação teórica feminista de uma epistemologia das fronteiras e de novos questionamentos que o trânsito conceitual gerou e ainda gera. Quer dizer, essas novas configurações feministas radicalizariam a transposição e tradução de conceitos, pois, o ser “passivo” de recebimento desse pensamento passa a questionar a sua própria posicionalidade no escopo da constituição e construção desses discursos (ALVAREZ; COSTA, 2013, 2014). Enfim, a atual compreensão para se entender *a teoria política feminista é que ela teria que se abrir ou que estar permanentemente aberta para a possibilidade de novos saberes, novos posicionamento e novas práticas e agência nos discursos*.

As perspectivas e as condições da subalternidade latino-americana, ou do “terceiro feminismo” (BIDASECA, 2012, 2014), através da busca por teorizar a “experiência”, o “conhecimento situado” e a “localização”, como também ao questionarem estruturas e conceitos previamente e “racionalmente” definidos por um projeto moderno ocidental, no entendimento e interpretação aqui defendidos, buscariam se articular hoje como projetos epistemológicos alternativos de uma renovada teoria política feminista do Sul, repensando (e negando algumas vezes) o diálogo com o Norte global e recuperando ou criando novos e

⁹⁵ Versão em inglês: “Although theory *per se* is valuable, it becomes a tool for those of us in a political movement to mold ourselves into participants, rather than adversaries, in a conversation.”.

outros diálogos a partir do Sul global.

A proposta de uma “epistemologia do Sul” feita por Santos (1995, 2008), procura repensar o conhecimento produzido pelo Norte e traduzido pelo Sul através da “experiência do contato” – que é uma experiência de limites e fronteiras. Então, rever a tradução e a “representação” do Norte significaria produzir conhecimentos próprios e diferentes daqueles que foram fornecidos pelo *mainstream* ocidental, moderno, capitalista, cartesiano, patriarcal etc. O que se tem visto por e através da experiência dos feminismos latino-americanos configuraria o “emaranhamento nodal feminista”, de articulação dos “nós” saber/poder/política, apresentados por autoras latino-americanas, como Sonia Alvarez (2000, 2014) e Marlise Matos (2008, 2014, 2015). Aqui também se deve chamar a atenção para a noção de “pluriversal” proposta por Marlise Matos (2012), numa tentativa de se aliar ao pensamento crítico feminista as noções multiplicadas e repensadas dos sujeitos pela pós(des)colonialidade. Segundo a autora:

“Ao contrário dos universais abstratos das epistemologias euro-anglocêntricas, que subsumem/diluem o particular no que é indiferenciado, o pluriversal aqui apresentado enquanto campo crítico-emancipatório das diferenças é um universal descolonializado, que respeita e acolhe as múltiplas particularidades locais nas lutas contra o patriarcado, contra o racismo, a misoginia, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, o próprio capitalismo como ele está, na colonialidade e na modernidade euro-anglocêntrica.” (MATOS, 2012, p. 94).

A compreensão de uma lógica Saber/Poder, através da visão genealógica de Foucault (2005), permite o entendimento sobre a renovadora “insurreição dos saberes” que acontecem desde o Sul e se rebelam contra as regras que estipulam e determinam o dentro/fora sobre o campo do conhecimento, procurando de partida negar toda e qualquer centralização de poder, no caso específico da teoria política feminista, sobre uma visão feminista exclusiva sobre “a” política.

Quando as/os silenciadas/os, subalternizadas/os, passam a ter voz, iniciam também a constituição própria de saberes e conhecimentos. Mas enquanto esses/as sujeitos/as eram simplesmente “objetos”, a amarração nodal Saber/Poder não era/foi questionada. O chamado “giro decolonial”, que de acordo com Balestrin (2013, p. 105), “[...] significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade

[...]”. Este termo proposto por Maldonado-Torres (2005) se refere a esse movimento de radicalização latino-americano. São essas “feridas”, “rachaduras” e “rompimentos” que caracterizarão o movimento à busca por um saber localizado latinoamericano, próprio, mas que se permite articular através de “novidades”: “novos” conceitos, “novos/as” formas de se entender os/as sujeitos/as. As dinâmicas dos/as sujeitos/as dentro dessa compreensão genealógica seriam práticas de democratização discursiva, visando-se à superação de um conhecimento autocentrado e fechado no universo acadêmico anglo-saxão, ou seja, um projeto emancipatório das epistemologias do Sul visaria a superação de muitas fronteiras criadas pela matriz da colonialidade do poder, como pela colonialidade do saber (MIGNOLO, 2010).

Até agora, percebe-se a partir de uma compreensão genealógica do saber, que a fronteira Norte/Sul global caracterizou uma relação de Saber/Poder e que, através das denúncias realizadas pelas epistemologias do Sul e pela proposta descolonial do feminismo, verificou-se que possivelmente a configuração das contribuições teóricas sobre o conhecimento político do feminismo a partir do Norte hegemonizou um posicionamento de poder no campo. A partir dessa compreensão, seria a teoria política feminista ocidental e hegemônica colonizadora do(s) feminismo(s)? Seria ela, então, “o patriarca” do(s) feminismo(s)?

A relação entre a teoria política feminista do Norte/Ocidental/Hegemônica com os posicionamentos contra-hegemônicos dentro do próprio Norte e, ainda, com os saberes do pensamento político feminista do Sul foi marcada pela ausência de pontos de convergência ou nodais – conforme a noção de Laclau e Mouffe (1987 [1985]). Dessa forma, a prática de tradução, como realizada através das relações entre o Norte e o Sul global pode ser compreendida, como propõem Sonia Alvarez e Cláudia Lima Costa (2013, p. 584), “[...] como uma catacrese, ou seja, como um uso sempre já equivocado de palavras, uma impropriedade e inadequação inerente a todo e qualquer o sistema de representação.”. Diante dessa situação, dessas possíveis fissuras no saber, fica evidenciada a falta de compreensão, ou mesmo incompreensão, sobre as diferenças e diversidades dos próprios feminismos, por carecer de um deslocamento do saber/conhecimento através das fronteiras, transcorrendo em vias de mão-dupla, Norte/Sul, que poderiam ser possibilitados por uma “[...] um tráfico despudorado das teorias e práticas feministas [...]” (ALVAREZ; COSTA, 2013, p. 584).

As noções distorcidas sobre os diversos feminismos podem ser desconexões epistemológicas,

equivocações e/ou más traduções. Com isso, Cláudia Lima Costa (2000), ao expor questionamentos acerca das rotas pelas quais conceitos e teorias do feminismo viajam nas Américas, bem como as formas como estes são traduzidos nestes contextos geográficos e históricos, traz para a compreensão sobre essas relações Norte/Sul o conceito de “tradução cultural”, oriundo dos estudos pós-coloniais e da antropologia para se referir a um processo pelo qual estaria fortemente imbricada uma profunda assimetria de poder entre povos, culturas e linguagens. Deste modo, denunciam-se, por exemplo, as trocas desiguais entre as periferias e centros metropolitanos, já que aos centros caberia a produção teórica e à periferia a atividade restrita de estudos de caso. Além disso, de acordo com a autora, percebe-se que, cada vez mais, o “tráfego internacional de conceitos” tem enfraquecido substancialmente as relações entre as teorias e os lugares, bem como subvertido a autenticidade e a ordem, já que em consequência dos processos de transnacionalização e transmigração, segundo Cláudia Costa (2000, p. 46) haveria risco elevado de despolitização destas teorias e conceitos:

“Devido à intensa transmigração dos conceitos e valores nas viagens dos textos e das teorias, frequentemente um conceito com um potencial de ruptura política e epistemológica e num determinado contexto, quando trasladado a outro, despolitiza-se.”.

Dessa forma, não há como simplesmente culpabilizar a teoria política feminista do Norte global pelas práticas colonizadoras e patriarcais, sem antes se entender sobre os/as sujeitos/as, bem como sobre o alinhamento a determinadas matrizes/correntes teórico-ideológicas. A busca pela polissemia, pelos descentramentos, para dinâmicas horizontalizadas de poder, conformam os encontros e desencontros das/os diferentes sujeitas/os e pelas várias posicionalidades assumidas dentro dos emaranhados nodais que vão se conformando *na* e *através* da constituição da própria teoria política feminista. Assim, compreende-se que a teoria política feminista articulada a partir do Sul buscaria e poderia tornar-se um campo das novidades e dos múltiplos. De tal maneira, essa Tese buscou também responder a seguinte questão: qual é a diferença entre a teoria política feminista do Norte e a do Sul global? Por isso, faz-se necessário que as/os feministas realmente reivindicuem as suas diferenças e as suas vozes nesses espaços acadêmicos, profanando a “verdade” sacramentada ou localizada em seus lugares e em seus corpos.

As discussões presentes nesse último Capítulo da Tese referem-se, portanto, à conformação da teoria política feminista através dessa renovadora multiplicidade de posicionamentos, entendendo-a a partir: dos/as sujeitos/as do feminismo, pensando na fragmentação e deslocamento sobre esse conceito, resgatando as compreensões sobre a experiência e a localização no Sul, bem as dinâmicas de posicionamento nas dimensões e correntes teóricas, bem como ressaltando as “localizações” existentes no campo; e, por último, o Capítulo após apresentar a dinâmica dos vários e múltiplos posicionamentos teóricos-subjetivos histórico-políticos, busca entender a proposta trilhada nesta Tese, a de articulação e possível apresentação de um conceito de “a” política *para e pelo saber feminista do Sul*.

3. 1 AS/OS SUJEITAS/OS DO FEMINISMO E A EXPERIÊNCIA DO SUL GLOBAL

A multiplicação das vozes e posicionamentos feministas deve levar em consideração o aspecto contigencial, que por um lado inclui a dimensão do local, e por outro a compreensão da localização histórica, fazendo com que a produção de um conhecimento específico, um conhecimento das fronteiras, alçado pelo feminismo se torne uma questão central em sua própria luta política. Dessa forma, para se articular todas essas dimensões é imprescindível a retomada de um “nó” importante: sujeitos/as e experiências. Ou seja, o “nós”/o *nosotros* articulados às concepções de fronteiras e caracterizações sobre o conhecimento-situado. E valer aqui da experiência latino-americana é resgatar algumas das tantas feridas e “veias abertas”, referindo-se a Galeano (2010 [1982]), pelas quais o feminismo do Sul busca se entender, se caracterizar e se re-configurar.

Agora, especificando a importância do “conhecimento situado” e da territorialidade, ou seja, tomando a *experiência* como questão importante e fundamental do “quem”, do/a/s sujeito/a/s feminista/s latino-americano, outra discussão relevante e axial aqui é aquela desenvolvida por Gloria Anzaldúa (1987, p. 195, *itálicos da autora, tradução nossa*⁹⁶), que vai marcar o movimento e o campo de estudo fronteiriço sobre as “*chicanas*” na academia norte-americana feminista:

⁹⁶ Nesse caso específico optou-se em deixar o original, pois o jogo com as palavras e a escrita bilíngue é uma das características de Gloria Anzaldúa.

To survive the Borderlands // Para sobreviver a Fronteira
 you must live *sin fronteras* // você deve viver *sem fronteiras*
 be a crossroads. // ser uma encruzilhada.

A inspiração de Anzaldúa para o feminismo do Sul é incontestável, nesse caso em especial para o feminismo latino-americano. Na sua condição de dubiedade, inconsequências, buscas, desconstruções e questionamentos ao *mainstream* do Norte Global, ao *malestream* da teoria vigente, ao americanismo, ao branqueamento, ao ocidentalismo e imperialismo dos feminismos norte-americano e europeu, as contribuições dessa autora revolucionam a década de 80 e os estudos feministas e de gênero, tanto na literatura, quanto na concepção estruturalista/fronteiriça (na geografia territorial e a dos corpos):

“Deslinguadas. Somos os do espanhol deficiente. Nós somos o seu pesadelo linguístico, sua aberração linguística, sua mestiçagem linguística, o sujeito da sua piada. Porque nós falamos com línguas de fogo, nós somos culturalmente sacrificados. Racialmente, culturalmente e linguisticamente somos órfãos – nós falamos uma língua órfã [...] Eu terei minha língua de serpente – minha voz de mulher, minha voz sexual, minha voz de poeta. Eu superarei a tradição do silêncio.”⁹⁷ (ANZALDÚA, 1987, p. 58-59, tradução nossa).

No campo do conhecimento político, acrescentar-se-iam ainda as distintas contribuições encerradas, por sua vez, na dimensão do lugar ou do aspecto territorial. A notícia sobre o feminismo que hoje causaria espanto não é mais a da queima de sutiãs em praças públicas, mas talvez seja a da condenação de acadêmicas e acadêmicos “istas” por profanação ou pela “cremação” de arcaicas, sexistas, racistas e patriarcais ideias, teses, posicionamentos e obras dos mais respeitados e citados autores humanistas, sejam estes clássicos ou contemporâneos, bem como a palavra feminista, segundo Moi (2006), tem se tornado quase que uma palavra impronunciável. O que torna mais relevante neste caso, é que essa notícia seria veiculada de formas distintas, levando-se em consideração aspectos contingentes, como o local e o sistema político, econômico e ideológico vigentes.

⁹⁷ Versão original em inglês e espanhol: “Deslenguadas. *Somos los del español deficiente*. We are your linguistic nightmare, your linguistic aberration, your linguistic *mestisaje*, the subject of your *burla*. Because we speak with tongues of fire we are culturally crucified. Racially, culturally and linguistically somos huérfanos – we speak an orphan tongue [...] I will have my serpent's tongue – my woman's voice, my sexual voice, my poet's voice. I will overcome the tradition of silence.”.

Segundo Sonia Alvarez (2005, p. 262, tradução nossa), “[o] significado teórico e político das particularidades históricas, práticas específicas, localidades particulares, ficava supostamente subsumido, quando não totalmente apagado, pelas forças mundiais (cada vez mais fantasmagóricos).”⁹⁸. Portanto, retratar o mundo pós-guerra pareceu-nos uma simples tarefa, quando a vigência de um sistema bipolar parecia vingar e o desaparecimento de tal simplicidade após a queda do muro de Berlim simbolizava o falecimento deste sistema. Hoje, após a multiplicação de centros, de blocos econômicos, das lógicas de cooperação e de redes internacionais, o possível regresso à lógica bipolar volta-nos menos clara, porém com mais indicativos de confrontações e emancipações: Norte versus Sul global. Na tentativa de se caracterizar as “políticas do lugar” o embate, ou a diferenciação, entre o feminismo do Primeiro e do Terceiro mundo torna-se uma tensão evidente e transforma-se em uma questão de trabalho axial para o feminismo acadêmico. A partir disso, propõe-se entender as principais dissidências, ou seja, as fronteiras que os ordenamentos e as posições de poder impõem – as posicionalidades no ativismo político desde o Sul.

3.2 DA POLÍTICA QUE “ODEIA” AS MULHERES AO NOVO CONCEITO: “A” POLÍTICA PELO FEMINISMO

31° 44' 22" N 106°29'13"W. Cidade de Juárez (*Ciudad Juárez*) ou “a cidade que odeia as mulheres”. Além de localizar geograficamente talvez a cidade mais perigosa do mundo, tais coordenadas correspondem à fronteira dos sonhos, expectativas, paixões e, porque não, das dores. Essa seria a materialização mais explícita da separação entre o Norte e o Sul Global. O lócus e as contigencialidades envolvidas nele são certamente a expressão de uma fronteira, que não é só física, material, mas que envolve tanto questões transgressoras, como potencializadoras dos corpos, vidas, histórias e também do conhecimento que dali aflora. Há duas décadas, o terror ali se instaurou com os casos que posteriormente ficaram conhecidos e declarados como o “feminicídio” da Cidade de Juárez. Neste contexto, o corpo objetificado da mulher, a depreciação da condição feminina e a negligência estatal alarmam para um fato:

⁹⁸ Texto original em espanhol: “El significado teórico y político de las particularidades históricas, prácticas específicas, localidades particulares, quedaba supuestamente subsumido, cuando no totalmente borrado, por las fuerzas mundiales (cada vez más fantasmagóricas).”

apesar de todas as conquistas feministas nos últimos séculos, há ainda muito a ser feito; a estrutura patriarcal ainda reina no que conhecemos e conclamamos como “a” política. Como nos chama a atenção, Amóros Puente (2008, p. 239, tradução nossa) coloca que é evidente o caso de Juárez porque como “[...] as mulheres, somos o objeto transnacional dos pactos entre os homens, o sangue feminino é o candidato por excelência a selá-los.”⁹⁹. Karina Bidaseca (2010) ainda acrescentaria que:

“Certamente, a mulher é na Índia, nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar, a *subalterna do subalterno*. É objeto de apropriação do homem; seu corpo, o território soberano da conquista. E esse corpo como símbolo transcende os tempos históricos, as guerras ou as mensagens mafiosas. Como ontem na Índia e nos Estados Unidos, hoje, na Cidade de Juárez, o corpo feminino é *troféu*.” (BIDASECA, 2010, p. 15, tradução nossa, itálicos da autora).¹⁰⁰

Diante dessa exposição sobre a dura e triste realidade, essa trama de acontecimentos revela-nos a miríade de questões envolvidas nestes acontecimentos. Como bem nos aponta Rita Segato (2005, p. 268-269), há talvez interligações entre todos os crimes e o que se sobressai disto é que há uma forte relação dos fatos com as esferas políticas estatais. De acordo com a autora:

“É como se círculos concêntricos formados por uma variedade de agressões ocultassem em seu interior um tipo de crime particular, não necessariamente o mais numeroso, mas sim o mais enigmático por suas características precisas, quase burocráticas: seqüestro de mulheres jovens com um tipo físico definido e em sua maioria trabalhadoras ou estudantes, privação da liberdade por alguns dias, torturas, estupros ‘coletivos’ – como declarou no fórum o ex-chefe de perícia Oscar Máynez mais de uma vez –, mutilação, estrangulamento, morte certa, mistura ou extravio de pistas e evidências por parte das forças da lei, ameaças e atentados contra advogados e jornalistas, pressão deliberada das autoridades para culpar bodes expiatórios claramente inocentes, e continuidade ininterrupta dos crimes desde 1993 até hoje. A essa lista soma-se o fato de que nunca nenhum acusado pareceu verossímil para a comunidade e nenhuma ‘linha de investigação’ demonstrou resultados.”

Da perspectiva desta mesma fronteira, alguns anos antes dos acontecimentos relativos ao

⁹⁹ Texto original em espanhol: “[...] como las mujeres somos el objeto transnacional de los pactos entre los varones, la sangre femenina es la candidata por excelência para sellarlos.”

¹⁰⁰ Texto original em espanhol: “Por certo, las mujer es em la India, em Estados Unidos o em cualquier outro lugar, la *subalterna del subalterno*. Es objeto de apropiación del hombre; su cuerpo, el territorio soberano de la conquista. Y ese cuerpo como símbolo trasciende los tiempos históricos, las guerras o los mensajes mafiosos. Como ayer en la India o en los Estados Unidos, hoy, en Ciudad Juárez, el cuerpo femenino es *trofeo*.”

feminicídio, que cabe ressaltar que já completam duas décadas, Gloria Anzaldúa (1987) denunciava a fragmentação do/a sujeito/a visto/a pela e através das fronteiras, sob a ótica da “chicana” ou da “mestiza”. Para esta autora, a ideia de fronteira assim se caracterizaria:

“A fronteira EUA-México *é uma ferida aberta* onde o Terceiro Mundo se resvala contra o primeiro e sangra. E antes que uma crosta se forme ele hemorragia-se novamente, sangue vital de dois mundos que se fundem para formar um terceiro país – uma cultura de fronteira. Fronteiras são configuradas para definir lugares que são seguros e inseguros, para distinguir o *nós* do *eles*. A fronteira é uma linha divisória, uma estreita faixa ao longo de uma borda íngreme. A fronteira é um lugar vago e indeterminado criado pelo resíduo emocional de uma fronteira não natural.” (ANZALDUA, 1987, p. 3, itálicos da autora, tradução nossa)¹⁰¹.

Diante do que já foi apresentado, pode-se tentar responder à questão: por que partimos do enfoque na América Latina? Certamente esta é a região geográfica onde o machismo, o patriarcalismo e a cultura religiosa herdada se arrastam historicamente até os dias de hoje e ainda influenciam e moldam o pensamento político e social (ALVAREZ, 1990). Diante desse modelo, ainda colonial, se conformou uma amálgama que gera e gerou uma reação em cadeia por todo o continente, pelo qual se possibilitou a reação das minorias políticas e sociais, tendo como consequência a emergência e criação dos movimentos de mulheres e feministas. Tal condição subalterna política, cultural e social se aproxima em todos os países e, assim, permite algumas generalizações, porém, não se deve esquecer as diversidades e diferenças presentes em cada país e região desse vasto continente. Caberia aqui utilizar a ideia de “Terecer feminismo”, ou terceiro feminismo, proposta por Bidaseca (2012) sobre o movimento feminista do Sul a partir das epistemologias de fronteiras:

“O terceiro feminismo que proponho pensar é aquele que, conseguindo interpelar a toda sociedade sobre as violências contra o gênero, se inscreva em uma genealogia da memória pós-colonial, que precisa recuperar uma memória epistêmica que não omite as contribuições do feminismo chicano (o sul do norte) mas que se situe em nosso Sul. Entretanto, as políticas da memória que o movimento feminino necessita construir resistem ao espiral do silêncio e ao labirinto temporal. A objeção da

¹⁰¹ Gloria Anzaldúa utiliza-se da escrita bilíngue para literariamente e graficamente apontar as fronteiras linguísticas e físicas entre os Estados Unidos e o México. Versão original em inglês e espanhol: “The U.S.-Mexican border es *uma herida abierta* where the Third World grates against the first and bleeds. And before a scab forms it hemorrhages again, the lifeblood of two worlds merging to form a third country – a border culture. Borders are set up to define places that are safe and unsafe, to distinguish *us* from *them*. A border is a dividing line, a narrow strip along a steep edge. A borderland is a vague and undetermined place created by the emotional residue of an unnatural boundary.”

violência nos cadáveres de mulheres jaz na base de onde se apoia e despona a ordem social falocêntrica.” (BIDASECA, 2012, p. 42, tradução nossa)¹⁰².

Outra questão presente durante o ato de tecer os argumentos desta Tese seria resgatar a contribuição de Julieta Kirkwood (2010 [1985]), que aponta que haveria que se pensar, a partir da América Latina, a questão dos “nós” políticos feministas, formas de ataduras, conjunções, que surgiram a partir dos encontros feministas e que é, sem dúvida, uma conquista de espaço político para as mulheres através da interlocução entre feministas militantes/autônomas e mulheres políticas, além do que poderíamos acrescentar, o feminismo acadêmico, já que este tange e flerta com ambos posicionamentos nesse campo. Os “nós” feministas, como apontados por Kirkwood (2010 [1985]), estão e estarão presentes quando surgirem interações entre distintas divisões de mulheres, entre feministas militantes e políticas, entre diferentes encontros, que ainda estarão presentes e que persistem ao tempo. Isto pode ser desfeito com o saber e poder. O que ocorre é que não haveria diante disto um consenso a respeito da noção do que é a feminilidade e do que é o ser mulher para a agenda desses grupos e deve-se atentar como isso se traduziria na política e nas políticas públicas (MASSON, 2007).

Para discutir a questão relativa à experiência do movimento feminista latino-americano e como os conceitos foram sendo (re)pensados caberia, apresentar aqui algumas dos passos históricos que confluíram para esta construção, resgatando as principais ondas do movimento feminista na América Latina. O intuito é o de apontar a disputa entre feministas “políticas” e “autônomas” e, por último, apresentar os novos desafios colocados frente à globalização e à transnacionalização do feminismo, a partir das contribuições deste continente. Toma-se aqui, principalmente, o feminismo brasileiro como base e referência para algumas das discussões sobre “a” política e “o” político, como também a sua própria história, pois segundo entende parte significativa da literatura que trata deste percurso, este seria o movimento mais bem-sucedido da América Latina (JAQUETTE, 1989; ALVAREZ, 2000 [1998]; CARNEIRO, 2006).

¹⁰² Texto original em espanhol: “El Tercer Feminismo que propongo pensar es aquél que logrando interpelar a la sociedad toda sobre las violencias contra el género, se inscriba en una genealogía de la memoria poscolonial, que necesita recuperar una memoria epistémica, que no omita las contribuciones del feminismo chicano (el sur del norte) pero que se sitúe en nuestro Sur. Entretanto, las políticas de la memoria que el movimiento femenino necesita construir resisten a la espiral del silencio y al laberinto temporal. La abyección de la violencia en los cadáveres de mujeres yace en la base donde se apoya y apuntala el orden social falocéntrico.”.

O feminismo deve ser entendido “[...] como um *campo de ação* expansivo, policêntrico e heterogêneo que abarca uma vasta variedade de arenas culturais, sociais e políticas.” (ALVAREZ, 2000 [1998], p. 386). Ademais, é importante lembrar que o ativismo feminista conflui com a “redescoberta do político” pelos movimentos sociais através de uma esfera própria potencialmente pluralista que, por sua vez, reavalia e procura repor a democracia liberal. As diferentes formas de Estados, compreendidos como um conjunto de instituições políticas e práticas com consequências poderosas induzem diferentes significados na vida dos cidadãos e cidadãs, isto é, a América Latina, especialmente a partir de seus Estados autoritários e de seus Estados dependentes produziu reações no âmbito da sociedade civil distintas de outros países que possuíam/em Estados previdenciários, democráticos ou de bem-estar.

Ao se analisar as “ondas” do feminismo, e a experiência de outras inânimas na América Latina procuraram demonstrar as distintas formas de ação e as diferenciadas dinâmicas desse movimento e de suas agendas (e não seria somente uma questão de agenda – já que entende-se ela própria como sendo bastante fluida). No decorrer destas ondas, pôde-se constatar que, definitivamente, o feminismo se pluralizou, abrindo espaço para a atuação em diversos âmbitos: militantes partidárias, mulheres negras, intelectuais, militares clandestinas, “mães”, líderes de movimentos populares, diretoras e servidoras de órgãos governamentais, até teólogas. De acordo com Aguiar (2009), a experiência que tem sido vivenciada pelo feminismo, pelo menos nas últimas duas décadas o nutre com o “[c]ontato internacional e intercâmbio [pois oferece] a oportunidade de acesso a diferentes formas de comportamento que são distintos daqueles determinados no âmbito da própria cultura”, além do que também “[...] objetivam alcançar uma série de objetivos feministas, em lugar de buscar atingir um único propósito.” (AGUIAR, 2009, s/n). As redes feministas aqui então configuradas envolvem o trabalho de organizações não-governamentais e de base, bem como estão engajadas na produção do conhecimento (SCHILD, 2000 [1998]). Segundo Alvarez (2000 [1998]), os processos de Beijing (1995) fizeram com que se deflagrasse no continente: (i) a circulação dos discursos feministas e a multiplicação dos espaços e lugares de atuação; (ii) a absorção de elementos das agendas e discursos feministas por algumas instituições culturais dominantes, organizações paralelas da sociedade civil, política e Estado, além do *establishment* internacional do desenvolvimento; (iii) a ONGuização, especialização e profissionalização de alguns setores do movimento; (iv) a articulação e formação de redes; e

(v) a transnacionalização dos discursos e práticas do movimento feminista.

Vinculando-se um conjunto de questões conceituais é possível perceber que, a cada onda, emergiria um conflito ao se abordar “a” política: negando-a por ser “essencialmente” masculina ou, ao contrário, aceitando-a como um espaço para ser efetivamente explorado e transformado. Há também a necessidade de menção às diferenças existentes entre as feministas que acreditam que a luta das mulheres deve ser travada dentro do Estado e dos partidos – aquelas consideradas políticas ou “independentes” – e aquelas que acreditam na autonomia e que a luta deva se deter exclusivamente no âmbito do movimento – as “autônomas”. De forma geral, “[a] maioria deu as costas para o Estado e evitou a arena política convencional – considerada então (com razão) excludente, opressiva, inimiga de todas as reivindicações de justiça social, sem falar da justiça de gênero.” (ALVAREZ, 2000 [1998], p. 387). Por outro lado, importa destacar que o discurso relativo à necessidade de se adentrar os espaços formais da política (os “espaços de poder”) poderia possibilitar uma prática feminista mais integrada, já que as feministas impactariam e transformariam, de dentro, os discursos e as práticas político-culturais dominantes. Esse embate remete-nos a duas concepções possíveis sobre “o” político e discutidas nos capítulos anteriores: aquele relativo à política cultural retratada em íntima relação com os movimentos sociais; e, o político com feições schmittianas, representado por um antagonismo entre inimigos, como parece estar colocado o debate que envolve a relação entre as feministas autônomas e o Estado.

O projeto de um “feminismo horizontal” – que se caracteriza para Heilborn e Arruda (1995, p. 20) na descentralização e autonomia da cultura feminista frente a outras agências, implodindo as hierarquias existentes dentro do próprio movimento, valorizando a participação direta, o “não-monopólio da palavra, ou informação”, enfim, se horizontalizando de forma complacente aos princípios de organização própria da democracia radical – foi, aos poucos, sendo substituído pela especialização e profissionalização, o que Alvarez (2000 [1998]) chama de “ONGuização”, já que haveria uma dificuldade do feminismo horizontal em realizar as tarefas de produção de conhecimento especializado. Por isso, pode-se notar, ao passo de uma nova onda (MATOS, 2010, 2014), que:

“A ONGuização e a transnacionalização do campo feminista latino-americano levou

um número crescente de feministas a privilegiar alguns espaços da política feminista, tais como o Estado e as arenas políticas internacionais, em relação aos esforços de transformar as representações predominantes de gênero, enfatizar as mudanças de consciência e promover a transformação cultural por meio de atividades de organização e mobilização das bases locais.” (ALVAREZ, 2000 [1998], p. 416).

A dinâmica atual do movimento feminista, então, poderia ser traduzida em três formas de presença com êxito em distintas áreas, como Marta Lamas (2000) apresenta: (i) a profissionalização do movimento, especializando-se em áreas temáticas, oferecendo suporte para as demandas políticas (principalmente por políticas públicas); (ii) a legitimação, tanto acadêmica como política, da perspectiva de gênero, adentrando em espaços acadêmicos; e, (iii) a consolidação do discurso sobre a mulher no âmbito público. De tal forma, a quarta “onda”, que estaria sendo vivenciada atualmente pelos movimentos feministas na América Latina (principalmente os brasileiros), orientar-se-ia, segundo Matos (2010), para a conformação de “circuitos de difusão feminista” que têm sido operados a partir de distintas correntes horizontais do feminismo, as quais se orientariam em direção às diversas arenas paralelas de atuação dos movimentos no âmbito da sociedade civil, como também, a partir das fronteiras existentes entre a sociedade civil e o Estado. Esse momento é, sem dúvida aquele que Marta Lamas (2000, p. 5, tradução nossa) chama a atenção: “[m]uitas feministas já funcionam mais a partir de realidades políticas do que de posturas ideologizadas: assumem a dimensão pragmática da intervenção política e começam a manifestar paixão por negociar conflitos.”.

Ainda que as conquistas proporcionadas por essas transformações internas sejam louváveis, algumas contendas tendem ainda a permanecer, como visto que, segundo Verônica Schild (2000 [1998], p. 168), “[...] a integração política de algumas mulheres está se fazendo às custas da marginalização de outras. As lutas pela articulação dos direitos das mulheres dentro do Estado envolvem as mulheres de modo diferente [...]”. Desta forma quais seriam as saídas possíveis para tais problemas – “Quem tem o direito de definir os termos das lutas das mulheres?” (SCHILD, 2000 [1998], p. 170). Uma saída possível seria democratizar as relações de dentro do movimento, visto que:

“Embora as muitas mulheres diferentes que transitam dentro do campo latino-

americano ainda ‘se reconheçam’ mutuamente como tal – mesmo quando põem em questão a ‘legitimidade ontológica’ da ‘outra’ –, estão se forjando novas hierarquias e relações de poder dentro desse campo vasto e complexo e os parâmetros de legitimidade, interlocução, responsabilidade e representação são continuamente renegociados e contestados.” (ALVAREZ, 2000 [1998], p. 416).

Em geral, poder-se-ia dizer, de acordo com Marta Lamas (2000) – que estabelece como parâmetro de suas considerações as experiências no âmbito do feminismo mexicano –, que a dimensão conceitual sobre o político, ou estaria ligada à concepção de que tudo é político – estando, assim, vinculada ao exercício do poder –, ou vinculada estreitamente à ideia de negociação e gestão. Ao associar-se o poder político com uma ideia da política entendida em seu modo tradicional, ligada ao privilégio masculino, algumas ativistas rejeitaram ou desprezaram as atividades desenvolvidas nos espaços de gestão ou de negociação política. E, mesmo ao assumir uma concepção totalizante onde o “pessoal é político”, a corrente “autônoma” do feminismo resistiu em se inserir na dinâmica política nacional. Na medida em que foi sendo aceita a diferença sexual no trabalho político das organizações, o movimento percebeu que o seu avanço também passaria por uma participação maior nas instâncias governamentais e partidárias (LAMAS, 2000, p. 5-7). Além do mais, nos palcos supranacionais (encontros, conferências, fóruns), a política foi sendo descaracterizada como “dominação masculina”, e passou-se a compreendê-la “como liberdade” (ARENDDT, 2007b [195?]), ou, a partir da chave em uma grande aposta: a de se pensar a política como tradução.

O que se quer enfatizar é que é perceptível a passagem da afirmação de um modo antagonístico para referir-se ao político para o seu entendimento e interpretação a partir de novas formas de se pensar, agora agonisticamente, as lutas entre amigos. Segundo Lamas (2000, p. 7, tradução nossa) “[...] este passo, de uma visão da política como prática masculina, a uma reivindicação da política como algo próprio e necessário, marca o processo de alguns grupos feministas que expressam uma crescente profissionalização da intervenção feminista na vida pública e corresponde a uma transformação no imaginário político.”. Permanece, então, a aposta: é a “[...] primeira vez que se faz possível e até palpável vislumbrar e reconhecer a ideia do fluxo, do trânsito movimentalista. Quem sabe com esse outro inovador dinamismo não seja concretizável o sonho da superação das injustiças que ainda corroem nosso mundo.” (MATOS, 2010, p. 19). Nesse sentido, a percepção da realidade das diversas interseções do movimento feminista latino-americano com a política direcionaria a procura

por modelos mais complexos e que realmente contemplem essas necessidades e práticas.

Estudos sobre as ações afirmativas e a representação das mulheres foram realizados por Alejandra Castillo (2011) que se propõe pensar que o feminismo seria uma política “do múltiplo”. Segundo ela, deveria haver dois tipos de ação: as “políticas de ações afirmativas” e as “políticas de interrupção”. As políticas de ação afirmativa seriam aquelas que como poderíamos relatar trataram da ideia da política da presença (PHILLIPS, 1994) e que se centraram na ênfase à ideia de uma “mulher” feminina e cuidadora, portadora da essência do cuidado. Para Castillo, por outro lado, teríamos também as políticas de interrupção, onde as mulheres propõem um questionamento ao modo moderno da política, como fizeram Anzaldúa (1987) e Kirkwood (2010 [1986]), já que o que foi realizado até agora teria sido pouco, como ela própria assinala:

“[...] não se pode ser feminista somente habitando nas margens: habitando a tranquilidade da margem da história (na escritura da ‘outra história’); habitando as margens da língua (na audácia da criação de outras falas, quase sempre dos sentimentos); habitando, por último, as margens do poder (na crença de políticas da diferença).” (CASTILLO, 2011, p. 23, tradução nossa)¹⁰³.

Castillo (2011) demonstrou, assim, que as políticas da interrupção devem ser um jogo complexo entre o universal e o particular, das margens até o centro; deve-se então retomar a ideia dos “nós feministas” de Kirkwood e também deve-se reinventar a política como um todo e por isso não poderia haver uma política específica de interesse, mas sim um projeto de transformação total. Desse modo, o feminismo trabalharia numa zona fronteira do pensamento, realizando a tradução do pensamento político, substituindo as grandes teorias e suspeitando dos universais hegemônicos.

De maneira geral, poderia ser dito que o reflexo da prática do ativismo político feminista dever-se-ia ser e estar projetado num modelo teórico político que, inclusive, seja capaz de repor a luta por direitos, cidadania, justiça social conjugada com as práticas e instituições

¹⁰³ Texto original em espanhol: “No se puede ser feminista sólo habitando en los márgenes: habitando la tranquilidad del margen de la historia (en la escritura de la ‘otra historia’); habitando en los márgenes de la lengua (en la audacia de la creación de otras hablas, casi siempre de los sentimientos); habitando, por último, en los márgenes del poder (en la creencia de políticas de la diferencia).”

democráticas. Essa necessidade partiria de um “querer-saber”, que segundo a socióloga chilena Julieta Kirkwood (1985, p. 66, tradução nossa), “[...] surge quando se constata a não correspondência entre os ‘valores’ postulados pelo sistema e as experiências concretas reais humanas.”. Sem o desejo pelo conhecimento sobre “a” política e “o” político, ao feminismo restaria, ou aceitar que as mulheres não lutariam e depreciariam o poder, ou, então, lutar especificamente por direitos (KIRKWOOD, 1985). Para Kirkwood (1985, p. 67, tradução nossa), não haveria um “[...] modelo alternativo válido para desafiar o paradigma patriarcal, o conhecimento que temos vestido e adornado.”, porém, a partir do papel político do ativismo feminista e entendendo que a teoria antecederia e procederia a ação, para Breny Mendoza (2009, s/n):

“Como toda construção teórica inserida dentro da lógica da colonialidade do poder, o eurocentrismo e o masculinismo, a construção de uma nova teoria feminista latino-americana passa primeiro por uma desconstrução da teoria feminista ocidental, que até agora tem assentado as pautas do pensamento feminista latino-americano, e, logo se reconstruir como uma teoria feminista descolonial e pós-ocidental pautada desta vez por seu próprio contexto geopolítico-cultural.”.

Ao se tratar neste paper de um “tráfego” e “tráfico” de teorias (C. L. COSTA, 2000), pôde-se notar que um vínculo foi estabelecido entre as teorias e os subalternos, produzindo por consequência “lugares de apropriação” (FEMENIAS, 2007), que levam ao fraturamento dos discursos hegemônicos do conhecimento político e da própria “teoria política feminista” ocidental. Essa estratégia discursiva, esse “emaranhado nodal” feminista, se daria a partir da compreensão de um movimento vivo, da configuração de galhos e ramos em que os conceitos se conformam e se expandem a partir das articulações que os nós vão desenvolvendo.

Retomando a discussão inicial desta seção, caberia ressaltar que a lógica patriarcal presente no posicionamento dos agressores/assassinos, do Estado, e também, re-presentada na própria configuração da fronteira Norte/Sul global, como as imagens de Juárez demonstram, faz com que a proposta de um conceito sobre “a” política pelo feminismo não seja somente desejável, mas urgente. O que se quer entender aqui é que a dinâmica de articulação sobre as formas de socialização, os pactos e os contratos, deve ser repensada a partir de um/a sujeito/a que se repensa, que problematiza suas próprias condições de existência, mas que, além disso, utilize-se de um recurso conceitual que torne uma ferramenta de transformação, realmente

emancipatória. Como proposto por Kate Millet (1974 [1970]), a compreensão que “a” política envolveria um entendimento centrado sobre as articulações de governos ou Estados na operação de métodos e táticas, a autora conclui que essas medidas são assim elaboradas e desenhadas para a manutenção do controle de um sexo sobre o outro, ou seja, as instituições e representações envolvidas nesse desenho para a permanência e estabilização do patriarcado. Outra compreensão que envolveria a dinâmica institucional e sua limitação para a efetiva “inclusão” das mulheres na política é a de Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014). De acordo com os autores, se os espaços e os direitos permanecerem “[...] *tais como já definidos*, essa inclusão pode colaborar para produzir novas separações e para reproduzir, silenciosamente, as formas de marginalização existentes.” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 150).

Diante destas concepções, caberia então desenvolver as quatro dimensões propostas para a análise conceitual de “a” política, a saber: o conceito central; os conceitos-fronteiras; o eixo de deslocamento; e os conceitos de interlocução.

1. Partindo da lógica patriarcal do entendimento em que o sistema de poder patriarcal define as práticas de coesão, subordinação e dominação por e através das estruturas, operando tanto na esfera pública e privada, um modo proposto de “a” política de tradução é repensar a noção estrutura/sujeito, entendendo a estrutura como dinâmica. Dessa forma, a partir das noções de despatriarcalização (PAREDES, 2011; MATOS; PARADIS, 2014), propostas pelas dinâmicas dos saberes comunitários e pós(des)coloniais, propõe-se uma subversão das ordens comunais, familiares e estatais.
2. Entendendo as relações entre a esfera pública e a esfera privada, “a” política feminista entendida como tradução procura reposicionar os sujeitos em dinâmicas igualitárias e democráticas em ambas as esferas, como nos diz Lamas (2000), a “[...] inclinar a balança política a favor do valor de uso e não da transformação, introduzindo um princípio democrático em cada esfera da vida para construir uma sociedade mais humana.”. Dessa forma, o binômio público/privado não significaria a configuração de espaços com dinâmicas estáticas, fronteiras estanques, separados um do outro; entende-se que as fronteiras são mais fluidas e são afetadas pelas dinâmicas das relações sociais do dentro/fora, democratizando, principalmente, a esfera privada.
3. A dinâmica do poder é entendida através da “tradução” como uma forma de

horizontalidade, multiplicidade de vozes e policêntrica. “A” política como reflexão de relações de poder, passa a transferir a lógica do *sidestream*, da cooperação, do resgate aos laços afetivos e solidários. Resgata-se uma concepção ontológica de “o” político para além das lógicas pensadas através do Sistema colonial de poder.

4. “A” política como tradução resgataria os conceitos políticos e politizados para repô-los numa nova lógica; aberto aos pontos nodais, aos encontros que produzem o múltiplo, a contingência. Cabe ressaltar que o conceito de tradução está aberto às novas modalidades de saberes, aos conceitos politizados.

Enfim, entende-se que a busca pela compreensão do que é “a” política para o feminismo recupera a compreensão da multiplicidade de posicionamentos nos campos discursivos, possibilitando resgatar lugares vazios e, a partir deles articular, através da própria história, da construção do conhecimento e da ação/práxis, refletir sobre as re-presentações (com a marcação efetiva de presenças e vozes), como também a re-configuração do poder sobre as instituições. A partir dessa compreensão, caberia entender que “a” política como tradução se articula a partir da noção de “o” político pretendida com o feminismo, que é a de ampliar a possibilidade de relações *sidestream*, ou seja, uma lógica de poder horizontalizado e compartilhado. Também se permite repensar as relações de poder em outras esferas, buscando politizar as relações que seriam permeadas pelo poder fora das instituições políticas, mas que ainda não eram/são entendidas como “parte” do que era “a” política. Encerra-se essa breve concepção, através das palavras indispensáveis de Kirkwood (1987), como o entendimento da importância de conexão entre os “nós” do saber, do poder e da política, através de uma rebeldia consciente através da prática feminista:

“[...] para rebelar-se deve-se ter consciência da falta de correspondência entre teoria (postulados) e realidade concreta; de como é essa realidade e o que os ‘colchões ideológicas’ que se interpõem entre ambos os termos (que inventa a ordem). A rebelião, para Camus, é ‘o fato do homem informado’; assim, a rebelião do feminismo é o fato das mulheres informadas que tornam consciência de seus direitos como um grupo e decidir atuar.”¹⁰⁴ (KIRKWOOD, 1987, p. 62, tradução nossa).

¹⁰⁴ Versão original em espanhol: “[...] para rebelarse hay que tener conciencia de esa falta de correspondencia entre teoría (postulados) y realidad concreta; de cómo es esa realidad y cuáles son los ‘colchones ideológicos’ que se interponen entre ambos términos (que inventa el orden). La rebelión, para Camus, es ‘el hecho del hombre informado’; así, la rebelión del feminismo es el hecho de las mujeres informadas que toman conciencia de sus derechos como grupo y que deciden actuar.”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

**DESATANDO “NÓS”: O CONHECIMENTO
FEMINISTA E A BUSCA POR UM CONCEITO
NOVO DE “POLÍTICA”**

“Se cuida, se cuida seu machista,
A América Latina vai ser toda feminista”
(MARCHA DAS VADIAS, 2013)

Brasília, 24 de junho de 2013. Em meio às mais diversas manifestações políticas que aconteciam no Brasil, com uma pluralidade de demandas, a Marcha das Vadias se articulou para “tomar” alguns espaços do cenário da capital brasileira. A pluralidade de feminismos ali era evidente, entoada por coros, reivindicações e solidariedade feminista. Mas, quando o eu (cientista político-feminista-burocrata) pode experimentar esses encontros e escutar o “grito de guerra” da Marcha das Vadias, acima citado, entendi naquele momento o que eram os “nós feministas”. A proposta final, que seria aqui a de discutir se há possibilidade de se “desatar” tais “nós”, o eu, que buscou entender a questão da posicionalidade do/a/s sujeito/a/s, as “experiências”, bem como atravessando a *nossa* América Latina, percorrendo e vasculhando os meandros da realidade latino-americana, responderia: não. São os “nós” que nos motivam à multiplicação da compreensão e do entendimento a respeito dos/as sujeitos/as feministas, ao mesmo tempo em que há uma automultiplicação em/de cada sujeito/a através desse processo. Como aprendi nesse processo de entendimento sobre o feminismo, quando os marcadores da diferença passam a nos caracterizar, entendo que as compreensões conceituais se desmoronam quando nos tornamos sujeitos/as dos nossos próprios estudos.

Mas, para além do relato apresentado, o que a Tese buscou construir foi uma contribuição das diversidades presentes, tanto nas divergências e convergências dentro do próprio feminismo; feminismo que é ao mesmo tempo saber, teoria e movimento/ativismo político. Como destacado, a partir desses encontros o ato de *teorizar* a partir do feminismo procurou nos deslocamentos dos/as sujeito/as do feminismo, o entendimento descentrado, para além da fronteira, justamente galgando o rompimento com os preceitos epistêmicos que opressoramente exigiam defini-los. Por isso, este entendimento é uma tarefa que tem se mostrado cada vez mais difícil, complexa e disputada.

Outra contribuição central do esforço analítico da tese foi o entendimento sobre os “nós”: ora como tensões quase permanentes, ora como paradoxos, encontros e desencontros, o conhecimento feminista *foi e é* constantemente construído por dissidências e disputas. Por essas relações múltiplas, marcadas por fissuras e fronteiras, pode-se entender que os “nós”

são contingentes, encontros parciais, situados, localizados; e, caberia destacar, que a partir disso, pode-se entender que o que é um “nó do feminismo” hoje, certamente, é diferente de como Kirkwood (2010 [1985]) havia pensado e formulado e, provavelmente, será distinto daqui a alguns anos. As relações de disputas e conexões, principalmente como apresentado nas diversas esferas latino-americanas, tem mostrado a polissemia, a variedade desses novos feminismos. Dessa forma, como assinalado por bell hooks, para quem o feminismo é extensivo e reivindicado *para todos*, ele poderia ser assim compreendido:

“Feminismo como um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexual e a opressão está vivo e bem. Enquanto nós não temos um movimento de massa, a renovação desse movimento é o nosso objetivo primário. Para se assegurar a relevância continuada do movimento feminista em nossas vidas, a visionária teoria feminista deve ser constantemente feita e refeita para que ela nos guie onde vivemos, em nosso presente. Mulheres e homens têm feito grandes progressos no sentido da igualdade de gênero. E esses passos largos em direção à liberdade deve nos dar força para ir mais longe. Devemos corajosamente aprender com o passado e trabalhar para um futuro em que os princípios feministas irão embasar cada aspecto de nossas vidas públicas e privadas. Política feminista tem como objetivo acabar com a dominação para nos libertar de ser quem somos - para viver vidas onde amamos a justiça, onde podemos viver em paz. O feminismo é para todos.” (hooks, 2010, p. 117-118, tradução nossa)¹⁰⁵.

Acrescenta-se ainda, a ideia de que a *experiência* dessas mulheres traduz-se em conhecimento e em uma política da experiência. A partir disso buscou-se entender, de fato, a necessidade de uma teoria; teoria que serve efetivamente como ferramenta de transformação e superação das lógicas de opressão/dominação. Dessa forma, ressalta-se o entendimento de que *teoria política feminista* seria compreendida como *uma estratégia discursiva e de produção de conhecimento, que informa e é informada pela práxis do ativismo político e das múltiplas e diferentes experiências e relações entre as/os atrizes/atores dentro desse campo, que busca, ainda que na sua acomodação disciplinar dos campos que faz parte, a saber, a filosofia e a teoria política, o reconhecimento definitivo destas áreas por poder informar outra visão e entendimento sobre “a” política.*

¹⁰⁵ Texto original em inglês: “Feminism as a movement to end sexism, sexist exploitation, and oppression is alive and well. While we do not have a mass-based movement, the renewal of such a movement is our primary goal. To ensure the continued relevance of feminist movement in our lives visionary feminist theory must be constantly made and re-made so that it addresses us where we live, in our present. Women and men have made great strides in the direction of gender equality. And those strides towards freedom must give us strength to go further. We must courageously learn from the past and work for a future where feminist principles will undergird every aspect of our public and private lives. Feminist politics aims to end domination to free us to be who we are - to live lives where we love justice, where we can live in peace. Feminism is for everybody.”

A proposta de se entender a noção de “política como tradução” como o conceito de “a” política feminista, conflui com as experiências vivenciadas pelos e através dos movimentos e ativismo feministas, bem como revela diferentes direções do processo de tradução: do movimento à academia e do movimento/academia ao Estado, possibilitando uma agenda pública em interesses mínimos compartilhados, visando efetivamente a superação das desigualdades de gênero. A teoria política feminista deve ser compreendida como um saber direcionado à reestruturação das instituições modernas e que em seu arcobouço teórico e estrutura conceitual e analítica, proponha práticas que possam ir além dessas instituições. O que se deve entender é que “a” política necessitaria de novas contribuições ontológicas, novos entendimentos sobre o poder e os modos pré-pactuais, mas ela só pode ser transformada a partir dela mesma, numa relação interrelacional.

Através da produção do conhecimento, genealogicamente, voltar às origens da discussão da modernidade, do embate entre posicionamentos críticos, mostrou o problema da construção do próprio/a sujeito/a da modernidade, nas quase ausências percebemos a necessidade de busca por presenças. O que se chamar a atenção é a importância do feminismo teórico na busca por um dimensionamento “outro” sobre o que é “o” político, ou o que é “o” social, na busca por novos contratos, novas formas de sociabilidade, precisando-se urgentemente do dissenso – e essa luta deve ser tanto externa, mas sobretudo interna ao movimento e aos próprios sujeitos das lutas minoritárias. Enfim, essas breves amarrações, pinçamento de alguns pontos dos tantos abordados aqui na Tese, só colaboram para o endimento sobre uma nova agenda do(s) feminismo(s) do Sul, das epistemologias das fronteiras. “Nós”, mais que um, são contribuições múltiplas. São/serão visões de transformação, acreditamos, da realidade tão desigual em Nossa|*Nuestra* América/e-y/Latina.

“O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu, o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como ‘outro’ — o escuro, o feminino. Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós? Nós sabíamos que éramos diferentes, separadas, exiladas do que é considerado ‘normal’, o branco-correto. E à medida que internalizamos este exílio, percebemos a estrangeira dentro de nós e, muito freqüentemente, como resultado, nos separamos de nós mesmas e entre nós. Desde então estamos buscando aquele eu, aquele ‘outro’ e umas as outras. E em espirais que se alargam, nunca retornamos para os mesmos lugares de infância onde o exílio aconteceu, primeiro nas nossas famílias, com nossas mães, com nossos pais. A escrita é uma ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também nos protege, nos dá um distanciamento, nos ajuda a sobreviver. E aquelas que não sobrevivem? Os restos de nós mesmas: tanta carne jogada aos pés da loucura ou da fé ou do Estado.” (ANZALDÚA, 2000 [1981]).

ANEXOS

ANEXO 1 – PENSAMENTO POLÍTICO MODERNO (SÉC. XVI-XIX)

Século XVI	
<i>O Príncipe</i> (Maquiavel) é escrito	1513
	1511 <i>Elogio da loucura</i> (Rotterdam)
	1516 <i>Utopia</i> (More) e <i>A educação do príncipe cristão</i> (Rotterdam)
<i>Sobre a autoridade secular</i> (Lutero)	1523
	1531 <i>Discorsi</i> (Maquiavel)
Publicação de <i>O Príncipe</i> (Maquiavel)	1534
	1536 <i>Institutas</i> (Calvino)
<i>Discursos da servidão voluntária</i> (La Boetie)	1549
	1558 <i>O primeiro clangor da trombeta contra o monstruoso regimento das mulheres</i> (Knox)
<i>Os seis livros da república</i> (Bodin)	1576

Século XVII

- 1610 *Nova Atlântida* (Bacon)
- O direito da guerra e da paz* (Grócio) 1625
- 1637 *Discurso sobre o método* (Descartes)
- Meditações sobre filosofia primeira*
(Descartes) 1641
- 1651 *O Leviatã* (Hobbes)
- 1680 *O Patriarca* (Filmer)
- Dois tratados sobre o governo civil*
(Locke) 1691

Século XVIII

- 1739 *Tratado sobre a natureza humana* (Hume)
- 1748 *O espírito das leis* (Montesquieu)
- Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (Rousseau) 1755
- 1762 *Do contrato social* (Rousseau)
- 1776 *A riqueza das nações* (Smith)
- 1789 *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* (Assembleia Nacional Constituinte Francesa)
- 1791 *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (de Gouges)
- Reflexões sobre a revolução na França* (Burke) 1790
- Vindicação dos direitos das mulheres* (Wollstonecraft) 1792

Século XVIII

1807 *Fenomenologia do espírito* (Hegel)

*Early Essays on Marriage and
Divorce* (Mill & Taylor) 1832

1848 *O manifesto comunista* (Marx & Engels)

O antigo regime e a revolução
(Tocqueville) 1856

1859 *A liberdade* (Stuart Mill)

O Capital (Marx & Engels) 1867

1869 *Sujeição das mulheres* (Stuart Mill)

1885 *Da democracia na América* (Tocqueville)

ANEXO 2 – OBRAS SELECIONADAS E FATOS CENTRAIS NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO FEMINISTA (1791-1978)

1791		<i>Declaração dos direitos da mulher e da cidadã</i> (de Gouges)
1792	 	<i>Vindicação dos direitos da mulher</i> (Wollstonecraft) <i>A defensora das mulheres, ou uma tentativa para recuperar os direitos das mulheres da usurpação masculina</i> (Radcliffe)
1793		
1794		
1795		
1796		
1797		
1798		
1799		<i>Carta às mulhere das Inglaterra sobre a injustiça da subordinação mental, com anedotas</i> (Robison)
1800		
1801		
1802		<i>Demanda de divorcio por malos tratos</i> (Rodríguez)
1803		
1804		
1805		
1806		
1807		
1808		<i>Theórie des quatre mouvements</i> (Forurier)
1809		
1810		
1811		Fundada a <i>Revista de las Señoritas Mejicanas</i>
1812		
1813		
1814		
1815		
1816		
1817		
1818		
1819		
1820		
1821		<i>La mexicana independiente</i> (Guelberdi)
1822		
1823		
1824		
1825		
1826		
1827		
1828		

1829		
1830		Publicação do periódico <i>La Aljaba. Dedicada al bello sexo Argentino</i>
1831		
1832	 	Direitos das mulheres e injustiça dos homens (Floresta) Criação da <i>La femme libre</i> (Véret & Guindorf)
1833		<i>Appel d'une femme au peuple sur l'affranchissement de la femme</i> (Démar)
1834		
1835		
1836		
1837		
1838		
1839		
1840		
1841		
1842	 	<i>Las republicanas de la América del Sur</i> (Monguardi) <i>Conselhos a minha filha</i> (Floresta)
1843		
1844		<i>União operária</i> (Tristán)
1845		
1846		
1847		
1848	 	Fundação da <i>La Politique des Femmes</i> <i>Declaração de Senaca Falls</i> (Staton et al.)
1849		Criação do jornal <i>Frauen-Zeitung</i> (Aston)
1850		
1851		<i>Ain't I a woman</i> (Truth)
1852	 	Publicação do <i>Jornal das Senhoras</i> <i>Opúsculo humanitário</i> (Floresta)
1853		
1854		<i>A las valientes bogotanas</i> (Samper)
1855		
1856		Criação do <i>Women's suffrage committee</i>
1857		
1858		
1859		<i>A mulher</i> (Floresta)
1860		
1861		
1862		Periódico <i>O Belo Sexo</i>
1863		
1864		
1865		
1866		
1867		
1868		

1869		<i>Sujeição das mulheres</i> (Stuart Mill)
1870		O sexo feminino (Diniz)
		<i>La ondina de plata</i> (Echenique)
1871		
1872		Publicação de <i>El Rocío</i>
1873		
1874		
1875		
1876		
1877		
1878		<i>O voto feminino</i> (Azevedo)
		Congresso Internacional pelos Direitos das Mulheres
1879		<i>La femme dans le passé, le présent et l'avenir</i> (Bebel)
1880		
1881		
1882		
1883		
1884		<i>L'origine de la famille, de la propriété privée et de l'État</i> (Engels)
1885		
1886		
1887		Fundada a revista <i>El Ideal</i> na Guatemala.
1888		
1889		
1890		
1891		Início da revista <i>Die Gleichheit</i> (Zetkin)
1892		<i>Juana Azurduy de Padilla</i> (Gorriti)
1893		
1894		
1895		<i>Las obreras del pensamiento en América del Sud</i> (Matos)
1896		Primeira publicação anarco-feminista <i>La Voz de la Mujer</i>
1897		Criação de <i>A Mensageira</i>
1898		
1899		
1900		
1901		
1902		
1903		Criação da <i>A voz maternal</i>
1904		Criação do <i>La Mujer Mexicana</i>
1905		Criação em Quito de <i>La Mujer</i>
1906		
1907		
1908		
1909		
1910		Criação do <i>Partido Republicano Feminio</i>

1911		
1912		<i>Le livre des trois vertus de Christine de Pisan et son milieu historique et littéraire</i> (Laigle)
1913		
1914		
1915		<i>Actividades femeninas en Estados Unidos</i> (Labarca) e organização do <i>Círculo de Lectura</i>
1916		
1917		Criação da <i>Tribuna Feminista</i>
1918		<i>Meu glorioso pecado</i> (Machado)
		<i>Em torno da educação</i> (Moura)
1919		Criação do <i>Consejo Nacional de Mujeres</i>
1920		
1921		<i>A moral sexual</i> (Kollontai)
		<i>Virgindade inútil – novela de uma revoltada</i> (Cobra)
1922		Fundado na Bolívia o periódico <i>La Antorcha</i> (Pareja)
		Pública da revista <i>Estudios</i>
1923		<i>Voto feminino e feminismo</i> (Nazário)
		Fundada a <i>Liga Feminista</i>
		Fundado o <i>Partido Feminista</i> no Panamá
1924		<i>Virgindade anti-higiênica – Preconceitos e convenções hipócritas</i> (Cobra)
		<i>A mulher é uma degenerada?</i> (Moura)
1925		
1926		
1927		<i>Manifesto feminista/ Declaração dos direitos da mulher</i> (Lutz et al)
1928		<i>A room of one's own</i> (Woolf)
1929		
1930		
1931		<i>Virgindade inútil e anti-higiênica – novela libelística contra a sensualidade egoísta dos homens</i> (Cobra)
1932		
1933		<i>A evolução do feminismo</i> (Coelho)
		<i>Sobre feminismo</i> (Ferreira)
		<i>La cultura feminina</i> (Gómez Alonso)
		<i>Feminismo obrero</i> (Zouroff)
1934		<i>Adónde va la mujer</i> (Labarca)
1935		<i>Sexo e temperamento</i> (Mead)
1936		
1937		Criação do <i>Partido Democrático Feminino</i>
1938		<i>Three guineas</i> (Woolf)
1939		
1940		
1941		
1942		

1943		
1944		
1945		
1946		
1947		
1948		<i>Feminismo contemporáneo</i> (Labarca)
1949		<i>Masculino e feminino</i> (Mead)
		<i>Segundo sexo</i> (Beauvoir)
1950		<i>Sobre cultura femenina</i> (Castellanos)
1951		
1952		<i>El eterno femenino: ensayos sobre el concepto de feminismo</i> (Castellanos)
1953		
1954		<i>Ladies of Courage</i> (Roosevelt & Hickok)
1955		
1956		
1957		
1958		
1959		
1960		
1961		
1962		
1963		<i>Una voz insurgente</i> (Uribe)
		<i>Femine mystique</i> (Friedman)
1964		
1965		
1966		Fundação da <i>NOW</i>
1967		Fundação do <i>Radical's women group</i>
1968		<i>The Black Unicorn</i> (Lorde)
		<i>The Church and the Second Sex</i> (Daly)
		S.C.U.M. (Society for Cutting Up Men) Manifesto (Solanas)
1969		<i>Les Guérillères</i> (Wittig)
		Primeira disciplina de <i>Women's Studies</i> na Cornell University
		<i>Our bodies, ourselves</i> (Boston Women Health Book Collective)
1970		Criação do primeiro departamento de <i>Women's Studies</i> na Sand Diego University
		<i>The dialectic of the sex</i> (Firestone)
		Criação da <i>Feminist Press</i>
		<i>Sexual politics</i> (Millet)
		<i>Sisterhood is powerful</i> (Morgan)
1971		Criação da revista <i>Ms. Magazine</i>
		<i>Women in sexist society</i> (Gornick & Moran)
1972		<i>Woman's estate</i> (Mitchell)
		Criação do <i>Women's Studies Newsletter</i>
		Criação do <i>Feminist Studies</i>

		Criação do <i>Nosotras</i> (período de latinas na França)
		<i>Sex, gender and society</i> (Oakley)
		<i>Women, resistance, and revolution</i> (Rowbotham)
1973		<i>Le Corps lesbien</i> (Wittig)
		Beyond God the Father (Daly)
1974		<i>Woman Hating</i> (Dworkin)
		<i>Revolution in Poetic Language</i> (Kristeva)
		Criação do <i>SNDT Women's University, Mumbai</i>
		<i>Psychoanalysis and feminism</i> (Mitchell)
		Criação da <i>ISIS Internacional, centro de información feminista</i>
		Criação do <i>Centre de Recherches en Etudes Féminines</i>
1975		Ano da Mulher (ONU)
		Fundado o <i>Centro da Mulher Brasileira</i>
		Fundado o jornal <i>Brasil mulher</i>
		<i>La condición jurídica de la mujer em México</i> (Bernal)
		<i>Against our will</i> (Brownmiller)
		Criação da revista <i>Signs</i>
		<i>O tráfico de mulheres</i> (Rubin)
		Women's evolution (Reed)
		<i>Le Rire de la Méduse</i> (Cixous)
1976		Fundação do jornal <i>Nós mulheres</i>
		<i>Our blood</i> (Dworkin)
		<i>Mujeres campesinas como líderes sindicales</i> (Crespi)
		<i>A mulher na sociedade de classe</i> (Saffioti)
		<i>Of Woman Born</i> (Rich)
1977		<i>The Bonds of Womanhood</i> (Cott)
1978		<i>Gyn/Ecology</i> (Daly)
		<i>The reproduction of mothering</i> (Chodorow)
		<i>Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista</i> (Blay)
		Criação do GT Mulher e Trabalho na ANPOCS

ANEXO 3 – OBRAS CENTRAIS SELECIONADAS NA TEORIA POLÍTICA FEMINISTA (1979-2015)

		<i>Women in western political thought</i> (Okin)
1979		<i>The sexism of social and political thought</i> (Clarck & Lange)
1980		
		<i>The politics of reproduction</i> (O'Brien)
		<i>Ain't I a woman</i> (hooks)
		<i>The unhappy marriage between marxism and feminism</i> (Sargent)
1981		<i>Public man, private women</i> (Elshtain)
		<i>Ser política em Chile</i> (Kirkwood)
1982		<i>In a different voice</i> (Gilligan)
		<i>Feminist politics and human nature</i> (Jaggar)
1983		<i>This bridge called my back</i> (Moraga & Anzaldúa)
		<i>Fortune is a woman</i> (Pitkin)
		<i>The man of reason</i> (Lloyd)
		<i>Maternal thinking</i> (Ruddick)
1984		<i>Feminist theory</i> (hooks)
		<i>Women in the history of political thought</i> (Saxonhouse)
		<i>Hacia una crítica de la razón patriarcal</i> (Amorós)
1985		<i>Beyond God the father</i> (Daly)
1986		<i>Meditations on modern political thought</i> (Elshtain)
		<i>Borderlands/La Frontera</i> (Anzaldúa)
		<i>Feminism as critique</i> (Benhabib & Cornell)
		<i>Manhood and politics</i> (Brown)
		<i>Women in western political philosophy</i> (Kennedy & Mendus)
		<i>Feminism and equality</i> (Phillips)
1987		<i>Women and war</i> (Elshtain)
		<i>Inessential woman</i> (Spelman)
		<i>The sexual contract</i> (Pateman)
		<i>In other words</i> (Spivak)
1988		<i>Feminist theory and philosophies of man</i> (Nye)
		<i>The disorder of women</i> (Pateman)
		<i>Justice, gender and the family</i> (Okin)
		<i>Unruly Practices</i> (Fraser)
1989		<i>Essentially speaking</i> (Fuss)
		<i>Feminism & political theory</i> (Sunstein)
		<i>Black feminist thought</i> (Hill Collins)
		<i>Feminist interpretations and political theory</i> (Pateman & Shanley)
		<i>Feminism/postmodernism</i> (Nicholson)
		<i>Gyn/ecology</i> (Daly)
		<i>Gender Trouble</i> (Butler)
1990		<i>Justice and the politics of difference and Throwing like a girl and other essays in feminist philosophy</i>

		<i>and social theory</i> (Young)
1991		<i>Sexo y filosofía</i> (Valcárcel)
		<i>Patterns of dissonance</i> (Braidotti)
		<i>Engendering democracy</i> (Phillips)
		<i>Towards a feminist theory of the State</i> (Mackinnon)
		<i>Configurations of masculinity</i> (Di Stefano)
1992		<i>Rethinking Obligation</i> (Hirschman)
		<i>Destabilizing theory</i> (Barret & Phillips)
		<i>Feminist theorizing the political</i> (Butler & Scott)
		<i>Feminist political theory</i> (Bryson)
		<i>Situating the self</i> (Benhabib)
1992		<i>Dimensions of radical democracy</i> (Mouffe)
1993		<i>Women in political theory</i> (Coole)
		<i>Contemporary feminist politics</i> (Lovenduski & Randall)
		<i>The politics of community</i> (Frazer & Lacey)
		<i>The return of the political</i> (Mouffe)
		<i>Bodies that matter</i> (Butler)
		<i>Democracy and difference</i> (Phillips)
		<i>Moral boundaries</i> (Tronto)
1993		<i>Political theory and the displacement of politics</i> (Honig)
1994		<i>Nomadic subjects</i> (Braidotti)
		<i>Signifying woman</i> (Zerilli)
1995		<i>The politics of presence</i> (Phillips)
		<i>Feminist contentions</i> (Benhabib, Butler, Cornell & Fraser)
		<i>States of injury</i> (Brown)
		<i>Justice and care</i> (Held)
1996		<i>Hard to handle anger</i> (Lugones)
		<i>Perspectivas feminista em teoría política</i> (Castells)
		<i>Critique, norm and utopia</i> (Benhabib)
		<i>Deconstruction and pragmatism</i> (Crichtley & Mouffe)
		<i>Revisioning the political</i> (Hirschman & Di Stefano)
1997		<i>Tiempo de feminismo</i> (Amorós)
		<i>Reconstructing political theory</i> (Shanley & Narayan)
		<i>Justice interruptus</i> (Fraser)
		<i>Intersecting voices</i> (Young)
		<i>The psychic life of power e Excitable speech</i> (Butler)
1998		<i>Blackwell companion to feminist philosophy</i> (Jaggar & Young)
		<i>The feminist standpoint revisited and other essays</i> (Hartsock)
		<i>Feminism and politics</i> (Phillips)
		<i>At the Heart of Freedom</i> (Cornell)
1999		<i>Le génie féminin, tome premier: Hannah Arendt</i> (Kristeva)
		<i>Wich equality matters?</i> (Phillips)
		<i>Sex and social justice</i> (Nussbaum)
		<i>Feminism & politics</i> (Arneil)
		<i>Is multiculturalism bad for women?</i> (Okin, Cohen, Howard & Nussbaum)

		<i>Le génie féminin, tome II: Melanie Klein</i> (Kristeva)
		<i>Feminismo y filosofía</i> (Amorós)
		<i>Women and human development</i> (Nussbaum)
		<i>Decentering the center</i> (Narayan & Harding)
		<i>Political theory and feminist social criticism</i> (Ackerly)
2000		<i>Inclusion and democracy</i> (Young)
2001		<i>Democracy and the foreigner</i> (Honig)
		<i>Manifiesto contra-sexual</i> (Preciado)
		<i>Le génie féminin, tome III: Colette</i> (Kristeva)
		<i>The claims of culture</i> (Benhabib)
		<i>Turning operations</i> (Dietz)
		<i>The subject of liberty</i> (Hirschman)
2002		<i>Feminism and history of philosophy</i> (Lloyd)
		<i>Redistribution or Recognition?</i> (Fraser & Honneth)
		<i>Peregrinajes/Pilgrimages</i> (Lugones)
2003		<i>Feminism without borders</i> (Mohanty)
		<i>Precarious life</i> (Butler)
2004		<i>Globalizing Democracy and Human Rights</i> (Gould)
		<i>Parité! Sexual equality and the crisis of french universalism</i> (Scott)
		<i>Reframing justice</i> (Fraser)
		<i>Edgework</i> (Brown)
		<i>Feminism and the Abyss of Freedom</i> (Zerilli)
		<i>Politics of Piety</i> (Mahmood)
		<i>Black Sexual Politics</i> (Hill Collins)
		<i>Transnational America</i> (Grewal)
2005		<i>The Trouble with Passion</i> (Hall)
		<i>Trasnpositions</i> (Braidotti)
		<i>Analyzing oppression</i> (Cudd)
2006		<i>Visible identities</i> (Alcoff)
		<i>Global challenges</i> (Young)
		<i>Gender, class, and freedom in modern political theory</i> (Hirschman)
		<i>Feminist Interpretations of John Locke</i> (Hirschman & McClure)
		<i>The politics of our selves</i> (Allen)
		<i>Who sings the Nation State?</i> (Butler & Spivak)
		<i>Moral images of freedom</i> (Cornell)
		<i>Contract and Domination</i> (Pateman & Mills)
2007		<i>Justice, gender, and the politics of multiculturalism</i> (Song)
		<i>Testo Yonqui</i> (Preciado)
		<i>Illusion of consent engaging with Carole Pateman</i> (Young, Shanley & O'Neill)
		<i>Adding insult to injury</i> (Olson)
2008		<i>Another cosmopolitanism</i> (Benhabib)
		<i>Scales of justice</i> (Fraser)
		<i>Dancing with Iris</i> (Ferguson & Nagel)
		<i>Emergency politics</i> (Honig)
2009		<i>Frames of war</i> (Butler)

		<i>Multiculturalism without Culture</i> (Phillips)
2010		
		<i>Responsibility for justice</i> (Young)
		<i>Colonialism and its legacies</i> (Young & Levy)
		<i>Fronteras sexuales</i> (Sabsay)
2011		<i>The return of feminist liberalism</i> (Abbey)
		<i>Teoria política e feminismo</i> (Biroli e Miguel)
2012		<i>Women, the state, and welfare</i> (Gordon)
		<i>Autonomia e desigualdades de gênero</i> (Biroli)
		<i>Teoria política feminista</i> (Miguel e Biroli)
		<i>The posthuman</i> (Braidotti)
		<i>Agonistics</i> (Mouffe)
		<i>Fortunes of feminism</i> (Fraser)
		<i>Poder y feminismo</i> (Vázquez)
		<i>Feminist Interpretations of Thomas Hobbes</i> (Hirschman)
2013		<i>Caring democracy</i> (Tronto)
2014		<i>Política e Feminismo</i> (Miguel & Biroli)
2015		

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. Verdade. Tradução de Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. In: ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007. p.1182-1192.

AENERUD, Rebecca. Thinking again: This bridge called my back and the challenge to whiteness. In: KEATING, A. L.; ANZALDÚA, G (Ed.). **This bridge we call home: radical visions for transformation**. New York, EUA: Routledge, 2002. p. 69-77.

AGUIAR, Neuma. Movimentos feministas em perspectiva comparada: América Latina, África e Ásia. In: MATOS, Marlise (Org.). **Debates acerca do feminismo: antigos e novos desafios**. v. 1. Belo Horizonte, MG: DCP/FAFICH/UFMG, 2009 (coleção Enfoques feministas e os desafios contemporâneos).

ALCOFF, Linda. Justifying feminism social science. In: TUANA, N. (Ed.). **Feminism and science**. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1989. p. 85-102.

ALVAREZ, Sonia E. **Engendering democracy in Brazil: women's movements in transition politics**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

_____. A 'globalização' dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2000. p. 383-426 [versão original: Latin American feminisms "go global": trends of the 1990s and challenges for the new millennium. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Eds.). **Cultures of politics/politics of cultures: re-visioning Latin American social movements**. Boulder, CO: Westview Press, 1998. p. 293-324].

_____. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 11, n. 2, p. 533-540, 2003.

_____. Epílogo: la política de lugar, el lugar de la política: algunas reflexiones hacia el future. In: HARCOURT, W.; ESCOBAR, A. (Ed.). Las mujeres y la política de lugar. Ciudad de México, MEX: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007. p. 261-270. [versão original: Afterword: the politics of place, the place of politics. In: HARCOURT, W.; ESCOBAR, A. (Ed.). Women and the politics of place. London, GBR: Kumarian Press, 2005].

_____. Construindo uma política feminista translocal da tradução. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v.17, n.3, p. 743-753, 2009.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2000. p. 15-57 [versão original: Introduction: the cultural and the political in Latin American social movements. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Eds.). **Cultures of politics/politics of cultures: re-visioning Latin American social movements**. Boulder, CO: Westview Press, 1998. p. 2-31].

ALVAREZ, Sonia E. *et al.* Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 11, n. 2, p. 541-575, 2003.

AMORÓS PUENTE, Celia. **Tiempo de feminismo**: sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad. 3 ed. Valência, ESP: Ediciones Cátedra, 2008 [1997].

_____. **Mujeres e imaginarios de la globalización**: reflexiones para una agenda teórica global del feminismo. Buenos Aires, ARG: Homo Sapiens Ediciones, 2008.

ANZALDÚA, Gloria. **Bordelands/La frontera**. San Francisco, CA: Aunt Lute, 1987.

ARAGON, Cory. Am I a man or a feminist?: constructing positive male feminist thought. **Universitas**, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2006.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2005 [versão original: **The Human Condition**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1958].

_____. O que é política. In: ARENDT, H.; LUDZ, U. (Org.). **O que é política?**. Tradução de Reinaldo Guarany. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007a. p. 21-24 [versão original: **Denktagebuch**. n.1. p. 23-29. In: LC – cont. 79. 7 pages manuscript. 1950].

_____. Introdução: o sentido da política. In: ARENDT, H.; LUDZ, U. (Org.). **O que é política?**. Tradução de Reinaldo Guarany. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007b. p. 124-134;201-202 [versão original: Einführung in die Politik. In: LC – cont. 67. 10 pages typed. 195?].

_____. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, SP: Perspectiva, 2007c [versão original: **Between past and future**: six exercises in political thought. New York, NY: Viking, 1961].

ARAUJO, Cicero. Rawls e a politização do liberalismo. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 57, n. especial, p. 674-685, 1996.

_____. Legitimidade, justiça e democracia: o novo contratualismo de Rawls. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, SP, n. 57, p. 73-85, 2002a.

_____. Entre o estado e a revolução. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, 2002, v.17, n.49, p. 39-54, 2002b.

_____. A dureza (e a ternura) do essencialismo político. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v.23, n.67, p. 165-170, 2008.

ARAUJO, Cicero; AMADEO, Javier. Introdução. In: ARAUJO, C.; AMADEO, J. (Orgs.). **Teoria política latino-americana**. São Paulo, SP: Hucitec, 2009. p. 11-19.

ARRUDA, Ângela. Teorias da representação social e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, n. 117, p. 127-147, 2002.

ASSIS, Mariana Prandini Fraga. Uma apreciação feminista da teoria arendtiana. **Em Tese**, Florianópolis, SC, v. 3, n. 1, p. 1-17, 2006.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, Rio de Janeiro, RJ, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007a.

_____. Do reconhecimento do *self* a uma política institucional de reconhecimento: uma abordagem da polêmica entre Axel Honneth e Nancy Fraser. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 31., Caxambu, MG, 2007. **Anais eletrônicos do XXXI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, SP: Anpocs, 2007b.

BACH, Ana María. **Las voces de la experiencia**: el viraje de la filosofía feminista. Buenos Aires, ARG: Edirtoial Biblos, 2010.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1985 [versão original: **L'Amour en plus**: histoire de l'amour maternel (XVII-XX siècle). Paris, FRA: Flammarion, 1980].

_____. **Palavras de homens**: 1790 – 1793. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

BALL, Terence. **Reappraising political theory**. New York, NY: Oxford University Press, 1995.

_____. Aonde vai a teoria política?. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, PR, n. 23, p. 9-22, 2004 [versão original: Whiter political theory?. In: CROTTY, W. (Ed.). **Political science**: looking to the future. v. 1. Evanston, IL: Northwestern University, 1991].

BALLESTRIN, Luciana. Associativismo transnacional: uma proposta analítico-conceitual. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, PR, v. 18, n. 35, p. 41-54, 2010.

BANDEIRA, Lourdes Maria; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Trajetória da produção acadêmica sobre as relações de gênero no grupo de trabalho e política. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, SP, v. 1, p. 52-69, 1991.

BARRETT, Michelle; PHILLIPS, Anne. Introduction. In: BARRETT, M.; PHILLIPS, A. (Ed.). **Destabilizing theory**. Cambridge, MA: Polity Press, 1992. p. 1-9.

BARROW, John D. **Impossibility**: the limits of the science and the science of limits. London, GBR: Vintage Books, 1998.

BARRY, Brian. **La teoria liberal de la justicia**: examen crítico de las principales doctrinas de Teoría de la justicia de John Rawls. Traducción de Heriberto Rubio. México DC, MEX: Fondo de Cultura Económica, 1995 [versão original: **The liberal theory of justice**. Oxford, GBR: Clarendon Press, 1973].

_____. Political theory, old and new. In: GOODIN, R.; KLINGEMANN, H. (Ed.). **A new handbook of political science**. Oxford, GBR: Oxford University Press, 1998. p. 531-550.

_____. **Why social justice matters**. 2nd. reimp. Cambridge, MA: Polity Press, 2008 [2005].

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo, SP: Editora Nova Frontera, 2009a [versão original: **Le deuxième sexe**. Paris, FRA: Gallimard, 1949].

BECK, Colin J. *Ideological roots of waves of revolution*. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 2009.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1997 [versão original: **Reflexive modernization: politics, tradition and aesthetics in the modern social order**. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 1994].

BENHABIB, Seyla. O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Ed.). **Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher**. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rosa dos Tempos, 1995. p. 87-106 [versão original: *The generalized and the concrete other: the Kohlberg-Gilligan controversy and feminist theory*. **Praxis International**, Oxford, GBR, v. 5, n. 4, p. 38-60, 1986].

_____. **Situating the self: gender, community and postmodernism in contemporary ethics**. New York, NY: Routledge, 1992.

_____. **The claims of culture: equality and diversity in the global era**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. (Ed.). **Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher**. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rosa dos Tempos, 1995 [versão original: **Feminism as critique**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1987].

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2005 [versão original: **Gesammelten Schriften I:2**. 1940].

BESSE, Susan. Feminismos e (anti)feminismos no Brasil. In: BESSE, S. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, SP: Edusp, 1999. p. 182-220. [versão original: *The politics of feminism(s) and anti feminism(s)*. In: BESSE, S. **Restructuring Patriarchy: the modernization of gender inequalities in Brazil, 1914-1940**. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 1996. p. 164-198].

BEST, Steven; KELLNER, Douglas. **A política pós-moderna e a luta pelo futuro**. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. Disponível em: *A política pós-moderna e a luta pelo futuro*. Tradução: Newton Ramos-de-Oliveira. Disponível em: <http://órbita.starmedia.com/outras_palavras/tradução>. Acesso em: 23 maio 2009, 20:38:40 [versão original: *Postmodern politics and the battle for the future*. **New Political Science**, New York,

NY, v. 20, n. 3, p. 283-299, 1998].

BHABHA, Homi. **The location of culture**. New York, NY: Routledge, 1994.

BIDASECA, Karina A. **Pertubando el texto colonial**: los estudios (pos)coloniales en América Latina. Buenos Aires, ARG: SB, 2010.

_____. Primeras exhalaciones: políticas de la memoria, genealogías coloniales y “tercer feminismo”. **Papeles de Trabajo**, Buenos Aires, ARG, año 6, n. 10, p. 30-45, 2012.

_____. Reconociendo las superficies de nuestras hendiduras: cartografiando el sur de nuestros feminismo. In: BIDASECA, K.; OTO, A.; OBARRIO, J.; SIERRA, M. (Org.). **Legados, genealogías y memorias poscoloniales en América Latina**: escrituras fronterizas desde el sur. Buenos Aires, ARG: Ediciones Godot, 2014. p. 260-275.

BIGNOTTO, Newton. Política e vida privada na “Mandrágora” de Maquiavel. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, SP, n. 24, p. 7-21, 2014.

BIROLI, Flávia. Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 21, n. 1, p. 81-105, 2013a.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Apresentação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, v. 1, n.2, p. 13-21, 2009.

BLACKBURN, Simon. Prefácio. In: CAREL, H.; GAMEZ, D. (Org.). **Filosofia contemporânea em ação**. Tradução de Fernando José R. da Rocha. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. p. 15-19 [versão original: Foreword. In: CAREL, H.; GAMEZ, D. (Eds.). **What philosophy is**: contemporary philosophy in action. London, GBR: Continuum, 2004. p. xiii-xviii].

BONACCHI, Gabriella; GROPPPI, Angela (Org). O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BONCOURT, Thibaud. Political science, a postwar product (1947-1949). **Participation**, Montreal, CAN, v. 33, n. 1, p. 4-7, 2009.

BORDO, Susan. A feminista como o outro. Tradução de Mirian Adelman. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2000 [versão original: The feminist as other. In: BORDO, S. **Twilight zones**: the hidden life of cultural images from Plato to O. J.. Berkeley, CA: University of California Press, 1999. p. 192-211].

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro, RJ: Marco Zero, 1983 [versão original: **Questions de sociologie**. Paris, FRA: Minuit, 1980].

_____. **Meditações pascalianas**. Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2001 [versão original: **Méditations pascaliennes**: éléments pur une philosophie négative, Paris, FRA: Seuil, 1997].

_____. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2004 [versão original: **Les usages sociaux de la science:** pour une sociologie clinique du champ scientifique. Paris: INRA Editions, 1997].

_____. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007 [versão original: **Langage et pouvoir symbolique.** Paris, FRA : Points, 1984].

BOWLES, Samuel; GINTIS, Hebert. **Democracy and capitalism:** property, community and the contradictions of modern social thought. New York, NY: Routledge, 1986.

BRAIDOTTI, Rosi. Género y posgénero: ¿el futuro de una ilusión?. In: BRAIDOTTI, R. **Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada.** Traducción de Gabriela Ventureira. Barcelona, ESP: Gedisa, 2004. p. 131-149 [versão original: Gender and post-gender: the future of an illusion. **Working-paper,** Odense, DNK, n. 1, p. 2-21, 1993].

BRANDÃO, Gildo Marçal. Teoria política e institucionalização acadêmica. In: QUIRINO, C. G.; VOUGA, C.; BRANDÃO, G. M. (Org.). **Clássicos do pensamento político.** 2. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2004 [versão original: A teoria política é possível?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** Rio de Janeiro, RJ, v. 36, 1998, p. 158-161].

BROWN, Wendy. **Manhood and politics:** a feminist reading in political theory. Totowa, NJ: Rowman and Littlefield, 1988.

_____. Finding the man in the state. **Feminist Studies,** New York, NY, v. 18, n. 1, p. 7-34, 1992.

_____. **States of injury.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

_____. The impossibility of women's studies. **Differences,** Durham, NC, v. 9, n. 3, p79-101, 1997.

BRYSON, Valerie. **Feminist political theory:** an introduction. 2nd. ed. Basingstoke and New York, NY: Palgrave, 2003 [1992].

BURNS, Nancy; SCHLOZMAN, Kay Lehman; VERBA, Sidney. **The private roots of public action:** gender, equality and political participation. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.

BUTLER, Judith P. **Bodies that matter:** on the discursive limits of “sex”. New York, NY and London: Routledge, 1993.

_____. **The psychic life of power:** theories of subjection. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 1999.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. Tradução de Pedro Maia Soares. **Cadernos Pagu,** Campinas, SP, v. 11, pp.11-42, 1998 [versão original: Contingent foundations: feminism and the question of “postmodernism”. **Greater Philadelphia Philosophy Consortium,** set., 1990. mimeo].

_____. Merely cultural. **New Left Review**, London, GBR, n. 2, p. 109-121, 2000.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [versão original: **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York, NY and London, GBR: Routledge, 1990].

_____. **Frames of the war: when is life life givable?** New York, NY: Verso, 2009.

BUTLER, Judith P.; LACLAU, Ernesto; ŽIŽEK, Slavoj. **Contingency, hegemony, universality: contemporary dialogues on the left**. London, GBR and New York, NY: Verso, 2000.

BUTLER, Judith P; SCOTT, Joan W. (Ed.). **Feminists theorize the political**. New York, NY: Routledge, 1992.

CABRAL, Gilda. O orçamento é um importante instrumento político para as mulheres. **Fêmea**, Brasília, DF, out./dez., p. 4-5, 2009.

CANSINO, César. **La muerte de la ciencia política**. Buenos Aires, ARG: Sudamericana, 2008.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: PORTO, M. (Org.). **Olhares femininos, mulheres brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: X Brasil, 2006. p. 109-126.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 15^a. edição. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012.

CARVER, Terrell. “Public man” and the critique of masculinities. **Political Theory**, Ann Arbor, MI, v. 24, n. 4, p. 673-686, 1996.

_____. Sexual citizenship: gendered and de-gendered narratives. In: CARVER, T; MOTTIER, V. (Eds.). **Politics of sexuality: identity, gender, citizenship**. London, GBR: Routledge, 1998 p. 11-22.

CASTILLO, Alejandra. **Julieta Kirkwood: políticas del nombre próprio**. Santiago de Chile, CHL: Palinodia, 2007.

_____. **Nudos feministas**. Santiago de Chile, CHL: Palinodia, 2011.

CIRIZA, Alejandra. Corpo e política: sobre “cidadanias globais” e “sujeitos nômades”. In: ARAUJO, C.; AMADEO, J. (Orgs.). **Teoria política latino-americana**. São Paulo, SP: Hucitec, 2009. p. 227-246.

CHAMBERS, Samuel Allen; CARVER, Terrell. **Judith Butler and political theory: troubling politics**. New York, NY: Routledge, 2008.

CHAMBERS, Simone. A política da teoria crítica. Tradução de Beatriz Katinsky e Regina Andrés Rebollo. In: RUSH, F. (Org.). **Teoria crítica**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008. p.

263-294 [versão original: The politics of contemporary critical theory. In: RUSH, F. (Ed.). **The Cambridge companion to critical theory**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2004. p. 219-249].

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade**: uma crítica a Freud a partir da mulher. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rosa dos Tempos, 1990 [versão original: **The reproduction of mothering**. Berkeley, MA: University of California Press, 1978].

CHOVANEC, Donna Maureen. Latin America feminism. In: CODE, L. (Ed.). **Encyclopedia of feminist theories**. New York, NY: Routledge, 2000. p. 289-291.

CLARK, Lorraine; LANGE, Lynda (Ed.). **The sexism of social and political thought**: women and reproduction from Plato to Nietzsche. Toronto, CAN: University of Toronto Press, 1979.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. Um homem genuíno. In: COELHO, M. F. P.; BANDEIRAS, L.; MENEZES, M. L. (Org.). **Política, ciência e cultura em Max Weber**. Brasília, DF: Editora UnB, 2000. p. 167-196.

CONNEL, Robert W. **Masculinities**. Los Angeles, CA: University of California Press, 1995.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013 [versão original: Hegemonic masculinity: rethinking the concept. **Gender & Society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005].

CONNOLLY, William E. **Identity\Difference**: democratic negotiations of political paradox. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1991.

_____. Identifying the difference. **Political Theory**, Ann Arbor, MI, v. 21, n. 1, p. 128-131, 1993.

CONWAY, Janet; SINGH, Jakeet. Is the world social forum a transnational public sphere?: Nancy Fraser, critical theory and the containment of radical possibility. **Theory, Culture & Society**, Nottingham, GRA, v. 26, n. 5, p. 61-84, 2009.

COOLE, Diana H. **Women in political theory**: from ancient misogyny to contemporary feminism. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1988.

COPJEC, Joan. El sexo y la eutanasia de la razón. In: COPJEC, J. **El sexo y la eutanasia de la razón**: ensayos sobre el amor y la diferencia. Traducción de María Gabriela Ubaldini. Buenos Aires, ARG: Paidós, 2006. p. 19-64. [versão original: Sex and the euthanasia of reason. In: COPJEC, J (Ed.). **Supposing the subject**. New York, NY: Verso, 1994. p. 16-43].

COSTA, Cláudia Lima. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 8, n. 2, p. 43-49, 2000.

_____. Equivocação, tradução e interseccionalidade performativa: observações sobre ética e prática feministas descoloniais. In: BIDASECA, K.; OTO, A.; OBARRIO, J.; SIERRA, M.

(Org.). **Legados, genealogías y memorias poscoloniales en América Latina: escrituras fronterizas desde el sur**. Buenos Aires, ARG: Ediciones Godot, 2014. p. 275-307.

COSTA, Sérgio. As ciências sociais e a constelação pós-nacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, PRT, n. 59, p. 65-91, 2001.

CULLER, Jonathan. **Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo**. Tradução de Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro, RJ: Record: Rosa dos Tempos, 1997 [versão original: **On deconstruction: theory and criticism after structuralism**. Cornell, NY: Cornell University, 1982].

CYFER, Ingrid. **A tensão entre modernidade e pós-modernidade na crítica à exclusão no feminismo**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.

CYPRIANO, Breno. Diálogos entre o feminismo no masculino e a teoria política. In: FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos Fazendo Gênero 8**. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2008.

_____. **Sobre algumas das contribuições feministas ao conhecimento político: “a” política, “o” político e enquadramentos teóricos da justiça social**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2010.

_____. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 21, n.1, p. 11-39, jan./abr., 2013.

CYPRIANO, Breno; REZENDE, Daniela; ASSIS, Mariana Prandini. A presença das mulheres brasileiras na política: uma discussão sobre as cotas legislativas sob o enfoque da política da diferença. In: LÜCHMANN, L.; SELL, C.; BORBA, J. (Org.). **Movimentos sociais, participação e reconhecimento**. Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2008a. p. 143-164.

_____. Os obstáculos à participação das mulheres na política brasileira: muito além da abordagem liberal. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS E PESQUISAS FEMINISTAS, 6., 2008, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos do VI Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas**. Belo Horizonte, MG: RedeFem, 2008b.

DAHL, Robert A. **Um prefácio à teoria democrática**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1989a [versão original: **A preface to democratic theory**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1956].

_____. **Democracy and its critics**. New Haven, CT: Yale University Press, 1989b.

_____. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília, DF: Editora UnB, 2001 [versão original: **On democracy**. New Haven, CT: Yale University Press, 2000].

DEL CASTILLO SANTOS, Ramón José. El feminismo de Nancy Fraser: crítica cultural y género en el capitalismo tardío. In: AMÓROS, C.; DE MIGUEL, A. (Eds.). **Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización** (vol. 3: De los debates sobre el

género al multiculturalismo). Madrid, ESP: Minerva Ediciones, 2005. p. 61-120.

DELACAMPAGNE, Christian. **A filosofia política hoje**: idéias, debates, questões. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2001 [versão original: **La philosophie politique aujourd'hui**: idées, débats, enjeux. Paris, FRA: Éditions du Seuil, 2000].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?**. 2. ed. Tradução de Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo, SP: Editora 34, 2007 [versão original: **Qu'est-ce que la philosophie?**. Paris, FRA: Les Éditions de Minuit, 1997].

DERRIDA, Jacques. Introduction. In: HUSSERL, E. **L'origine de la géométrie**. Traduit par Jacques Derrida. Paris, FRA: PUF, 1962

_____. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo, SP: Perspectiva, 1973a [On **grammatology**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1973].

_____. Différance. In: **Speech and phenomena and other essays**: Husserl's theory of signs. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1973b. p. 129-160.

_____. **Fuerza de ley**: el «fundamento místico de la autoridad». Traducción de Adolfo Barberá e Patricio Gómez. Madrid, ESP: Tecnos, 1997 [versão original: Force de loi: le 'fondement mystique de l'autorite. **Cardozo Law Review**, New York, NY, n. 11, p. 919-1045, 1990].

DI PIETRO, Pedro José J. ¿Adonde van? itinerarios contrapublicos y recorridos plurilogicos. **Cuadernos FHyCS-UNJu**, Jujuy, ARG, n. 31, p. 173-207, 2006.

DI STEFANO, Christine. **Configurations of masculinity**: a feminist perspective on modern political theory. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1991.

_____. Feminist political philosophy. **The APA**: Newsletter on Feminism and Philosophy, Washington, DC, v. 99, n.2, p. 196–200, 2000.

DIETZ, Mary G. Ciudadanía con cara feminista: el problema con el pensamiento maternal. Traducción de Eduardo Mejía Tapias. **Debate Feminista**, ano 10, volume especial (Cidadania e Feminismo), p. 45-66, 1999 [versão original: Citizenship with a feminist face: the problem with the maternal thinking. **Political Theory**, Ann Arbor, MI, v. 13, n. 1, p. 19-37, 1985].

_____. Current controversies in feminist theory. **Annual Review of Political Science**, Palo Alto, CA, v. 6, p. 399–431, 2003.

_____. Political theory, feminist theory: an interview with Mary G. Dietz. **Gender: dynamic**, Chicago, IL, v. 18, n. 1, p. 1-7, 2007.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará e ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, José Maurício. **Aproximações à América Latina**: desafios contemporâneos.

Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. Tradução Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo, SP: Edusp, 1999 [versão original: **An economic theory of democracy**. New York, NY: Harper & Row, 1957].

DWORKIN, Ronald. The rights of allan Bakke. In: LAFOLLETTE, H. (Ed.) **Ethics in practice: an anthology**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 1997. p. 441-447.

_____. **Uma questão de princípio**. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000 [versão original: **A matter of principle**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985].

_____. **A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade**. Tradução de Jussara Simões. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005 [versão original: **Sovereign virtue: the theory and practice of equality**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000].

EASTON, David. Introducción: estrategias alternativas en la investigación teórica. In: EASTON, D. (Comp.). **Enfoques sobre teoría política**. Buenos Aires, ARG: Amorrortu editores, 1969. p. 17-34 [versão original: Alternative strategies in theoretical research. In: EASTON, D. (Ed.). **Varieties of political theory**. New Jersey, NJ: Prentice-Hall, 1967. p. 1-14].

EISENBERG, José. **A democracia depois do liberalismo: ensaios de ética, direito e política**. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 2003.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Public man, private woman: women in social and political thought**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1981.

_____. **Meditations on modern political thought**. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 1986.

_____. **Women and war**. New York, NY: Basic Book, 1987.

ENLOE, Cynthia H. **Does khahi become you?: the militarization of women's lives**. London, GBR: South End Press, 1983.

_____. **Bananas, beaches & bases: making feminist sense of international politics**. Berkeley, CA: University of California Press, 1989.

EVANS, Judith *et al.* **Feminism and political theory**. London, GBR: Sage Publications, 1986.

FABBRI, Luciano. Um olhar feminista sobre o sujeito da transformação social em Nuestra América. **Lutas Sociais-Desde 1996**, São Paulo, SP, n. 27, p. 172-185, 2011.

FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro?. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, 1987, v.1, n.1, p. 9-58, 1987.

FEMENIAS, María Luisa. Esbozo de un feminismo latinoamericano. **Revista Estudios**

Feministas, Florianópolis, SC, v. 15, n. 1, p. 11-25, 2007.

FILGUEIRAS, Fernando. Estado, multiculturalismo e reconhecimento. ENCONTRO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 14., Rio de Janeiro, RJ, 2009. **Anais eletrônicos do XVI Encontro Anual da Associação Brasileira de Sociologia**. São Paulo, SP: SBS, 2009.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**: um manifesto da revolução feminista. Tradução de Vera Regina Rebello Terra. Rio de Janeiro: Labor, 1976 [versão original: **The dialect of sex**. New York, NY: William Morrow, 1970].

_____. The dialectic of sex. In: NICHOLSON, L. (Ed.). **The second wave**: a reader in feminist theory. New York, NY: Routledge, 1997. p. 19-26.

FLAMMANG, Janet. **Women's political voice**: how women are transforming the practice and study of politics. Philadelphia, PA: Temple University Press, 1992.

FLAX, Jane. **Psicoanálisis y feminismo**: pensamientos fragmentarios. Traducción de Carmem Gimeno. Madrid: Cátedra, 1995 [versão original: **Thinking fragments**: psychoanalysis, feminism and postmodernism in the contemporary west. Los Angeles, CA: University of California Press, 1990].

_____. Women do theory. In: JAGGAR, A. M.; ROTHENBERG, P. S. (Ed.). **Feminist frameworks**: alternative theoretical accounts of the relations between women and men. 3rd. ed. Boston, MA: McGraw-Hill, 1993. p. 80-84.

FORST, Rainer. **Contextos da justiça**: filosofia política para além de liberalismo e comunitarismo. Tradução de Denílson Luís Werle. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2010 [versão original: **Kontexte ger Gerechtigkeit**: Politische Philosophie jenseits Von Liberslismus und Kommunitarismus. Frankfurt, DEU: Suhrkamp, 2004].

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. v. 1. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1977 [versão original: **Histoire de la sexualité**. v. I. Paris, FRA: Gallimard, 1976].

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchael. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000 [versão original: **Les mots et les choses**: une archéologie des sciences humaines. Paris, FRA: Gallimard, 1966].

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2008 [versão original: **L'archéologie du savoir**. Paris, FRA: Éditions Gallimard, 1969].

FRAISSE, Geneviève. **La démocratie exclusive et la différence des sexes**. Aix-en-Provence, FRA: Ed. Alinéa, 1989.

FRASER, Nancy. Foucault on modern power: empirical insights and normative confusions.

Praxis International, Oxford, GBR, v. 1, n. 3, p. 272-287, 1981.

_____. Women, welfare and the politics of need interpretation. **Hypatia**, Washington, DC, v. 2, n. 1, p. 103-121, 1987.

_____. **Unruly practices**: power, discourse and gender in contemporary social theory. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press and Polity Press, 1989a.

_____. Talking about needs: interpretive contests as political conflicts in welfare-state societies. **Ethics**, Chicago, IL, v. 99, n. 2, p. 291-313, 1989b.

_____. O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Ed.). **Feminismo como crítica da modernidade**: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rosa dos Tempos, 1995a. p. 38-86 [versão original: What's critical about critical theory? The case of Habermas and gender. In: BENHABIB, S. CORNELL, D. **Feminism as critique**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1987. p. 31-55].

_____. Pragmatism, feminism, and the linguistic turn. In: BENHABIB, S. *et al.* **Feminist contentions**: a philosophical exchange. New York, NY and London, GBR: Routledge, 1995b. p. 157-172 [versão original: Pragmatismus, Verknüpfungen. In: BENHABIB, S. *et al.* **Der Streit um Differenz**: Feminismus und Postmoderne in der Gegenwart. Frankfurt, DEU: Fischer Taschenbuch Verlag, 1993. p. 59-79].

_____. **Justice interruptus**: critical reflections on the “postsocialist” condition. New York, NY: Routledge, 1997a.

_____. Culture, political economy, and difference: on Iris Young’s justice and the politics of difference. In: FRASER, N. **Justice interruptus**: critical reflections on the “postsocialist” condition. New York, NY: Routledge, 1997b.

_____. Structuralism or pragmatism? On discourse theory and feminist politics. In: NICHOLSON, L. (Ed.). **The second wave**: a reader in feminist theory. New York, NY: Routledge, 1997c. p. 379-395.

_____. Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. **Revista Ecuador Debate**, Lima, PER, n. 46, s/n, 1999. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/23178831/Repesando-la-esfera-publica>>. Acesso em: 20 dez 2009, 22:42:42 [versão original: Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. (Ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge, MA: M.I.T. Press, 1991. pp. 109-142].

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. Tradução de Márcia Prates. In: SOUZA, J. (Org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, DF: Editora UnB, 2001. p. 245-282 [versão original: From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a “postsocialist” age. **New Left Review**, London, GBR, n. 1, v. 212, p. 68-93, 1997].

_____. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da

justiça de gênero. Tradução Heloísa Eugênia Villela Xavier. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo, SP: Editora 34, 2002. p. 61-78.

_____. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation. In: FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange. London, GBR: Verso, 2003. p. 7-109.

_____. Institutionalizing democratic justice: redistribution, recognition and participation. In: FRASER, N.; BENHABIB, S. (Ed.). **Pragmatism, critique, judgment**: essays for Richard J. Bernstein. Cambridge, MA: MIT Press Books, 2004. p. 125-147.

_____. **Reframing justice**. Amsterdam, NLD: Royal Van Gorcum, 2005.

_____. Personal remembrances. **Memorial Note for Iris Young**. Disponível em: <<http://cttgrad.uchicago.edu/irisyoung/remembrances.shtml#fraser>>. Acesso em: 12 dez. 2006, 17:32:41.

_____. Abnormal justice. In: APPIAH, K. A. *et al.* **Justice, governance, cosmopolitanism, and the politics of difference**: reconfigurations in a transnational world. Distinguished W.E.B. Du Bois Lectures 2004/2005. Berlin, DEU: Der Präsident der Humboldt-Universität zu Berlin, 2007a. p. 117-147.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Tradução de Ramayana Lira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007b [versão original: Mapping the feminist imagination: from redistribution to recognition to representation. **Constellations**, New York, NY, n. 12, v. 3, p. 295-307, 2005].

_____. **Scales of justice**: reimagining political space in a globalizing world (new directions in critical theory). New York, NY: Columbia University Press, 2008.

_____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Tradução de Anselmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, Londrina, PR, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009a [versão original: Feminism, capitalism and the cunning of history. **New Left Review**, London, GBR, n. 56, p. 97-117, 2009].

_____. Uma réplica a Iris Young. Tradução de André Villalobos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, v. 1, n.2, p. 215-221, 2009b [versão original: A rejoinder to Iris Young. **New Left Review**, London, GBR, n. 223, p. 126-129, 1997].

_____. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, SP, n. 77, p. 11-39, 2009c [versão original: Reframing justice in a globalizing world. **New Left Review**, London, GBR, n. 36, p. 69-88, 2005].

_____. Who counts?: dilemmas of justice in a postwestphalian world. **Antipode**, Worcester, MA, v. 41, p. 281-297, 2010.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition?**: A political-

philosophical exchange. London, GBR: Verso, 2003.

FRASER, Nancy; NAPLES, Nancy. To interpret the world and to change it: an interview with Nancy Fraser. **Signs**, Newark, NJ, v. 29, n. 4, p. 1103-1124, 2004.

FRASER, Nancy; NICHOLSON, Linda. Social criticism without philosophy: an encounter between feminism and postmodernism. In: NICHOLSON, L. (Ed.). **Feminism/postmodernism**. New York, NY: Routledge, 1990. pp. 1-16.

FRAZER, Elizabeth. Feminist political theory. In: JACKSON, S.; JONES, J. (Eds.). **Contemporary feminist theories**. Edinburgh, GBR: Edinburgh University Press, 1998. p. 50-61.

_____. Political theory and the boundaries of politics. In: DAVID, L.; STEARS, M. (Eds.). **Political theory: methods and approaches**. Oxford, GBR: Oxford University Press, 2008. p. 171-195.

FREEDEN, Michael. Introduction. In: FREEDEN, M. **Ideologies and political theory: a conceptual approach**. New York, NY: Oxford University Press, 1998. p. 1-12.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 21, jun., p. 211-260, 2000.

FRIEDAN, Betty. **The feminine mystique**. London, GRB: Penguin Books, 1992 [1963].

FRYE, Marilyn. The possibility of feminin theory. In: JAGGAR, A. M.; ROTHENBERG, P. S. (Ed.). **Feminist frameworks: alternative theoretical accounts of the relations between women and men**. 3rd. ed. Boston, MA: McGraw-Hill, 1993. p. 80-84.

FUKUYAMA, Francis. Women and the evolution of world politics. **Foreign Affairs**, New York, NY, v. 77, no. 5, p. 24-40, 1998.

FUNG, Archon. Democratic theory and political science: a pragmatic method of constructive engagement. **American Political Science Review**, Los Angeles, CA, v. 101, n. 3, p. 443-458, 2007.

GAGO, Verónica. El programa político de una vanguardista prudente. In: LÓPEZ, E. **El movimiento feminista: primeros trazos del feminismo en Argentina**. Buenos Aires, ARG: Biblioteca Nacional, 2009. p. 8-19.

GALEANO, Eduardo. **Memoria del fuego: 1. Los nacimientos**. Buenos Aires, ARG: Siglo Veintiuno Editores, 2010 [1982].

GAUCHET, Marcel. **L'avènement de la démocratie**. Paris, FRA: Gallimard, 2007 (t. I : La Révolution moderne ; t. II : La Crise du libéralisme).

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rosa dos Tempos, 1991 [versão original: **In a different voice: psychological theory and women's**

development. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982].

GOLDSTEIN, Leslie. Early feminist themes in french utopian socialism: the st.-simonians and Fourier. **Journal of the History of Ideas**, v.43, n. 1, p. 240-267, 1982.

GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. Political science: the discipline. In: GOODIN, R.; KLINGEMANN, H. (Ed.). **A new handbook of political science**. Oxford, GBR: Oxford University Press, 1998. p. 3-49.

GOULD, Carol. Social justice and the limitation of democracy. In: STERBA, J. P. *et al.* **Morality and social justice: point/counterpoint**. Lanham, MD and London, GBR: Rowman and Littlefield, 1995. p. 193-211.

GRANT, Judith. **Fundamental feminism: contesting the core concepts of feminist theory**. London, GBR: Routledge, 1993.

GRÜNER, Eduardo. **El Fin de las pequeñas historias: de los estudios culturales al retorno (imposible) de lo trágico**. Buenos Aires, ARG: Paidós, 2002.

_____. A tragédia, ou o fundamento perdido do político. In: VITA, A.; BORON, A. (Orgs.). **Teoria e filosofia política**. São Paulo, SP: Edusp e Clacso, 2004. p. 15-52.

GUNNEL, John G. **Teoria política**. Tradução de Maria Inês Caldas de Moura. Brasília, DF: Editora UnB, 1981 [versão original: **Political theory: tradition and interpretation**. Cambridge, MA: Winthrop Publishers, 1979].

_____. **Between philosophy and politics: the alienation of political theory**. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1986.

HAAS, Peter M. Epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, Boston, MI, v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Traducción de Manuel Jimenez Redondo. 2. v. Madrid, ESP: Taurus, 1987 [versão original: **Theorie des kommunikativen handelns**. 2. bands. Frankfurt, DEU: Suhrkamp, 1981].

_____. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, C. (Ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge, MA: MIT Press, 1991. p. 421-461.

_____. Reconciliação através do uso público da razão: observações sobre o liberalismo de John Rawls. Tradução de Otacílio Neves Júnior. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 57, n. especial, 1996 [versão original: Reconciliation through the public use of reason: remarks on John Rawls's political liberalism. **The Journal of Philosophy**, New York, NY, v. 92, n. 3, p. 109-131, 1995].

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2003 [versão original: **Stukturwandel der öffentlichkeit: untersuchungen zu einer kategorie der bürgerlichen gesellschaft**. Neuwied/Berlin, DEU: Luchterhand, 1962].

HABERMAS, Jürgen; DERRIDA, Jacques. February 15, or what binds Europeans together: a plea for a common foreign policy, beginning in the core of Europe. **Constellations**, New York, NY, v. 10, n. 3, p. 291- 297, 2003.

HAMLIN, Cynthia Lins. Ontologia e gênero: realismo crítico e o método das explicações contrastivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 23, n. 67, p. 71-81, 2008.

HANISCH, Carol. The personal is political. In: WOMEN'S LIBERATION. **Notes from the second year**. New York: Women's liberation, 1969. p. 76-78.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. Tradução de Francisco Caetano Lopes Jr. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1994. p. 243-288 [versão original: A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. In: HARAWAY, D. **Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature**. New York, NY: Routledge, 1991. p.149-181].

_____. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Tradução de Mariza Corrêa. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 22, p. 201-246, 2004 [versão original: Gender for a marxist dictionary: the sexual politics of a word. In: HARAWAY, D. **Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature**. New York, NY: Routledge, 1991. p.127-148.].

_____. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspectives. In: JAGGAR, A. M. (Ed.). **Just methods: an interdisciplinary feminist reader**. Boulder and London: Paradigm Publishers, 2008. p. 346-352 [versão original: Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, New York, NY, vol. 14, n. 3, 1988, p. 575-599].

HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1986.

_____. ¿Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (comp.). **Debates em torno a una metodología feminista**. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana, 1998. [versão original: Is there a feminist method?. In: HARDING, S. (Ed.). **Feminism and methodology**. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1987].

HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. In: NICHOLSON, L. (Ed.). **The second wave: a reader in feminist theory**. New York, NY: Routledge, 1997. p. 97-122 [versão original: The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. **Capital and Class**, Edinburgh, GBR, v. 8, p. 1-33,1979].

HARTSOCK, Nancy C. M. **The feminist standpoint revisited and other essays**. Boulder, CO: Westview Press, 1998 [versão original: The feminist standpoint: developing the ground for a specifically historical feminist materialism. In: HARDING, S.; HINTIKKA, M. (Eds.). **Discovering reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science**. Amsterdam, NLD: D. Reidel. Inc., 1983].

_____. How feminist scholarship could change political science. In: MONROE, K. (Ed.). **Contemporary empirical political theory**. Berkeley, CA: University of California Press, 1997. p. 231-248.

HAWKESWORTH, Mary. Social sciences. In: JAGGAR, A. M.; YOUNG, I. M. (Ed.). **A companion to feminist philosophy**. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2000. p. 204-212.

HAYA, Lidia T. de. Introducción. In: HAYA, L. T. (Ed.). **Orígenes del feminismo: textos de los siglos XVI al XVIII**. Madrid, ESP: Nacea, 2008. p. 9-14.

HEIDEGGER, Martin. **Nietzsche**. São Paulo: Forense Universitária, 2007 [versão original: **Nietzsche**. Pfullingen, DEU: Verlag Gunther Neske, 1961].

_____. **Ser e tempo**. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009 [versão original: **Sein und zeit**. Tübingen, DEU: Max Niemeyer Verlag, 1927].

HEILBORN, Maria Luiza; ARRUDA, Ângela. Legado feminista e ONGs de mulheres: notas preliminares. **Cadernos ABONG**, São Paulo, SP, p. 11-15, 1997.

HEINICH, Nathalie. **Les ambivalences de l'émancipation féminine**. Paris, FRA: Édition Albin Michel, 2003.

HEELAS, Paul; LASH, Scott; MORRIS, Paul. **Detraditionalization: critical reflections on authority and identity**. Cambridge, MA.: Blackwell Publishers, 1996.

HELD, David. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte, MG: Paidéia, 1987 [versão original: **Models of democracy**. Palo Alto, CA: Standford University Press, 1987].

HELD, David; KAYA, Ayse. Introduction. In: HELD, D.; KAYA, A. (Eds.). **Global inequality: patterns and explanations**. Cambridge, MA: Polity Press, 2007. p. 1-25.

HELLIWELL, Christine; HINDESS, Barry. Political theory and social theory. In: DRYZEK, J.S.; HONIG, B.; PHILLIPS, A. (Ed.). **The Oxford handbook of political theory**. Oxford, GBR: Oxford University Press, 2006. p. 810-823.

HIRSCHMAN, Nancy; DI STEFANO, Christine. Introduction. In: DI STEFANO, C; HIRSCHMAN, N. (Ed.). **Revisioning the political: feminist reconstructions of traditional concepts in western political theory**. New York, NY: Westview Press, 1996. p. 1-26.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995 [versão original: **Age of extremes: the short twentieth century 1914-1991**. New York, NY: Vintage Books, 1994].

HONIG, Bonnie. **Political theory and the displacement of politics**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1993.

_____. Hacia un feminismo agonístico: Hannah Arendt y las políticas de identidad. Traducción de Márgara Averbach. **Feminaria**, Buenos Aires, ARG, año XI, n. 21, p. 9-20, 1998 [versão original: Toward an agonistic feminism: Hannah Arendt and the politics of identity. In: BUTLER, J.; SCOTT, J. W. (Eds.). **Feminists theorize the political**. New York,

NY and London, GBR: Routledge, 1992. p. 215-235].

_____. **Democracy and the foreigner**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

HONNETH, Axel. Integrity and disrespect: principles of a conception of morality on the theory of recognition. **Political Theory**, Ann Arbor, MI, v.20. n.2, p. 187-201, 1992.

_____. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003 [versão original: **Kampf um Anerkennung**: zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte. Frankfurt, DEU: Suhrkamp, 1992].

_____. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. Tradução de Roeberto Torres e Fabrício Maciel. In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Org.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo, SP: Annablume, 2007. p. 79-93 [versão original: Recognition or redistribution? Changing perspectives on the moral order of society. **Theory, Culture and Society**, Nottingham, GBR, v.18, n. 2-3, p. 43-55, 2001].

_____. The fabric of justice: on the limits of proceduralism. **FOURTH SYMPOSIUM ON JUSTICE**, 4., Porto Alegre, 2009. **Papers Fourth Symposium on Justice**. Porto Alegre, RS: PUCRS, 2009.

HOOKS, bell. **Feminist theory**: from margin to center. Boston, MA: South End Press, 1984.

HUSSERL, Edmund. **Investigações Lógicas** - Vol. 2 Parte 1. Trad. Pedro Alves e Carlos Morujão. Adap. para a língua portuguesa falada no Brasil por Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2012 [versão original: **Logische Untersuchungen**. Zweite Teil: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis. Erstellungsjahr: 1901].

INGLEHART, Ronald. **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

_____. **Modernización y posmodernización**: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades. Madrid, ESP: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.

JAGGAR, Alison M. **Feminist politics and human nature**. Totowa, NJ: Rowman and Allanheld, 1983.

_____. Abortion right and gender justice worldwide: an essay in political philosophy. In: TOOLEY, M. *et al.* **Abortion**: three perspectives. New York, NY and Oxford, GBR: Oxford University Press, 2009.

_____. Feminist studies. In: JAGGAR, A. M. (Ed.). **Just methods**: an interdisciplinary feminist reader. Boulder, CO and London, GBR: Paradigm Publishers, 2008. p. 191-198.

JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Ed.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rosa dos Tempos, 1997 [versão original: **Gender/Body/Knowledge**: feminist reconstructions of being and knowing. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1988].

JAGGAR, Alison M.; YOUNG, Iris Marion. Introduction. In: JAGGAR, A. M.; YOUNG, I. M. (Ed.). **A companion to feminist philosophy**. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2000. p. 1-6.

JALUŠIČ, Vlasta; PAJNIK, Mojca. When I think about myself as politically engaged, I think of my self as a citizen: interview with Iris Young. In: FERGUSON, A.; NAGEL, M. (Eds.). **Dancing with Iris: the philosophy of Iris Marion Young**. New York, NY: Oxford University Press, 2009. p. 21-32.

JAQUETTE, Jane S. Introduction. In: JAQUETTE, J. S. (Ed.). **The women's movement in Latina America: feminism and the transition to democracy**. Boston, MA: Unwin Hyman, 1989. p. 1-17.

JASMIN, Marcelo Gantus. **Racionalidade e história na teoria política**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1998.

JONES, Ann Rosalind. Escribiendo el cuerpo: hacia um compriensão de l'écriture féminine. Traducción de Jessica McLaughlan y Mirko Lauer. In: NAVARRO, M.; STIMPSON, C. R. (Com.). **Nuevas direcciones: um nuevo saber/ los estúdios de mujeres**. Buenos Aires, ARG: Fondo de Cultura Económica, 2001. p. 23-45. [versão original: Writing the body: toward sn understanding od L'Écriture Fémine. **Feminist Studies**, New York, NY, v. 7, n. 2, p. 47-63, 1981].

JONES, Claudia. **An end to the neglect of the problems of the Negro woman!**. New York, EUA: National Women's Commission, 1949.

JOHNSON, Sonia. **Going out of our minds: the metaphysics of liberation**. Freedom, CA: Crossing Press, 1987

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Tradução de Edson Bini. Bauru, SP: Edipro, 2003 [versão original: **Grundlegung zur Metaphysik der Sitten**. Riga, LVA: J. F. Hartknoch, 1797].

_____. **Crítica da razão pura**. Tradução de Alex Marins. São Paulo, SP: Martin Claret, 2005 [versão original: **Kritik der reinen Vernunft**. Riga, LVA: J.F. Hartknoch, 1781].

KENNEDY, Ellen; MENDUS, Susan. (Ed.). **Women in western political philosophy: Kant to Nietzsche**. New York, NY: St. Martin's Press, 1987.

KEOHANE, Robert. International relations theory: contributions of a feminist standpoint. **Millennium-Journal of International Studies**, London, GBR, v. 18, no. 2, p. 245-253, 1989.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo [verbete]. In: HIRATA, H. *et al.* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009. p. 67-76 [versão original: Division sexuelle du travail et rapportssociaux des sexes. In: HIRATA, H. *et al.* (Org.). **Dicctionaire critique du féminisme**. Paris, FRA: Presses Universitaires de France, 2000].

KIRALY, Cesar. **O nascimento cético da ciência política e a investigação da natureza**

humana. Rio de Janeiro: Edição do Autor – Online, 2008. Disponível em: <<http://cesarkiraly.opsblog.org/files/2008/12/>>. Acesso em: 25 jan. 2009, 20:32:25.

KIRKWOOD, Julieta. Feministas y políticas. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, ARG, n. 78, p. 62-70, 1985.

_____. **Ser política en Chile**: las feministas y los partidos. Santiago, CHI: LOM Ediciones, 2010 [versão original: **Ser política en Chile**. Mimeo. 1985].

KISS, Elizabeth. Justice. In: JAGGAR, A. M.; YOUNG, I. M. (Ed.). **A companion to feminist philosophy**. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2000. p. 487-499.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 7. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2003 [versão original: **The structure of scientific revolutions**. Chicago, IL and London, GBR: The University of Chicago Press, 1964].

KUMAR, Krishan. Modernidade e pós-modernidade II: a idéia da pós-modernidade. Tradução de Ruy Jungmann. In: KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1997. p. 112-158 [versão original: Modernity and post-modernity II: the idea of post-modernity. In: KUMAR, K. **From post-industrial to post modern society**: new theories of the contemporary world. Malden, MA: Blackwell, 1995. p. 101-148].

KYMLICKA, Will. **Filosofia política contemporânea**: uma introdução. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006 [versão original: **Contemporary political philosophy**: an introduction. Oxford, GBR: Oxford University Press, 1990].

LACLAU, Ernesto. **Emancipation(s)**. 2nd. imp. London, GBR and New York, NY: Verso, 2007.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. Traducción Ernesto Laclau. Buenos Aires, ARG: Fondo de Cultura Económica, 2004 [versão original: **Hegemony and socialist strategy**: towards a radical democratic politics. London and New York, NY: Verso, 1985].

LAGARDE, Marcela. **Género y feminismo**: desarrollo humano y democracia. Madrid, ESP: Horas y Horas, 1996.

LAMAS, Marta. De la indentidad a la ciudadanía. **Cinta de Moebio**, Santiago, CHL, n.7, p. 1-7, 2000.

LAQUEUR, Thomas **Making sex**: body and gender from the Greeks to Freud. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

LEFORT, Claude. **Pensando o político**: ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade. Tradução de Eliana M. Souza. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1991 [versão original: **Essais sur le politique**: XIX^e - XIX^e siècles. Paris, FRA: Éditions du Seuil, 1986].

LESSA, Renato. Por que rir da filosofia política, ou a ciência política como *téchne*. In:

LESSA, R. **Agonia, aposta e ceticismo**: ensaios de filosofia política. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2003. p. 129-143 [versão original: Porque Rir da Filosofia Política? , ou A Ciência Política como *techné*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 13, n. 36, 1998, p 162-167].

LIPSET, Seymour. Introdução. In: LIPSET, S. (Org.). **Política e ciências sociais**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1972 [versão original: **Politics and the social sciences**. Oxford, GBR: Oxford University Press, 1969].

LLOYD, Genevieve. **The man of reason**: “male” and “female” in western philosophy. New York, NY: Routledge, 1993.

LONGINO, Helen E. Epistemologia Feminista. In: GREGO, J.; SOSA, E. (Orgs.). **Compêndio de epistemologia**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2008. [versão original: Feminist epistemology. In: GREGO, J.; SOSA, E. (Org.). **The Blackwell guide to epistemology**. p. Malden, MA: Blawell Publishing, 1999. p. 323-353].

LORDE, Audre. The master's tools will never dismantle the master's house. In: LORDE, A. **Sister outsider**: essays and speeches. Berkeley, CA: Crossing Press, 2007. p. 110-114 [versão original: The master's tools will not dismantle the master's house. In: MORAGA, C.; ANZALDÚA, G. **This bridge called my back**: writings by radical women of color. New York, EUA: Kitchen Table, 1981].

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, COL, n. 9, jul.-dic., pp. 73-101.

LYNCH, Christian Edward Cyril. A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político. In: ROSANVALLON, P. **Por uma história do político**. São Paulo, SP: Alameda Casa Editorial, 2010. p. 9-35.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 9. ed. São Paulo, SP: José Olympio, 2006 [versão original: **La condition postmoderne**: rapport sur le savoir. Paris, FRA: Minuit, 1979].

MACKINNON, Catherine A. Sex equality: difference and dominance. In: JAGGAR, A. M.; ROTHENBERG, P. S. (Ed.). **Feminist frameworks**: alternative theoretical accounts of the relations between women and men. 3rd. ed. Boston, MA: McGraw-Hill, 1993. p. 182-187.

_____. **Hacia una teoría feminista del estado**. Traducción de Eugenia Martín. Madrid, ESP: Cátedra, 1995 [versão original: **Toward a feminist theory of the State**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991].

MAFFIA, Diana. Socialismo y liberalismo en la teoría política contemporánea. In: BORON, A. (Comp.). **Filosofía política contemporánea**. Buenos Aires, ARG: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004. p. 173-177.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A mandrágora**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

_____. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília: UnB, 1979.

_____. **O príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 2010 [versão original: **Il principe e altre opere politiche**. Mimeo. 1513].

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 13, 2005, p. 483-505.

_____. Modernidade e crítica da modernidade: a sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 30, p. 345-372, 2008.

MARQUES, Danusa. **Democracia e ciências sociais no Brasil (1985-2005)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

MASSON, Laura. **Feministas en todas partes**: una etnografía de espacios y narrativas feministas en Argentina. Buenos Aires, ARG: Prometeo Libros, 2007.

MATOS, Marlise. Pierre Bourdieu e o gênero: possibilidades e críticas. **Série Estudos**, Rio de Janeiro, RJ, n. 94, p. 1-56, 1997.

_____. Simone de Beauvoir: uma luz em nosso caminho. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 12, p.145-156, 1999.

_____. **Reinvenções dos vínculos amorosos**: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG e Iuperj, 2000.

_____. Masculinidades: uma discussão conceitual preliminar. In: MURARO, R. M.; PUPPIN, A. (Orgs.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2001. p. 21-38.

_____. Os novos desafios criados pela multiplicação das identidades de gênero: para onde fomos?. **Interseções**: Revista de Estudos Interdisciplinares, Rio de Janeiro, RJ, ano 4, n. 2, p. 159-174, 2002.

_____. A Democracia não deveria parar na porta de casa: a criação de um índice de tradicionalização e destradicionalização de gênero no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SACLON, C. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005

_____. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero se transformaram em um *campo* analítico novo para as Ciências Humanas e Sociais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008.

_____. Em busca de uma teoria crítico-emancipatória feminista de gênero: reflexões a partir da experiência da política na ausência das mulheres. In: MATOS, Marlise (Org.). **Perspectiva de gênero na política e nas políticas**. v. 4. Belo Horizonte, MG: DCP/FAFICH/UFMG, 2009a (coleção Enfoques feministas e os desafios contemporâneos).

_____. **Uma contribuição para sistematizar aspectos da teoria política feminista e de gênero no Brasil**: reflexões a partir da experiência da política na ausência das mulheres. 2009b. 38 f. Projeto (Bolsa de Produtividade em Pesquisa) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia, Brasília, DF, 2009b.

_____. **O feminismo em sua quarta “onda”**: nova dinâmica de reconfiguração complexa do campo feminista de gênero proposta pelos feminismos horizontais latino-americanos. Mimeo.

MATOS, Marlise; CYPRIANO, Breno. Críticas feministas, epistemologia e as teorias da justiça social: em busca de uma teoria crítico-emancipatória de gênero. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., Caxambu, MG, 2008. **Anais eletrônicos do XXXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, SP: Anpocs, 2008.

_____.; _____. (Alguma(s) teoria(s) da justiça: a teoria política nos rastros da luta pela justiça social. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 33., Caxambu, 2009. **Anais eletrônicos do XXXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, SP: Anpocs, 2009.

MATOS, Marlise; CYPRIANO, Breno; BRITO, Marina. Os limites do recente imaginário feminista brasileiro na busca por representação política para as mulheres. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 6., San José, 2008. **Anais eletrônicos do VI Congresso da ALACIP**. San José, CRI: Universidad de Costa Rica e ALACIP, 2008.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 43, p. 57-118, 2014 .

MATRAVERS, Matt. Filosofia como política: algumas conjecturas sobre o futuro da filosofia política. In: CAREL, H.; GAMEZ, D. (org.). **Filosofia contemporânea em ação**. Tradução de Fernando José R. da Rocha. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. p. 26-38 [versão original: Philosophy as politics: some guesses as to the future of political philosophy. In: CAREL, H.; GAMEZ, D. (Eds.). **What philosophy is: contemporary philosophy in action**. New York, NY and Lond, GBR: Continuum, 2003. p. 10-22].

MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento**: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo, SP: Annablume, 2006.

MCAFEE, Noëlle. Feminist political philosophy. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2003 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/feminist-political/>>. Acesso em: 15 agosto 2009, 20:21:32.

MCCLURE, Kirstie. The issues of foundation: scientized politics, politicized science, and feminist critical practice. In: BUTLER, J. P.; SCOTT, J. W. (Ed.). **Feminists theorize the political**. New York, NY: Routledge, 1992. p. 341-368.

MEAD, Margareth. **Sex and temperament in three primitive societies**. New York, NY: William Morrow, 1935.

MELO, Érica. Feminismo: velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n.31, p. 553-564, 2008.

MENDOZA, Breny. **Hacia una nueva teoría feminista latinoamericana (a partir del golpe de estado en Honduras)**. Tegucigalpa, HON, 2009. Disponível em: <<http://hondurasenlucha.blogspot.com/2009/11/hacia-una-nueva-teoria-feminista.html>>. Acesso em: 21 dez. 2009.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999 [versão original: **Phénoménologie de la perception**. Paris, FRA: Gallimard, 1945].

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires, ARG: Ediciones del signo, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 15, n. 44, p. 91-102, 2000.

_____. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001.

_____. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, São Paulo, SP, n. 59, p. 5-42, 2005.

MILLER, David. Political philosophy. In: BRAIG, E. (Ed.). **Routledge encyclopedia of philosophy**. v. 1. London, GBR: Routledge, 1998. p. 815-818.

_____. **Principles of social justice**. 3rd. reimp. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 2003.

MILLET, Kate. **Política sexual**. Tradução de Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Lisboa, PRT: Publicações Dom Quixote, 1974 [versão original: **Sexual politics**. New York, NY: Doubleday, 1970].

MINNOW, Martha. **Making all the difference: inclusion, exclusion, and the American law**. Cornell, NY: Cornell University, 1990.

MITCHELL, Juliet. Woman's state. In: JAGGAR, A. M.; ROTHENBERG, P. S. (Ed.). **Feminist frameworks: alternative theoretical accounts of the relations between women and men**. 3rd. ed. Boston, MA: McGraw-Hill, 1993. p. 189-191.

MMM – MARCHA MUNDIAL DE MULHERES. **Memória**. São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/marcha>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. **Boundary 2**, Durham, NC, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

_____. Feminist encounters: locating the politics of experience. In: PHILLIPS, A. (Ed.). **Feminism and politics**. Oxford, GBR and New York, NY: Oxford University Press, 1998. p. 254-272 [versão original: Feminist encounters: locating the politics of experience. In:

BARRETT, M.; PHILLIPS, A. (Ed.). **Destabilizing theory**. Cambridge, MA: Polity Press, 1992].

_____. **Feminism without borders: decolonizing theory, practicing solidarity**. Durhan, MA and London, GBR: DGBRe University Press, 2003.

MONASTERIO MARTÍN, Marta. **¿Es el feminismo una teoría política o una ética?**. Madrid, ESP: Instituto Complutense de Estudios Internacionales, 2005.

MONEY, John. Gender role, gender identity, core gender identity: usage and definitions of terms. **Journal of the American Academy of Psychoanalysis**, New York, NY, vol. 1, nº 4, [1955] 1973.

MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria. **This bridge called my back: writings by radical women of color**. New York, EUA: Kitchen Table, 1981.

MORAWSKI, Jill G. Impasse no pensamento feminista?. In: GERGEN, M. M. (ed.). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos e Edunb. p. 209-222 [versão original: Impasse in feminist thought?. GERGEN, M. M. (ed.). **Feminist thought and the structure of knowledge**. New York, EUA: New York University Press, 1988. p. 182-194].

MORGAN, Robin (Ed.). **Sisterhood is powerful**. New York, EUA: Anchor Press, 1970.

MOREY, Patricia. Presentación honoris causa Dra. Nancy Fraser. IN: BORJA, A. MOREY, P. (Eds.). **Teoría social y género: Nancy Fraser y los dilemas teóricos contemporáneos**. Buenos Aires, ARG: Catálogos, 2010. p. 361-364.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Tradução de Ana Cecília Simões. Lisboa, PRT: Gradiva, 1996 [versão original: **The return of the political**. London, GBR and New York, NY: Verso, 1993].

_____. **The democratic paradox**. London, GBR and New York, NY: Verso, 2000.

_____. **On the political**. London, GBR and New York, NY: Routledge, 2005a.

_____. Por um modelo agonístico de democracia. Tradução de Pablo Sanges Ghetti. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, PR n. 25, p. 11-24, 2005b [versão original: For an agonistic model of democracy. In: MOUFFE, C. **The democratic paradox**. London, GBR and New York, NY: Verso, 2000. p. 80-107].

NICHOLSON, Linda. Introduction. In: NICHOLSON, L. (Ed.), **Feminism/ postmodernism**. New York, NY: Routledge, 1990. p. 1-16.

_____. Feminism and Marx: integrating kinship with the economic. In: NICHOLSON, L. (Ed.). **The second wave: a reader in feminist theory**. New York, NY: Routledge, 1997. p. 131-146.

_____. Gender. In: JAGGAR, A. M.; YOUNG, I. M. (Ed.). **A companion to feminist philosophy**. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2000. p. 289-297.

NOBRE, Marcos. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a teoria crítica (apresentação). In: HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo, SP: Editora 34, 2003. p. 7-19.

NÓBREGA JR., José Maria Pereira da. Teoria democrática contemporânea: as concepções minimalistas e seus críticos contemporâneos. **Revista Política Hoje**, Recife, PE, v. 86, n. 1, p. 1-21, 2005.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Perspectivas alternativas: feminismo e pós colonialismo. In: NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005. p. 221-231.

NONET, Philippe; SELZNICK, Philip. **Law and society in transition: toward a responsive law**. London, GBR: Transaction Publishers, 1978.

NOZICK, Robert. **Anarquia, estado e utopia**. Tradução de Rui Jungmann. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1991 [versão original: **Anarchy, state and utopia**. New York, NY: Basic Books, 1974].

NUSSBAUM, Martha. **Sex and social justice**. New York, NY: Oxford University Press, 1999.

_____. **Women and human development: the capabilities approach**. New York, NY: Cambridge University Press, 2000.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro, RJ: Record e Editora Rosa dos Tempos, 1995 [versão original: **Feminist theory and the philosophies of man**. London, GBR and New York, NY: Croom Helm, 1988].

O'BRIEN, Mary. Reproducing marxist man. In: CLARK, L.; LANGE, L. (Ed.). **The sexism of social and political thought: women and reproduction from Plato to Nietzsche**. Toronto, CAN: University of Toronto Press, 1979. p. 99-116.

_____. **The politics of reproduction**. Boston, MA: Routledge and Kegan Paul, 1981.

O'NEILL, Daniel I.; SHANLEY, Mary Lyndon; YOUNG, Iris Marion. Introduction. In: O'NEILL, D. I.; SHANLEY, M. L.; YOUNG, I. M. (Ed.). **Illusion of consent: engaging with Carole Pateman**. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 2008. p. 1-13.

OAKLEY, Ann. **Sex, gender, and society**. London, GBR: Temple Smith, 1972.

OGANDO, Ana Carolina Freitas Lima. **Feminismo, justiça e reconhecimento: repensando a cidadania das mulheres brasileiras**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2006.

_____. Reflexões feministas sobre a esfera privada à luz do reconhecimento. In: MATOS, Marlise (Org.). **Debates acerca do feminismo: antigos e novos desafios**. v. 1. Belo

Horizonte, MG: DCP/FAFICH/UFMG, 2009 (coleção Enfoques feministas e os desafios contemporâneos).

OKIN, Susan Moller. **Women in western political thought**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979.

_____. Justice and gender. **Philosophy and Public Affairs**, Princeton, NJ, v.16, n. 1, p. 42-72, 1987.

_____. **Justice, gender and the family**. New York, NY: Basic Books, 1989.

_____. Afterword to the 1992 edition. In: OKIN, S. M. **Women in western political thought**. 2nd. ed. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1992. p. 309-340.

_____. Politics and the complex inequality of gender. In: MILLER, D.; WALZER, M. (Org.). **Pluralism, justice, and equality**. Oxford, GBR: Oxford University Press, 1995. p. 120-142.

_____. Liberalismo político, justicia y género. In: CASTELLS, C. (Comp.). **Perspectivas feministas en teoría política**. Traducción de Carme Castells. Barcelona, ESP: Editorial Paidós, 1996. p. 127-148 [versão original: Political liberalism: justice and gender. **Ethics**, Chicago, IL, n. 105, p. 23-43, 1994].

_____. Gênero, público e privado. Tradução de Flávia Biroli. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008 [versão original: Gender, the public, and the private. In: PHILLIPS, A. (Ed.). **Feminism and politics**. Oxford, GBR and New York, NY: Oxford University Press, 1998. p. 116-141].

OLSON, Kevin. Adding insult to injury: an introduction. In: OLSON, K. (Ed.). **Adding insult to injury: Nancy Fraser debates her critics**. London, GBR and New York, NY: Verso, 2008. p. 1-8.

ORWELL, George. Porque eu escrevo. Tradução de Eva Paulino Bueno. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, PR, n. 39, 2003 [versão original: **Why I write**. London, GBR: Gangrel, 1946].

PANTON, James. The Politics of Experience: marxism, second-wave feminism, and social mediation. **Studies in Marxism-Political Studies Association Marxism Specialist Group**, London, GBR, v. 10, 2004.

PAREKH, Bhikhu. Political theory: traditions in political philosophy. In: GOODIN, R.; KLINGEMANN, H. (Ed.). **A new handbook of political science**. Oxford, GBR: Oxford University Press, 1998. p. 503-518.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1993 [versão original: **The sexual contract**. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 1988].

_____. **The disorder of women**. Cambridge, MA: Polity Press, 1989.

_____. Críticas feministas a la dicotomía público/privado. In: CASTELLS, C. (Comp.). **Perspectivas feministas en teoría política**. Traducción de Carme Castells. Barcelona: Editorial Paidós, 1996. p. 31-52 [versão original: Feminist critiques of the public/private dichotomy. In: PATEMAN, C. **The disorder of women**. Cambridge, MA: Polity Press, 1989. p. 118-140].

_____. El estado de bienestar patriarcal. Traducción de Aroma de la Cadena y Eloy Neira. **Contextos**, Programa de Estudios de Género de la Pontificia Universidad Católica de Perú, Lima, año 2, n. 5, Lima, 2000. [versão original: The patriarchal welfare state. In: PATEMAN, C. **The disorder of women**. Cambridge, MA: Polity Press, 1989. p. 179-209]

_____. Afterword. In: O'NEILL, D. I.; SHANLEY, M. L.; YOUNG, I. M. (Ed.). In: O'NEILL, D. I.; SHANLEY, M. L.; YOUNG, I. M. (Ed.). **Illusion of consent: engaging with Carole Pateman**. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 2008. p. 231-243.

_____. Soberania individual e propriedade na pessoa: democratização e um conto de dois conceitos. Tradução de Arlete Dialeachi. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 171-218, 2009 [versão original: Self-ownership and property in the person: democratization and a tale of two concepts. **The Journal of Political Philosophy**, New York, NY v. 10, n.1, 2001].

PATEMAN, Carole; SHANLEY, Mary L. **Feminist interpretations and political theory**. Cambridge, MA: Polity, 1990.

PERROZOMPOPO, Ramón Mejía. Las hijas del sol. Intérprete: Ramón Mejía "Perrozompopo" com Martha Fonseca. In: PERROZOMPOPO, Ramón Mejía. **Quiero que sepas**. San Jose, CRI: Papaya Records, 2007. 1 CD. Faixa 6.

PHILLIPS, Anne. **Engendering democracy**. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 1991.

_____. **The politics of presence: the political representation of gender, ethnicity, and race**. Oxford, GBR and New York, NY: Oxford University Press, 1995.

_____. **Wich equalities matter?**. Cambridge, MA: Polity Press, 1999.

_____. Feminism and republicanism: is this a plausible alliance?. **The Journal of Political Philosophy**, New York, NY, v. 8, n. 2, p. 279-293, 2000.

_____. Book review: Women and human development: the capabilities approach by Martha C. Nussbaum. **Ethics**, Chicago, IL, v. 112, n. 2, p. 398-403, 2002.

_____. Da desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento?. Tradução de André Villalobos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, v. 1, n.2, p. 223-240, 2009 [versão original: From inequality to difference: a severe case of displacement?. **New Left Review**, London, GBR, v. 224, p.143-153, 1997].

PIERUCCI, Antônio Flávio. Linguagens autoritárias, voto popular. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994. p. 137-150.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro, RJ e São Paulo, SP: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

_____. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H.; MUÑOZ-VARGAS, M. (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 1994.

_____. Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo, SP: Editora 34, 2002. p. 79-96.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **Teorias da democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade**. Porto Alegre, RS: EDIPUC, 2004.

_____. O discurso democrático deslocado: a propósito do paradoxo da democracia. In: AMARAL JR., A.; BURITY, J. A. (Org.). **Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social**. São Paulo, SP: Annablume, 2006. p. 93-121.

_____. A redistribuição frente à controvérsia Fraser-Honneth sobre o reconhecimento. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., Recife, PE, 2007. **Anais eletrônicos do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. São Paulo, SP: SBS, 2007.

_____. Notas sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, SP, v. 74, p. 35-58, 2008.

_____. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, PR, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PIZAN, C. **A cidade das damas**. Tradução e Apresentação brasileira de Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 2012 [versão original:

PITKIN, Hanna Fenichel. Justice: on relating private and public. **Political Theory**, Ann Arbor, MI, v. 9, p. 327-352, 1981.

_____. **Fortune is a woman: gender and politics in the thought of Niccolò Machiavelli**. Berkeley, CA: University of California Press, 1984.

POGGE, Thomas Winfried M. **John Rawls: his life and theory of justice**. Translated by Michelle Kosch. New York, NY: Oxford University Press, 2007.

POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo: teoria social e política**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2005.

_____. Democracia e representação política: entre a normatividade e a empiria.

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 6., Campinas, SP, 2008. **Anais eletrônicos do VI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Rio de Janeiro, RJ: ABCP, 2008.

_____. **O enigma do político**: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2009.

POPPER, Karl Raimund. **Conjecturas e refutações**: o desenvolvimento do conhecimento científico. Tradução de Benedita Sérgio Bath. 3. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1994 [versão original: **Conjectures and refutations**: the growth of scientific knowledge. New York, NY: Routledge, 1963].

PRÁ, Jussara Reis. Gênero e feminismo: uma leitura política. In: STREY, M. N. *et al.* (Ed.). **Construções e perspectivas de gênero**. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2000. p. 143-156.

PRADO, Natalia Martínez. Algunas reflexiones sobre lo político y el estado en la teoría de justicia de Nancy Fraser. IN: BORJA, A. MOREY, P. (Eds.). **Teoría social y género**: Nancy Fraser y los dilemas teóricos contemporáneos. Buenos Aires, ARG: Catálogos, 2010. p. 141-166.

PRECIADO, Beatriz. Féminisme amnésique. Libération, Paris, 9 mai 2014. Disponível em: http://www.liberation.fr/societe/2014/05/09/feminisme-amnesique_1014052

PROKHOVNIK, Raia. **Rational woman**: a feminist critique of dichotomy. New York, NY: Routledge, 1999.

PRZEWORSKI, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Tradução de Argelina Cheibub Figueiredo e Pedro Paulo Zahluth Bastos. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1995 [versão original: **The state and the economy under capitalism**. Chur, CHE: Harwood Academic Publishers, 1990].

PUTNAM, Ruth Anna. Why not a feminist theory of justice?. In: NUSSBAUM, M.; GLOVER, J. (Eds.). **Women, culture, and development**: a study of human capabilities. Oxford, GRB: Oxford University Press, 1995. p. 298–331.

RADFORD, Jill. RUSSELL, Diana E. H. **Femicide**: The Politics of Woman Killing. New York: Twayne Publishers, 1992.

RAVECCA, Paulo. “Política” flota si “cultura” irrumpe: un ejercicio de interpretación. 2006. Monografia (Licenciatura de Ciencia Política) – Universidade de la República, Montevideo, URY, 2006. 76 p.

RAWLS, John. Resposta a Habermas. Tradução de Otacílo Neves Júnior. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 57, n. especial, 1996 [versão original: reconciliation through the public use of reason: remarks on John Rawls's political liberalism. **The Journal of Philosophy**, New York, NY, v. 92, n. 3, p. 132-180, 1995].

_____. **O liberalismo político**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2000 [versão original: **Political liberalism**. New York, NY: Columbia University Press, 1995].

_____. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002 [versão original: **A theory of justice**. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 1971].

REED, Evelyn. Women: caste, class, or oppressed sex?. In: JAGGAR, A. M.; ROTHENBERG, P. S. (Ed.). **Feminist frameworks**: alternative theoretical accounts of the relations between women and men. 3rd. ed. Boston, MA: McGraw-Hill, 1993. p. 170-174.

REZENDE, Daniela Leandro. **Teoria democrática e instituições políticas**: análise da representação de mulheres na ALMG (1999-2006). 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008.

RHODE, Deborah L. The politics of paradigms: gender difference and gender disadvantage. In: PHILLIPS, A. (Ed.). **Feminism and politics**. Oxford, GRB and New York, NY: Oxford University Press, 1998. p. 344-362 [versão original: The politics of paradigms: gender difference and gender disadvantage. In: BOCK, G.; JAMES, S. (Eds.). **Beyond equality and difference**: citizenship, feminist politics and female subjectivity. Lodon, GRB and New York, NY: Routledge, 1992. p. 138-152].

RICH, Adrienne. Notes toward a politics of location. In: RICH, A. **Blood, bread and poetry**: selected prose 1979-1985. New York, NY: W.W. Norton and Company, 1986. p. 210-231.

ROSE, Nikolas S. **Powers of freedom**: reframing political thought. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1999.

RODRIGUES, Carla. Múltiplas rotas femininas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 13, n. 3, p. p. 758-761, 2005.

RODRÍGUEZ, Teresa. **Las hijas de Juárez**. New York, NY: Atria Books Español, 2007.

RORTY, Richard. Feminism and pragmatism. **Michigan Quarterly Review**, Ann Arbor, MI, n. 30, p. 231- 258, 1991.

_____. **A filosofia e o espelho da natureza**. 2. ed. Tradução de Antônio Transito. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 1995 [versão original: **Philosophy and the mirror of nature**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979].

_____. Feminismo, ideologia e desconstrução: uma visão pragmática. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Uma mapa da ideologia**. 3. reimp. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto Editora, 2007 [versão original: Feminism, ideology, and deconstruction: a pragmatist view. **Hypatia**, Washington, DC, v. 8, n. 2, 1993, p. 96-103].

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. Tradução de Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo, SP: Alameda Casa Editorial, 2010 [versão original: **Pour une histoire conceptuelle du politique**. Paris, FRA: Seuil, 2003].

ROSALDO, Michelle Zimbalist. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. Tradução de Cila Anker e Rachel Gorenstein. In: ROSALDO, M. S.; LAMPHERE, L. (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1979. p.

33-64. [versão original: Woman, culture and society: a theoretical overview. In: ROSALDO, M. S.; LAMPHERE, L. (Eds.). **Woman, culture & society**. Palo Alto, CA: Standford University Press, 1974. p. 17-42].

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**: princípios de direito político. 17. ed. Tradução de Antônio de P. Machado. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1997 [versão original: **Du contrat social, ou, principes du droit politique**. Strasbourg, FRA: De l'Impr. de la Societe typographique, 1791].

ROWBOTHAM, Sheila. Interview with Sheila Rowbotham. In: ABELOVE, H. *et al.* (Eds.). **Visions of history**. Manchester, GBR: Manchester University Press, 1976. p. 49-69.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a 'economia política' do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife, PE: SOS Corpo, 1993 [versão original: The traffic in women. In: REITER, R. (Ed.). **Toward an anthropology of women**. Nova York, NY: Monthly Review Press, 1975].

_____. The traffic in women: notes on the "political economy" of sex. In: NICHOLSON, L. (Ed.). **The second wave**: a reader in feminist theory. New York, NY: Routledge, 1997. p. 19-26.

RUSSELL, Diana E. H.; VAN DE VEN, Nicole. **The proceedings of the International Tribunal on Crimes Against Women**. San Francisco, CA: Frog in the Well, 1976.

SAAVEDRA, Giovani Agostini. A teoria crítica de Axel Honneth. In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Org.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo, SP: Annablume, 2007. p. 95-111.

SADER, Emir. **A nova toupeira**: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMPAOLESI, Ana. La justicia social y las mujeres. **Feminaria**, Buenos Aires, ARG, ano V, n. 8, p.13-14, 1992.

SANDEL, Michael J. **El liberalismo y los límites de la justicia**. Traducción de María Luz Melon. Barcelona, ESP: Gedisa, 2000 [versão original: **Liberalism and the limits of justice**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1982].

SANTALICES, Gloria M. C. Lectura feminista de algunos textos de Hannah Arendt. **Anales del Seminario de Historia de la Filosofía**, Madrid, ESP, n. 18, p. 125-142, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2006.

_____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007a.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo, SP:

Boitempo, 2007b.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo, SP: Editora Cortez, 2008.

SAPIRO, Virginia. Feminist studies and political science – and vice versa. In: PHILLIPS, A. (Ed.). **Feminism and politics.** Oxford, GRB and New York, NY: Oxford University Press, 1998. p. 67-92.

SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada: estruturas de gênero da cidadania. Tradução de Álvaro Lorencini. In: BONACCHI, G.; GROPPi, A. (Org.). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 205-234. [versão original: La dipendenza costruita e l'interdipendenza negata. Strutture di genere della cittadinanza. In: BONACCHI, G.; GROPPi, A. (a cura di.). **Il dilemma della cittadinanza: diritti e doveri delle donne.** Roma e Bari, ITA: Laterza, 1993. p. 166-189].

SARTORI, Giovanni. **A política: lógica e método nas ciências sociais.** 2. ed. Tradução de Sérgio Bath. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1997 [versão original: **La política: logica e metodo in scienze sociali.** Milano, ITA: Sugar Co., 1979].

SAXONHOUSE, Arlene. **Women in the history of political thought: ancient Greece to Machiavelli.** New York, NY: Praeger Publishers, 1985.

SCHILD, Verônica. Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas novas democracias. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras.** Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2000. p. 149-183 [versão original: New subjects of rights? women's movements and the construction of citizenship in the 'new democracies'. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Eds.). **Cultures of politics/politics of cultures: re-visioning Latin American social movements.** Boulder, CO: Westview Press, 1998.p. 93-117].

SCHUTTE, Ofelia. Latin America. In: JAGGAR, A. M.; YOUNG, I. M. (Ed.). **A companion to feminist philosophy.** Malden, MA: Blackwell Publishers, 2000. p. 87-95.

SCHMITT, Carl. The concept of the political. In: KAES, A.; JAY, M.; DIMENDBERG, E. (Eds.), **The Weimar Republic sourcebook.** Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1994. p. 342-344 [versão original: Der Begriff des Politischen. **Heidelberger Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik,** Tübingen, DEU, 58, n.1, 1927, p. 1-27].

SCHOCHET, Gordon J. **Patriarchalism in political thought: the authoritarian family and political speculation and attitudes especially in seventeenth-century England.** New York, NY: Basic Books, Inc., Publishers, 1975.

SCHOTT, Robin May. Kant. In: JAGGAR, A. M.; YOUNG, I. M. (Ed.). **A companion to feminist philosophy.** Malden, MA: Blackwell Publishers, 2000. p. 39-48.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Tradução de Sérgio

Góes de Paula. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1984 [versão original: **Capitalism, socialism and democracy**. New York, NY: Harper & Row, 1947].

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990 [versão original: Gender: a useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, Chicago, IL, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986].

_____. "Experience". In: BUTLER, J. P; SCOTT, J. W. (Ed.). **Feminists theorize the political**. New York, NY: Routledge, 1992. p. 22-40 [versão original: The evidence of experience. **Critical Inquiry**, Chicago, IL, v. 17, n. 4, p. 773-797, 1991].

_____. Igualdad versus diferencia: los usos de la teoría postestructuralista. Traducción de Marta Lamas. **Debates Feminista**, Ciudad de México, MEX, ano 10, volume especial (Cidadania e Feminismo), p. 203-222, 1999 [versão original: Deconstructing equality-versus-difference: or, the uses of poststructuralist theory for feminism. **Feminist Studies**, New York, NY, v. 14, n. 1, p. 33-50, 1988].

_____. O enigma da igualdade. Tradução de Jó Klanovicz e Susana Bornéo Funck. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005a [versão original: The conundrum of equality. **IAS Papers**, Princeton, NJ, n. 2, 1999].

_____. **Parité!**: l'universel et la différence des sexes. Traduit par Claude Rivière. Paris, FRA: Édition Albin Michel, 2005b [versão original: Parité!: sexual quality and the crisis of french universalism. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2005].

SEGATO, Rita L. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v.13, n. 2, p.265-285, 2005.

SEN, Amartya K. **On economic inequality**. New York, NY: Norton, 1973.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000 [versão original: **Development as freedom**. New York, NY: Alfred Knopf, 1999].

_____. **Desigualdade reexaminada**. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2001a [versão original: **Inequality Reexamined**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992].

_____. Igualdade de quê?. In: SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2001b. p. 43-68 [versão original: Equality of what?. In: MCMURRIN, S. (Ed.). **Liberty, equality, and law**. Salt Lake City, UT: University of Utah Press, 1980. p. 137-162].

_____. What do we want from a theory of justice?. **The Journal of Philosophy**, New York, NY, v. CIII, n. 5, p. 215-38, 2006 .

SHANLEY, Mary; NARAYAN, Uma. (Ed.). **Reconstructing political theory: feminist**

perspectives. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 1997.

SKOCPOL, Theda. **Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in United States**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

SMITH, Barbara. Racism and women's studies. **Frontier: A Journal of Women's Studies**, Lincoln, NE, v. 5, n. 1, p. 48-49, 1979.

SILVA, Felipe Gonçalves. Iris Young, Nancy Fraser e Seyla Benhabib: uma disputa entre modelos críticos. In: NOBRE, M. (Org.). **Curso livre de teoria crítica**. Campinas, SP: Papyrus, 2008. p. 199-226.

SIMÕES, Solange; MATOS, Marlise. Modern ideas, traditional behaviors, and the persistence of gender inequality in Brazil. **International Journal of Sociology**, New York, NY, v. 38, n. 4, p. 94-110, 2008.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [versão original: **The foundations of modern political thought: the renaissance (vol. I) and the age of reformation (vol II)**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1978]

SOARES, Luiz Eduardo. Políticas das ciências sociais: armadilhas do heroísmo esquecido de si. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 13, n. 36, p. 150-157, 1998.

SOPER, Kate. Feminism as critique. **New Left Review**, London, GRB, v. 1, n. 176, p. 91-112, 1989.

SOTERO CAIO, José. **Rumo à filosofia do futuro**. São Paulo, SP e Rio de Janeiro, RJ: Bennet e Imprensa Metodista, 1982.

SPELMAN, Elizabeth V. **Inessential woman: problems of exclusion in feminist thought**. Boston, MA: Beacon, 1989.

SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak?: speculations on widow sacrifice. **Wedge**, New York, NY, v. 7, n.8, p. 120-130, 1985.

_____. Quem reivindica a alteridade?. Tradução de Patrícia Farias. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1994. p. 187-205 [versão original: Who claims alterity?. In: KRUGER, B.; MARINAI, P. (Eds.). **Remaking history**. Seattle, WA: Bay Press, 1989. p. 269-292].

_____. Feminism and critical theory. In: SPIVAK, G. **In other worlds: essays in cultural politics**. 2nd. ed. New York, NY: Routledge, 2006a [1987]. p. 102-124.

_____. A literary representation of the subaltern: a woman's text from third world. In: SPIVAK, G. **In other worlds: essays in cultural politics**. 2nd. ed. New York, NY: Routledge, 2006b [1987]. p. 332-370.

SQUIRES, Judith. **Gender in political theory**. Cambridge, MA: Polity Press, 1999a.

_____. Group representation, deliberation and the displacement of dichotomies. **Workshop: Innovation in Democratic Theory**. European Consortium of Political Research. Mannheim, DEU. 1999b.

STERBA, James P. Reconciling conceptions of justice. In: STERBA, J. P. *et al.* **Morality and social justice: point/counterpoint**. Lanham, MD and London, GRB: Rowman and Littlefield, 1995. p. 1-38.

STOLLER, Robert J. Sex and gender. New York: Science House, 1968.

STRAUSS, Leo. **What is political philosophy and other studies**. Chicago: University of Chicago Press, 1959.

SUBER, Peter. Is philosophy dead?. **The Earlhamite**, Richmond, VA, v. 112, n. 2, p. 12-14, 1993.

SUNSTEIN, Cass R. The anticaste principle. **Michigan Law Review**, Ann Arbor, MI, v. 92, n. 8, p. 2410-2455, 1994.

_____. Gender, caste, and law. In: NUSSBAUM, M.; GLOVER, J. (Eds.). **Women, culture, and development: a study of human capabilities**. Oxford, GBR: Oxford University Press, 1995. p. 332–359.

SYLVESTER, Christine. Homeless in international relations? ‘women’s’ place in canonical texts and feminist reimaginings. In: PHILLIPS, A. (Ed.) **Feminism and politics**. Oxford, GBR: Oxford University Press, 1998. p. 44-66.

SZWAKO, José. É a diferença o novo pluralismo?: as contribuições de Mouffe, Connolly e Young para o “pluralismo crítico”. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 33., Caxambu, MG, 2009. **Anais eletrônicos do XXXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, SP: Anpocs, 2009.

TALEB, Nassim Nicholas. **A lógica do cisne negro: o impacto do altamente improvável**. Tradução de Marcelo Schild. Rio de Janeiro, RJ: Best Seller, 2008 [versão original: **The black swan: the impact of the highly improbable**. New York, NY: Random House, 2007].

TALLEN, Bette S. How inclusive is feminist political theory?: questions for lesbians. In: In: JAGGAR, A. M. (Ed.). **Just methods: an interdisciplinary feminist reader**. Boulder, CO and London, GBR: Paradigm Publishers, 2008. p. 205-212 [versão original: How inclusive is feminist political theory?: questions for lesbians. In: ALLEN, J. (Ed.). **Lesbian philosophies and cultures**. Albany, NY: State of New York University Press, 1990. p. 241-257].

TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”**. Traducción de Mónica Utrilla de Neira. Ciudad de México, MEX: Fondo de Cultura Económica, 1993 [versão original: **Multiculturalism: examining the politics of recognition**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1992].

_____. Interpretation and the science of man. In: MARTIN, M.; MCINTYRE, L. C. (Eds.). **Readings in the philosophy of social science**. Cambridge, MA: MIT Press, 1994. p. 181-211

[versão original: Interpretation and the science of man. **The Review of Metaphysics**, Washington, DC, v. 25, p. 3-51, 1971].

_____. The politics of recognition. In: HEBLEY A. *et al.* (Ed.). **New contexts of canadian criticism**. Peterborough, GRB: Broadview, 1997a

_____. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. São Paulo, SP: Loyola, 1997b [versão original: **The sources of the self**: the making of the modern identity. Boston, MA: Harvard University Press, 1989].

TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations**: feminist perspectives on achieving global security. New York, NY: Columbia University Press, 1992

THERBORN, Göran. Dialectics of modernity: on critical theory and the legacy of twentieth-century marxism. **New Left Review**, London, GRB, v. 215, p. 59-81, 1996.

_____. **Sexo e poder**: a família no mundo, 1900-2000. Tradução de Elisabete Dória. São Paulo, SP: Contextos, 2006 [versão original: **Betwween sex and power**: family in the world, 1900-2000. New York, NY: Routledge, 2006].

_____. Depois da dialética: teoria social radical em um mundo pós-comunista. Tradução de Rodrigo Nobile. **Margem Esquerda**, São Paulo, SP, n. 10, p. 109-127, 2007 [versão original: After dialectics. **New Left Review**, London, GBR, v. 2, n. 43, p.63-114, 2007].

_____. **From marxism to post-marxism**. London, GRB: Verso, 2008.

TOBIAS, Sheila. **Faces of feminism**: an activist's reflections on the women's movement. Boulder, CO: Westview Press, 1997.

TOPPIEN, Pilvi. Critical reflections on social justice and recognition". **Res Publica**, Brighton, GRB, v. 11, p. 425-434, 2005.

TOWNS, Ann. **The political disempowerment of women as a standard of civilization**. Paper prepared for presentation at NUPI, 30 March 2007.

TRINDADE, Gleyton. Maquiavel e a dimensão simbólica do poder: fundamentos da teoria democrática de Claude Lefort. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 12, p. 155-180, 2013.

TRONTO, Joan. Care as a political concept. In: DI STEFANO, C; HIRSCHMAN, N. (Ed.). **Revisioning the political**: feminist reconstructions of traditional concepts in Western political theory. New York, NY: Westview Press, 1996. p. 139-156.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher?. **Geledés**. Acessado 1. jun. 2015. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/atlantico-negro/afroamericanos/sojourner-truth/22661-e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth> [versão original: **Ain't I a woman?**. 1851].

UNGER, Roberto M. **Social theory**: its situation and its task. Cambridge, CA: Cambridge University Press, 1987.

URBINATI, Nadia; WARREN, Mark. The concept of representation in contemporary democratic theory. **Annual Review of Political Science**, Palo Alto, CA, n. 11, p. 387–412, 2008.

VAN PARIJS, Philippe. **O que é uma sociedade justa?**: introdução à prática da filosofia política. Tradução de Cintia Ávila de Carvalho. São Paulo, SP: Ática, 1997 [versão original: **Qu'est-ce qu'une société juste?**: introduction à la pratique de la philosophie politique, Paris, FRA: Le Seuil, 1991].

VARGAS VALENTE, Virginia. Feminism, globalization and the global justice and solidarity movement. **Cultural Studies**, Chapel Hill, NC, v. 17, n. 6, p. 905 – 920, 2003.

_____. **Feminismos en América Latina**: su aporte a la política y a la democracia. Lima, PER: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2008.

VARIKAS, Eleni. Refundar ou reacomodar a democracia?: reflexões críticas acerca da paridade entre os gêneros. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 4, n. 1, p. 65-95, 1995.

_____. **Penser le sexe et le genre**. Paris, FRA: Presses Universitaires de France, 2006.

VITA, Álvaro de. **Justiça liberal**: argumentos liberais contra o neoliberalismo. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1993.

_____. Democracia e justiça. In: VITA, A.; BORON, A. (Org.). **Teoria e filosofia política**. São Paulo, SP e Buenos Aires, ARG: Edusp e Clacso, 2004.

_____. Justiça e diferença: a tolerância liberal. In: SOUZA, J. (Org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, DF: Editora UnB, 2001. p. 415-440.

VITA, Álvaro de; BORON, Atílio A. Prefácio. In: VITA, A.; BORON, A. (Org.). **Teoria e filosofia política**. São Paulo, SP e Buenos Aires, ARG: Edusp e Clacso, 2004. p. 9-11.

WACQUANT, Loïc D.. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. Tradução de Nervo Codato e Gustavo Biscaia de Lacerda. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, PR, n.19, 2002. p. 95-110.

WALBY, Silvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Blackwell, 1990.

_____. Beyond the politics of location: the power of argument in a global era. **Feminist Theory**, Newcastle, GRB, v. 1, n. 2, p. 189-206, 2000.

WALZER, Michael. **Da tolerância**. Tradução de Almiro Pisetta. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [versão original: **On toleration**. New Haven, CT: Yale University Press, 1997].

_____. **Esferas da justiça**: uma defesa do pluralismo e da igualdade. Tradução Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [versão original: **Spheres of justice**: a defense of pluralism and equality. New York, NY: Basic Books, 1983].

WARREN, Mark. What is political theory/philosophy?. **PS: Political Science and Politics**, Washington, DC, vol. 22, n. 3, 1989, p. 606-612.

WARREN, Mary Anne. **Gendericide**: the implications of sex selection. Totowa, NJ: Rowman & Allanheld, 1985.

WEBER, Max. A dominação. In: CARDOSO, H.; MARTINS, C. E. (Orgs.). **Política e sociedade**. São Paulo, SP: Nacional, 1979. p. 9-20 [versão original e completa: **Wirtschaft und Gesellschaft**. Tübingen, DEU: J.C.B. Mohr, 1922].

_____. A política como vocação. In: WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Leônidas Hegemberg e Octany Silveira da Mota. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2004a. p. 55-124 [versão original: **Politik als Beruf**. Munich, DEU: Duncker & Humblodt, 1919].

_____. Sociologia do direito. In: WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia contemporânea. v. 2. 4. ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Ed. UnB, 2004b. p. 1-153. [versão original: **Rechtssoziologie**. Neuwied, DEU: Hermann Luchterhand Verlag, 1960].

WERLER, Denilson; MELO, Rúrion. Teoria crítica, teorias da justiça e “reatualização” de Hegel. In: HONNETH, Axel. **Sufrimento de indeterminação**: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. São Paulo, SP: Esfera Pública, 2007.

WITTIG, Monique. **The straight mind and other essays**. Boston, MA: Beacon Press, 1992.

_____. One is not born a woman. In: JAGGAR, A. M.; ROTHENBERG, P. S. (Ed.). **Feminist frameworks**: alternative theoretical accounts of the relations between women and men. 3rd. ed. Boston, MA: McGraw-Hill, 1993. p. 178-182.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1999 [versão original: **Philosophische untersuchungen**. Frankfurt am Main, DEU: Kritisich-genetische Edition, 1953].

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindicación de los derechos de la mujer**. Traducción de Marta Lois González. Madrid, ESP: Istmo, 2010 [versão original: **A vindication of the rights of woman**: with strictures on political and moral subjects. London: 1792].

WOODWARD, Alison E. Building velvet triangles: gender and informal governance. In: PIATTONI, S.; CHRISTENSEN, T (Eds.). **Informal governance and the European Union**. London, GBR: Edward Ellgar, 2004.

_____. Too late for gender mainstreaming? Taking stock in Brussels. **Journal of European Social Policy**, v. 18, n. 3, p. 289-302, 2008.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. São Paulo, SP: Editora Tordesilhas, 2015 [versão original: **A room of one's own**. 1928].

YANNOULAS, Silvia; VALLEJOS, Adriana; LENARDUZZI, Zulma. Feminismo e academia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 81, n.199, pp.425-

51, 2000.

YOUNG, Iris Marion. **Throwing like a girl and other essays in feminist philosophy and social theory**. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1990a.

_____. Throwing like a girl: a phenomenology of feminine body comportment, motility and spatiality. In: YOUNG, I. **Throwing like a girl and other essays in feminist philosophy and social theory**. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1990b. p. 141-159 [versão original: Throwing like a girl: a phenomenology of feminine body comportment, motility and spatiality. **Human Studies**, v. 3, p. 137-156, 1980].

_____. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. In: YOUNG, I. **Throwing like a girl and other essays in feminist philosophy and social theory**. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1990c. p. 21-35.

_____. In: YOUNG, I. **Throwing like a girl and other essays in feminist philosophy and social theory**. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1990d. p. 141-159 [versão original: Throwing like a girl: a phenomenology of feminine body comportment, motility and spatiality. **Human Studies**, v. 3, p. 137-156, 1980].

_____. Reviewed work(s): Identity\Difference: democratic negotiations of political paradox by William Connolly. **Political Theory**, Ann Arbor, MI, v. 20, n. 3, p. 511-514, 1992.

_____. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Ed.). **Feminismo como crítica da modernidade**: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rosa dos Tempos, 1995. p. 87-106 [versão original: Impartiality and the civic public: some implications of feminist critiques of moral and political theory. In: BENHABIB, S. CORNELL, D. **Feminism as critique**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1987. p. 56-76].

_____. Reflections on families in the age of Murphy Brown: on gender, justice, and sexuality. In: DI STEFANO, C; HIRSCHMAN, N. (Ed.). **Revisioning the political**: feminist reconstructions of traditional concepts in western political theory. New York, NY: Westview Press, 1996. p. 251-270.

_____. Political theory: an overview. In: GOODIN, R.; KLINGEMANN, H. (Ed.). **A new handbook of political science**. Oxford, GRB: Oxford University Press, 1998. p. 479-502.

_____. **Inclusion and democracy**. Oxford, GRB: Oxford University Press, 2000a.

_____. **La justicia y la política de la diferencia**. Traducción de Silvina Álvarez. Madrid, ESP: Ediciones Cátedra, 2000b [versão original: **Justice and the politics of difference**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990].

_____. Activists challenge deliberative democracy. **Political Theory**, Ann Arbor, MI, v. 29, n. 2, p. 670-690, 2001a.

_____. Equality of whom?: social groups and judgements of justice. **The Journal of Political Philosophy**, New York, NY, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2001b.

_____. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. Tradução de Márcia Prates. In: SOUZA, J. (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília, DF: Editora UnB, 2001c. p. 365-386 [versão original: Communication and the other: beyond deliberative democracy. In: BENHABIB, S. (Ed.). **Democracy and difference: Contesting the boundaries of the political**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996. p. 120-135].

_____. Representação política, identidades e minorias. Tradução de Alexandre Morales. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, SP, n. 67, p. 139-190, 2006 [versão original: Representation and social perspective. In: YOUNG, I. M. **Inclusion and democracy**. Oxford, GRB: Oxford University Press, 2000. p. 121-153].

_____. Structural injustice and the politics of difference. In: APPIAH, K. A. *et al.* **Justice, governance, cosmopolitanism, and the politics of difference: reconfigurations in a transnational world**. Distinguished W.E.B. Du Bois Lectures 2004/2005. Berlin: Der Präsident der Humboldt-Universität zu Berlin, DEU, 2007a. p. 79-116.

_____. **Global challenges: war, self determination and responsibility for justice**. Cambridge, MA: Polity, 2007b.

_____. Categorias desajustadas: uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. Tradução de André Villalobos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, v. 1, n.2, p. 193-214, 2009 [versão original: Unruly categories: a critique of Nancy Fraser's dual systems theory. **New Left Review**, London, GRB, v. 222, p. 147-160, 1997].

ZERILLI, Linda. Machiavelli's sisters: women and "the conversation" of political theory. **Political Theory**, Ann Arbor, MI, v. 19, n. 2, p. 252-276, 1991.

_____. **Signifying woman: culture and chaos in Rousseau, Burke, and Mill**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1994.

_____. Feminist theory and the canon of political thought. In: DRYZEK, J. S; HONIG, B.; PHILLIPS, A. (Ed.). **The Oxford handbook of political theory**. Oxford, GRB: Oxford University Press, 2006. p. 106-124.

ZILES, Urbano. Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, GO, v. 13, n. 2, p. 216-221, 2007.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abbagnano, Nicola, 42
 Aenerud, Rebecca, 24
 Aguiar, Neuma, 149, 160-161
 Alcoff, Linda, 26, 36
 Alvarez, Sonia E., 34-35,
 Amóros Puente, Celia, 23, 26
 Amadeo, Javier, 55, 151
 Anzaldúa, Gloria, 24, 50
 Aragon, Cory, 30
 Araujo, Cicero, 30, 55, 68, 151
 Arendt, Hannah, 43
 Aristóteles, 43
 Arruda, Ângela, 97, 161
 Assis, Mariana Prandini Fraga, 32, 113
 Avritzer, Leonardo, 32, 89, 168
- Bach, Ana María, 26-27, 29
 Ball, Terence, 50, 53, 56, 74
 Ballestrin, Luciana, 168
 Barky, Sandra, 26
 Barrett, Michelle, 19
 Barrow, John D., 41
 Barry, Brian, 70-71, 81
 Beauvoir, Simone de, 28, 42,
 Beck, Colin J., 36
 Beck, Ulrich, 56
 Benhabib, Seyla, 29, 67, 92, 105, 109, 125,
 139
 Benjamin, Walter, 36
 Besse, Susan, 103, 160
 Best, Steven, 26
 Bhabha, Homi, 153
 Bhaskar, Roy, 40
- Bidaseca, Karina, 24, 50,
 Biroli, Flávia, 29
 Blackburn, Simon, 26
 Boncourt, Thibaud, 49
 Bordo, Susan, 109, 186
 Boron, Atílio A., 51
 Bourdieu, Pierre, 43-44
 Bowles, Samuel, 118
 Braidotti, Rosi, 94, 107
 Brandão, Gildo Marçal, 55, 153
 Brito, Marina, 107
 Brown, Wendy, 68, 93, 105
 Bryson, Valerie, 96, 105
 Burns, Nancy, 128
 Butler, Judith P., 23, 47
- Cabral, Gilda, 28
 Cansino, César, 54, 58, 61
 Carneiro, Sueli, 159
 Carvalho, José Murilo de, 30
 Carver, Terrell, 47
 Castillo, Alejandra, 33, 36-37
 Chambers, Samuel Allen, 47
 Chambers, Simone, 68, 89
 Chodorow, Nancy, 104, 124
 Chovanec, Donna Maureen, 158
 Ciriza, Alejandra, 47
 Cixous, Hélène, 102
 Clark, Lorene, 105
 Code, Lorraine, 26
 Coelho, Maria Francisca Pinheiro, 64
 Cohen, Joshua, 67
 Cohn, Gabriel, 153
 Connel, Robert W., 30

- Connolly, William E., 68, 132
 Conway, Janet, 152, 167
 Copjec, Joan, 98
 Cornell, Drucilla, 105, 109
 Costa, Cláudia Lima, 50,
 Costa, Sérgio, 58
 Cyfer, Ingrid, 114
 Cypriano, Breno, 30, 40
 Dagnino, Evelina, 70
 Dahl, Robert A., 31, 72
 De Lauretis, Teresa, 26
 Del Castillo Santos, Ramón José, 134
 Delacampagne, Christian, 50-51, 57, 74
 Deleuze, Gilles, 63, 105
 Derrida, Jacques, 28, 38, 151
 Di Pietro, Pedro José J., 164-166
 Di Stefano, Christine, 48
 Dietz, Mary G., 108
 Doimo, Ana Maria, 105
 Domingues, José Maurício, 167-168
 Downs, Anthony, 31
 Dumas, Alexandre, 33
 Dworkin, Ronald, 32, 72, 77, 82-85, 181

 Easton, David, 52
 Eisenberg, José, 39
 Elshtain, Jean Bethke, 43
 Enloe, Cynthia H., 96, 110
 Escobar, Arturo, 70
 Evans, Judith *et al.*, 47

 Faoro, Raymundo, 45, 57
 Femenias, María Luisa, 177-178
 Filgueiras, Fernando, 31, 70

 Firestone, Shulamith, 105
 Fisher, Berenice, 120
 Flammang, Janet, 105
 Flax, Jane, 19, 27, 92
 Foucault, Michel, 12-15, 37, 39-42
 Fourier, Charles, 33
 Fraisse, Geneviève, 33
 Fraser, Nancy, 19, 22, 24-26, 32-33, 76-77,
 79-82, 87, 89, 105, 109, 111, 113, 118,
 134-146, 151-152, 164-170, 178, 181, 183
 Frazer, Elizabeth, 38
 Freedden, Michael, 57
 Freud, Sigmund, 43
 Frey, Klaus, 45
 Freyre, Gilberto, 153

 Fukuyama, Francis, 110
 Fung, Archon, 30

 Giddens, Anthony, 56
 Gilligan, Carol, 104, 109, 124
 Gintis, Hebert, 118
 Goldstein, Leslie F., 33
 Goodin, Robert E., 56, 59
 Gould, Carol, 27, 30, 71
 Grant, Judith, 38
 Guattari, Félix, 63, 105
 Gunnel, John G., 20, 61-62, 186

 Habermas, Jürgen, 18, 31, 67-69, 125,
 139-141, 151, 181
 Hamlin, Cynthia Lins, 116
 Hanish, Carol, 26
 Haraway, Donna, 26

- Harding, Sandra, 26
- Hartmann, Heidi, 139, 140
- Hartsock, Nancy C. M., 107, 112
- Hawkesworth, Mary, 42
- Haya, Lída de, 37
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 82, 88, 186
- Heidegger, Martin, 26, 44-45, 47
- Heilborn, Maria Luiza, 161
- Heinich, Nathalie, 46
- Hekman, Susan, 42
- Held, David, 18, 72, 145
- Held, Virginia, 109
- Helliwell, Christine, 60
- Hempel, Carl Gustav, 40
- Hill Collins, Patricia, 26
- Hindess, Barry, 60
- Hirschman, Nancy, 97, 105, 116
- Hobbes, Thomas, 32
- Hobsbawm, Eric, 38, 94
- Honig, Bonnie, 29, 68, 113
- Honneth, Axel, 18, 77, 82, 87-89, 167, 181-182
- hooks, bell, 26-27, 50
- Husserl, Edmund, 26
- Irigaray, Luce, 102
- Jaggar, Alison M., 36
- Jalušič, Vlasta, 29
- Jaquette, Jane S., 50
- Jasmin, Marcelo Gantus, 39
- Jones, Claudia, 26
- Johnson, Sonia, 25-26
- Kant, Immanuel, 42, 75, 97
- Kaya, Ayse, 145
- Kellner, Douglas, 26
- Kennedy, Ellen, 105
- Keohane, Robert, 110
- Kergoat, Daniele, 95
- Kiraly, César, 53
- Kirkwood, Julieta, 11, 23-24, 33-34, 36-37
- Klingemann, Hans-Dieter, 56, 59
- Koselleck, Reinhart, 39
- Kristeva, Julia, 102
- Kruks, Sonia, 27
- Kuhn, Thomas, 40-41
- Kumar, Krishan, 19
- Kymlicka, Will, 53, 73, 117, 146
- La Cour, Ferdinand-Valerè de, 33
- Laclau, Ernesto, 34, 47, 51
- Lagarde, Marcela, 22
- Lamas, Marta, 162-163
- Lange, Lynda, 105
- Lash, Scott, 56, 122
- Latour, Bruno, 40
- Lefort, Claude, 46
- Lenarduzzi, Zulma, 101
- Lessa, Renato, 57-58
- Lipset, Seymour, 49
- Lloyd, Genevieve, 105
- Locke, John, 75
- Longino, Helen, 42, 99
- Lorde, Audre, 24, 50,
- Lugones, María C., 26, 50
- Liotard, Jean-François, 19

- Maffia, Diana, 156, 183
- Mariano, Silvana Aparecida, 23
- Marques, Danusa, 29, 59
- Marx, Karl, 22, 27, 57, 64, 69, 73, 101, 103, 106, 11, 116, 120, 134, 139-140, 154, 165
- Marshall, Barbara, 42
- Matos, Marlise, 30, 34, 44, 48,
- Mattos, Patrícia, 89
- Marcuse, Hebert, 26
- McClure, Kirstie, 47
- Mead, Margareth, 93
- Melo, Érica, 27
- Melo, Rúrion, 89
- Mendoza, Breny, 177
- Mendus, Susan, 105
- Meneses, Maria Paula, 49
- Merleau-Ponty, Maurice, 28
- Messari, Nizar, 110
- Messerschmidt, James W., 30
- Miguel, Luís Felipe, 29, 46, 72, 103-104, 139
- Miller, David, 51, 146
- Minnow, Martha, 125-126
- MMM – Marcha Mundial de Mulheres, 149, 166
- Mohanty, Chandra Talpade, 26-28, 50
- Monasterio Martín, Marta, 23
- Money, John, 94
- Moraga, Cherríe, 24, 50
- Morawski, Jill G., 24
- Morgan, Robin, 35
- Mouffe, Chantal, 34, 45, 51
- Narayan, Uma, 105
- Nelson, Lynn Hankinson, 26
- Nicholson, Linda, 19, 26, 107
- Nietzsche, Friedrich, 40, 42, 132
- Nóbrega Jr., José Maria Pereira da, 64
- Nogueira, João Pontes, 110
- Nonet, Philippe, 28
- Nozick, Robert, 76
- Nussbaum, Martha, 33, 107, 129-130, 146, 181-182
- Nye, Andrea, 36,
- O'Brien, Mary, 48
- Oakley, Ann, 94
- Ogando, Ana Carolina Freitas Lima, 83, 89
- Okin, Susan Moller, 47
- Orwell, George, 71
- Pajnik, Mojca, 29
- Panton, James, 26
- Parekh, Bhikhu, 74
- Parsons, Talcott, 59, 103, 122
- Pateman, Carole, 47
- Perrozompopo, Ramón, 22
- Phillips, Anne, 46-47
- Pierucci, Antônio Flávio, 115
- Pinto, Céli Regina Jardim, 22
- Pitkin, Hanna Fenichel, 32, 105, 132
- Pogge, Thomas Winfried M., 74, 146
- Pogrebinschi, Thamy, 26-27, 45,
- Popper, Karl Raimund, 42
- Preciado, Beatriz, 33
- Prokhovnik, Raia, 27

- Putnam, Ruth Anna, 124, 127
- Quine, Willard Van Orman, 40
- Radford, Jill, 22
- Ravecca, Paulo, 18
- Rawls, John, 18, 31, 67-69, 73-77, 82-86, 103, 124, 126, 128-129, 181-182
- Rezende, Daniela Leandro, 32, 87
- Rhode, Deborah L., 28
- Rich, Adrienne, 50,
- Rodrigues, Carla, 92
- Rodríguez, Teresa, 22
- Rosaldo, Michelle Zimbalist, 93
- Ronsavallon, Pierre, 34-35, 39
- Rose, Nikolas S., 79, 99
- Rorty, Richard, 44
- Rousseau, Jean-Jacques, 75
- Rowbotham, Sheila, 27
- Rubin, Gayle, 94
- Russell, Diana, 22
- Saavedra, Giovani Agostini, 89
- Sader, Emir, 170
- Saffioti, Heleieth I. B., 94, 112
- Sampaolesi, Ana, 150
- Santalices, Gloria M. C., 64, 113
- Santo Agostinho, 42
- Santos, Boaventura de Sousa, 49
- Sartori, Giovanni, 42, 45
- Saxonhouse, Arlene, 105
- Schild, Verônica, 1601, 163
- Schlozman, Kay Lehman, 128
- Schmitt, Carl, 37
- Schmitter. Philippe, 46
- Schumpeter, Joseph A., 31, 64
- Schutte, Ofelia, 171
- Scott, Joan W., 23-24, 26-27, 35
- Segato, Rita L., 22
- Selznick, Philip, 28
- Sen, Amartya K., 18, 77, 84-86, 130, 181-183
- Shanley, Mary, 105
- Smith, Barbara, 25, 50,
- Smith, Dorothy Edith, 26
- Silva, Felipe Gonçalves, 139
- Simões, Solange de Deus, 160
- Singh, Jakeet, 152, 167
- Skinner, Quentin, 39
- Soares, Luiz Eduardo, 44
- Sotero Caio, José, 40
- Spivak, Gayatri C., 50
- Squires, Judith, 81, 99, 105-106, 125
- Stoller, Robert J., 94
- Strauss, Leo, 50-51, 55-56
- Suber, Peter, 40
- Sunstein, Cass R., 116
- Szwako, José, 129
- Taleb, Nassim Nicholas, 45
- Tallen, Bette S., 117
- Taylor, Charles, 18, 59, 79, 82, 87-88, 99, 133, 181-182
- Therborn, Göran, 27, 53, 122
- Tronto, Joan, 104, 120
- Tucker, Ericka, 47
- Unger, Roberto M., 132

- Urbinati, Nadia, 32
- Vallejos, Adriana, 101
- Van Parijs, Philippe, 46, 72-73
- Vargas Valente, Virginia, 149, 166, 177
- Varikas, Eleni, 33, 46
- Verba, Sidney, 128
- Vita, Álvaro de, 31-32, 51, 70
- Wacquant, Loïc D., 43
- Walby, Silvia, 47
- Walzer, Michael, 18, 46, 86, 128, 146, 181-182
- Warren, Mark, 32, 52-53, 56-57
- Warren, Mary Anne, 22
- Weber, Max, 37
- Werler, Denilson, 89
- Wittig, Monique, 102
- Wittgenstein, Ludwig, 40
- Wolin, Sheldon, 120
- Wollstonecraft, Mary, 72, 103
- Woodward, Alison E., 37
- Woolf, Virginia, 55
- Woolgar, Steve, 40
- Wright Mills, Charles, 26
- Wylie, Alison, 42
- Yannoulas, Silvia, 101
- Young, Iris Marion, 26, 28-29,
- Zerilli, Linda, 105
- Ziles, Urbano, 26
- Žižek, Slavoj, 47